



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO

LUCAS BATISTA RODRIGUES

UNIVERSIDADE PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
os impactos socioeconômico-ambientais do Campus Universitário do
Tocantins/Cametá – UFPA na percepção dos atores locais

Belém
2022

LUCAS BATISTA RODRIGUES

UNIVERSIDADE PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
os impactos socioeconômico-ambientais do Campus Universitário do
Tocantins/Cametá – UFPA na percepção dos atores locais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento.

Área de concentração: Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento.

Belém
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo autor**

R696u Rodrigues, Lucas Batista Rodrigues.

UNIVERSIDADE PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL : Os impactos socioeconômico-ambientais do Campus Universitário do Tocantins/Cametá – UFPA na percepção dos atores locais / Lucas Batista Rodrigues. — 2022.

232 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2022.

1. Universidade Pública, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental, Desenvolvimento Regional e Universidade Federal do Pará. I. Título.

CDD 300

LUCAS BATISTA RODRIGUES

UNIVERSIDADE PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
os impactos socioeconômico-ambientais do Campus Universitário do
Tocantins/Cametá – UFPA na percepção dos atores locais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Área de concentração: Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovado em: 16 de agosto de 2022

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento
PPGDSTU/NAEA/UFPA – Orientador – Presidente

Prof. Dr. Armin Mathis
Examinador interno – NAEA/UFPA.

Prof. Dr. Ronaldo Marco de Lima Araujo
Examinador externo – NEB/UFPA

Profa. Dra. Hisakhana Pahoona Corbin
Suplente – NAEA/UFPA.

Belém
2022

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à Universidade Federal do Pará (UFPA), por possibilitar a formação acadêmica e humana de tantos discentes, dentre inúmeros interioranos, dos quais faço parte. Também destino agradecimentos ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), pela qualidade de ensino e pela importância dada aos temas que apreciam o bem-estar da Amazônia e dos povos que nela habitam, não sendo diferente para com esta dissertação.

Agradeço também ao PPGDSTU, pelas excelentes condições materiais e acadêmicas que foram dispostas para a plena execução desta dissertação. Além disso, também sou grato aos professores do NAEA, pelos conhecimentos adquiridos e despertados no momento de interação.

À vista disso, em especial, agradeço perenemente ao Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento, pelas orientações, compreensão e esforço para o contínuo desenvolvimento epistemológico, metodológico e interdisciplinar da obra, bem como para o meu crescimento enquanto acadêmico e ser humano.

Ao professor Prof. Dr. Armin Mathis e ao Prof. Dr. Ronaldo Marco de Lima Araujo, também sou grato. Examinadores na qualificação desta dissertação propuseram mudanças metodológicas e teóricas que se mostraram vitais para o amadurecimento deste trabalho e do meu pensamento científico.

Meu eterno agradecimento à minha mãe, Maria Isabel Batista Rodrigues, que, com o seu amor e apoio, me motiva e inspira incessantemente a ser um humano melhor. Agradeço também pela dedicação, zelo e amor destinados à minha criação, principalmente nos momentos em que a rotina de professora e mãe mais lhe cobrou o preço, o cansaço físico e emocional.

Agradeço ao meu pai, Doriedson do Socorro Rodrigues, por ser fonte de amor, inspiração e amparo nos momentos mais difíceis da vida. Além disso, sou grato pelos conselhos dados para a consecução desta dissertação e para o meu desenvolvimento enquanto pesquisador. Aos meus irmãos, Marcus Batista Rodrigues e Mariana Batista Rodrigues também destino valorosos agradecimentos pelo apoio e ajuda dispostos na execução da dissertação.

Agradeço a cada entrevistado, pela participação e interesse em contribuir com nossa dissertação e o aprofundamento do tema em questão. Certamente, as informações prestadas foram de suma relevância para a concretização da dissertação e para o avanço dos estudos sobre universidade e desenvolvimento regional.

Por fim, destino agradecimentos à Coordenação do CUNTINS/Cametá, nas figuras da Profa. Dra. Maria Lucilena Gonzaga Costa Tavares e do Prof. Dr. Eraldo Souza do Carmo, pela disposição dos espaços e dos dados necessários para a construção da dissertação. Além disso, agradeço aos servidores da unidade, os senhores Carlos Benedito Cunha Gaia e José Martins Gomes Wanzeler, pelo acompanhamento e fornecimento de apoio nos momentos de obtenção desses dados.

RESUMO

Uma instituição de ensino superior, quando implantada em determinado território, mais do que garantir o atendimento a esse nível de ensino, pode determinar impactos socioeconômicos e ambientais sobre a região. Nesse sentido, a unidade regional Campus Universitário do Tocantins/Cametá da Universidade Federal do Pará constitui um vetor para o desenvolvimento regional nas dimensões econômica, social e ambiental por meio de suas ações institucionais de ensino, pesquisa e extensão e das suas outras formas de interação com os atores locais, como as cooperações e compromissos, distanciando-se, assim, de uma visão cerceada apenas ao crescimento econômico. Objetivou-se, portanto, analisar essa instituição do Estado como fonte de mudança do comportamento individual para a busca do desenvolvimento mais equitativo e menos agravador dos problemas ambientais, priorizando ainda a valorização das preferências em processo de produção histórica. Por meio de uma abordagem neoinstitucionalista histórica, baseada nas contribuições de Thelen e Steinmo (1992), Immergut (1996), Hall e Taylor (1996), Théret, B. (2003) e Peres (2008), e com base nas contribuições de Rolim e Serra (2009), Santos (2013), Goebel e Miura (2004), Lopes (2001), (2003), Rocha (2018) e Silva (2017), o estudo se configurou como descritivo e analítico para a contemplação e entendimento desse fenômeno. Para isso, necessitou-se recorrer a fontes bibliográficas, documentais e entrevistas semiestruturadas como coleta de dados. Tem-se o Campus Cametá como lócus de pesquisa e, como participantes, os sujeitos que encabeçaram a gestão de algumas das principais entidades e organizações da sociedade civil cametaense, nos segmentos do desenvolvimento, durante os anos de 2008 a 2016. Como resultado, constatou-se que houve contribuição do Campus Cametá da UFPA para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental no período proposto, e que essas implicações se deram de forma direta e indireta. Além disso, o trabalho ainda revelou impactos mais profundos do Campus, no discernir coletivo de uma proposta mais sustentável de desenvolvimento, questão que faz emergir novas possibilidades para o estudo do tema.

Palavras-chave: Universidade Pública. Campus Universitário do Tocantins/Cametá. Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental. Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Pará.

ABSTRACT

A higher education institution, when implanted in each territory, more than ensuring the attendance to this level of education, can determine socioeconomic and environmental impacts on the region. In this sense, the regional unit Campus Universitário do Tocantins/Cametá of the Universidade Federal do Pará constitutes a vector for regional development in the economic, social, and environmental dimensions through its institutional actions of teaching, research and extension and its other forms of interaction with local players, such as cooperations and commitments, thus distancing itself from a vision restricted only to economic growth. The objective was, therefore, to analyze this State institution as a source of change in individual behavior for the search of a more equitable development that lessens the aggravation of environmental problems, also prioritizing the appreciation of preferences in the process of historical production. Through a historical neoinstitutionalist approach, based on the contributions of Thelen and Steinmo (1992), Immergut (1996), Hall and Taylor (1996), Théret, B. (2003) and Peres (2008), and based on the contributions of Rolim and Serra (2009), Santos (2013), Goebel and Miura (2004), Lopes (2001), (2003), Rocha (2018) and Silva (2017), the study was configured as descriptive and analytical for the contemplation and understanding of this phenomenon. For this, it was necessary to resort to bibliographic and documental sources and semi-structured interviews as data collection. The Cametá Campus is the locus of research and, as participants, the subjects who headed the management of some of the main entities and organizations of Cametaense civil society, in the segments of development, during the years 2008 to 2016. As a result, it was found that there was a contribution of the UFPA Campus Cametá for socioeconomic and environmental development in the proposed period, and that these implications occurred in a direct and indirect way. In addition, the work also revealed deeper impacts of the Campus, in the collective discernment of a more sustainable development proposal, an issue that brings out new possibilities for the study of the theme.

Keywords: Public University. Campus Universitário do Tocantins/Cametá. Regional Development. Socioeconomic and Environmental Development. Universidade Federal do Pará.

LISTA DE FIGURAS

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO QUANTITATIVA DE TÉCNICOS DO CAMPUS CAMETÁ-UFPA (1982-2020).....	87
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO QUANTITATIVA DE DOCENTES DO CAMPUS CAMETÁ-UFPA (1997-2020).....	88
GRÁFICO 3 – QUANTITATIVO DE DISCENTES ATIVOS DO CAMPUS CAMETÁ-UFPA NA SEDE E FORA DA SEDE.....	88
GRÁFICO 4 – QUANTITATIVO DE DISCENTES FORMADOS/AS PELO CAMPUS CAMETÁ-UFPA (2013-2020) NA SEDE E FORA DE SEDE	89
GRÁFICO 5 – AUXÍLIOS OBTIDOS PELOS/AS DISCENTES DO CAMPUS CAMETÁ-UFPA EM 2020.....	90
GRÁFICO 6 – AUXÍLIOS DO CAMPUS CAMETÁ-UFPA EM RELAÇÃO À TOTALIDADE DOS/DAS DISCENTES ATIVOS DA UNIDADE REGIONAL	91
GRÁFICO 7 – NÚMEROS DE PROJETOS DESENVOLVIDOS ENTRE 2008 E 2016, DE ACORDO COM O ÂMBITO DE DESENVOLVIMENTO	141
GRÁFICO 8 – REPRESENTAÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA PREFERÊNCIA INSTITUCIONAL DA UFPA – CAMPUS CAMETÁ.....	150

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1 – SITUAÇÃO POPULACIONAL E SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ.....	25
TABELA 2 – VISÃO ATUAL GERAL SOBRE O CAMPUS DE CAMETÁ EM 2021	26
TABELA 3 – NÚMERO DE ALUNOS DA GRADUAÇÃO POR LOCALIDADE EM 2019.....	83
TABELA 4 – NÚMERO DE CURSOS DA GRADUAÇÃO POR LOCALIDADE EM 2019.....	83
TABELA 5 – AUXÍLIOS DISPONIBILIZADOS PELA UFPA/BAIXO TOCANTINS PELO NÚMERO DE ESTUDANTES QUE OS RECEBEM.....	91
QUADRO 1 – DIMENSÕES DE ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	29
QUADRO 2 – INFORMAÇÕES DOS LÍDERES LOCAIS ENTREVISTADOS.....	31
QUADRO 3 – ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM) DE CAMETÁ-PA DOS ANOS DE 2008-2016.....	154
QUADRO 4 – VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS POR ESCOLARIDADE DO TRABALHADOR FORMAL – SUPERIOR COMPLETO/TOTAL (FAPESPA) DE CAMETÁ-PA DE 2008-2016	158
QUADRO 5 – DOCENTES NO ENSINO BÁSICO (INFANTIL FUNDAMENTAL E MÉDIO) DE CAMETÁ-PA DE 2008-2016.....	159
QUADRO 6 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) – SÉRIES INICIAIS E FINAIS DA ESCOLA PÚBLICA DE CAMETÁ-PA DE 2008 A 2016	162
QUADRO 7 – INDICADORES ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ DOS ANOS DE 2008-2016	168

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
AVALIA	Programa de Avaliação Institucional da Universidade Federal do Pará
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CPGA	Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avaliação
CED	Centro de Educação
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFE	Conselho Federal de Educação
CIAC	Centro de Indicadores Acadêmicos
CONSEPE	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CPGf	Curso de Pós-Graduação em Geofísica
CUNTINS	Campus Universitário do Tocantins
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EaD	Ensino a Distância
FADESP	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
FAPESPA	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICED	Instituto de Ciências da Educação
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano do Município
IES	Instituições de Ensino Superior
IFE	Instituições Federais de Ensino
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
OCC	Outros Custos e Capitais
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
I PDA	I Plano de Desenvolvimento da Amazônia
II PDA	II Plano de Desenvolvimento da Amazônia
Parfor	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDU	Plano de Desenvolvimento da Unidade
PIB	Produto Interno Bruto
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNE	Plano Nacional de Educação
I PNI	I Programa Norte de Interiorização
II PNI	II Programa Norte de Interiorização
III PNI	III Programa Norte de Interiorização
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROEG	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEMESP	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação
SESu	Secretaria de Educação Superior
SINTEPP	Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação Pública do Pará
STTR	Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UESB	Universidade Estadual do Oeste da Bahia
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UNIR	Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. METODOLOGIA APLICADA AO ESTUDO.....	24
2.1 AMBIENTE E OBJETO DE ESTUDO.....	24
2.2 OBJETO DA PESQUISA	25
2.3 TIPOLOGIA DA PESQUISA.....	27
2.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA	30
2.5 A COLETA DE DADOS.....	32
2.6 O PROCESSO DE ANÁLISE DOS DADOS	36
3. A UNIVERSIDADE COMO INSTITUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: O NOVO INSTITUCIONALISMO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E O APORTE METODOLÓGICO	42
3.1 REVISÃO DE LITERATURA	42
3.2 O NEOINSTITUCIONALISMO TEÓRICO COMO ENFOQUE PARA O ESTUDO DOS IMPACTOS DA UNIVERSIDADE NO DESENVOLVIMENTO NA PERCEPÇÃO DOS ATORES LOCAIS.....	44
4. UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: AVANÇOS E CONTRADIÇÕES	54
4.1 EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	59
4.2 INTERIORIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES NA AMAZÔNIA	67
4.3 O CONTEXTO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.....	72
4.4 A UFPA E SUA INTERIORIZAÇÃO.....	75
4.5 O CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ	84
5. UNIVERSIDADE, DESENVOLVIMENTO E TERRITORIALIDADE	94
5.1 UNIVERSIDADE PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO.....	94
5.2 UNIVERSIDADE PÚBLICA E IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL.....	99
5.3 UNIVERSIDADE PÚBLICA E IMPACTOS NA ECONOMIA REGIONAL.....	105
5.4 UNIVERSIDADE E BEM-ESTAR SOCIAL REGIONAL/LOCAL	106
5.5 UNIVERSIDADE PÚBLICA E SUA REPERCUSSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO MEIO AMBIENTE	110
6. REVISITANDO O DESENVOLVIMENTO POLISSÊMICO	113
6.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	119
6.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL	126
6.3 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO	132
6.4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	134
6.5 DEFININDO A RELAÇÃO ENTRE O CUNTINS/CAMETÁ, A SOCIEDADE E A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	138
7. A PREFERÊNCIA INSTITUCIONAL DA UFPA – CAMETÁ E SUA ORIENTAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	140
8. OS IMPACTOS DO CAMPUS DA UFPA – CAMETÁ NO DESENVOLVIMENTO, NA VISÃO DAS LIDERANÇAS LOCAIS.....	151
8.1 OS DESDOBRAMENTOS SOCIAIS DA UFPA – CAMETÁ NA PERSPECTIVA DAS LIDERANÇAS.....	151
8.2 OS DESDOBRAMENTOS ECONÔMICOS DA UFPA – CAMETÁ NA PERSPECTIVA DAS LIDERANÇAS.....	167

8.3 A UFPA – CAMETÁ E OS SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS NA PERCEPÇÃO DOS ATORES LOCAIS	172
9. PARA ALÉM DOS IMPACTOS CONVENCIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	182
9.1 OS EFEITOS SOBRE A ATIVIDADE POLÍTICA NA PERCEPÇÃO DOS ATORES LOCAIS	182
9.2 AS IMPLICAÇÕES NA SOCIEDADE REGIONAL A PARTIR DO CAMPUS DA UFPA EM CAMETÁ	196
10. CONCLUSÃO	204
REFERÊNCIAS	210
APÊNDICE – ROTEIROS DE ENTREVISTA.....	226
APÊNDICE A – CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÕES E PARCERIAS FIRMADOS ENTRE A UFPA – CAMETÁ E ALGUMAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL DE ACORDO COM OS ÂMBITOS DO DESENVOLVIMENTO (2008-2016)	226
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO ÀS LIDERANÇAS DA SOCIEDADE CIVIL (STTR, COLÔNIA DE PESCADORES Z-16 E LIDERANÇA RELIGIOSA)	229
APÊNDICE C – ROTEIRO APLICADO AO EX-PREFEITO E EX-SECRETÁRIOS.....	231

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do seu processo histórico, as universidades públicas no Brasil representaram conquistas e avanços significativos para a sociedade. Desde o seu primeiro momento no início do século XX, passando pelas políticas públicas de ampliação e expansão do ensino, até os dias atuais, estas instituições de ensino superior propuseram diversos ganhos à sociedade, contribuições estas que são produtos das suas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Dito isso, as universidades públicas mostram-se de suma relevância para a sua principal financiadora, a sociedade, que pode usufruir das disposições econômica, social e ambiental, advindas dessas universidades. Essas instituições, de acordo com Oliveira Jr. (2014), seriam centros capazes de direcionar o fluxo regional e de propor uma articulação territorial. Por meio de suas atribuições, essas universidades se mostram capazes de reorganizar e transformar os espaços regionais, os quais englobam os âmbitos locais. Além disso, como apontam Rolim e Kuresk (2010), as universidades públicas assumem importância regional, à medida em que inserem as suas atividades nesses espaços locais.

Dentro desses espaços regionais, Lopes (2003) constata que a formação de capital humano e a pesquisa, como forma de incremento de conhecimento gerados por estas instituições, são elementos fundamentais para o desenvolvimento econômico. Por sua vez, Goebel e Miura (2004) aprofundam ainda tal percepção ao expandir a amplitude de contribuição das universidades públicas, afirmando também que elas são essenciais para o progresso socioeconômico dos espaços onde atuam. E, ampliando ainda mais o foco, Nascimento e Vega (2012) adicionam que muitas universidades, em diversas partes do mundo, estão aumentando o rol de suas funções sociais e se utilizando do tema sustentabilidade para o enfrentamento da crise ambiental.

A partir dessas questões, pensa-se as universidades públicas como uma das instituições proponentes do desenvolvimento socioeconômico e ambiental nas regiões onde desempenham as suas atividades, sobretudo para os sujeitos pertencentes a esses lugares.

Tais apontamentos nos fazem questionar qual seria o real alcance das contribuições das universidades públicas e de que forma elas seriam percebidas

pelos sujeitos que mantêm relações com esses espaços. Nesse sentido, a presente dissertação procura vislumbrar os impactos socioeconômicos e ambientais da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Campus Universitário do Tocantins/Cametá (CUNTINS) para o desenvolvimento regional, a partir da própria percepção dos atores locais.

Voltada para uma unidade regional da UFPA, esta pesquisa delimita seu foco sobre uma das mais antigas regiões do Estado do Pará, o baixo Tocantins, formada pelos municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia (MDA-SDT, 2010). Apesar de muito antiga, essa região, segundo o IBGE (2010), apresenta índice socioeconômico muito baixo, o que a enquadra em uma situação de pobreza.

Predomina nessa região ocupada, desde o período colonial, uma forma de desenvolvimento baseada na produção/extração, em detrimento da conservação/preservação ambiental. Além disso, conforme Trindade Júnior (2002), esse território possui fortes imbricações socioeconômicas e culturais locais e regionais, ações baseadas na relação com o rio Tocantins, principalmente nas questões socioculturais, onde os modos de vida nesses espaços se materializam, em grande parte, pela articulação entre os cotidianos e os cursos fluviais.

Portanto, para haver nessa região uma forma de desenvolvimento e um crescimento econômico sustentável, seria necessário proporcionar a melhoria do bem-estar social e a preservação dos recursos naturais. No entanto, dada a demanda histórica de seus indivíduos e do seu espaço (REIS, 2015), a disponibilização de tecnologia social e de infraestrutura para a inovação ou gestão da produção não tem sido suficiente para isso.

Assim, para esta dissertação, procurou-se analisar a percepção dos atores locais quanto aos impactos socioeconômicos e ambientais na região de Cametá, devido às limitações de tempo para a conclusão desta pesquisa, no âmbito do curso de mestrado, o que inviabilizou tentar abranger outros municípios atendidos pelo CUNTINS (Baião, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará).

Neste caso, em Cametá, fulcro de investigação deste trabalho, impera uma situação de desigualdade social patente, fato que justifica a necessidade de investigação dos impactos de uma entidade para o desenvolvimento deste espaço. Respectivamente, segundo estimativa do IBGE (2020), esse município possui uma

população de 139.364 mil habitantes, detendo ainda um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), cujo valor é 0,577, que manifesta uma situação de precariedade quando posto em paralelo ao próprio paradigma do IDH. Isso denuncia a falta de políticas públicas que, de fato, potencializem condições dignas de vida para a população local.

Como a melhoria da qualidade de vida de uma população passa, conforme a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), pela capacidade de produção de conhecimentos que lhe impactem a existência, a presença de uma universidade é crucial, no sentido de integrar conhecimento científico, tecnológico e modos tradicionais de vida, modificando maneiras mecanicistas de produtividade, que elegem o mercado e desconsideram o homem e a sua realidade. Nessa perspectiva, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) assumem o papel de protagonismo na estimulação desses conhecimentos gerados nos seus espaços, assim como na difusão desses saberes com o objetivo de proporcionar ganhos à sociedade.

Consideramos também que, com base em Midlej e Fialho (2005), as universidades desempenham papel estratégico no desenvolvimento socioeconômico, e ambiental, principalmente quando elas se voltam para ações vinculadas à melhoria da qualidade na sociedade e às atividades que versam sobre temas que combatem a lógica do produtivista do grande capital.

Salientamos que, neste trabalho, a perspectiva de desenvolvimento se distancia das teorias clássicas de crescimento econômico e se aproxima de uma percepção em que o crescimento da economia constitui meio para a melhoria da qualidade de vida e da sustentabilidade dos ecossistemas. Nesse sentido, compartilha-se a perspectiva de Furtado (1968), para quem o desenvolvimento não é um simples aumento da oferta de bens e serviços ou da acumulação de capital, pois assume um sentido mais profundo que deve remeter a um projeto de autotransformação da coletividade, voltado para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Desse modo, o desenvolvimento é, segundo Furtado (2000), um conjunto de variáveis que se relacionam de maneira sistêmica no seu processo; mas, caso esteja relacionado a apenas os aspectos da economia, não consegue conceber melhores condições de vida para os sujeitos presentes num determinado local.

Mais estritamente, remetemos às características endógenas do desenvolvimento, assim como a observância dos aspectos socioambientais do desenvolvimento sustentável. Observa-se, então, nos atores locais a capacidade de propor e criar um desenvolvimento que considere não só a questão econômica, vertente também importante, mas que perceba os aspectos sociais e ambientais como componentes do processo de desenvolvimento (BUARQUE, 2002).

Dessa forma, notando a importância dos atores locais, dentre eles, a sociedade civil, empresas, governo locais e autarquias, o presente estudo considera uma unidade regional da UFPA, o Campus Cametá, como um vetor para o desenvolvimento regional que se afere tanto no aspecto econômico, quanto no social e ambiental. Esta dissertação é um esforço em analisar a importância desse Campus para o desenvolvimento regional, dada a capacidade de alcance dele. Reitera-se que essa unidade é advinda do processo de interiorização e expansão de uma instituição educacional para a região do baixo Tocantins paraense, espaço este repleto de história, contrastes e elementos socioculturais peculiares.

Como primeira justificativa para esta dissertação, parte-se da concepção de que as universidades públicas são entidades fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do local e região onde estão inseridas. Isso se dá por elas terem a capacidade de se moldar às especificidades de cada espaço, a fim de proporcionar maior reverberação nesse espaço regional, influenciando e sendo influenciadas. De acordo com Priori (2007), essas entidades federais de ensino superior conseguem alcançar tal objetivo por meio dos seus projetos de ensino, pesquisa, extensão e também ações institucionais, conduzidas mediante as reais necessidades da região em questão, o que propicia um melhor aproveitamento dos recursos materiais e imateriais da comunidade na busca do desenvolvimento mais justo e democrático (VARGA, 2000).

Além disso, a presença de um campus universitário, para Rolim e Serra (2018), reverbera de diferentes maneiras para o desenvolvimento regional e local, ao mesmo tempo que contribui para a melhoria do bem-estar social, equidade, distribuição de renda e para a responsabilidade sobre o ecossistema. Logo, “o progresso social, o avanço da democracia, a melhor distribuição de renda e uma sociedade mais justa têm na educação um dos pilares de sustentação” (ROLIM; SERRA, 2009, p. 12).

Este trabalho busca, então, contribuir para a compreensão dos impactos do Campus Universitário do Tocantins/Cametá-UFPA sobre a justiça social e a construção do desenvolvimento socioeconômico-ambiental regional.

Outro fator a ser considerado como justificativa para a realização desta pesquisa é a própria carência investigações sobre esse tema. A sociedade, ao ter ciência das reverberações sociais, econômicas e ambientais que essa instituição produz no espaço onde está inserida, pode ser beneficiada. Além disso, a comunidade acadêmica dessa instituição poderá também ter conhecimento acerca da real abrangência das ações institucionais, o que pode levar a melhorias da qualidade de vida dos sujeitos ali presentes.

Portanto, o CUNTINS assume grande importância para a população dessa região, pois, conforme Coelho (2008), essa unidade regional tem dado sua contribuição desde a década de 1970, quando foram iniciadas suas primeiras ações, com a oferta de vagas de licenciatura para a capacitação dos professores da educação básica, pelo Centro de Educação, da UFPA, ainda sob o governo militar, para gerar mão de obra qualificada que abastecesse os projetos desenvolvimentistas para a Amazônia.

A partir de 1986, de acordo com Camargo (1997), a UFPA dá início ao seu processo de interiorização, encorajada por parcerias com as prefeituras locais por meio de doações prediais e pela disposição de servidores. Em Cametá, essa situação se concretizou com a instalação, em 1987, de um campus na cidade, localizado no mesmo prédio de uma escola de Ensino Fundamental, onde passaram a acontecer as aulas de disciplinas extensivas dos cursos de licenciatura.

Na década seguinte, esse campus conquistou os dois primeiros cursos regulares, Pedagogia e Letras, responsáveis pela formação de vários sujeitos pertencentes à classe trabalhadora da região. A partir dos anos 2000, o campus dinamizou ainda mais a sua importância, aumentando as suas dependências físicas e a sua ação acadêmica. Em decorrência das políticas de expansão do ensino superior iniciadas no governo Lula e continuadas na gestão de Dilma Rousseff, o campus em questão se desenvolveu ainda mais, propiciando que, em 2011, fossem criados polos universitários em Oeiras do Pará e Baião, e, em 2012, em Limoeiro do Ajuru e Mocajuba. Além disso, graças ao novo paradigma da *universidade*

multicampi, houve o aumento dos recursos destinados ao campus, propiciando o surgimento de novos cursos de pós-graduação (RODRIGUES; SILVA, 2017).

Atualmente, de acordo com UFPA (2017), são oferecidos cursos de graduação em Agronomia, Ciências Naturais, Educação do Campo, Geografia, História, Letras Português, Letras Inglês, Matemática, Pedagogia e Sistemas de Informação. Além disso, o campus conta com as especializações em Biodiversidade Amazônica, Libras e Metodologias de Ensino para Alunos Surdos, Práticas de letramento e escrita para a Educação Básica, Práticas Pedagógicas na Educação do Campo e Gestão e Planejamento da Educação, e com um programa de Mestrado em Educação e Cultura.

Nesse sentido, o campus em questão representa a territorialização do ensino superior gratuito em contraponto à centralização da educação superior. Originado da expansão e interiorização das instituições federais de ensino superior, a UFPA-Cametá permeia-se por questões de equidade e democracia, na medida em que torna viável o acesso e a permanência de uma população antes desprovida do direito ao ensino superior (UFPA, 2017).

Essa unidade regional apresentava, segundo dados do Centro de Indicadores Acadêmicos (CIAC/UFPA), até março de 2021, 2.846 discentes ativos, sendo 1.701 estudantes na sede e 1.145 fora dela, mais necessariamente em cidades que comportam seus polos e em cidades onde há turmas flexibilizadas. O campus ainda apresenta um quadro de 27 técnicos-administrativos e 93 docentes, dentre mestres e doutores, efetivos e substitutos.

Uma das maiores capacidades de uma universidade pública é a de poder produzir, segundo Lopes (2003), reverberações na formação de recursos humanos qualificados, bem como na própria realidade financeira por meio de sua presença no local, mediante criação de empregos diretos e indiretos, de pagamentos de salários e bolsas, e pelas emanações para outros setores da economia regional e local.

As universidades públicas, na perspectiva de Santos Júnior (2013), cumprem, por meio do ensino, pesquisa e extensão, a sua função social, produzindo uma maior aproximação com a realidade, com os problemas locais, de forma que ela se insira, de fato, nas questões socioculturais, econômicas e ambientais, propondo ainda caminhos viáveis para o sistema atual de desenvolvimento.

Portanto, considerando as questões relacionadas à universidade e ao desenvolvimento regional, estabelecemos o seguinte problema de pesquisa: como se materializa o desenvolvimento na região de Cametá, a partir da atuação do Campus Universitário do Tocantins/Cametá-UFPA, em termos de impactos sociais, ambientais e econômicos?

Para responder a essa questão, partimos da hipótese geral de que esse Campus Universitário da UFPA, entendido como uma instituição com capacidade de gerar efeitos sobre a sociedade, particularmente sobre o desenvolvimento, é, em termos de impactos sociais, ambientais e econômicos, um agente dinamizador do desenvolvimento regional do baixo Tocantins, sendo isso percebido pelos atores locais.

A partir dessa hipótese geral, definimos as seguintes hipóteses específicas. A primeira é que os projetos de ensino, pesquisa e extensão, assim como os convênios e os termos de parceria promovidos desde a adesão ao Programa de Incentivo ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2008, até o ano de 2016, pelo Campus do Tocantins/Cametá-UFPA, na região do baixo Tocantins, colaboram para o seu desenvolvimento nas dimensões social, econômica e ambiental de desenvolvimento regional.

Como segundo pressuposto, hipotetiza-se que as lideranças das principais entidades locais percebem a atuação do CUNTINS como importante para o desenvolvimento regional da região nos âmbitos econômico, social e ambiental, no período compreendido entre 2008 e 2016.

Por último, temos como terceira hipótese específica de que o município de Cametá, a partir do Campus Universitário do Tocantins/Cametá-UFPA, obteve um melhoramento nos seus indicadores de desenvolvimento local nos períodos de 2008 a 2016, anos em que a unidade regional em questão teve maior ampliação de suas atividades.

Para tanto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar os impactos socioeconômicos e ambientais do CUNTINS-UFPA, enquanto agente dinamizador do desenvolvimento, entendendo a percepção dos atores locais.

Relacionados a esse objetivo, definimos outros três, como específicos, são eles: (i) Caracterizar a vertente dos projetos de pesquisa, ensino e extensão, assim como os convênios e termos de cooperação realizados e promovidos a partir da

adesão ao programa Reuni, em 2008, pelo Campus do Tocantins/Cametá da UFPA na região do Baixo Tocantins, com base nas dimensões social, econômica e ambiental de desenvolvimento local até o ano de 2016; (ii) Identificar a percepção das lideranças da sociedade civil sobre os impactos socioeconômicos e ambientais do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, durante o período de 2008 a 2016; e (iii) Caracterizar os resultados dos principais indicadores de desenvolvimento local do município de Cametá, e relacioná-los a partir do Campus de Cametá, de acordo com o período estabelecido. Destacaram-se, para a materialização deste último objetivo os indicadores de vínculos empregatícios por escolaridade do trabalhador formal – Superior completo ou incompleto; Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM); Docentes no Ensino Médio; Docentes no Ensino Básico (Infantil, Fundamental e Médio); Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – Séries iniciais e finais da Escola Pública; Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*; Receita Orçamentária; (Vínculos empregatícios por escolaridade do trabalhador formal – Superior completo).

Teoricamente utilizamos o neoinstitucionalismo como referência analítica e a literatura de origem marxista sobre as matrizes do desenvolvimento e o papel da universidade na sua interação com a sociedade regional e local. O método indutivo se apresenta como mais adequado, dado o estudo de caso no município de Cametá, Pará, Brasil, e a Campus de Cametá.

O presente estudo apresenta dez partes: na primeira, incluímos uma introdução com o tema, o problema de pesquisa e os objetivos. Na segunda parte abordamos os aspectos metodológicos, caracterizando o ambiente de pesquisa, os procedimentos metodológicos, a abordagem teórica, o tipo de estudo realizado, a etapa da coleta de dados e os métodos de tratamento das informações presentes na pesquisa. Na terceira parte, fazemos uma revisão de literatura e inserimos os referenciais temáticos em que a pesquisa se aporta. Na quarta, quinta e sexta partes mensuramos os aportes temáticos do estudo, como as questões referentes à consolidação das universidades públicas no Brasil, as suas relações com o desenvolvimento das territorialidades, além dos aspectos polissêmicos do desenvolvimento. A sétima, oitava e nona partes apresentam os resultados da pesquisa levada a efeito no contexto do município de Cametá, a partir do Campus de Cametá-UFPA. Por fim, apresentamos as considerações finais do trabalho, com uma

síntese dos resultados alcançados e reflexões sobre possíveis avanços para outras pesquisas e seus impactos na produção do conhecimento na Amazônia.

2. METODOLOGIA APLICADA AO ESTUDO

Neste capítulo, definimos a metodologia usada, o ambiente e o objeto de pesquisa, a fundamentação metodológica, a tipologia da pesquisa, a população e a amostra, etapa de coleta de dados, análises e interpretações.

2.1 AMBIENTE E OBJETO DE ESTUDO

O lócus de pesquisa é a sede Campus Universitário do Tocantins/Cametá da UFPA, presente na região do baixo Tocantins no Estado do Pará, que ocupa uma área de 36.024,20 Km² e é formada pelos municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia (MDA-SDT, 2010). O baixo Tocantins, conforme o IBGE (2010), agrega uma população de 728.574 habitantes, sendo os municípios de Abaetetuba, Barcarena, Cametá e Tailândia os que detêm as maiores populações, apresentando, respectivamente, 139.749, 94.641, 120.897 e 79.282 habitantes.

Para autores como R. Almeida (2010), os rios Moju, Pará e Tocantins cotidianizam a dinâmica da microrregião do baixo Tocantins, composta pelas cidades de Abaetetuba, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Cametá, Mocajuba, Baião e Oeiras do Pará, ou seja, apenas sete municípios. No entanto, neste trabalho, como será mensurado apenas um município do baixo Tocantins, não há necessidade de avançar na discussão sobre quais municípios integram de fato a região. Contudo, de acordo com Haesbaert (2004), o fenômeno da *desterritorialização* torna complexa a tarefa de definir geograficamente um território, pois os fluxos informacionais e globalizadores transpassam as fronteiras administrativas dos espaços e tornam bastante difícil medir os efeitos das interações entre regiões e locais.

Retomando a caracterização do ambiente, conforme R. Almeida (2010), essa região sofre os impactos da barragem de Tucuruí, principalmente no que se refere à redução de pescado. O baixo Tocantins se situa na região Nordeste do Pará, numa zona de fronteira entre a Amazônia Central e Amazônia Oriental e conta ainda com a segunda maior e mais importante bacia hidrográfica do Brasil, a Bacia do Rio Tocantins, atrás somente da Bacia do Rio Amazonas.

Quanto ao município vislumbrado pela presente pesquisa, a saber, Cametá, possui uma população de aproximadamente 139.364 habitantes, conforme estimativa do IBGE para o ano de 2020. Quanto à atividade econômica da cidade,

Cametá guarda as mesmas peculiaridades da sua região, em grande parte configurada pela produção agropecuária, agrícola temporária, projetos de assentamento, pesca e, principalmente, pelo extrativismo vegetal de recursos naturais e comércio (MDA-SDT, 2010).

De acordo com as projeções do IBGE para o ano de 2020, formulamos o quadro abaixo para esclarecer acerca do panorama populacional e socioeconômico de renda dos sujeitos presentes em Cametá.

Tabela 1 – Situação populacional e socioeconômica do município de Cametá

Cidade	População	% da população ocupada	% da população com rendimento nominal mensal <i>per capita</i> de até 1/2 salário mínimo	PIB <i>per capita</i> (em R\$)
Cametá	139.364	4,8	55,4	8.333,51

Fonte: Elaborada pelo autor do trabalho com base em dados fornecidos pelo IBGE (2020).

2.2 OBJETO DA PESQUISA

Como objeto de apreciação neste estudo, tem-se o Campus de Cametá que, conforme UFPA (2017), está presente no município de Cametá desde 1987, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional por meio de práticas e parcerias educacional-científicas e culturais. Trata-se de uma unidade regional da UFPA que se propõe a desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão acadêmica por meio dos cursos de Agronomia, Ciências Naturais, História, Letras Língua Portuguesa, Letras Língua Inglesa, Matemática, Pedagogia, Sistemas de Informação, Educação do Campo e Geografia, a partir de dez Faculdades, além do Mestrado Acadêmico em Educação e Cultura, incluindo ainda projetos de pesquisa, ensino e extensão, e cursos de especialização.

No entanto, conforme Coelho (2008), muito antes desse período, ainda na década de 1970, a UFPA já atuava na região, primeiramente na cidade de Cametá, por meio do Centro de Educação (CED/UFPA), ofertando cursos e formações complementares em licenciaturas, para que a figura do professor leigo na educação fosse extinta, uma vez que quem ministrava as aulas no ensino básico eram profissionais que só possuíam o Segundo Grau.

A partir da década de 1980, de acordo com Coelho (2008) e M. Sousa (2012), com a redemocratização, as universidades públicas, principalmente da

Amazônia, adquiriram maior autonomia, o que lhes permitiu lançar seus próprios projetos de expansão e interiorização. Nesse sentido, a partir do primeiro Projeto Norte de Interiorização (I PNI), a UFPA, juntamente com as demais universidades amazônicas, iniciou ações que vislumbravam a formação de *campi* no interior do estado.

Posteriormente, com o PNI II e III e a concepção de universidade multicampi, essa unidade regional foi crescendo física e pedagogicamente, aumentando ainda mais a sua importância para a região. Com o advento do Programa Reuni e a adesão da UFPA a ele, o Campus de Cametá dinamizou-se ainda mais, criando, a partir de 2008, seus polos, permitindo-lhe expandir a sua presença, de maneira efetiva, para as cidades de Baião, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará. Esse aumento da presença do *campus* na região foi reflexo também do projeto próprio de interiorização da educação superior na Amazônia da UFPA, iniciado pela concepção da Universidade Multicampi (Instrução Normativa UFPA n.º 01/2003).

Outrossim, destacamos que os critérios de seleção do respectivo *campus* devem-se ao fato de que ele possibilita, em nosso primeiro entendimento, maior eficiência na busca dos dados e informações referentes às suas ações de pesquisa, ensino e extensão, bem como aos convênios e termos de parcerias existentes, integradas a aspectos da região.

Em virtude da sua projeção enquanto instituição, atualmente, o Campus Universitário do Tocantins/Cametá se configura como relevante para a dinâmica social da cidade. Nesse espaço, uma gama de estudantes está em processo formativo, alcançando patamares elevados para o município, além disso, há uma parcela da população empregada de maneira direta e indireta, sem contar os recursos dispendidos para o funcionamento da unidade, conforme o quadro abaixo.

Tabela 2 – Visão atual geral sobre o Campus de Cametá em 2021

Docentes efetivos	Docentes substitutos	Técnico-administrativos	Discentes ativos	Discentes ativos na sede	Discentes ativos nos polos	Área física em m ²	Graduações	Recursos anuais em R\$
83	13	27	2846	1701	1145	51.679	10	326.717,00

Fonte: Elaborada pelo autor do trabalho com base em UFPA/Campus – Cametá (2021).

2.3 TIPOLOGIA DA PESQUISA

A ciência se forma, segundo Severino (2007), pela aplicação de técnicas, roteirizadas por métodos de investigação e pela ancoragem em fundamentos epistemológicos. Tais aspectos aproximam as ciências, tornando-se elementos em comum a todas as atividades de pesquisa. No entanto, assume-se que há diferenças quanto ao modo de investigação científica, devido aos diferentes enfoques epistemológicos que podem ser adotados, como também as distintas abordagens que podem ser dadas ao tratamento e investigação do objeto. Nesse sentido, “Várias são as modalidades de pesquisa que se podem praticar, o que implica coerência epistemológica, metodológica e técnica, para o seu adequado desenvolvimento” (SEVERINO, 2007, p. 118).

Analisando a função da universidade como catalizadora do desenvolvimento regional, entendemos que esta pesquisa, em relação aos seus objetivos, é classificada como descritivo-analítica, uma vez que investigamos as reverberações que a UFPA – Campus Universitário de Cametá externaliza para a sua população, em termos de desenvolvimento regional, em seus aspectos sociais, ambientais e econômicos. Assim, para Gil (2008, p. 25), as pesquisas descritivas “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis [...]”. Mas a pesquisa também se encaixa no aspecto analítico, pois, segundo Richardson (2012), procurou-se analisar a relação do melhoramento econômico, social e ambiental da região entre a atuação do Campus na dinâmica socioeconômico-ambiental do município. Além dessa questão, a proposição analítica também se justificou ao analisarmos as contribuições dos atores locais em paralelo com a atuação do CUNTINS durante o período proposto neste trabalho e os dados de desenvolvimento local.

Quanto à abordagem, ampliou-se o foco desta pesquisa, preceituando-a como qualitativa e quantitativa. O âmbito qualitativo valeu-se pela caracterização feita dos projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pela unidade regional com base nas dimensões econômica, social e ambiental, assim como pela realização do levantamento documental dos convênios e termos de cooperação firmados, de modo a compreender os pressupostos de atuação do Campus no

desenvolvimento, através da coleta, análise e interpretação das informações de maneira qualitativa, conforme Reneker (1993), constituindo-se como indutiva.

A par desta ação, a vertente qualitativa ainda se justificou pela utilização da entrevista semiestruturada como método de coleta de dados, o que requer, segundo Reneker (1993), uma perspectiva indutiva de análise e tratamento das informações obtidas, para que o investigador elabore conceitos, ideias e entendimentos, a partir dos padrões encontrados nesses dados.

Destaca-se ainda que a pesquisa qualitativa se caracteriza, segundo Godoy (1995), ainda que pelo ambiente natural, como fulcro direto da coleta de dados, tendo o pesquisador relevância por ser um instrumento da pesquisa. Esse tipo de investigação também se materializa pelo seu caráter descritivo, por isso o uso da descrição e a busca das percepções dos atores locais acerca da atuação desse *campus* frente ao desenvolvimento. Indutivamente, foram percebidas as posições dos investigados como forma de formular um entendimento sobre o tema em questão e compreender o fenômeno estudado a partir da perspectiva dos participantes.

A entrevista foi utilizada para se obter a visão dos atores locais quanto à contribuição da universidade para o desenvolvimento nos âmbitos social, econômico e ambiental, sendo analisadas com base no princípio da totalidade do fenômeno e suas interrelações. Nesse sentido, Fonseca (2002) acrescenta que métodos qualitativos descrevem uma relação entre objeto e resultados que não é passível de ser interpretada por meio de dados numéricos, ao passo que são pesquisas descritivas, dessa forma, interpreta-se o fenômeno de maneira indutiva.

Já para Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa tem como fonte direta de dados o ambiente natural e possui na figura do entrevistador o seu instrumento principal, pois é esse sujeito quem se preocupa com o contexto, haja vista que frequenta o local de estudo. Além disso, a investigação qualitativa se configura como descritiva, cujo processo de investigação interessa mais que os próprios resultados. Além disso, para a investigação do segundo objetivo específico, necessitou-se da coleta de dados por meio de entrevista semiestruturada, característica marcante dos estudos qualitativos.

Adicionado ao seu viés qualitativo, este trabalho também se caracterizou por sua dimensão quantitativa, pois a pesquisa quantitativa, segundo Fonseca (2002),

tem seus resultados quantificados em interlocução com a totalidade social, sendo necessário o apoio de instrumentos padronizados e o trato numérico na organização dos dados obtidos. Adicionado a isso, os dados socioeconômicos de desenvolvimento local careceram de um trato quantitativo, fato que também proporcionou a esta pesquisa uma abordagem quantitativa.

Logo, devemos também considerar que as pesquisas quantitativas, de acordo com Fernandes (2009), trabalham com dados numéricos e técnicas estatísticas, que são usadas para a análise e a classificação dos resultados, fato esse que possibilita a caracterização desta metodologia como pesquisa descritiva e analítica.

Com o intuito de operacionalizar o terceiro objetivo específico, analisamos a relação da instituição com os seguintes indicadores presentes no quadro abaixo, assim como os anos que basearam a aquisição dessas informações.

Quadro 1 – Dimensões de análise dos indicadores de desenvolvimento local

Dimensão	Descrição	Fonte	Período
Desenvolvimento Municipal	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)	FIRJAN	2008 a 2016
Social (educação)	Vínculos empregatícios por escolaridade do trabalhador formal – Superior completo ou incompleto	Ministério do Trabalho	2008 a 2016
	Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM)	IBGE	2008 a 2016
	Docentes no Ensino Médio	FAPESPA INEP	2008 a 2016
	Docentes no Ensino Básico (Infantil, Fundamental e Médio)		
	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – Séries iniciais e finais da escola pública		
Econômica	Produto Interno Bruto (PIB) <i>per capita</i>	FAPESPA/IBGE	2008 a 2016
	Receita Orçamentária		
	(Vínculos empregatícios por escolaridade do trabalhador formal – superior completo)		

Fonte: Alterado pelo autor do trabalho com base em Rocha (2018).

Enfatizamos ainda que a amplitude temporal escolhida para a aquisição e análise destes dados faz referência ao período em que o *campus* em questão vivenciou maior crescimento, impulsionado pelo Programa Reuni, aderido em 2008

pela UFPA, que marcou a dinamização acadêmica e estrutural do *campus* e, conseqüentemente, propiciou maior repercussão para a região. A intenção em salientar tal época até o ano de 2016 se manifesta na concepção de que políticas públicas de valorização e expansão do ensino público superior são importantes para os *campi* do interior, pois possibilitam a ampliação das suas ações e atividades na busca do desenvolvimento regional (RODRIGUES; SILVA, 2017). Reiteramos ainda que o ano de 2016 se configura como um marco negativo na história dos investimentos em educação superior, pois, neste mesmo ano, aprovou-se a Emenda Constitucional 95/2016, conhecida como “Teto dos Gastos”, que limitou os investimentos públicos em diversas áreas, principalmente na Educação Superior, conforme a PROIFES (2021).

2.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Levando em consideração a das entrevistas para a composição do segundo objetivo específico, definimos de maneira estratégica alguns atores locais que, na época compreendida pelo estudo, versaram sobre um ou mais âmbitos do desenvolvimento. Além disso, a população dessa parte da pesquisa, que compõe a dimensão qualitativa, foi constituída pelas lideranças das entidades mencionadas da sociedade civil correspondentes ao período de 2008 a 2016.

No entanto, segundo Lakatos e Marconi (2010), nem sempre é possível pesquisar e entrevistar todos os sujeitos de uma população, devido à escassez de recursos e tempo, por isso, torna-se necessário selecionar uma amostra que represente parte do universo que se quer pesquisar.

Nesse sentido, como critério de seleção dos entrevistados, foram mapeadas as entidades governamentais e não governamentais que possuíam e possuem maior relevância social, econômica e ambiental no município de Cametá e articulação com as atividades desenvolvidas pelo Campus. Assim, em referência à época em que a pesquisa foi posta, 2008 a 2016, definimos que as lideranças das seguintes entidades seriam abarcadas pelo trabalho:

- Prefeitura (prefeito do período);
- Secretaria de Educação (secretário de educação do período);
- Secretaria de Meio Ambiente (secretário de meio ambiente do período);
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR);

- Colônia de Pescadores Z-16;
- Lideranças religiosas (Diocese de Cametá).

Como os entrevistados exerceram cargos e funções diretivas em instituições, entidades e organizações que, de alguma forma, mantinham relações com a sociedade local e os movimentos sociais, nos valem de pseudônimos como forma de preservação da face pública desses sujeitos. Assim, estando dentro dessas questões, elaboramos o quadro abaixo que contém os respectivos cargos, nomes fictícios e anos dos que exerceram cargos de liderança nas respectivas instituições.

Quadro 2 – Informações dos líderes locais de Cametá entrevistados

Instituição/Entidade/Organização	Pseudônimo	Período de exercício na função e em outras
Ex-pároco da diocese de Cametá	Pedro Ribeiro	2005-2014
Ex-secretário de meio ambiente (SEMA)	João Cardoso	2012-2014
Ex-presidente da Colônia de Pescadores Z-16	Joaquim Silva	2010-2016 (Colônia de pescadores Z-16) 2002-2010 (vereador)
Ex-prefeito do Município	Domingos Balieiro	2012-2016 (Prefeito) 2008-2012 (Vereador) 2008-atual (Presidente da Colônia de Pescadores Z-16)
Ex-secretário de educação (SEMED)	Manoel Lopes	2016 (Secretário de educação) 2013-2015 (Chefe de gabinete e secretário de planejamento)
Ex-secretário de cultura (SECULT)	Raimundo Souza	2008-2012
Ex-presidente do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR)	Jeremias Cruz	2010-2016

Fonte: Elaborado pelo autor do trabalho.

Reiteramos que, de início, a pesquisa previa um número mais elevado de entrevistas, contudo, não puderam ser realizados mais encontros com outros entrevistados por questões de agenda. Fizemos o contato com algumas outras lideranças locais, no entanto, poucas manifestaram disponibilidade para a participação no estudo, sendo apenas dois sujeitos o que retornaram o contato.

Por fim, esclarecemos ainda que a aproximação com esses sujeitos que não retornaram a solicitação se deu por e-mail e por telefone, isso quando se tinha o contato do ator local.

Ressaltamos ainda que, além destes líderes locais, o nosso estudo focou em outros sujeitos das mesmas e de outras instituições e organizações, como o ex-prefeito dos anos de 2008 a 2012, ex-representante da Câmara de Dirigentes Lojistas e Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação Pública do Pará (SINTEPP), no entanto, em todos esses casos não obtivemos sucesso no agendamento dos encontros. Nesse sentido, quanto ao ex-líder executivo do município, os contatos iniciais por telefone e e-mail não foram retornados, já nos dois últimos casos, houve retorno, porém, não ocorreu manifestação positiva quanto à realização da entrevista.

Mesmo com o insucesso em articular mais encontros, o número de entrevistados e as informações obtidas foram suficientes para a investigação do tema, pois, para os trabalhos qualitativos, mais importância tem a qualidade dos dados capturados nas entrevistas do que a quantidade de sujeitos presentes no estudo.

Nessa perspectiva, ressaltamos, conforme Richardson (1999, p. 102), que:

O objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno.

Nesse mesmo sentido, destacamos que a finalidade das entrevistas praticadas, residiu na possibilidade de uma investigação mais profunda da relação do Campus de Cametá para com o desenvolvimento na percepção dos atores locais. Desse modo, não foi necessário um número elevado de amostras, pois o que vale para a pesquisa qualitativa é a sua qualidade de aprofundamento, como agrega (RICHARDSON, 1999).

2.5 A COLETA DE DADOS

A primeira etapa da coleta de dados da nossa pesquisa se configurou por meio de buscas documentais no acervo arquivístico do Campus da UFPA em Cametá. Realizadas do dia 03 de outubro de 2021 ao dia 27 daquele mesmo mês, a

busca pelos dados se concentrou na aquisição das atas de reunião do conselho deliberativo da unidade, as quais continham todas as informações pertinentes acerca das ações discutidas e aprovadas pelo órgão deliberativo.

Nesta etapa, nossa pesquisa se realizou principalmente durante o período da manhã, turno no qual se empregava esforços na procura dos dados. Durante o período da tarde, desdobrava-se o empenho no registro manual dos projetos de ensino, pesquisa, extensão e dos termos de cooperação, parcerias e convênios.

Cabe ressaltar que algumas atas já se mantinham em posse da Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avaliação (CPGA), setor do Campus Cametá, mais especificamente alguns poucos documentos dos anos de 2010 e a maioria dos registros de 2012 a 2016. Nesse sentido, devido à falta de alguns documentos desses anos e de outros que não estavam em posse desse setor, recorreu-se ainda mais ao levantamento arquivístico.

Levando em consideração essa dificuldade, houve a necessidade de uma pesquisa documental no setor de arquivo do Campus. A autorização de acesso ao setor se deu de maneira direta com os responsáveis pela gestão da Unidade. Assim, ao pesquisador foi dotado aval da Coordenadora do Campus, a Professora Doutora Lucilena Gonzaga, do Administrador Carlos Cunha e do técnico-administrativo José Martins. Esses servidores da unidade dispuseram plenamente o arquivo, para que, assim, o labor fosse retomado sem outros percalços. Enfatizamos ainda que a sala dos professores foi cedida ao pesquisador para que pudesse realizar as análises e os registros escritos das informações que necessitava extrair das atas.

Nesse ponto, esclarece-se que, em todo o momento em que se realizou a pesquisa documental, foram utilizados meios básicos de prevenção à covid-19, como uso ininterrupto de máscaras e álcool em gel, assim como o distanciamento dos sujeitos que ali se faziam presentes no Campus, como docentes, técnicos-administrativos e discentes.

Nesses termos, notou-se o anseio do Campus quanto à realização de nosso estudo, cumprindo-se, assim, um dos seus objetivos enquanto instituição educadora e fomentadora de pesquisa científica, bem como a disposição em fornecer as informações necessárias para o trabalho em desenvolvimento. Contudo, mesmo com essa facilidade de acesso, notaram-se também dificuldades quanto às condições de procura dos dados que precisávamos.

Uma primeira questão pertinente visualizada foi a falta de catalogação mais específica e geral das caixas que mantinham todos os documentos do CUNTINS/Cametá. Poucas eram as que detinham identificação e as que se faziam presente careciam de mais informações para a sua identificação. O estado de conservação destas caixas e, conseqüentemente, dos documentos, também se postou como dificuldade, haja vista que muitos destes encontravam-se deteriorados parcialmente, atingidos por fungos e cupins presentes no local, uma questão que se justificava por algumas infiltrações no ambiente, o que facilitava a existência de maior de umidade. Dito isto, também se percebeu no local um odor forte, característico dos cupins e fungos, assim como a existência de algumas aranhas perto das caixas. Tais questões requereram do pesquisador o uso de mais de uma máscara ao mesmo tempo e de luvas especiais.

Ao todo, por meio de nosso levantamento, foram encontradas 86 atas de reuniões que contemplavam o período proposto neste estudo. Destacamos ainda que, para a organização dos projetos e parcerias encontrados nos documentos, recorreremos ao *software* Excel para criar planilhas e sistematizar as informações (ver Apêndice). Por último, mesmo com tais dificuldades, essa etapa da pesquisa foi realizada com êxito: as atas de todos os anos buscados foram encontradas e os dados necessários foram localizados e registrados para o prosseguimento do trabalho.

De uma maneira geral, as entrevistas para todos os participantes foram realizadas ou presencialmente ou por meio virtual, agendadas com antecedência de uma semana da data do encontro, sendo também enviado por e-mail um lembrete no dia anterior, contendo a data e a hora marcadas. No caso de encontro virtual, disponibilizamos o *link* de acesso com um dia de antecedência. As interlocuções foram gravadas com a devida autorização prévia do entrevistado, para que, assim, nenhuma informação deixasse de ser considerada neste trabalho.

Também fizemos registros escritos das respostas, tanto nas reuniões virtuais quanto presenciais. Salientamos que as conversações *in loco* também foram registradas por meio de gravador de voz, recurso este presente em *smartphones*, também com a devida autorização prévia. Esses diálogos se realizaram em locais arejados e ventilados, espaços cedidos pelos próprios sujeitos da pesquisa. Assim, nas duas abordagens, as entrevistas orbitaram no intervalo de 20 a 60 minutos,

sendo estendido conforme o andamento do processo e, além disso, de maneira prévia, na marcação do encontro, foi informado aos sujeitos o tempo que necessitaríamos dispor, conforme as orientações metodológicas propostas por Flick (2009).

Essa etapa de coleta de dados contemplou um número total de 7 (sete) entrevistados, sendo as pesquisas realizadas durante o mês de fevereiro de 2022. Por meio de pessoas conhecidas em comum, foram adquiridos os contatos telefônicos dos entrevistados que, por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp, foram contatados e convidados a participar do presente estudo.

Essas entrevistas se materializaram tanto presencialmente quanto *online*, através da ferramenta de internet chamada Google Meet. Esse meio virtual de reuniões foi necessário para a entrevista dos sujeitos que se encontravam impossibilitados de nos conceder encontros presenciais. Nesse sentido, previamente foi informado aos entrevistados a possibilidade da gravação em áudio das entrevistas, o que foi acatado pelos participantes e, dessa forma, foi realizada tal ação por meio de aplicativo de gravador de voz no telefone portátil.

Então, no dia 04 de fevereiro de 2022, por meio de recurso digital de reunião, recebemos as contribuições do representante da Igreja Católica, o senhor Pedro Ribeiro. Em seguida, no dia 5 de fevereiro de 2022, de maneira presencial no local de trabalho do perguntado, buscamos a participação de João Cardoso, ex-Secretário de Meio Ambiente. Na data de 07 de fevereiro de 2022, materializamos o diálogo com Joaquim Silva, ex-presidente da Colônia de Pescadores Z-16, na sede da própria organização. Depois, no dia 09 de fevereiro de 2022, realizamos a entrevista com o ex-prefeito do Município, o senhor Domingos Balieiro, no espaço de sua propriedade. Posteriormente, por meio virtual, em 12 de fevereiro de 2022, o senhor Manoel Lopes, ex-Secretário de Educação nos concebeu a sua participação. Em 16 de fevereiro de 2022, na própria residência do ator local, entrevistamos o ex-Secretário de Cultura, Jeremias Cruz. Por último, no dia 19 de fevereiro de 2022, na sede do STTR, dialogamos com Raimundo Souza, ex-Presidente do STTR.

Tais procedimentos se aportaram nas recomendações de Christian (2005) sobre os princípios de uma pesquisa eticamente sólida. Nesse sentido, respeitamos questões como o consentimento por parte do entrevistado em participar do processo, a sinceridade quanto ao propósito da pesquisa, a escolha pela privacidade

de identidade, a precisão e a veracidade na interpretação dos dados obtidos, respeito e disposição para o bem e a justiça.

A etapa de coleta de dados que se refere ao terceiro objetivo específico desta pesquisa se materializou pela busca em fontes virtuais dos dados de desenvolvimento local do município de Cametá nos anos de 2008 a 2016. Essa procura se realizou principalmente em *sites* oficiais do governo federal e estadual, mais necessariamente os *sites* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa na Amazônia (FAPESPA), meios importantes para a busca de dados sociais e econômicos. Também recorreremos, neste trabalho, ao *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que serviu de fonte de dados educacionais, fornecendo apoio para as questões sociais do desenvolvimento a que nosso estudo se propôs a analisar.

Esse levantamento documental foi realizado durante os dias 20 e 27 de outubro de 2021, sendo necessária a composição de uma tabela em Excel, de formatação cronológica, para a organização e melhor análise das informações obtidas.

Em último lugar, esclarecemos que essa etapa de coleta de dados também se configurou como árdua, haja vista que foi necessário um levantamento mais profundo em diversos sites, para que assim fossem encontradas as informações mais precisas. Nesse sentido, as informações postas estão diretamente proporcionais com as condições de oferta de dados pelos meios de transparência oficiais, portanto, as informações faltantes acerca da Receita Orçamentária em reais, dos anos de 2010 a 2012 do município de Cametá, não se fazem presentes pela inexistência destes respectivos números no site da Fapespa.

2.6 O PROCESSO DE ANÁLISE DOS DADOS

Em todo o nosso processo de discussão dos dados obtidos, buscamos a articulação entre os três objetivos norteadores. Inicialmente, com a aquisição dos projetos de ensino, pesquisa, extensão, parcerias, convênios e termos de cooperação, no que foi possível definir qual o âmbito do desenvolvimento que a instituição UFPA – Cametá mais priorizou nessas ações. Nesse sentido, tendo como base a ótica neoinstitucionalista histórica, definimos a preferência institucional desse

campus com base em suas atividades, questão esta que se tornou parâmetro de análise das entrevistas.

Ainda assim buscamos captar, no estudo dos dizeres dos entrevistados, os demais elementos que fizessem referência aos outros âmbitos do desenvolvimento que tratamos. Desse modo, mesmo sendo definida a preferência institucional, não excluímos os reflexos das ações do *campus* nos outros dois espectros, pois, entendemos estes três segmentos de maneira intimamente interligada.

Corroborando esses aspectos enunciados referentes aos roteiros de entrevistas, destacamos ainda a existência de perguntas comuns a todos os entrevistados, que funcionaram como eixo temático desse trabalho e que assim orbitam sobre a tese dos impactos socioeconômicos e ambientais do Campus de Cametá.

Foram direcionadas questões comuns aos entrevistados, perguntas acerca da compreensão dos sujeitos participantes sobre o posicionamento da instituição frente ao desenvolvimento, pois, o desenho flexível de pesquisa se enquadra, segundo Rubin e Rubin (1995), na proposta de entrevistas de diferentes sujeitos pertencentes a diferentes grupos.

Isto posto, como a pesquisa teve como um dos seus objetivos específicos capturar a percepção de sujeitos atuantes nas esferas social, econômica e ambiental das principais entidades da cidade, desenvolveu-se um roteiro de perguntas para estabelecer um diálogo mais ou menos aberto, conforme Flick (2009), e definimos que os entrevistados seriam as lideranças de organizações e entidades que encabeçaram a gestão das suas atividades durante os anos abarcados pela pesquisa.

Esses diálogos aconteceram em entrevistas semiestruturadas que, de acordo com Triviños (1987, p. 146), se fundamentam em questionamentos básicos, referendados nas teorias e nas hipóteses que são atinentes ao tema da investigação científica. Para esse autor, a tarefa do investigador-entrevistador é centralizar o foco da discussão, pois as respostas podem dar margem a novas hipóteses. Nesse sentido, ele enfatiza que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade”, além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Há de se destacar que a entrevista semiestruturada, segundo Manzini (1990/1991, p. 154), faz referência a certo assunto, do qual são gerados alguns questionamentos principais, complementados por outras perguntas que são inerentes à conjuntura da pesquisa. Esse autor adiciona ainda que a entrevista semiestruturada permite o desenvolvimento de uma pesquisa mais livre com respostas não condicionadas.

Enfatizamos ainda que esse roteiro de entrevista foi desenvolvido de forma que houvesse questionamentos comuns a todos os entrevistados, perguntas vinculadas à questão da UFPA/Campus de Cametá e aos seus impactos socioeconômicos e ambientais, tendo também perguntas mais flexíveis que variaram conforme a atuação profissional do investigado.

Destarte, com o objetivo de captar as percepções desses diferentes sujeitos, precisamos elaborar um roteiro flexível de entrevista, que, segundo Rubin e Rubin (1995), nos permitisse uma melhor aquisição das visões dos entrevistados de acordo com os seus campos específicos de atuação. Nesse ponto, deslindamos que, para algumas entidades, foram direcionados questionamentos mais gerais sobre a visão desses gestores acerca dos impactos do Campus para o desenvolvimento, como a Prefeitura, para a qual também se destinou pontos sobre os aspectos econômicos, a Secretaria de Educação e a Secretaria de Meio Ambiente, sendo esta última portadora de algumas questões específicas sobre a ação da universidade frente aos assuntos ambientais; a Colônia de Pescadores Z-16 e o STR também entraram no rol das averiguações ambientais. Por último, salientamos a existência de pontos mais específicos sobre o aspecto social e educacional para a Secretaria de Educação do município, fazendo parte também desse âmbito a Diocese local.

Com a concretização dos objetivos específicos, realizamos o cruzamento dessas informações, a explanação do campo de atuação da instituição por meio dos projetos de ensino, pesquisa, extensão e termos de parcerias firmadas com as percepções dos sujeitos da pesquisa e os indicadores de desenvolvimento local. A identificação do pressuposto principal de atuação do Campus, com base nos âmbitos social, econômico e ambiental de suas ações, foi importante para serem relacionadas às falas dos sujeitos e à importância da instituição para certo aspecto do desenvolvimento, assim como também foi vital para a descrição da gradação em determinado indicador de desenvolvimento local durante o período de 2008 a 2016.

Conjectura-se que os artifícios de pesquisa necessários para a investigação do tema contribuíram para a análise do Campus de Cametá-UFPA, numa perspectiva do neoinstitucionalismo, e, portanto, como uma instituição do Estado capaz de moldar as ações individuais de forma que elas focalizem para objetivos coletivos, nesse caso, para o desenvolvimento (STEINMO, 1997). Ainda assim, faz-se crer neste trabalho que o neoinstitucionalismo histórico é um modelo teórico importante para analisar a relação de uma instituição entre os sujeitos, haja vista que de acordo com Immergut (1996), as pessoas, suas reflexões e aspirações quanto às instituições, também são relevantes nesse processo, de forma que as instituições são consideradas como mecanismos para constranger, para desviar e também para munir o pensamento individual das cadeias sociais de possibilidades para a liberdade de ação.

Dessa forma, na perspectiva neoinstitucionalista histórica, é importante nos atermos às prerrogativas de atuação do Campus, no que se refere às suas atuações, sejam elas mais alinhadas à perspectiva social, econômica e ambiental, aspecto este que foi mensurado no seu primeiro objetivo específico. Ainda assim, as aspirações e reflexões dos sujeitos abarcados pela instituição e sobre ela, elemento ímpar do neoinstitucionalismo histórico, foram contempladas pelo segundo objetivo específico, a captura da percepção destes sobre os aspectos do desenvolvimento emanados pelo Campus.

Além disso, para o neoinstitucionalismo histórico, segundo Immergut (1996), a origem, evolução e a mudança das instituições são concebidas por meio do cálculo estratégico com base nas aspirações individuais, mas também nas suas diferentes visões de mundo e contextos sociais. Por esse motivo, mostrou-se necessária a identificação dos pressupostos de atuação da instituição UFPA/Campus de Cametá, com base nas suas atividades, como forma de perceber as suas emanções para a sociedade, configurando-se como o enfoque do cálculo dessa instituição. Ainda nesse sentido, a razão de recorrermos às percepções dos atores sociais quanto à relação da instituição com o desenvolvimento regional e local, residiu na consideração das visões de mundo dos sujeitos e do contexto social que a referida unidade regional ajudou a criar, configurando-se como o enfoque cultural da instituição.

Nessa medida, localizamos os indicadores de desenvolvimento local, de maneira gradativa e referente aos anos de 2008 a 2016, como modo de verificar, na questão neoinstitucionalista histórica, o resultado da coadunação das forças normativas e institucionais do Campus entre as perspectivas individuais dos sujeitos que ajudaram a dar significado à própria origem e mudança institucional dele. A necessidade da existência desses dados de desenvolvimento local na pesquisa se materializou como forma de evidenciar uma possível evolução desses indicadores durante esse período, conforme a hipótese deste trabalho, sustentada no melhoramento do desenvolvimento do espaço tratado com base na ação institucional do Campus Cametá. Os resultados encontrados foram interligados às falas dos sujeitos entrevistados de acordo com o segundo objetivo específico, a aquisição das percepções dos atores sociais, como forma de sustentar, ou não, a evolução dos números presentes no quadro de indicadores locais.

Ressaltamos que esta pesquisa recorreu a fontes primárias e secundárias de dados. As primárias fazem referência às entrevistas destinadas aos atores locais. As fontes secundárias foram necessárias para a análise dos indicadores socioeconômicos da região em relação à atuação do Campus no município.

Dessa forma, este trabalho teve como característica o levantamento bibliográfico e documental em *sites*, atas, cartilhas, artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de curso, relatórios governamentais, relatórios de gestão, entre outros. Fizemos uso da pesquisa bibliográfica justamente porque ela se refere às “[...] contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto [...]” (GIL, 2012, p. 51), e também da pesquisa documental porque ela se vale “[...] de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2012, p. 51).

Atendo-se, então, ao aspecto bibliográfico e documental desta pesquisa, foi vital a leitura e análise das atas de reuniões correspondentes aos anos de 2008 a 2016 do Campus Cametá, para que assim se tivesse acesso aos projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos e aos termos de cooperação, contratos e parcerias firmadas entre o CUNTINS e as demais instituições locais.

Portanto, enfatizamos que os três objetivos específicos firmados se coadunaram para a averiguação dos impactos socioeconômicos e ambientais do CUNTINS, na perspectiva dos atores que se fazem presentes no local.

Esclarecemos que essas delineações tiveram seus dados cruzados entre si para que pudéssemos produzir uma análise mais detalhada e confrontada com informações que poderiam ou não se confirmar, abrindo espaço para maiores investigações. Nessa linha de raciocínio, também é importante ressaltar que tais objetivações foram vitais para o alinhamento do trabalho com a sua hipótese geral, sendo, então, importantes questões norteadoras que nos permitiram analisar o objeto de pesquisa e seu problema.

3. A UNIVERSIDADE COMO INSTITUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: O NOVO INSTITUCIONALISMO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E O APORTE METODOLÓGICO

Ao longo deste capítulo serão contemplados os aspectos teóricos referentes ao estudo das universidades públicas como vetores para o desenvolvimento. Nesse olhar, também serão enfatizados os estudos que dão suporte teórico e metodológico à nossa dissertação, e que também evidenciam o papel e as contribuições que a universidade pública pode oferecer para a sociedade.

Além dessas questões, também faz parte deste capítulo a apresentação da base teórica para a investigação do tema, bem como a problematização desta, tendo em vista a noção da universidade pública e o desenvolvimento regional, os impactos socioeconômicos e ambientais do Campus de Cametá da UFPA, na visão dos atores locais.

3.1 REVISÃO DE LITERATURA

Como “o papel das universidades no desenvolvimento regional vêm recebendo uma atenção crescente nos últimos anos e está sendo considerado como um elemento chave do processo” (ROLIM; SERRA, 2005, p. 1), já se estabeleceu um conjunto de estudos relevante que serve para constituir a base teórica e metodológica para nosso trabalho.

Logo, os aportes teóricos de Rolim e Serra (2009), J. Santos (2013) e as contribuições acadêmicas de G. Almeida (2011), Goebel e Miura (2004), Lopes (2001; 2003), Rocha (2018) e O. Silva (2017) representam importantes teorias, pensamentos e estudos que procuraram averiguar a importância de uma universidade pública para uma região ou para um local, que passamos a comentar brevemente a seguir.

Rolim e Serra (2009) pesquisaram sobre os impactos econômicos das universidades estaduais paranaenses, ou melhor, sobre o sistema estadual de ensino superior do Estado do Paraná, tendo como base as universidades estaduais de Londrina e Maringá.

Já Santos (2013) estudou os impactos da presença da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) sobre o bairro de Salobrinho, em Ilhéus, na Bahia, durante os anos de 1991 a 2008; adota uma perspectiva mais localista das

reverberações dessa universidade e contribui para o tema “Universidade Pública e Desenvolvimento Local”. Nesse sentido, o autor constata que a referida universidade se define como um “farol” para o desenvolvimento local, impactando neste processo por meio da sua função como executora de políticas públicas, pelos seus projetos de ensino, pesquisa e extensão, pela agregação de novos conhecimentos atrelados ao lugar, como também pela movimentação de recursos na economia com o fluxo de bens e serviços.

Os autores Goebel e Miura (2004) construíram uma pesquisa sobre a contribuição de uma universidade para o desenvolvimento regional, por meio da presença das instituições de nível superior no município de Toledo (PR). No seu trabalho, perceberam, ao analisarem as inter-relações entre tais IES e as questões do desenvolvimento, o papel dinamizador das universidades ali presentes para o desenvolvimento econômico local.

Rocha (2001; 2003) desenvolve uma importante pesquisa acerca da universidade pública e do desenvolvimento local, a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Ele estudou as relações entre os recursos financeiros do funcionamento desta universidade pública e a economia do município em que essa instituição estava instalada. Nesse sentido, distanciou-se das perspectivas que as universidades se configuravam apenas como geradoras de mão de obra qualificada e de fonte de conhecimento, aproximando-se, assim, de uma abordagem mais economicista do impacto financeiro da instituição na economia do município de Vitória da Conquista (BA).

A literatura sobre o tema “universidade e desenvolvimento regional” é considerável e a encontramos em fontes diversas, como livros e periódicos, mas também no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, no Repositório da UFPA, e em bibliotecas setoriais do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) e do Instituto de Ciências da Educação (ICED/UFPA).

Dentre as fontes para a criação deste trabalho, destacamos o estudo desenvolvido por Rocha (2018), que investigou o potencial dos *campi* das universidades públicas da microrregião bragantina paraense para o desenvolvimento local, fornecendo muitos direcionamentos necessários para a edificação da presente proposta de mestrado, assim como a tese de se estudar os impactos de uma Universidade no desenvolvimento local e regional, além de orientações

metodológicas e teóricas na elaboração do projeto. Na sua pesquisa, esse autor buscou analisar os impactos dessas instituições sobre os resultados dos indicadores de crescimento econômico da região, e os efeitos causados pelos projetos de ensino, pesquisa e extensão para as áreas da economia, vida social e meio ambiente. Além disso, nessa fonte, analisaram-se as percepções dos atuantes no funcionamento da instituição, dentre técnicos e egressos.

Nossa pesquisa difere, contudo, da aqui exposta, por se concentrar na análise dos impactos da Unidade Regional Campus Universitário do Tocantins/Cametá da UFPA, na cidade de Cametá, não havendo pesquisas que expliquem os impactos em termos ambientais, sociais e econômicos dessa Unidade Regional, senão as pesquisas voltadas para a explicação de como ocorreu o processo de implantação desse *campus*, como a de L. Almeida (2019), que estudou o processo de democratização do ensino superior na região, a partir do processo de interiorização do Campus Cametá – UFPA com a ampliação de vagas em curso de graduação no Polo de Mocajuba.

Observamos que, em nenhum dos trabalhos encontrados, remete-se a uma unidade regional da UFPA, e muito menos ao município de Cametá ou à região do baixo Tocantins; nesse sentido, nota-se que este trabalho é inovador, por ser o primeiro a tratar do tema nesse lugar.

Posto tal enquadramento conjuntural, temos como hipótese neste trabalho, que a UFPA, unidade regional do baixo Tocantins, reverbera sobre a sua região situações de desenvolvimento, que não somente àquelas de cunho econômico, mas também as relacionadas a aspectos sociais e ambientais, por meio das suas ações institucionais e de ensino, pesquisa e extensão.

3.2 O NEOINSTITUCIONALISMO TEÓRICO COMO ENFOQUE PARA O ESTUDO DOS IMPACTOS DA UNIVERSIDADE NO DESENVOLVIMENTO NA PERCEPÇÃO DOS ATORES LOCAIS

Toda investigação científica necessita de uma epistemologia capaz de guiar a pesquisa e seus procedimentos analíticos, por isso, partimos do princípio de que tal enquadramento deve reger e coordenar o pensamento geral desta pesquisa, de forma a constituir uma “metaciência”, capaz de proporcionar uma autorreflexão acerca dos principais conceitos teóricos, por meio dos quais se delinea a própria construção da pesquisa (BRUYNE, 1991, p. 41).

Nessa perspectiva, definimos para esta investigação uma abordagem teórica baseada no neoinstitucionalismo, pois precisávamos entender a forma como uma instituição, a UFPA – CUNTINS/Cametá, no sentido da administração pública indireta, impacta no desenvolvimento de uma região e, de certa forma, no comportamento da coletividade. Nesse sentido, considerando a universidade pública uma modalidade do Estado e que pactua de mecanismo para a transformação de ações individuais em comportamentos coletivos voltados para o desenvolvimento regional, recorreremos a Pierson (1996), Hall e Taylor (1996), Théret (2003), Peres (2008), dentre outros.

Théret (2003) entende a importância das instituições na sua relação entre estruturas sociais e comportamentos individuais, produtora de condutas e ações coletivas e na mudança dos comportamentos individuais. Dessa forma, rege-se a pesquisa sob a perspectiva de que a instituição UFPA, sendo ela uma modalidade autônoma da presença do Estado, também geradora de suas próprias políticas e diretrizes, consegue impactar positivamente nos âmbitos social, econômico e ambiental, seja por consequência de sua própria presença no local, seja também pela relação que mantém com a sociedade e o ambiente, por meio das suas ações de ensino, pesquisa e extensão.

O neoinstitucionalismo na Ciência Política surge, para Norgaard (1996), em face da insatisfação e rejeição das proposições comportamentalistas e sociopsicológicas quando estas tentavam explicar a ação individual e a ação coletiva. Dessa forma, “[...] o surgimento do novo institucionalismo na Ciência Política reflete um renovado interesse pelo próprio modo como arranjos relativamente estáveis e rotineiros estruturam o comportamento político” (PIERSON, 1996, p. 152). Nesse sentido, os teóricos neoinstitucionalistas enfatizam que as instituições forjam e circunscrevem a ação, que é estruturada tanto por mecanismos institucionais formais quanto por mecanismos informais.

Assim, as instituições, de acordo com Pierson (1996), estabelecem as regras do jogo no que se refere às lutas políticas, influenciando de diferentes formas as identidades dos arranjos sociais, formação de grupos políticos de coalizão e determinando as assimetrias de poder entre estes. Acrescenta ainda que as instituições interferem diretamente na atuação dos governos e, conseqüentemente,

na determinação de políticas públicas sobre os recursos financeiros e administrativos.

Por sua vez, Steinmo, Thelen e Longstreth (1997, p. 2) afirmam que:

De modo geral, os institucionalistas estão interessados em todo tipo de instituições sociais e estatais que moldam a maneira pela qual os atores políticos definem seus interesses e estruturam as relações de poder com os outros grupos. Portanto, essa definição também abrange outras dimensões institucionais, tais como as regras da competição eleitoral, a estrutura do sistema partidário, as relações entre os diversos setores do governo e a estrutura e a organização de atores econômicos, tais como sindicatos.

Nesse sentido, a corrente institucionalista preocupa-se com todas as instituições sociais e de Estado que estruturam as relações políticas, assim como o institucionalismo visa àquelas instituições que também modelam a forma como os atores políticos determinam os seus interesses. Logo, de acordo com esse pensamento, a corrente institucionalista permite analisar diferentes segmentos institucionais, não só os ligados às atividades política e econômica, mas a quaisquer outras que interagem sob o modo como os sujeitos políticos manifestam seus interesses e constroem suas relações.

O primeiro paradigma institucionalista prevaleceu, conforme Peres (2008), até metade da década de 1940, e adotava o método indutivo de análise, o formalismo constitucional, orientado pela especulação de suas análises, dada a debilidade de embasamento teórico. A partir desse período até os anos de 1970, imperaram as análises comportamentalistas sobre a ação humana, observações marcadas pela empiria quantificável e métodos de observação. Salienta-se que, ao final dos anos 1960, surge o novo institucionalismo, que se consolidou entre os anos 1980 e 1990. Esse novo paradigma continuou a manter seu foco nas instituições, contudo, a preocupação metodológica e científica passou a permear as observações e estudos neoinstitucionalistas.

Destarte, destacam-se três correntes teóricas dentro do neoinstitucionalismo: a sociológica, a histórica e a da escolha racional. Peres (2008, p. 64) enfatiza que o princípio comum entre essas três correntes e, conseqüentemente, entre os seus teóricos, se configura na questão de que as instituições:

[...] são fatores de constrangimento/restrição e de moldagem/estruturação das ações, pois limitariam seus cursos de ação possíveis e estabeleceriam uma escala de racionalidade entre estes. Com isso, ao longo do tempo, as instituições moldariam/estruturariam cada vez mais as preferências.

Partindo, então, da afirmação de que as abordagens neoinstitucionalistas se enquadram, segundo Hall e Taylor (1996), em institucionalismo histórico, institucionalismo sociológico e institucionalismo da escolha racional, escolas estas autônomas e independentes entre si, percebemos que tais linhas teóricas se desenvolveram metodologicamente pela tentativa em responder a duas questões principais: (I) Como explicar o processo de origem, evolução e mudança das instituições? (II) Como são estabelecidas as relações entre comportamento e instituições?

Nesse sentido, tanto o institucionalismo sociológico quanto o histórico buscam, segundo Hall e Taylor (1996), responder apenas à primeira pergunta e, ainda assim, diferenciam-se entre si pelas respostas dadas a ela. Quanto à escolha racional, tais autores enfatizam que ela apenas procurou respostas para a segunda indagação.

Respondendo a ambos os questionamentos, esses autores elaboraram duas perspectivas sobre a forma que as instituições se relacionam com o comportamento. O primeiro âmbito, denominado *enfoque do cálculo*, balizaria a forma com que a abordagem da escolha racional considera o comportamento humano, admitindo-o como de maneira instrumental e estratégico. Nessa visão, as instituições incumbem-se de reduzir as incertezas sobre o comportamento dos sujeitos entre a ação dos demais. Portanto, o enfoque do cálculo percebe as instituições de maneira contratual e funcional, resultados de ações intencionais que objetivam a otimização dos ganhos por parte dos indivíduos. Além disso, ressalta-se que elas podem alterar sua natureza na medida em que alcancem os seus objetivos (THÉRET, 2003).

O *enfoque cultural* se difere do *enfoque do cálculo* por considerar a dimensão rotineira do comportamento e o papel dos atores e suas visões de mundo sobre as situações. Este enfoque, validado pela teoria das organizações de estruturação neoinstitucionalista sociológica, adiciona que as instituições representam os planos morais e cognitivos, que são os referenciais para a interpretação das ações. Nesse sentido, o enfoque cultural e o neoinstitucionalismo sociológico notam a importância dos níveis de percepção e dos comportamentos

rotineiros para a análise das instituições, sendo estas, muitas vezes, convencionais e resistentes às mudanças, estruturando as escolhas individuais e objetivando a reforma do comportamento coletivo. Portanto, Théret (2003) e Peres (2008) percebem que os dois enfoques e, conseqüentemente, os paradigmas da escolha racional e do institucionalismo sociológico explicam a mudança institucional de forma oposta.

Immergut (1998) diz que o institucionalismo histórico distingue-se dos demais por funcionar como uma interação entre elementos importantes do institucionalismo sociológico e o da escolha racional. Nessa percepção, tanto a origem, evolução e mudança das instituições são dadas por meio do cálculo estratégico com base nos interesses dos atores, quanto nas suas diferentes visões de mundo e nos seus contextos sociais. Nesse sentido, para Immergut (1996), os interesses não seriam dados, tal qual se dá o condicionamento no institucionalismo da escolha racional, mas seriam construídos politicamente. Dito de outra forma, na vertente histórica no neoinstitucionalismo, cálculo e cultura são mesclados para a constituição de atores coletivos, que desenvolveriam suas ações no plano de macroinstituições herdadas e com base nas relações assimétricas de poder. Na perspectiva do neoinstitucionalismo histórico, as instituições são, portanto, entendidas como forma de constranger, desviar e também fornecer meios para a liberdade de ação e de pensamento individual das cadeias sociais.

Além disso, de acordo com Théret (2003) e Peres (2008), com base em Hall e Taylor (1996), o neoinstitucionalismo histórico se distancia das duas outras vertentes em relação ao segundo questionamento metodológico, referente à função e ao papel do surgimento das instituições. Nesse sentido, observamos que a perspectiva histórica do neoinstitucionalismo afirma que as instituições têm a função de regular os conflitos específicos decorrentes do desenvolvimento de interesses diferenciados entre os sujeitos e os grupos, assim como para assegurar as assimetrias de poder.

Diferentemente dessa visão, o institucionalismo da escolha racional e o sociológico analisam a função das instituições de maneira díspar. Segundo a análise na perspectiva da escolha racional, considerando a preferência já concebida dos sujeitos sobre as suas preferências, caberia às instituições apenas a função de coordenação das ações e a otimização racional do comportamento. Já para a

corrente sociológica, a coordenação das instituições se baseia nos dispositivos comunicativos, de cognição das organizações sociais formais e informais, relegando a uma posição periférica questões como os conflitos de interesse e de poder.

Em contraposição ao neoinstitucionalismo histórico, Immergut (1998) enfatiza que a corrente sociológica entende a origem das instituições de maneira cognitiva e não normativa, como vislumbra a perspectiva histórica. O âmbito sociológico do neoinstitucionalismo observa, então, as instituições como processos cognitivos, enfatizando os limites da racionalidade e os caminhos pelos quais as regras de organização social coordenam as ações individuais, ao contrário da visão histórica, que se atenta para as questões de poder e de interesse.

Ainda nesse sentido, Immergut (1998) aponta que, em virtude das estruturas normativas que baseiam a perspectiva histórica neoinstitucionalista, determinando a conduta dos indivíduos, cabe às instituições questionar-se sobre quais são os resultados de suas orientações e por quais caminhos elas conduzem os sujeitos. Para o autor, de modo geral, é importante que as instituições sugiram parâmetros alternativos para seu próprio aperfeiçoamento, buscando, assim, o caráter justo de seus efeitos.

Já para Thelen e Steinmo (1992), o institucionalismo histórico constitui uma proposta de exame da relação entre os atores políticos, considerando-os como partes atuantes no desenvolvimento da sociedade e da história. Eles têm-se como centro de sua análise as instituições e como elas podem ou não inibir as estratégias políticas e, além disso, consideram que elas resultem de mecanismos de deliberação conscientes, ou não, provindas dos conflitos políticos e de interesse entre os grupos sociais.

Percebemos, então, que o conflito de interesses e as relações de poder do neoinstitucionalismo histórico, bem como sua perspectiva institucional para regular tais assimetrias, podem se adequar na análise de um desenvolvimento regional mais inclusivo, igualitário e sustentável, em contraface às teorias de desenvolvimento clássicas, que minaram e aumentaram os antagonismos sociais e atenuaram as disparidades de poder político e econômico nas sociedades capitalistas. Entendemos, por conseguinte, que instituições do Estado, como universidades federais, são capazes de regular e amenizar as assimetrias socioeconômicas — e os conflitos de interesses entre os atores de uma região, de maneira que haja uma

articulação entre as ações universitárias, no local, e os sujeitos participantes, diretos e indiretos do processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, podemos fazer um paralelo entre o institucionalismo histórico e a atuação de uma instituição do Estado, que objetiva o desenvolvimento regional nos âmbitos econômico, social e ambiental. No caso de uma universidade pública, é possível relacionar a sua capacidade institucional de induzir ou até mesmo de retrain ações de desenvolvimento intercambiadas com as visões dos sujeitos. Mesmo integrando o Estado e, portanto, uma instituição deste, a universidade pública não é capaz de assegurar o desenvolvimento em todos os âmbitos mencionados, pelo fato de ser uma preferência definida pela própria instituição. Como provém de uma escolha racional, não se configura como realidade absoluta o fato de os sujeitos também objetivarem o desenvolvimento regional, se a instituição não favorecer meios dialéticos que estimulem essa temática. Ainda assim, sustenta-se que a visão e as expectativas dos sujeitos sobre o seu papel na instituição e nas conjunturas local e regional também devem ser levados em consideração numa análise das reverberações de uma universidade pública para com o seu espaço de atuação.

Esse método de análise neoinstitucionalista histórico talvez seja o que melhor consiga se aproximar de uma análise mais sucinta de uma IFES e de sua relação com a sociedade, moldando os interesses e instigando outros, de forma que tanto as ações individuais, calculadas com base no melhor interesse dos indivíduos perante a instituição, quanto a visão que estes têm sobre a sua realidade sejam contempladas nesse espaço.

Ainda nessa perspectiva, podemos convergir a análise para uma questão mais ampla: a da importância que a instituição máxima do sistema educacional brasileiro dá à autonomia e à expansão da universidade pública, objetivadora do desenvolvimento regional e local.

Dessa forma, o Programa Reuni, criado em 2007 e instituído pela UFPA em 2008, significou o amparo e o incentivo institucional ao projeto de interiorização da UFPA, e, como consequência, para a ampliação das atividades desempenhadas pelo CUNTINS na região.

Outro elemento a ser considerado é o da importância do Programa Reuni em uma perspectiva histórico-institucional para o desenvolvimento do referido *campus*. A institucionalidade criada por meio desse programa governamental permitiu que as

instituições federais de ensino superior, como a UFPA, criassem e desenvolvessem as condições materiais e pedagógicas que pudessem auxiliar na busca de um desenvolvimento regional mais bem inclusivo das demandas e especificidades regionais.

Na medida em que o Programa Reuni buscou delinear os moldes e as condições pelas quais a unidade regional do baixo Tocantins pudesse valer-se de seus recursos, essa instituição, fazendo uso de sua autonomia, não restringiu as peculiaridades nem as características históricas construídas na região pelos seus sujeitos, nem as suas concepções e expectativas quanto à instituição nesse território. Assim, reforçamos que a vertente neoinstitucionalista histórica muito se reflete nas ações desenvolvidas pelo Campus Universitário do Tocantins/Cametá.

Entendemos também a referida unidade regional, resultante do processo histórico de uma política pública de interiorização do ensino superior, como uma forma de amenização das desigualdades regionais e de oferecimento do ensino superior a populações antes não contempladas com esse direito. Portanto, essa política pública provocou uma alteração nas relações de poder, de forma que os indivíduos interioranos do baixo Tocantins, desprovidos de qualificação, passaram a ser inseridos no mercado de trabalho qualificado e também no mercado de consumo.

Além desses aspectos, Araujo (2013) acrescenta que a UFPA, assim como as demais IFES, proporciona a emancipação dos sujeitos quanto à sua percepção sobre o mundo do trabalho, inserindo, com isso, novas e específicas contribuições desses indivíduos para as suas regiões, e, dessa forma, desafia a lógica do capital, que insiste em excluí-los de determinados meios para sua autorreprodução histórica e material.

Compreendemos, então, a relevância de uma abordagem neoinstitucionalista na análise das instituições sociais e das políticas públicas:

A contribuição do neoinstitucionalismo é importante porque a luta pelo poder e por recursos entre grupos sociais é o cerne da formulação de políticas públicas. Essa luta é mediada por instituições políticas e econômicas que levam as políticas públicas para certa direção e privilegiam alguns grupos em detrimento de outros, embora as instituições sozinhas não desempenhem todos os papéis – há também interesses, como nos diz a teoria da escolha racional, ideias, como enfatizam o institucionalismo histórico e o estrutural, e a história, como afirma o institucionalismo histórico (SOUZA, C., 2007, p. 83).

O neoinstitucionalismo, então, é de suma relevância para a mediação dos conflitos e lutas de interesse e por recursos entre os diferentes segmentos da sociedade. A perspectiva de análise neoinstitucionalista permite a consideração de diferentes elementos na constituição de uma política pública que ajuda na determinação de preferências dentro desses interesses, ideias e histórias.

Assim, Peters (2003) acrescenta que, para o institucionalismo histórico, a definição de instituição é ampla, pois necessita de uma significação vasta capaz de compreender e explicar os fenômenos políticos. Logo, as instituições vão desde as estruturas governamentais formais, instituições legais, até as demais instituições sociais que se relacionam à sociedade civil.

Nesse contexto, como pode uma universidade pública influenciar, restringir ou encorajar certos comportamentos e ações individuais em direção a um mesmo objetivo? A resposta é admitindo-a também como o poder do Estado e, dessa forma, como uma força capaz de manifestar e conduzir ações, bem como reagir e se autoproduzir mediante as interações entre e com os agentes individuais.

Ao criticar o desenvolvimento ocidental e sua sobreposição aos países não ocidentais, Froehlich (1999) defende a questão da autonomia como maneira para o respeito da coletividade e da sua liberdade em estabelecer seus conteúdos e conceitos sobre desenvolvimento baseados nas suas especificidades culturais.

Para isso, uma instituição do Estado, multiterritorializada, como é um *campus* universitário no interior, é importante para manutenção e garantia da autonomia política, administrativa e recursiva da sociedade e dos meios pelos quais essa sociedade se reproduz. Nessa perspectiva, a presença de uma instituição inclusiva nos espaços onde se definem políticas de desenvolvimento desvinculadas da dinâmica e das particularidades regionais, se constitui como importante meio para que os atores locais sejam de fato participantes na constituição de um desenvolvimento mais autêntico.

Para Souza e Sá (2011), as questões atinentes ao desenvolvimento estão intrinsicamente relacionadas às dimensões institucional e organizacional e também ao nível de cooperação organizacional existente num determinado local. Assim, propõem que o processo de desenvolvimento local e regional deve ser permeado por instituições e organizações que possibilitem o arranjo dos esforços e ações voltadas para a constituição de uma sociedade mais fortalecida e coletiva.

Ainda nesse aspecto, conforme o neoinstitucionalismo histórico, elucidado por Peres (2008), as instituições têm a capacidade de proporcionar a aproximação da historicidade das relações sociais e o desenvolvimento das concepções individuais dos sujeitos. Neste aspecto, essa vertente histórica do neoinstitucionalismo permite que as preferências entre os grupos sociais sejam mediadas conforme um objetivo social, mantendo cada concepção e visão história dos atores.

Enfatizamos ainda que, conforme Miranda (2017), ao definir *instituição*, para o neoinstitucionalismo histórico, é vislumbrada tanto a questão da análise e interpretação dos sujeitos quanto as intenções institucionais e como as instituições irão interferir nas suas ações.

Em relação ao método analítico dos institucionalistas históricos, Marques (1997), por sua vez, enfatiza que esse método tem como princípio a formulação de hipóteses indutivas perante a interpretação das informações empíricas, com o objetivo de mediar as teorias e as questões do Estado e da sociedade. Aqui é necessário observar as diferentes variáveis que consideram os aspectos dos fenômenos e sua conjuntura e variação. Thelen e Steinmo (1992) acrescentam que, para o neoinstitucionalismo histórico, o conceito de instituição é fluido, pois se refere às organizações formais como também às regras informais procedimentares que orientam a conduta humana, associando as instituições às organizações e regras, às convenções e diretrizes formuladas por essas organizações formais.

Podemos assim compreender, com base nos aportes supracitados, as normatizações e ações pedagógicas do Campus Universitário do Tocantins/Cametá funcionam como regras formais e procedimentares, que ajudam a conduzir a conduta dos sujeitos participantes no seu processo educacional. Ao mesmo tempo, compreendemos que a visão estratégica adotada pela instituição pode validar e encoraja, ou não, a reflexão pessoal desses atores quanto às suas diretrizes institucionais, aspecto que aproxima as suas interfaces da análise histórica do neoinstitucionalismo, as regras e projeções institucionais e interpretação dos atores sobre como elas influenciarão nas suas condutas (PERES, 2008).

4. UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: AVANÇOS E CONTRADIÇÕES

Neste capítulo, expomos um apanhado histórico dos movimentos da criação e do desenvolvimento das universidades públicas do Brasil. Com isso, objetivamos compreender melhor o processo e o panorama atual das universidades públicas no país, entendendo também os avanços conquistados por essas instituições e as contradições existentes.

Dessa maneira, o ensino superior no Brasil emerge, conforme Lopes (2003), juntamente com a intensificação da presença jesuíta no país. No entanto, com a expulsão dessa ordem religiosa, em 1759, pela Coroa portuguesa, a tutela de tais instituições passou a ser dirigida pela Igreja Católica, mais especificamente pelos franciscanos. Por isso, segundo Cunha (1999), 1808 é o ano em que tais instituições passam a ser definidas como de ensino superior, ministrando os cursos de teologia e filosofia.

Notamos, então, que, inicialmente, a gestão das primeiras instituições de ensino superior no Brasil era vinculada às necessidades religiosas e institucionais da Igreja Católica, organizações privadas que mantinham relações de “padroado” com o Estado brasileiro, até então representado pela monarquia (CUNHA, 1999).

Destarte, a história nos mostra que o crescimento das atividades universitárias no Brasil está extremamente ditado pela intensificação da atividade do Estado na condução deste empreendimento. Com a chegada da família real portuguesa, em 1808, instituições de ensino superior foram criadas. Além disso, o ensino superior provido pela Igreja Católica foi manejado pelo Estado de forma que seus objetivos fossem destinados à atividade religiosa. Ainda nesse aspecto, Trindade (1999) afirma que o objetivo das então universidades era o da formação de técnicos, fato que, somente a partir de 1920, com a Universidade do Rio de Janeiro, e, em 1934, com a Universidade de São Paulo (USP), é que surgem os primeiros moldes das universidades que temos hoje.

A partir da década de 1950, com a onda estatizante e desenvolvimentista vivida pelo país, intensificam-se os investimentos na criação de novas universidades públicas e na federalização de faculdades estaduais e privadas, a exemplo da Universidade Federal do Pará. A partir desse período, durante o regime militar, as IFES tiveram um maior crescimento no país, principalmente pela construção dos *campi* suburbanos, investimentos maciços à pesquisa científica e tecnológica,

criação da pós-graduação vinculada à docência e também pela institucionalização do trabalho docente integral.

Cunha (1999) enfatiza que, ao início do regime militar, houve maior ênfase no desenvolvimento e criação das universidades públicas. Tal fato materializou-se como forma estrutural para a *modernização conservadora*, formação de mão de obra qualificada e, no que se refere à região Norte, a concepção integradora do território amazônico, dados os “sustos” do imperialismo estrangeiro (COSTA, F. A., 2013).

Nesse sentido, a necessidade em vislumbrar a ocupação do território amazônico, via grandes projetos de infraestrutura, teve como suporte a força de trabalho profissionalizada pelas universidades na Amazônia, também como forma materializada de expansão e interiorização do Ensino Superior pelo território brasileiro.

Além desse aspecto, destacamos o papel de resistência que as universidades públicas desempenharam perante os imperativos da Ditadura militar. Como resposta aos posicionamentos ideológicos desta instituição, houve maior dispêndio do Estado brasileiro na construção de *campi suburbanos*, estes mais afastados dos grandes centros, como forma de isolar a comunidade acadêmica da sociedade, evitando, assim, que ela reverberasse seus posicionamentos críticos de combate ao regime ditatorial à população (CUNHA, 1999).

Fato é que as universidades públicas do Brasil, historicamente, vêm desempenhando papel importante na democratização do Ensino Superior e no amparo das populações menos abastadas. Nesse sentido, reforça-se a necessidade da expansão e interiorização das IFES também como forma de estimularem o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Dados de 2019 do Censo da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC, 2019) apresentam que três em cada quatro estudantes do Ensino Superior advêm de instituições privadas, das quais são maioria em território nacional, 2.306, de um total de 2.608, de IES, sendo 302 públicas. Além disso, o número de matrículas nas instituições privadas também representa maioria em relação às realizadas nas instituições públicas, de um total de 8.604.526 inscrições, 6.524.108 estão manifestadas na rede privada. Ainda de acordo com o MEC, no ano de 2019, apenas considerando as universidades federais, fulcro deste trabalho, elas

contabilizavam 110 instituições, com 1.335.281 matrículas e 119.746 docentes em exercício.

Apesar do posicionamento a favor das universidades públicas, não negamos a importância e a relevância das instituições privadas de ensino superior para o cumprimento da obrigação constitucional do Estado brasileiro em fornecer educação de qualidade à sociedade. No entanto, salientamos para a presente necessidade em expandir o acesso às instituições públicas, a partir da configuração social em que a população brasileira está inserida e organizada.

De acordo com a Pesquisa sobre a média geral das mensalidades no ensino privado, em estudo realizado pela Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp, 2017), no primeiro semestre do ano de 2017, a média geral de mensalidades no ensino privado era de R\$ 898,00. O valor cresce mais ainda se for considerada a média nacional da mensalidade em cada curso, como o de Medicina, com valor de R\$ 6.200,00, seguido por Odontologia, R\$ 2.100,00, Arquitetura e urbanismo, R\$ 1.200,00, e Engenharia, R\$ 1.100,00. A pesquisa ainda revelou que, naquele ano, o curso que ofereceu a menor parcela foi o de Pedagogia, com R\$ 621,00.

De acordo com o IPEA (2021), na pesquisa sobre o rendimento real médio do trabalho principal, efetivamente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, com rendimento de trabalho e ocupadas até janeiro de 2021, constatou-se que o rendimento real médio do trabalho principal, efetivamente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos de idade ou mais, com rendimento de trabalho e ocupadas até janeiro de 2021, era de R\$ 2.639,00. Além disso, destacamos ainda que a renda domiciliar *per capita* nominal mensal foi de R\$ 1.380,00 no país, em 2020, fator que compromete e inviabiliza a grande maioria da população brasileira a pagar as mensalidades numa instituição privada de ensino, ainda mais numa conjuntura em que a classe trabalhadora tem que garantir seu sustento com alimentação, moradia, transporte, medicação, etc.

Esses dados salientam para a importância que as universidades públicas brasileiras têm para a classe trabalhadora, cujos meios de produção material e histórica estão limitados à realidade, no que se refere ao ingresso numa instituição privada de ensino superior. Araujo (2013, p. 173), ao pensar um novo modelo de desenvolvimento por meio de uma formação que reconheça a importância do

trabalho na sua face de criação de bens e serviços, quanto também importante para a criação do próprio homem, diz que:

O horizonte que deve nortear um projeto educacional desta natureza é a de um tipo de educação que assegure o acesso aos fundamentos científicos gerais de todos os processos de produção, fazendo da universidade um ambiente cultural por meio da qual seja possível estabelecer o diálogo, em igualdade de condições, entre a comunidade universitária e a sociedade em geral, em torno dos conhecimentos que são produzidos e socializados e que devem favorecer ao enfrentamento dos diferentes problemas que afetam a todos.

Reconhecemos, portanto, que as universidades públicas no Brasil são importantíssimas para o pensar das relações de trabalho, que, por sua vez, repercutem nas próprias relações sociais. Essas instituições são capazes de contribuir para uma nova forma de desenvolvimento, articulado não só para o viés econômico, mas também para a promoção do homem, o saber científico, a sustentabilidade ambiental e a valorização das riquezas e particularidades de cada região.

Mesmo relevantes para a sociedade em geral, as instituições públicas de Ensino Superior no Brasil vêm seguindo uma conjuntura global de desestímulo aos seus investimentos, principalmente a partir do final do século XX, em decorrência do *mainstream* neoliberal.

O fenômeno pelo qual as universidades públicas brasileiras estão passando tem como raiz, segundo B. Santos (2005), a descapitalização da universidade pública, fenômeno este iniciado ao final dos anos 1980, nos países centrais, principalmente nos Estados Unidos da América e nos países europeus ocidentais. Esse processo decorre do próprio desenvolvimento do neoliberalismo que atrela a função universitária ao atendimento das necessidades do mercado.

Ao mesmo tempo, a educação superior passa a ser vista como um mercado competitivo, capaz de resolver o problema gerado pelas próprias políticas neoliberais, que aglutinam os investimentos no setor público, sobretudo em relação à educação superior.

Fato dessa nova realidade, a maior disponibilidade global de mão de obra qualificada, por meio da *fuga de cérebros* e da *subcontratação*, fez com que houvesse uma diminuição global dos investimentos na educação pública superior, tornando ainda este segmento mais seletivo em relação às obrigatoriedades do

mercado. Nesse sentido, as universidades públicas, antes percebidas como produtoras de mentes qualificadas, foram perdendo amplitude e se tornando obsoletas quanto à rigidez da sua formação pedagógica. Nesta via, as instituições privadas ganharam mais força, principalmente aquelas participantes do sistema não universitário de formação modular, cujo tempo de formação universitária tornou-se mais flexível e curto para atender à demanda mercadológica.

Mesmo nesse cenário contrário, as universidades públicas no Brasil continuaram a se expandir, aderindo a algumas concessões para a sua continuidade, como o financiamento via fundações e empresas privadas. Ainda nesse sentido, as IFES pelos países centrais e periféricos continuaram e continuam a resistir às investidas do capital educacional privado, muito pela pressão popular e por articulações políticas, conforme analisa B. Santos (2005, p. 143): “O êxito desta estratégia depende em boa medida do poder da universidade pública e seus aliados políticos para impedir a emergência significativa do mercado das universidades privadas”.

Marinho (1996) enfatiza que as universidades públicas são instituições sem fins lucrativos, pois não operam de maneira competitiva no mercado de produtos. Caracterizando-se também por inúmeros bens e serviços, mas nem todos diretamente percebidos na sociedade. Dessa maneira, segundo o autor, tais entidades operam com o objetivo de maximização do bem-estar social por meio da transformação de *inputs* em *outputs*

Nessa perspectiva, os *inputs* se manifestam como “acadêmicos”, “sociais básicos” e “ambiência geral”. Os acadêmicos fazem referência ao corpo docente e discente, laboratórios, bibliotecas, bolsas de estudo e moradia estudantil; respectivamente; o segundo *input*, os sociais básicos, relacionam-se aos recursos de custeio necessários para a manutenção das atividades, além dos técnicos-administrativos e instalações físicas; já a “ambiência-geral” são as condições conjunturais da região que envolvem o funcionamento da universidade, como os aspectos políticos, institucionais e históricos.

Tais entradas funcionam conjuntamente para a produção do bem-estar à sociedade, geralmente sendo os serviços educacionais e a produção de conhecimento. Dessa forma, Marinho (1996, p. 126) classifica os *outputs* gerados como sendo de ensino, pesquisa e serviços. Nessa linha de pensamento, as

produções de conhecimento pela instituição, manifestadas nos diplomas, certificados, dissertações e teses, e pelo aprendizado corresponderiam às saídas de ensino. Os de pesquisa referir-se-iam à adição de conhecimento à sociedade, fato melhorador das condições de vida e de diminuição das incertezas. O último *output* seriam os serviços hospitalares, atividades de extensão, cursos livres e de treinamento, especializações *lato sensu*, etc.

Nos últimos anos, segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2017), o Sistema Federal de Ensino Superior foi sucedido de intensas transformações e melhorias que acarretaram na dinamização do setor, sendo percebido pelo Estado como instrumento estratégico para o desenvolvimento socioeconômico do país, de modo que as IFES tornaram-se cada vez mais importantes no fomento de recursos humanos mais capacitados, criação de conhecimento, avanço tecnológico, prestação de serviços básicos à sociedade e promoção da cidadania, não havendo outra instituição pública ou privada que consiga externalizar ações positivas à população com maior amplitude (ANDIFES, 2017).

4.1 EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Num primeiro momento, permitamo-nos entender a origem contextual do termo interiorização, para que assim possamos entrar na discussão sobre expansão/interiorização da educação superior brasileira, tematização esta vital para compreender a relação da interiorização das IFES com a dinâmica da UFPA/Cametá para com o desenvolvimento regional.

Nesse sentido, o termo interiorização, para Coelho (1999), remete primeiramente às investidas da Coroa portuguesa no território brasileiro, o que resultou na fundação das cidades litorâneas, então colônias imperiais, e passaram a concentrar poderes políticos e econômicos, configurando a própria dinâmica do desenvolvimento do país.

Tendo em vista essa perspectiva de produção material e histórica, tal ideia de expandir e interiorizar a presença do Estado brasileiro para os confins do território apoiaram-se, de acordo com Coelho (1999), em objetivos de expansão econômica por meio do desenvolvimento de mão de obra qualificada e também barata, além do fato da própria aquisição de matérias-primas necessárias para o trabalho. Nesse

sentido, a própria educação superior cumpre tais requisitos necessários para o interesse governamental na sua interiorização.

Nesse contexto, para Coelho (1999; 2017), tratar da interiorização da educação superior brasileira se configura como um labor controverso. Analisando por meio de uma perspectiva histórica e política, a autora enfatiza que os investimentos do Estado brasileiro, ao longo das décadas, sejam em quaisquer setores da economia, ou qualquer outro âmbito da vida social, deram-se como forma de estancar o êxodo rural, insatisfação das elites urbanas, provocado pela industrialização dos centros urbano e pela falta de investimentos destinados ao trabalhador agrícola. Sobre a mesma questão, o clamor social pelo acesso ao ensino superior nos interiores também foi ponto relevante para o Estado brasileiro investir na expansão/interiorização.

Por essa perspectiva, investir na expansão e interiorização da educação superior é questão imperativa no delineamento e objetivação de qualquer política pública que almeje o desenvolvimento socioeconômico nacional, regional e local, e, como condição para isso, deve-se evitar a decadência da educação nacional em todo território, levando-a também aos lugares em que ela não se faz presente (COELHO, 2017, p. 256).

Dourado (1997) parte da premissa de que interiorizar a educação emerge de uma política de expansão e descentralização da Educação brasileira, seja por meio de estratégias conjuntas ou não, contanto que produzam o aumento do número de vagas, consolidem as instituições de ensino à existentes, criem novas IFES e também possibilitem a criação de novas unidades regionais de uma mesma instituição, a exemplo da UFPA.

A partir disso, entende-se que o processo de interiorização da educação superior é precedido por questões intersubjetivas, que derivam das situações e do fenômeno da expansão do ensino universitário. Logo, a expansão universitária, segundo Dourado (1997), corresponde à ampliação das atividades educacionais vislumbradas pelo aumento das oportunidades de acesso ao sistema educacional, pelo incremento de novas vagas, pela elevação do número de matrículas, pela dispersão de políticas de acessibilidade ao ensino e pela constituição de novos espaços físicos.

Necessariamente, entende-se a expansão universitária como uma condição institucional maior, que facilita no desdobramento da descentralização do ensino superior público, a fim de se contemplar a própria interiorização do ensino universitário. Concebendo-se como condição materializante para a interiorização, a expansão universitária possibilita o aumento da abrangência do sistema de ensino superior brasileiro e assegura a continuidade dos processos que consolidam a atuação das IES.

Nesse contexto, M. da Costa (2014), ao estudar as repercussões da Interiorização da UFPA no trabalho dos docentes da rede estadual de ensino no Pará nas décadas de 1980 e 1990, estabelece relação direta e intersubjetiva entre a expansão da rede universitária de ensino e o fenômeno da interiorização. Assim, a autora define fases ou ciclos relativos à concepção de expansão e interiorização do Ensino Superior que o Estado brasileiro assumiu em determinados períodos da História.

Num primeiro momento, conforme a autora, a partir dos anos 1920, o Estado brasileiro assumiu um modelo de expansão das IES limitado aos Estados da costa brasileira, assumindo uma postura elitista e notabilizando-se pela ênfase no ensino (modelo francês).

Por seguinte, entre os anos de 1930 e 1964, criam-se mais de 20 universidades federais, quase uma para cada Estado. O marco da expansão do ensino superior desse período foi o entendimento sobre a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, questões centrais do desenvolvimentismo à época, e pela criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.º 4.024/1961. Contudo, a ampliação do Ensino Superior e o maior quantitativo de cursos e vagas localizavam-se nas grandes metrópoles.

Posteriormente, a partir da Reforma Universitária de 1968, até o início dos anos 1990, com a aprovação da Lei n.º 5.540/1968, passa-se a vigorar nas IFES os paradigmas militares de modernização conservadora, pregando a eficiência administrativa, tecnocracia e a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Neste período, intensificam-se os avanços expansivos do ensino superior, principalmente, para as regiões Norte e Nordeste, fato este intimamente relacionado à estratégia de segurança nacional e domínio do território por meio dos grandes projetos de desenvolvimento e de infraestrutura localizados nesses espaços,

havendo a necessidade de abastecimento de mão de obra qualificada gerada pelas universidades, evidenciando certo caráter utilitarista do ensino.

Partindo, então, para o cenário do final do século XX, segundo Cabral Neto (2012), a década de 1990 caracterizou-se por profundas mudanças na América Latina, principalmente, no cenário geopolítico e econômico. Com a importação do neoliberalismo há a mudança do papel do Estado e a redefinição dos seus limites dada a nova organização do capitalismo global. Nesse sentido, Mancebo, Maués e Chaves (2006, p. 42) observam que o campo da educação pública superior sente os impactos das políticas de austeridade e a preferência governamental pela iniciativa privada, por meio das reformas estruturais, fatos estes que frearam o projeto de expansão de interiorização das universidades públicas pelo Brasil.

Ao analisar também o período de 1990 até os dias de hoje, M. Costa (2014) constata importantes aspectos institucionais que possibilitaram a maior expansão do ensino superior brasileiro, dentre eles a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) e outras políticas administrativas do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Tais regulamentações intensificaram a expansão e interiorização da educação superior em todo país, por meio da criação de novas universidades e pelo aumento do número de vagas, no entanto, o foco estatal direcionou-se para a proliferação das universidades privadas por meio de incentivos fiscais e governamentais, destinados ao desenvolvimento de ferramentas para a oferta do ensino a distância.

Essa estratégia neoliberal de expansão do ensino superior, por meio dos incentivos às universidades privadas, foi mantida, segundo Camargo e Araújo (2018), mesmo nos governos de centro-esquerda de Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014). Fatos exemplificadores dessa postura se manifestam na continuação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), iniciado no governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, e da criação do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), tais planos de expansão da educação superior deram preferência às IES particulares, por meio da renúncia fiscal, destinando fundos públicos para estas.

No entanto, ainda para esses autores, mesmo privilegiando os investimentos para os setor privado, o Estado brasileiro ainda conseguiu elevar os patamares da expansão das IES públicas por meio do aumento das verbas destinadas às IFES,

por meio do Programa de Expansão da Educação Superior Pública (Expandir), de 2003 a 2006 (BRASIL, 2003), e pelo Programa de Incentivo ao Plano de Restruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), de 2007 (BRASIL, 2007), manifestando, assim, o interesse governamental em nivelar as assimetrias regionais quanto ao acesso ao ensino superior por meio da sua expansão e interiorização. Tal direcionamento é representado no documento “A democratização e expansão da educação superior no país. 2003-2014”, produzido pela Secretaria da Educação Superior (SESu/MEC), em que se declara a intenção federal de democratizar ainda mais o acesso às IFES e difundi-las mais para o interior do território nacional.

Segundo M. Sousa (2011), o Programa Expandir, criado em 2003 e estendido até o ano de 2010, possibilitou crescimentos substanciais de recursos para as IFES, propiciando a criação de novas universidades públicas, o fortalecimento dos *campi* já existentes e a criação de novos *campi*, por meio de mecanismos de dotação orçamentária. Esse programa de expansão e interiorização do ensino público superior foi criado como uma forma de obedecer às diretrizes estabelecidas pela LDB n.º 9.394/1996 e para atender aos objetivos e metas definidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece “[...] uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta entre as diferentes regiões do país” (BRASIL, 2001, p. 43).

Ainda conforme a autora, tal programa detinha dois objetivos principais que vislumbravam ações de expansão e interiorização. O primeiro tinha foco no fortalecimento e na criação de novas universidades federais em todas as regiões; já o segundo objetivo destinava-se à alocação, concomitantemente, de recursos, físicos e humanos, exclusivos para a interiorização dos *campi*, criando novas unidades regionais, ou fortalecendo as já existentes, por meio da consolidação e da criação de cursos.

O Programa Expandir significou uma fase massiva das ações de expansão e interiorização do Ensino Superior público, estendendo-se ainda até o ano de 2010, coexistindo paralelamente com o Programa Reuni. De acordo com o MEC, entre 2001 e 2006, os anos da promulgação da PNE e do encerramento regimental do Expandir, respectivamente, foram criadas novas 13 universidades federais, passando de 40 para 53 instituições. Além disso, salienta-se que, de 2005 a 2008,

foram destinados 1,1 bilhão de reais para ações de expansão do ensino público superior, o que resultou na criação de 7.668 vagas para docentes e 4.717 novas vagas para técnicos- administrativos (BRASIL, 2009, p. 14).

Decorrente do sucesso desta política pública, o governo federal criou, em 2007, outro programa também destinado à expansão das IEFS e à interiorização destas pelo território nacional. Reiteramos que, naquele momento da história do país, o Brasil vivia tempos de conquistas sociais para a classe trabalhadora e um momento econômico favorável que repercutiu no aumento dos investimentos voltados para a democratização do acesso à educação superior e à diminuição das desigualdades.

O Programa Reuni, por sua vez, nasceu pelo Decreto n.º 6.096/2007 (BRASIL, 2007) e instituía “[...] condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. Por essa questão, tal política pública de nível federal representou grande contribuição para a mobilização das ações de interiorização da educação superior no país, além deste, destaque também é dado ao Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), conforme (CAMARGO; ARAÚJO, 2018, p. 3).

Uma vez aderido pelas IEFS, o programa estipulava pré-condições para que a dotação orçamentária pudesse ser concretizada. Assim, à medida que as universidades federais fossem cumprindo as suas metas expansivas, munidas anteriormente de investimentos anteriores, elas teriam os seus investimentos prolongados, conforme se lê abaixo nos três incisos do Art. 3.º do Decreto n.º 6.096/2007 (BRASIL, 2007).

Conforme evidencia Camargo e Araújo (2018), a nível macro, o Reuni, aliado a outros programas federais de expansão do Ensino Superior, produziu inúmeros incrementos positivos ao sistema público de ensino. No que se refere à taxa líquida ajustada de escolarização na educação superior, a autora nota um crescimento de 10% para 18% nesse parâmetro.

Assim, compreende-se melhor a necessidade de investimentos massivos na expansão e interiorização do Ensino Superior na Amazônia, dada a situação desfavorável da região. Nessa perspectiva, salienta-se que, no ano de 2003, foram registradas 3.887.022 matrículas em cursos presenciais no Brasil, das quais 49,34%

se concentravam na região Sudeste, 19,17%, na região Sul, 16,07%, na região Nordeste, 9,49% encontravam-se na região Centro-Oeste, e apenas 5,92% localizavam-se na região Norte (BRASIL, MEC/INEP, 2003).

A expansão do Ensino Superior e, conseqüentemente, a interiorização das IEFS, ao longo do território amazônico, seja pela criação de novas instituições seja pela multiplicação de seus polos, permite ganhos qualitativos e quantitativos em relação à região e à localidade abarcada no processo, pois “[...] a educação superior pode produzir mudanças na compreensão do mundo das pessoas, suas relações com os outros e sua capacidade de ter uma vida próspera, e tais impactos nem sempre são possíveis de serem avaliados” (MCCOWAN; SCHENDEL, 2015, p. 41). Dessa forma, entende-se que a diversificação do sistema educacional superior pelo território significa a ascensão de novos grupos econômicos antes excluídos desse meio, de forma a também proporcionar ao sistema educacional brasileiro mais diversidade cultural, níveis de formação e expectativas acadêmicas.

Essa situação se percebe na interiorização das IEFS para regiões e cidades da Amazônia, percebidas sempre como fontes de matéria-prima gratuita e de baixo valor agregado ao grande capital. Conforme F. A. Costa (2013), desde o princípio da intensificação do processo colonização da Amazônia, apregoou-se a essa região um caráter agrícola exportador, como foi o caso das primeiras tentativas de se estabelecer o sistema de plantation da borracha e que se estendeu, nos dias atuais, às plantações de soja e à atividade pecuarista, em detrimento do extrativismo caboclo, marca cultural e de constituição histórica-material do homem amazônico. Tal conjuntura direcionada à região circunstanciou seus habitantes a uma realidade estipulada pelo grande capital, que, por sua vez, conduziu a sociedade amazônica a uma perspectiva de subserviência.

Nessa perspectiva, a inclusão e o desenvolvimento de instituições de ensino superior para tal região tornaram-se vitais para a defesa e possibilidade de criação de novas materialidades sobre a escolha dos sujeitos ali presentes, de forma estritamente vinculada ao cotidiano local. Com isso, a “instalação de uma instituição universitária em determinado lugar ganha contornos socioespaciais pela incorporação do contexto econômico, político, cultural e histórico do seu entorno nas funções que exerce” (MIDDLEJ, 2005, p. 159).

Em relação ao desenvolvimento do sistema educacional, de acordo com Neves (2007), deriva de forma quantitativa e qualitativa das novas relações que se criam e se incorporam a partir dos encadeamentos entre ciência, trabalho e vida cotidiana. Por essa razão, entende-se também que a concretização da interiorização do Ensino Superior público, decorrente de seu processo de expansão, possibilita a inclusão das demandas mais emergentes da classe trabalhadora por meio da democratização do acesso e produção dos saberes, como também pela formação de profissionais e trabalhadores mais qualificados para o mercado de trabalho.

Tais aspectos ilustram a relevância que o Programa Reuni teve para a democratização do Ensino Superior por meio da sua descentralização, que obteve resultados satisfatórios para tal, como observam Camargo e Araújo (2018), ao demonstrarem que, por meio desse Programa dos governos Lula e Dilma, foram criados 173 *campi* nas cidades do interior do país. Os autores vão mais além na sua pesquisa ao explicar que houve, a partir dos incrementos financeiros e institucionais, uma ampliação de 40% no número de universidades federais no Brasil, de 2003 a 2013, passando de 45 para 63 IFES.

Ademais, o MEC, por meio do relatório sobre os resultados do programa em 2008, afirma que esse programa, juntamente com o Expandir, possibilitou o acréscimo de 104 novos *campi* entre os anos de 2003 a 2008, totalizando 235, até aquele ano (BRASIL/MEC, 2008, p. 9). Tais dados representam o aumento das ações de interiorização do ensino público superior e, por consequência, a elevação dos indicadores de desenvolvimento de uma determinada cidade, uma vez que novos *campi* passaram a fazer parte da realidade local e, por conseguinte, a contribuir com ela para o seu desenvolvimento ao realizarem suas atividades acadêmicas.

Desse modo, a expansão das atividades e estrutura do Campus Universitário do Tocantins/Cametá-UFGA, como se verá de maneira mais detalhada adiante, logrou êxito com as ações de articulação política, as intenções da administração central da Universidade em interiorizar, o aporte financeiro disponibilizado pelo Programa Reuni, que possibilitou a criação, inclusive, dos polos universitários de Baião, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, e Oeiras do Pará, culminando, assim, em outro processo chamado por Rodrigues e Silva (2017) de *interiorização da interiorização*.

Notamos, então, que o processo de expansão, como condição proeminente para a interiorização do ensino universitário assumiu diferentes contornos ao longo da história brasileira. Notabilizando-se por uma postura tecnicista vinculada ao desenvolvimentismo estatal até meados dos anos 1980, a ampliação do ensino superior deu-se muito pelo aumento do número de vagas e de universidades pelo território, progressivamente descentralizando-as dos grandes centros urbanos para o interior do Brasil.

A expansão e a interiorização foram assumindo uma posição mais geográfica e diversificada pelo território a partir do final dos anos 1980 e começo dos anos 1990, diversificando-se em uma gama de universidades. No entanto, nesse período, a expansão da educação superior se dá bem mais pela iniciativa privada, uma vez que os investimentos na esfera pública se encontravam retraídos, e também pela primazia por universidades particulares, por conta de um Estado neoliberal que desempenhava tal política.

A partir dos anos 2000, intensificaram-se as políticas públicas e os investimentos destinados ao fortalecimento e disseminação das universidades públicas com o aumento das suas estruturas físicas, corpo técnico e docente, abertura de vagas de graduação e criação de novos *campi* nos interiores do país, assim como o desenvolvimento dos já existentes. Assim, notamos a importância dos programas federais de estímulo ao Sistema público de ensino superior, manifestado pelo Expandir (2003-2006) e pelo Reuni (2007-2012), instrumentos eficientes para a massificação da educação universitária e para a interiorização deste segmento da educação a lugares não antes vislumbrados pelas antigas políticas públicas de expansão do ensino em apreço.

4.2 INTERIORIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES NA AMAZÔNIA

Coelho (2008), na sua tese de doutorado “O olhar dos egressos sobre a política de Interiorização da UFPA em Cametá-PA”, recorre a uma importante elucidação sobre o processo de interiorização das IFES na Amazônia, partindo de uma análise que denomina “momentos” do projeto de interiorização. Nesse sentido, mesmo direcionando a explanação deste tema sobre a interiorização da UFPA, a autora traz elementos circunstanciais para o entendimento do processo diante das conjunturas históricas que permearam o seu desenvolvimento na Amazônia. Nesse

aspecto, para que possa ser possível tratar da interiorização da UFPA, é necessário, em primeiro lugar, dialogar com tal processo em seu quadro geral amazônico.

Nesse sentido, a autora traz à luz o Primeiro e o Segundo Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), concebidos nos períodos de 1972 a 1974 (I PDA) e de 1974 a 1979 (II PDA), como semeadores das primeiras intenções da interiorização do ensino superior na Amazônia, representando, assim, o início desse processo. Voltado num primeiro momento para a capacitação e formação de docentes da educação básica por meio dos cursos de licenciatura plena, o Estado brasileiro objetivava dinamizar a região, que era vista pelos governos militares como “atrasada” economicamente e “isolada” dos grandes centros urbanos.

Nessa perspectiva, realizaram-se, em 1970 e 1971, o primeiro e o segundo Colóquios Regionais de Educação, que apresentaram diagnósticos educacionais da região amazônica nos períodos de 1960-1970 e evidenciaram a orientação federal para o *desenvolvimento* e para a *formação* de mão de obra qualificada. Ainda conforme essa explanação de dados presentes no PDA daquela época, a região apresentava elevados índices de analfabetismo, evasão escolar e desqualificação docente, principalmente nos interiores. Além desses aspectos, sobre a questão do Ensino Superior, o plano ressalva que as universidades ofereciam um ensino desvinculado da realidade regional amazônica.

Coelho (2008) afirma que o primeiro PDA, por meio do acúmulo de experiências em formação, possibilitou a ascensão do I Projeto Norte de Interiorização, relacionado às IES na Amazônia, pelas quais foram propostas algumas intervenções por parte dos governos militares:

- Realização de cursos de licenciatura parcelada para o magistério interiorano e extensão dos mesmos na área geográfica da Amazônia, permitindo-se às Faculdades de Filosofia e Centro de Educação, atuantes na região, promover estes cursos;
- Capacitação de professores polivalentes para a regência de classe de 5.^a a 8.^a séries, para atendimento na área carente;
- Inclusão nos currículos plenos dos cursos de graduação das Universidades, disciplinas optativas sobre estudos amazônicos. (BRASIL, 1971, p. 70-71).

Tais aspectos evidenciam, conforme a autora, a interiorização da educação superior na Amazônia, como meio para uma adequação ao modelo de capitalismo-industrial que se desenhara na década de 1970. Para isso, viu-se necessário fortalecer as bases estruturais capazes de viabilizar os projetos de infraestrutura e

de ocupação na Amazônia, tendo assim a conjuntura desfavorável do ensino básico percebida como fator primordial para o sucesso ou o fracasso do modelo de desenvolvimento desenhado para a região. Nesse sentido, alguma atenção se deu para o aumento da oferta de cursos de licenciatura nos interiores, como forma de fortalecer e criar modos para que a educação básica tivesse seus índices melhorados e, com isso, fosse possível a implantação com êxito dos *projetos de desenvolvimento econômico e de formação ideológica*.

Continuando com tal perspectiva, o II PDA (1975-1979) confirmou ainda mais a relevância e a utilidade que a interiorização dos cursos de licenciatura voltava-se para a hegemonia do modelo de desenvolvimento econômico para a região. Dessa forma, mantiveram-se a assistência técnica e a assistência de capital para o melhoramento da qualificação profissional em nível de 2.º e 3.º graus, como forma de manter a população rural nos interiores, haja vista que, uma vez qualificadas nas capitais, elas não retornavam aos seus locais de origem, fato que desagradava a elite urbana amazônica.

Reitera-se ainda que esse primeiro momento da interiorização das IFES na Amazônia, com base no II PDA, também se caracterizou pela divisão da região em *municípios-polo*, como uma forma de aproveitar os potenciais minerais, extrativistas e agropecuaristas das sub-regiões dos Estados pertencentes. Nesse sentido, o setor educacional continuou a figurar como peça importante na concretização deste plano (1975), mesmo apresentando disritmia quanto ao atendimento dos interesses de desenvolvimento econômico (COELHO, 2008, p. 87).

Como resposta a esse cenário desenhado pelo Estado brasileiro, no que tange à interiorização das universidades na Amazônia, como também pela da demanda interiorana por educação superior, as IFES realizaram, em 1986, um seminário sobre interiorização das funções da universidade. Nesse evento, que contou com a participação das instituições de Ensino Superior da região Norte, iniciaram-se as tratativas para a descentralização de tais instituições de maneira conjunta, o que configurou o I Projeto Norte de Interiorização, fato que levou a um segundo momento desse fenômeno pelo território amazônico.

Nessa primeira etapa do projeto (1986-1989), conforme Coelho (2008) participaram as universidades UFPA, UFAM, UFAC, UFMA, UNIR, UFMT e UFRA. A partir desse momento, intensificaram-se ações de interiorização das IFES

amazônicas, de forma conjunta e baseada nas primeiras ações desenvolvidas pelo Centro de Educação (CED/UFGA). Nesse sentido, conforme a perspectiva da autora, as universidades assumiram para si uma política educacional do Estado brasileiro, passado a desenvolver, coletivamente, a expansão do ensino superior na Amazônia, e incluindo as populações mais carentes das zonas rurais, o que revela uma distinção referente ao primeiro momento da interiorização destas na região.

Nesse cenário, com vista a superar a desqualificação da docência leiga presente na educação básica, ampliaram-se as ações das IES da região, no que se refere à expansão do Ensino Superior nos interiores. Dessa forma, intensificou-se a presença dessas instituições em tais lugares, por meio da construção e institucionalização de novos *campi*. Assim, superou-se a meta estabelecida no I PNI, que estipulava a criação de 25 novos *campi*, sendo 8, no Estado do Pará, 2, no Amazonas, 6, no Maranhão, 2, no Acre, 3, em Rondônia, e 4, em Mato Grosso, além disso, ampliaram-se o número de vagas de graduação oriundas dessa interiorização, totalizando, até o ano de 1994, 8.520 vagas, para cursos intervalares e regulares de licenciatura e bacharelado (UFGA, 1994, p. 27).

A partir de 1994, passaram a ser mais bem discutidas as possibilidades e os desafios de uma nova versão do projeto, dado o sucesso do anterior e o cenário dificultoso relacionado aos investimentos públicos. Salienta-se, então, que, nesse período, o arroio financeiro e a ideologia neoliberal adotada pelo sistema capitalista diminuía a oferta de recursos financeiros destinados à educação pública, fazendo com que as IES passassem a buscar novas articulações e convênios entre os governos locais e fundações de amparo à pesquisa como forma de continuarem a expansão das suas atividades, como aconteceu com a UFGA ao buscar apoio na Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa (FAPESPA).

Essa mesma perspectiva figurou sobre a interiorização das universidades federais na Amazônia, que se viram compelidas a também buscar apoio nos governos dos seus estados e municípios. Nesse sentido, surge o *II Projeto Norte de Interiorização* (II PNI), que previa uma maior destinação financeira dos recursos às universidades e aos *campi*, por parte do então Ministério da Educação e Cultura, como também a incorporação às universidades federais da Amazônia dos *campi* originados pelo Projeto Rondon (COELHO, 2008, p. 97).

Mesmo diante de um cenário econômico desfavorável, as IFES buscaram suplementos financeiros via MEC por meio de algumas propostas, pois as ações das instituições eram limitadas quando vinculadas aos interesses dos governos sazonais dos seus estados e municípios. À vista disso, as universidades da Amazônia propuseram ao referido Ministério o aumento em 20% do quadro docente e de técnicos, ampliação de 20% nas verbas de diárias e elevação do mesmo valor nos recursos de despesa de outros custeios e capitais (OCC) (UFPA, 1993, p. 57).

Mesmo com percalços, o II PNI logrou substancialmente para a expansão das universidades federais na região amazônica, dando continuidade ao processo iniciado em 1986. Essa versão propôs a implantação de cursos de pós-graduação nos interiores, assim como os projetos de pesquisa e extensão. Além disso, ele incrementou 126.190 novas matrículas às IFES da região, fato esse que estimulou a continuação do projeto e sua terceira versão, em 1997, o III PNI, que estipulou um orçamento de emergência, além da ampliação das atividades continuadas de educação cultural e de pesquisa sobre meio ambiente e desenvolvimento tecnológico. Contudo, ainda se manifestou nesse plano a atenção dada à expansão e à interiorização das licenciaturas (COELHO, 2008).

Entendemos, então, que, somada às contribuições advindas de tais planos, surge, no início dos anos 2000, a concepção da *universidade multicampi*, que, para Camargo (1997), estabeleceria maior autonomia e articulação aos *campi*, podendo estes desenvolverem as suas próprias atividades de ensino, pesquisa e extensão, desde que consubstanciadas pela administração central do *campus* sede da instituição.

Nota-se, portanto, que o processo de interiorização das universidades amazônicas configurou-se, historicamente, como complexo. Desde a criação das primeiras IFES na Amazônia pelos governos militares, a partir da segunda metade da década de 1960, até os dias de hoje, é possível analisar que, no início, havia no seu processo de interiorização um aspecto mais utilitarista no que se refere aos *planos de desenvolvimento econômico* dos governos autoritários, servindo também como instrumento ideológico, o qual era encarregado de fornecer mão de obra qualificada para atender às exigências da *modernização conservadora*. A partir da redemocratização, tais instituições passaram a assumir o protagonismo dessa interiorização, que, através dos PNI I, II e III, voltaram-se para o atendimento das

demandas interioranas por qualificação, necessária para melhorar a qualidade da educação básica nos municípios que haviam recebido *campus* universitário.

A consolidação de tais planos evidencia ainda a importância dada às universidades públicas amazônicas para com a sua população, em vista de incluí-las no desenhar de novas concepções de desenvolvimento para a região, idealizações estas que levassem em consideração as necessidades, diferenças e demais aspectos dos povos da floresta:

Por outro lado, também temos de compreender que a interiorização possibilitou que se iniciasse, nas regiões contempladas com a presença dos *campi*, um processo de reflexão cada vez maior sobre as formas de desenvolvimento nelas presentificadas historicamente, questionando-as, propondo novas formas de humanização, dando condições para que os egressos dos *campi* pudessem atuar como agentes políticos em instâncias diversas da sociedade civil e do Estado (RODRIGUES; SILVA, 2017, p. 31).

À luz das proposições sobre o avanço das universidades públicas no Brasil e no contexto da interiorização das universidades públicas da Amazônia, torna-se ímpar a elucidação contextual e histórica da UFPA.

4.3 O CONTEXTO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Ambientado no contexto expansionista do desenvolvimentismo brasileiro, a Universidade Federal do Pará surgiu por meio da Lei n.º 3.191, de 2 de julho de 1957, ordem sancionada pelo então Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que concebeu a instituição como uma congregação das faculdades já existentes na cidade de Belém àquela época, sendo elas: a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Farmácia, a Faculdade de Engenharia, a Faculdade de Odontologia e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Econômicas e Contábeis.

A referida autarquia federal teve a sua instalação no dia 31 de janeiro de 1959, por meio de assembleia solene presidida pelo próprio Presidente, no Teatro da Paz. No entanto, destaca-se que tal sessão foi apenas de caráter simbólico, haja vista que a UFPA já havia sido aprovada por meio do Decreto n.º 42.427, de 12 de outubro de 1957, que deu aporte institucional à criação do primeiro estatuto da UFPA e definiu os direcionamentos políticos e organizacionais, além de empossar o reitor Mário Bargas Henriques (UFPA, 2018).

Desde então, a UFPA passou por inúmeras reformas e alterações estatutárias com o objetivo de obedecer às diretrizes estabelecidas pelo governo federal, assim como na forma de estabelecer os aspectos estruturais para o próprio desenvolvimento da instituição. Tais mudanças propiciaram o crescimento da universidade em número de cursos, discentes e docentes, como também dinamizaram os objetivos da UFPA quanto à concretização das suas atividades-fim.

Outrossim, em 1963, ocorre a primeira reforma estatutária da instituição, fato este que ajudou, dois meses após, a sua reestruturação, por meio da Lei n.º 4.283, de 18 de novembro de 1963. Durante esse período, o então reitor José Rodrigues da Silveira Netto contribuiu para o estabelecimento das reformas acadêmica e administrativa, de modo que a política educacional pudesse ser delineada, assim como suas normas, projetos pedagógicos, pesquisa e extensão. Além disso, àquela mesma época, foram criadas as condições físicas para o desenvolvimento das atividades administrativas e de ensino através da instalação do Campus do Guamá. Posteriormente, tendo em vista o seu pleno funcionamento legal, foram firmados novos fundamentos para o funcionamento da instituição através de diplomas legais, sendo principais as Leis n.º 5.539 e 5.540/68.

A partir de 1969, na gestão do reitor Aloysio da Costa Chaves, intensificaram-se as mudanças regimentares da UFPA. Nesse sentido, em 16 de dezembro daquele mesmo ano, foi aprovado o novo plano de reestruturação dessa universidade. Destacou-se, nesse plano, a criação de centros em detrimento das faculdades já existentes, como também o direcionamento das funções dos novos departamentos.

É importante frisar que, na década de 1970, foram iniciadas as investidas da UFPA para a qualificação de recursos humanos da região, assim como deu-se início à pesquisa. Destarte, em 1973, emerge o primeiro mestrado da universidade, o curso de Pós-Graduação em Geofísica (CPGf), além do mais, também surge no mesmo ano o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), cujo finalidade representava a intenção da UFPA nos assuntos de desenvolvimento regional e sustentabilidade.

No ano de 1970, mais precisamente, no dia 2 de setembro, por meio da Portaria n.º 1.307, é aprovado pelo Conselho Federal de Educação o Regimento Geral da UFPA. Contudo, fatos subsequentes circunstanciaram revisões regimentais

em 1976 e 1977, fato este que estimulou a criação de um novo Regimento Geral, em 1977, aprovado pelo mesmo órgão, mediante o Parecer n.º 1.854/77. Anos mais tarde, o Regimento da reitoria foi alterado com base na Resolução n.º 549/85, do Conselho Universitário.

Salienta-se que a década de 1980 representou avanços significativos no campo educacional da UFPA. A instituição implantou o seu projeto de interiorização em resposta às demandas pela educação superior no interior do Estado, fazendo-se presente, então, por meio de cursos de licenciatura em determinadas regiões do Estado, o que propiciou o surgimento dos *campi* em Abaetetuba, Altamira, Cametá, Castanhal, Bragança, Marabá, Santarém e Soure.

Durante a década de 1990, período marcado pela instabilidade econômica no país, diminuição dos investimentos na educação superior pública e inserção maior da tecnologia na dinâmica nacional, cria-se na instituição o Programa de Educação a Distância, como uma forma de expandir as atividades pedagógicas a populações desfavorecidas geograficamente, ou em regiões que não foram abarcadas pela interiorização.

A década de 2000, marcada pelo crescimento econômico do país e pela diminuição das desigualdades sociais, foi bastante significativa para as IES. Desse modo, em 2006, é aprovado o atual Estatuto da UFPA, por meio da Resolução n.º 614, de 28 de junho de 2006, tal qual circunstanciou as mudanças positivas e expansivas da instituição, melhorando o ensino, a pesquisa e a extensão com engajamento social e, além disso, institucionalizou o modelo de universidade *multicampi* na sua estrutura organizacional.

A UFPA valeu-se, naquele momento, dos benefícios advindos das políticas públicas de fomento e expansão a educação pública superior, como o Programa Reuni, aprovado pelo decreto n.º 6.096/2007. Tal política pública possibilitou o crescimento físico e acadêmico da UFPA, possibilitando o surgimento da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), assim como o aumento do número de *campi*, seu crescimento estrutural e acadêmico e o surgimento de polos em outras cidades.

Atualmente a UFPA se enquadra como a maior instituição de ensino superior do Norte do país, em se tratando do número de sua população universitária, 60.021. Além do *campus*-sede em Belém, há mais 12 *campi* no interior do Estado, sendo

estes estratégicos para o desenvolvimento regional e para a democratização do ensino gratuito e de qualidade. Essa instituição conta também com 15 Institutos, 1 escola de aplicação, 1 escola de música, 1 escola de teatro e dança, 2 hospitais universitários, 9 núcleos e 32 polos de Ensino a Distância (EaD) (UFPA, 2020).

4.4 A UFPA E SUA INTERIORIZAÇÃO

A interiorização do Ensino Superior é um fenômeno intrínseco à expansão das IES ao longo da história, pelo qual tais acontecimentos se constituíram e que, por eles ainda se consolidam. Ainda assim, não devemos negar que a interiorização, tal como se percebe hoje, é condicionada também pelo clamor popular por maiores oportunidades de acesso ao Ensino Superior público, assim como por estratégias que confirmam a autonomia universitária que as instituições de ensino superior têm quanto ao melhor cumprimento das suas funções sociais e da responsabilidade de oferta de educação que elas têm para com a região onde desenvolvem as suas atividades, aspectos percebidos nos PNI I, II e III.

Dourado (1997) caracteriza a interiorização como um transcurso próprio das IES e que possui múltiplas particularidades, que vão desde a sua caracterização como um processo de expansão da estrutura organizacional e do funcionamento das suas atividades, quanto à maximização estrutural que as instituições de ensino passam a ter, atuando de maneira física nos demais espaços geográficos. Nesse ponto, vislumbra-se a constituição dos *campi* nos interiores, cidades afastadas dos centros urbanos, contudo, mantendo relações próximas e institucionais com o *campus-sede*.

Isto posto, buscamos entender melhor a interiorização da educação superior na Amazônia para que, progressivamente, compreendamos esse processo sob a égide da UFPA e da constituição dos seus *campi* e polos. Como exemplo, Colares, Alencar e Sousa (2019) estudaram a Interiorização da UFPA do município de Santarém (PA) e o acesso ao Ensino Superior, contextualizando o cenário e as questões relativas ao desenvolvimento de ações de interiorização desse nível de ensino no território amazônico.

A construção e o desenvolvimento das atividades universitárias no Brasil, segundo Romanelli (2002) e Severino (2009), sempre estiveram vinculados aos interesses das grandes elites urbanas. Dada a tal ênfase na centralidade do ensino

superior, a demanda e os anseios das regiões periféricas pelo ensino universitário agregaram-se aos interesses modernizantes objetivados pelo regime militar e pelos governos desenvolvimentistas. Assim, assumiu-se a necessidade de o governo federal descentralizar o Ensino Superior para as regiões mais periféricas em busca de um melhoramento técnico, que pudesse sustentar os investimentos nas indústrias de base na Amazônia.

Por conseguinte, Fontes (2007) inclui a UFPA como parte do projeto desenvolvimentista almejado por Juscelino Kubistchek, que aprovou a lei n.º 3.191, de 2 de julho de 1957, e o início das suas atividades a partir da sua instalação em 31 de janeiro de 1959.

A UFPA vem desenvolvendo, há mais de 60 anos, atividades de ensino pesquisa e extensão, que contribuem para a formação do quadro profissional da região e para o desenvolvimento de capital intelectual, técnico e científico, necessários para a economia, sociedade e meio ambiente.

Cabe ressaltar que a UFPA, inicialmente, concretiza-se também pela incorporação de duas outras escolas de Ensino Superior, em 1963, a de Serviço Social e a de Química (MOREIRA, 1977; CAMARGO, 1997; CHAVES *et al.*, 2006; CHAVES; NOVAES, 2006).

Criados e instituídos os alicerces físico-institucionais que estruturariam o Ensino Superior da UFPA, ela passa a desenvolver suas atividades somente na capital do Estado. Contudo, a partir da década de 1970, surgem as primeiras ações da instituição de oferta de cursos de licenciatura nos interiores. No entanto, tal iniciativa ainda não se configurava com um projeto de interiorização em si, sendo apenas ações pontuais.

No entanto, consideramos relevante a elucidação desse período da interiorização da UFPA, conforme é trabalhada nos estudos de Freitas (2005), que o define como sendo a primeira fase desse processo iniciado na década de 1970, de forma que tais momentos representam diferentes modos de investida da instituição nos interiores do Estado, intento este vinculado às diferentes conjunturas emanadas pelos respectivos períodos históricos.

Na década de 1970, conforme Coelho (2008), a incumbência de expandir as atividades da UFPA era vinculada aos mandatários dos governos militares, em Brasília (DF). Dessa forma, tais ações ainda eram voltadas para o atendimento dos

objetivos ideológico-desenvolvimentistas e de integração da Amazônia ao grande capital industrial da época. Assim, com a reforma universitária de 1968, as instituições federais de Ensino Superior voltaram-se para a formação profissional por meio da criação dos Centros de Estudos Básico e Profissional, que passaram a focar na formação e na complementação pedagógica dos professores ativos da educação básica.

Nesse sentido, como forma de atender às determinações dos governos militares, a UFPA decide, em 1970, por meio do seu Centro de Educação, realizar as ações definidas em convênio com o Departamento de Ensino Fundamental do MEC. Tal acordo previa a expansão das licenciaturas polivalentes, de 1.º Ciclo, e também das monovalentes, de 2.º Ciclo (MOREIRA JUNIOR, 1985, p. 55).

Ressalta-se, conforme M. Costa (2014), que, num primeiro momento, os novos cursos de licenciatura obrigavam a ida dos professores do interior para a capital do Estado, pois eram apenas sediados em Belém. Contudo, em vista de atender às exigências do Art. 3.º, inciso III, do Decreto n.º 65.880, de 16 de dezembro de 1969, do Plano de Reestruturação da UFPA, que, como política básica da instituição, demandava “participar de maneira ainda mais direta da aplicação dessa diretriz relativamente à realidade Amazônica”, a UFPA passou a ofertar novas turmas de licenciatura em Santarém e Castanhal.

Dessa forma, a UFPA, em setembro de 1970, envia um projeto ao Conselho Federal de Educação (CFE) sobre a expansão das suas atividades para os municípios do interior. Mediante o parecer n.º 663/1970, foi regulamentada e autorizada a oferta das licenciaturas no interior do Estado, dando, de fato, início à interiorização da instituição.

Freitas (2005) acrescenta que, ainda em 1971, foram realizados cursos especiais de licenciatura de curta duração nas áreas de Letras, Estudos Sociais e Ciências Naturais. Almejava-se, com essas ações, sanar a desqualificação docente na Educação Básica, mais necessariamente a alteração do quadro educacional onde, no Estado do Pará, havia uma maioria de professores leigos que lecionavam no 1.º e 2.º Graus. Reitera-se que essa realidade se tratava de uma conjuntura amazônica que, de certa maneira, impedia a realização dos planos econômicos de desenvolvimento para a região, conforme citado anteriormente neste trabalho nas observações de Coelho.

Portanto, nesta primeira fase da interiorização da UFPA, as atenções eram voltadas para os cursos de licenciatura. M. Costa (2014) diz que, durante o período compreendido, realizou-se convênio entre a instituição e o Governo do Estado do Pará, o Governo do Território Federal do Amapá e a Delegacia Estadual do Ministério da Agricultura, para a realização das licenciaturas polivalente de 1.º Ciclo e também para as monovalentes de 2.º Ciclo (curta duração). Dessa forma, sob a tutela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) e do CED, foram criados Núcleos de Educação em determinados municípios-sede, disponibilizando licenciaturas regulares e intervalares, num primeiro momento, nas cidades de Abaetetuba, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure, agregando, assim, 14 microrregiões.

Passados, então, 15 anos desde as primeiras ações de interiorização da UFPA, a instituição, impulsionada pela redemocratização e pelo ganho de autonomia perante a queda gradual do regime militar, passou a desempenhar de maneira assídua o seu projeto próprio. Destarte, em 1986, dinamizado pelas articulações providas

I PNI, essa autarquia iniciou, de fato, a sua expansão para outras mais cidades do interior, fato que culminou com a alavancagem da sua segunda fase deste processo (FREITAS, 2005).

A partir desse período, a instituição designou 89 professores para as cidades do interior, cuja necessidade estava em ministrar os cursos de licenciatura. Portanto, num primeiro momento, foram deslocados 13 docentes para o *campus* de Abaetetuba, 8, para Altamira, 12, para Bragança, 09, para Cametá, 14, para Castanhal, 11, para Marabá, 12, para Santarém, e 10, para o Campus de Soure (SOUSA, M., 2011, p. 62).

Cabe salientar que, nessa segunda fase da interiorização da UFPA, a criação de seus *campi* foi possibilitada pela disponibilização de servidores municipais e pela doação predial de antigas escolas pelas prefeituras locais, para servirem de sede para as atividades das novas unidades regionais. Além disso, destaca-se a Resolução n.º 1.355, de 13 de fevereiro de 1986, do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEP), como marco institucional que autorizou e deu início ao programa de

interiorização da UFPA, assim como, no Art. 1.º salientava a qualificação docente por meio dos cursos de licenciatura plena.

Nesse período, visando atender a uma totalidade de 86 municípios pertencentes ao Estado do Pará, a UFPA sistematizou a alocação de seus *campi* de forma que os municípios-arredores fossem também contemplados pela política de interiorização: “Assim, os municípios escolhidos como sede de Campus são polos regionais de desenvolvimento, em torno dos quais gravitam, naturalmente, os municípios circunvizinhos” (UFPA, 1987, p. 1).

Ainda nessa fase, começam a ser pensadas formas mais ousadas de a instituição expandir as suas atividades. Nesse sentido, iniciam a implantação das primeiras ideias do que viria a ser, no início do século seguinte, a *Universidade Multicampi*. No entanto, tal delimitação foi interrompida na década de 1990, devido à diminuição dos investimentos públicos na educação superior, resultado das políticas neoliberais.

De 1993 a 1997, ocorre, segundo Freitas (2005), a terceira fase do processo de interiorização da UFPA, que foi possível graças também às articulações com as prefeituras locais, em vista de doações prediais aos *campi* e cedência de técnicos-administrativos e demais servidores. Nesse terceiro momento, objetivou-se, no projeto de interiorização, a consolidação dos cursos já existentes nas unidades do interior do Estado, por meio do aumento de vagas, e a ampliação do rol de cursos de graduação.

Um fato contingente desse período, segundo Brandão (2004), foi a onda neoliberal pela qual o país passava com reflexos totais sobre a política educacional, limitando os investimentos estatais na educação pública em detrimento de incentivos fiscais e creditícios à iniciativa privada. Nesse sentido, a política de interiorização da UFPA encontrava uma barreira relevante para a operacionalização de seu projeto, haja vista que, para o aumento do número de vagas e de novos cursos, era exigido o incremento vertiginoso de novos profissionais no corpo docente. Tornara-se, então, inviável a realização de concurso público para docentes via MEC, o que direcionou a instituição a realizar tais concursos por meio de convênios e parcerias com a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), admitindo docentes em nível de equivalência a auxiliar, para que as aulas no interior fossem realizadas.

É importante frisar as reverberações das duas primeiras etapas da interiorização da UFPA para o desenvolvimento regional. No período abarcado pelas fases, notamos que o *campus* Cametá se constituía apenas como um núcleo institucional, haja vista que passou a ser designado como *campus*, a partir da criação do seu primeiro polo em 2008. Ainda assim, tanto a abertura de vagas com as primeiras turmas de licenciatura, em 1987, quanto o deslocamento de professores para a cidade representaram ganhos socioeconômicos sob a forma de geração de um quadro profissional mais bem qualificado e crítico, e de movimentação da economia, baseada no consumo, por parte dos professores oriundos da capital, mas também dos aprovados nos primeiros concursos para serem lotados no Campus de Cametá.

Prosseguindo tal linha de raciocínio, a UFPA, de 1998 a 2000, encontra-se na terceira fase do seu projeto de interiorização, etapa marcada pelos intentos relacionados ao fortalecimento e à institucionalização dos *campi*, de maneira a também vislumbrar a nova LDB (lei n.º 9.394/1996). Tal determinação institucional conduzia, de certa forma, as universidades, em vista da maior oferta de vagas e cursos de licenciatura para que assim houvesse a melhor qualificação dos professores da educação básica, a fim de substituir os professores sem formação superior específica.

Nota-se que Silva (2007 *apud* SOUSA, M., 2011, p. 65) argumenta que, durante esse período, a UFPA, em convênios e parcerias com prefeituras e governo estadual, foi realizado concurso público para a atuação de docentes efetivos nos 9 *campi* do interior, contudo, houve uma distribuição desequilibrada deste novo quadro de professores. Assim, naquele momento, o processo de interiorização da UFPA deu prioridade às regiões de maior desenvoltura e potencial econômico, preterindo outras.

Nesse mesmo aspecto, a partir de 2001, a UFPA inicia, conforme Freitas (2005), a sua quarta e atual fase do seu projeto de interiorização, marcada pelo modelo de Universidade *Multicampi*, termo este definido como um dos “eixos estruturantes” do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2001-2010). Dentro de tal questão, esse Plano preconizava a perspectiva de universidade em rede, uma proposta de descentralização organizacional intrinsecamente relacionada aos *campi*

do interior, mantendo relações solidárias e cooperativas, implantando assim um novo modelo à sua estrutura organizacional.

Dentro desses aspectos, essa nova estrutura organizacional vai além da oferta de vagas de licenciatura e de deslocamento de docentes aos municípios-sede. Para isso, a UFPA propôs o aumento dos recursos físicos e humanos destinados à expansão das atividades desempenhadas nessas cidades, de forma que os *campi* pudessem se consolidar ainda mais como instituições voltadas para o desenvolvimento regional (UFPA, 2002).

Essa nova configuração do projeto de interiorização da UFPA, de acordo com M. Sousa (2011), representou conquistas significativas para a instituição e também para a sociedade, pois permitiu à universidade que passasse de 9 para 12 *campi* nos interiores, abrangendo ainda mais o próprio território, além disso, instituiu-se a criação de uma nova universidade pela transformação da unidade regional de Santarém, a UFOPA.

Ainda segundo a autora, por meio de novas diretrizes educacionais do MEC para o Ensino Superior, no primeiro governo Lula, essas Instituições foram autorizadas e legitimadas institucional e financeiramente a realizarem concursos públicos para técnicos e docentes, fato este que proporcionou aos *campi* do interior maior autonomia quanto à formação de seu quadro profissional próprio para a unidade regional.

Notamos, então, mesmo com o interesse em expandir as ações e a presença da Instituição para os interiores, houve preferência de investimentos em *campi* de regiões consideradas mais estratégicas para o desenvolvimento regional, por meio da oferta de cursos e da realização de concurso público para docente (SOUSA, M., 2011). Tal fato se percebe nos aspectos apontados pelo Programa Avalia, cujas preferências estratégicas e políticas não abarcavam os *campi* do baixo Tocantins e do Marajó. Contudo, a autora ainda comenta que essa concepção estratégica se enquadrou nas determinações dos programas federais Expandir (2003-2006) e Reuni (2007-2012), ao passo que estipulavam a expansão do ensino superior com base nas vocações regionais.

Com base no PDI da instituição, percebe-se que o programa de interiorização da UFPA objetivou e objetiva, ainda hoje, alcançar o desenvolvimento regional, bem como promover a justiça social por meio da inclusão no sistema

educacional superior, em um Estado onde, aproximadamente, a região metropolitana compreende uma população de 2.505.242 habitantes, segundo a estimativa populacional do IBGE (2019), cerca de 29,12% dos 8.602.865 habitantes residentes no Pará. Logicamente, os outros 70,88% se referem ao total de pessoas vivendo nos municípios do interior, sendo estes 6.097.623 habitantes.

Reitera-se que tais dados nos dimensionam sobre a relevância que a interiorização da educação superior possui para o Estado brasileiro, que, na sua formação populacional, tem como maioria pessoas residentes nos municípios do interior. A UFPA se consolida nesse cenário como uma instituição capaz de proporcionar justiça social por meio da inclusão no Ensino Superior de populações que, antes, tinham tal acesso mais limitado, dada a pouca oferta de cursos de graduação e pós-graduação em outros municípios para além da região metropolitana do Estado.

Com o objetivo de expandir as atividades nas unidades regionais, o *multicampismo* vislumbrou como necessário o aumento no número de vagas para professor nesses locais. Reitera-se que as prerrogativas presentes no PDI (2001-2010) da instituição sobre o aumento de recursos e capacidades dos *campi* estavam estritamente relacionadas aos projetos federais de expansão do ensino público superior, como os programas Expandir e Reuni. Assim, através dos esforços feitos pela própria administração da UFPA, com o apoio de políticas públicas expansionistas, foi possível o aumento significativo no número de unidades regionais e de estudantes nesses espaços.

Dados fornecidos pela UFPA, em 2019, evidenciam a relevância da universidade *multicampi* para o aumento da oferta de ensino no interior. Nesse sentido, a UFPA passou a figurar num total de 12 *campi* e mais 64 polos regionais nos interiores.

Em relatório de 2020, com base no ano de 2019, a UFPA chegou aos seguintes números de estudantes matriculados e concluintes na capital e no interior do Estado:

Tabela 3 – Número de alunos da graduação por localidade em 2019

Alunos	Localidade		Total
	Capital	Interior	
Ingressantes	5.319	3.324	8.643
Matriculados	24.712	14.074	38.786
Concluintes	4.084	2.222	6.306

Fonte: SIGAA/UFPA.

Esses números representam avanços notáveis da interiorização da UFPA e um aumento da quantidade de discentes nos interiores ao longo dos anos; valores consideráveis no que se refere às categorias citadas no quadro acima. Dessa forma, em valores mais atuais, a oferta de nível superior nas cidades interioranas chega a 36,2% do total disponibilizado pela UFPA; em 2019, os ingressantes nos interiores representaram 38,4% do total da instituição e os concluintes desse mesmo ano, 35,2%, nesses lugares.

Além disso, a UFPA entende a demanda e o seu papel no que se refere à justiça social, à diminuição das desigualdades e ao desenvolvimento regional, haja vista a sua presença nos interiores do Estado, por meio de seus *campi*, polos e oferta de turmas em outras cidades. Nesse caso, os dados fornecidos pela própria instituição demonstram o número de cursos de graduação e a disposição destes pelo Estado do Pará:

Tabela 4 – Número de cursos da graduação por localidade em 2019

Alunos	Cursos			Total
	Regular	Parfor	EaD	
Capital	76	14	1	91
Interior	194	246	48	488
Total	270	260	49	579

Fonte: SIGAA/UFPA.

Esses valores evidenciam a importância dos *campi* da UFPA para a oferta de ensino no Estado do Pará, sendo as unidades regionais da instituição responsáveis pela maioria dos cursos regulares, turmas pelo Parfor e cursos EaD

disponibilizados. Os cursos regulares de graduação no interior representam mais do que o dobro em relação aos da capital, aspecto este relevante no entendimento do processo de interiorização da UFPA até os tempos atuais. O maior contingente de cursos do Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor) se explica pela carência de formação superior e complementar dos professores da educação básica nos interiores, questão já explicada por Coelho (2008) ao elucidar a necessidade de a interiorização da instituição diminuir o quadro de professores leigos nesses espaços. Mesmo sentido tem quando se trata do maior número de cursos EaD nas cidades do interior, haja vista que essa modalidade é própria para os locais mais afastados dos centros urbanos.

A par das informações anteriormente mencionadas, que mostram a parcela de participação dos *campi* do interior da UFPA na oferta de educação superior, a fim de aprofundar os conhecimentos neste trabalho sobre a interiorização da UFPA e a relevância de uma unidade regional da instituição para um determinado lugar, surge a necessidade desta pesquisa em dar relevo à UFPA/Campus Cametá. Assim, no próximo subtópico trabalhamos os principais aspectos institucionais dessa unidade regional, o seu histórico, aspectos organizacionais e acadêmicos, bem como os elementos que evidenciam o seu desenvolvimento.

4.5 O CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ

O Campus Universitário do Tocantins/Cametá da UFPA é, de acordo com Art. 1.º do seu próprio Regimento, uma unidade regional da UFPA vinculada diretamente à Administração Superior, juntamente com as normatizações que dão funcionamento à estrutura organizacional dos *campi*. O Campus da UFPA/Cametá atua com autonomia frente às questões acadêmicas e administrativas, no entanto, ainda assim, dialoga com as proposições emanadas pelo *campus*-sede e sua administração central, fato este que revela a conexão dentro dos projetos desenvolvidos pela instituição, como a própria interiorização (UFPA, 2020).

A UFPA em Cametá, conforme G. Silva (2012), em entrevista ao *Jornal Beira do Rio*, surge como um empreendimento ousado por parte da administração central da instituição em intensificar o seu processo de interiorização, iniciado em 1986. Nesse sentido, em 1987, é criado o Campus de Cametá, como uma forma de a UFPA atender à demanda reprimida de Ensino Superior nesse local, isso

possibilitou que um conjunto de sujeitos acessasse o Ensino Superior, contribuindo com a questão do desenvolvimento regional, proporcionando, inicialmente, “impactos significativos na educação básica, que era o fulcro central da origem da interiorização” (SILVA, G., 2012, p. 1).

Com a materialização do Campus, Coelho (2008) destaca ainda que se objetivou também a formação de profissionais para que exercessem o magistério da 1.^a à 4.^a série, ação esta que recebeu parecer favorável do CFE (n.º 663) e do CONSEP (n.º 103/71). Salientamos que o projeto de interiorização da instituição, conforme a UFPA (2017), orientou-se no sentido de vislumbrar o quadro desfavorável da educação básica no interior do Estado.

Estimava-se que, na década de 1980, mais de 60% da população estava nos interiores, dos quais menos de 1% chegava a terminar o Ensino Fundamental. Além disso, somente 1% dos professores contratados para ministrar aulas no Ensino Fundamental e Médio possuía formação superior na sua área de docência. Nessa conjuntura é que inicia o processo da UFPA de interiorização, como forma de colaborar para o desenvolvimento intelectual das regiões contempladas, de lograr o fortalecimento da educação básica e formar mão de obra especializada.

Criado pela Resolução CONSEP/UFPA n.º 1.355/1986, o Campus Universitário do Tocantins/Cametá surgiu nas dependências da Escola Municipal de 1.º Grau “Maria Cordeiro de Castro”, prédio que foi posteriormente doado à UFPA por intermédio da Lei Municipal n.º 1207, de 27 de março de 1991.

As atividades acadêmicas da UFPA na cidade de Cametá iniciaram-se em outubro de 1987 com a oferta das primeiras 50 vagas para cada curso de licenciatura, que até então funcionavam na modalidade intervalar (intensivo), sendo as graduações em Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia. Já na década seguinte, foi implantado o primeiro curso regular (extensivo) do Campus, a licenciatura em Pedagogia, sendo a primeira turma tendo iniciado os seus estudos em 1994.

O início da UFPA em Cametá, que se mostrou como uma estratégia promissora de interiorização no baixo Tocantins, revelou-se, no entanto, ainda mais desafiadora, dadas as condições em que as atividades eram realizadas. O cenário econômico desfavorável do país, aliado ao fraco e quase inexistente apoio do governo do Estado brasileiro às universidades federais, dificultou ainda mais o

desenvolvimento das ações nesse *campus*. Rodrigues e Silva (2017) afirmam que, em 1993, o município de Cametá enfrentava sérios problemas de abastecimento de energia, o que prejudicava as aulas, principalmente no período noturno, além disso, a estrutura das salas de aula era precária, a biblioteca possuía um acervo limitado, a reprodução de textos era inviável e inexistia laboratório de informática.

Pode-se dizer, então, que a unidade regional da UFPA em Cametá caracteriza-se por dois períodos distintos, mas igualmente importantes para a sua consolidação. O primeiro faz referência ao início das suas atividades na região como parte do primeiro intento de interiorização da UFPA, e se encerra até antes da adesão ao Programa Reuni. Já o segundo momento histórico se manifesta a partir de 2008, quando a instituição passa a valer-se dessa política pública de expansão e interiorização, até os dias atuais. Por essa perspectiva, é válido ressaltar que o período a partir de 2001 também é importante para esse *campus*, já que se iniciara uma nova proposta de interiorização, a universidade *multicampi*, que, em suas metas, previa o fortalecimento expansão estrutural e acadêmico das unidades regionais, como vista em tais desígnios no PDI de 2001 a 2010 (UFPA/PDI, 2002, p. 73).

Posteriormente, conforme G. Silva (2012), o Campus de Cametá passou a experimentar um momento mais incisivo de ampliação da sua estrutura física e de suas atividades acadêmicas a partir do Programa Reuni, que possibilitou diretamente a construção de novos prédios para abrigar o auditório, a biblioteca, os laboratórios e as novas salas de aula, além disso, também contribuiu para a ampliação do quadro docente próprio dessa unidade regional, que passou de 8 para 61 professores efetivos até o ano de 2012.

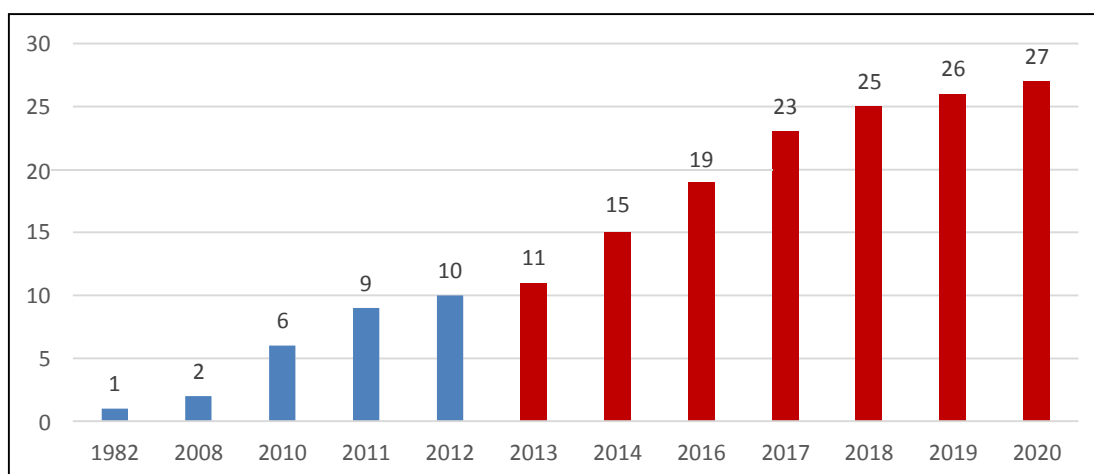
Outrossim, destacamos que o Campus Universitário do Tocantins/Cametá, que, segundo Rodrigues e Silva (2017), está presente na região do baixo Tocantins há mais de 30 anos, a partir do Projeto de Interiorização da UFPA, concentrou suas atividades no município de Cametá, onde fica a sede dessa unidade regional, mas, entre 2009 e 2012, de acordo com Rodrigues (2019), suas atividades passaram a ocorrer também nos municípios de Baião, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará, intensificando-se com a ação do Programa Reuni, que permitiu a esse Campus chegar a constituir um quadro de 83 docentes, entre mestres e doutores,

bem como um quadro de 27 técnicos, além de criação de infraestrutura para suas atividades de pesquisa, ensino e extensão.

É com o Reuni, pois, conforme Rodrigues (2019), que o Campus teve condições de instalar 4 polos universitários, sendo que dois deles, Mocajuba e Baião, já possuem estrutura própria, a partir de incorporação de patrimônio doado à Universidade, enquanto que, em Limoeiro do Ajuru, as atividades ocorrem em prédio cedido pela Prefeitura e, em Oeiras do Pará, em uma Escola Municipal.

Conforme o Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU), de 2017 a 2020, o CUNTINS possui os cursos de Letras (habilitações em Língua Portuguesa e em Língua Inglesa), Pedagogia, Matemática, Ciências Naturais, História, Educação do Campo, Sistemas de Informação, Agronomia e Geografia, distribuídos em turmas entre os polos e a sede em Cametá. Frisamos ainda que essa unidade regional apresenta mais de 3200 alunos matriculados nessas graduações. O Campus Cametá também tem ações voltadas para a pós-graduação, pois abriga 4 cursos de especialização nas áreas de Linguagem, Educação, História e Exatas, além disso, possui um programa de Mestrado Acadêmico em Educação e Cultura desde 2014. Mostra-se também que o CUNTINS vem ampliando-se no que se refere ao número de técnicos-administrativos, conforme figura abaixo:

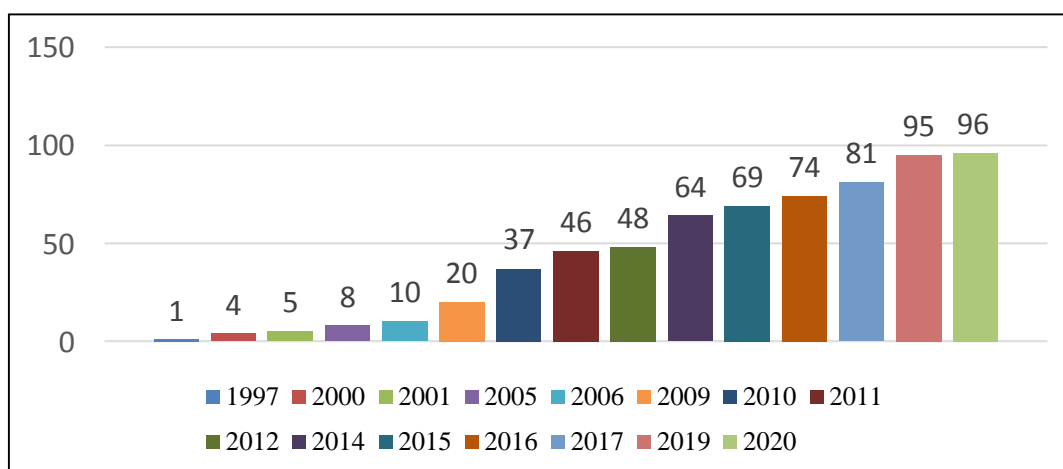
Gráfico 1 – Evolução quantitativa de técnicos do Campus Cametá-UFPA (1982-2020)



Fonte: UFPA – Campus Cametá (2020).

Essa unidade regional também teve um aumento da quantidade de docentes efetivos, com um crescimento significativo entre os anos de 1997 e 2020, conforme se percebe no quadro abaixo:

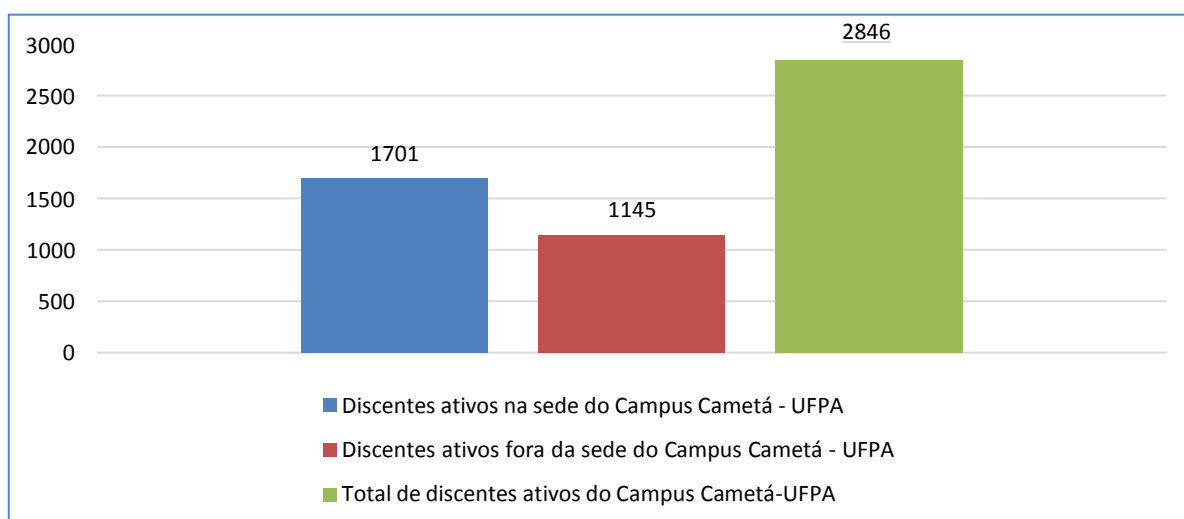
Gráfico 2 – Evolução quantitativa de docentes do Campus Cametá-UFPA (1997-2020)



Fonte: UFPA – Campus Cametá (2020).

Ressaltamos que nesse gráfico de conjuntura apenas consideramos os professores efetivos do Campus Cametá, sem contar com os outros 8 docentes cedidos a essa unidade regional desde o início das suas atividades em 1987. Ainda em tal análise, o incremento de novos profissionais abriu possibilidade para o aumento do número de docentes, fato que também se manifesta no sentido contrário. Dessa forma, o Campus Universitário do Tocantins/Cametá vivenciou um número cada vez mais elevado do número de alunos, manifestando-se em saldo positivo atualmente:

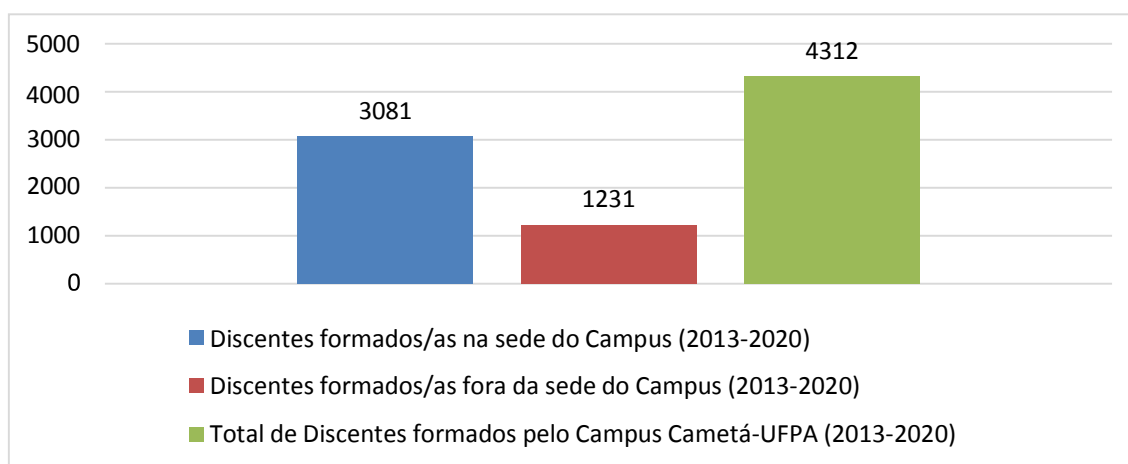
Gráfico 3 – Quantitativo de discentes ativos do Campus Cametá-UFPA na sede e fora da sede



Fonte: UFPA – Campus Cametá (2020).

Os avanços alcançados na elevação do número de técnicos, docentes e discentes estão vinculados à gestão autônoma da administração central da UFPA, aos esforços das gestões que geriram o Campus e ao clamor popular pela educação superior na sua expansão e interiorização. Além de tais aspectos, as políticas públicas de expansão das IFES também se manifestaram como preponderantes para a consolidação das atividades no Campus de Cametá (RODRIGUES; SILVA, 2017). Nesse sentido, a partir de 2012, ano em que se finaliza o Programa Reuni, a unidade regional tem como conquista um alto número de formandos, conforme gráfico abaixo, haja vista que tais vagas se expandiram nos anos anteriores, principalmente a partir de 2008, ano em que a instituição aderiu ao programa:

Gráfico 4 – Quantitativo de discentes formados/as pelo Campus Cametá-UFPA (2013-2020) na sede e fora de sede



Fonte: UFPA – Campus Cametá (2020).

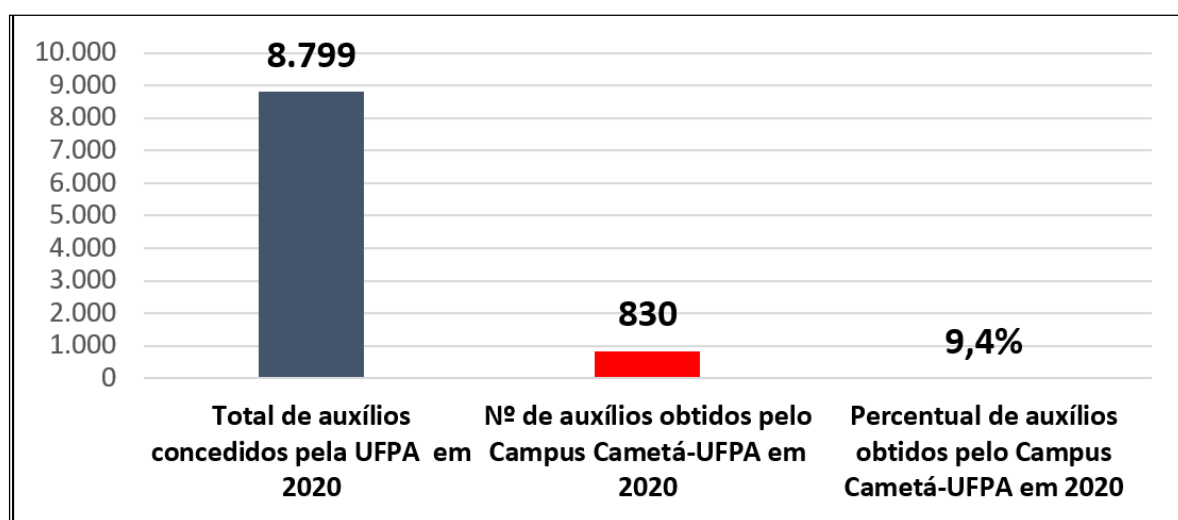
Tais resultados são reflexos diretos da política pública de expansão e interiorização da educação superior, sobretudo o Programa Reuni. Como exemplificado pela ilustração acima, o CUNTINS/Cametá estabeleceu uma relação próxima com o Reuni, sendo também por intermédio dele o aumento das vagas da instituição e, como consequência, o número expressivo de formandos, tanto no *campus-sede*, como também nos seus polos, fato que evidencia o aprofundamento maior dessa política de interiorização para mais cidades do interior.

Dessa forma, segundo o MEC, a presença de universidades nos interiores contribui para o melhoramento das condições de vida nesses municípios, como também para a diminuição de problemas de ordem social na região:

O incentivo à educação, principalmente superior, leva ao local de implantação um crescimento acelerado. Esse processo rápido ocorre pela necessidade de o meio se adequar à nova realidade local, resultando no desenvolvimento por conta do aumento da demanda de docentes, técnicos e discentes no local. Ao mesmo tempo, os egressos do ensino médio sem opções de educação superior em sua região tendem a migrar, muitas vezes em caráter definitivo, para locais onde a oferta é mais ampla e diversificada. A região abandonada perde a oportunidade de fixar profissionais altamente qualificados e os estudantes sem condições financeiras de migrar para regiões mais propícias perdem a oportunidade de se qualificar. Assim, a interiorização da oferta de educação superior é essencial para combater o desequilíbrio no desenvolvimento regional e atingir estudantes sem condições de se deslocar para outras regiões (BRASIL, 2015, p. 20).

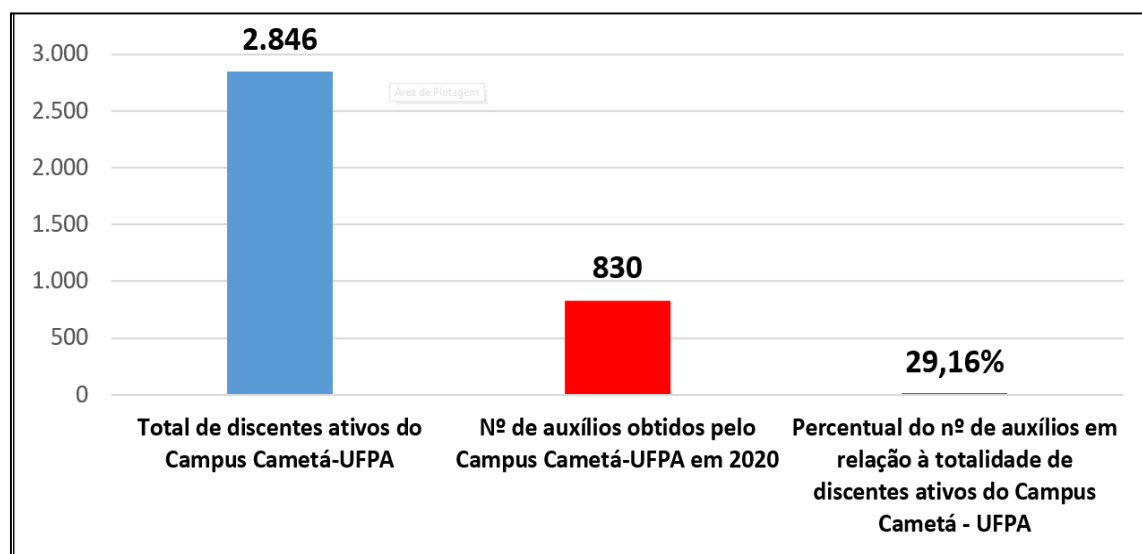
O Campus Cametá também tem revelado sua importância na assistência aos seus discentes. O quadro abaixo demonstra a porcentagem e dos estudantes da UFPA em geral, que recebem auxílios da instituição. Paralelamente, ilustra-se também o número de alunos desse Campus e dos polos que os recebem, assim como a porcentagem em comparação ao total ofertado pela universidade. Em seguida, apresentamos um segundo gráfico com o número de alunos recebedores de auxílio e o seu percentual em relação ao número de discentes ativos do Campus.

Gráfico 5 – Auxílios obtidos pelos/as discentes do Campus Cametá-UFPA em 2020



Fonte: Número de bolsas – SAEST/abril de 2021.

Gráfico 6 – Auxílios do Campus Cametá-UFPA em relação à totalidade dos/das discentes ativos da Unidade Regional



Fonte: Número de bolsas – SAEST/abril de 2021.

De acordo com a Secretaria de Assistência Estudantil da UFPA, dados de abril de 2021, tais auxílios se configuram da seguinte forma para um determinado número de estudantes do Campus Cametá até o ano de 2020, conforme tabela abaixo.

Tabela 5 – Auxílios disponibilizados pela UFPA/Cametá pelo número de estudantes que os recebem

Tipo do Auxílio recebido	Número de estudantes contemplados
Auxílio alimentação emergencial 2020	21
Auxílio creche 2018	1
Auxílio creche 2019	1
Auxílio creche 2020	1
Auxílio emergencial 2019	1
Auxílio emergencial 2020	2
Auxílio emergencial (indígenas e quilombolas 2020)	1
Auxílio intervalar – 1.º e 3.º Períodos de 2020	28
Discente com o auxílio kit PCD 2019	1
Discente com o auxílio kit PCD 2020	1
Discente com o auxílio kit PcD 2020 II	1
Auxílio Moradia-Indígenas, Quilombolas e Populações Tradicionais 2019	9
Auxílio Moradia-Indígenas, Quilombolas e Populações Tradicionais 2020	9
Auxílio permanência especial (PCD) 2019.	3

Auxílio Permanência Especial (PCD) 2020	2
Auxílio emergencial de apoio à inclusão digital	255
Bolsa Acadêmica de Acessibilidade/PcD – (ProBAc)	2
PROBOLSA – Bolsa de Apoio de Atividade Acadêmica	22
Programa Permanência 2019 – modalidades Permanência e/ou Moradia	242
Programa Permanência 2020 – modalidades Permanência e/ou Moradia (Alunos Novos)	77
Programa Permanência 2020 – modalidades Permanência e/ou Moradia (Alunos Renovação)	150
Total	830

Fonte: Elaborada pelo autor do trabalho com base em SAEST/UFPA (2020).

Amaral e Nascimento (2010) argumentam que a assistência estudantil é uma ferramenta importante das universidades no combate às desigualdades regionais. Essas medidas também funcionam como forma de estreitar os laços entre universidade e sociedade e assegurar o cumprimento do seu compromisso social, que, de certa maneira, pode ser entendido como uma forma de reverberação social da instituição universitária à sociedade.

Essa questão também é considerada por Lopes (2003) ao agregar que as instituições universitárias também se caracterizam pela assistência social prestada não só por meio de seus serviços básicos, como saúde e educação, mas também se revelam importantes entidades responsáveis pela amenização das desigualdades, no que se refere ao oferecimento de condições para a permanência de estudantes pertencentes a segmentos sociais mais vulneráveis, por meio de bolsas e auxílios.

Tomando, então, como base os postulados acima, o Campus Universitário do Tocantins/Cametá se manifesta como consequência e ferramenta da interiorização da UFPA. Desde o início das suas atividades em 1986 o CUNTINS/Cametá se revela como uma intenção inicial em interiorizar a UFPA, questão esta que, ao longo do tempo, foi assimilada cada vez mais pela própria instituição, fato que pode ser percebido melhor a partir de 2001 no seu PDI, com a nova concepção de Universidade *Multicampi*, conforme Freitas (2005). Ainda nesse sentido, continuidade da interiorização da UFPA muito se deve às políticas de expansão do ensino, sendo o Reuni peça fundamental nesse processo (RODRIGUES; SILVA, 2017): “Há de se considerar que, sem a interiorização, a Universidade Federal do Pará não daria conta, a partir de tão somente de Belém, de

propiciar formação que contemplasse as reais necessidades de investimento nesse nível de ensino no Pará”.

Isto posto, a UFPA, por meio da sua interiorização é capaz de alcançar espaços mais distantes de sua sede, fato que, conforme os autores supracitados, difícil seria caso não houvesse seus *campi*, a exemplo do CUNTINS/Cametá, que se irradiou ainda mais através da criação de seus polos. Como percebido no texto, a UFPA/Cametá é ferramenta contínua nesse processo de interiorização do ensino superior, questão esta fortalecida pelo Programa Reuni, que propiciou melhores condições para que a instituição pudesse expandir sua atuação.

5. UNIVERSIDADE, DESENVOLVIMENTO E TERRITORIALIDADE

Neste capítulo serão contextualizadas as noções de desenvolvimento a partir do papel assumido pelas instituições públicas de ensino superior quanto aos resultados que estas propõem à sua territorialidade. Assim, por meio das referências textuais, se fazem presentes neste espaço algumas importantes implicações diretas e indiretas que as universidades públicas dispõem à região, ou local em que desempenham as suas atividades, propondo ainda novos pensamentos sobre a noção de desenvolvimento regional.

Além disso, serão contemplados os aspectos teóricos e epistemológicos que norteiam a composição deste trabalho. Nesse sentido, serão mensuradas, de maneira histórica, as noções de desenvolvimento e os seus paradigmas assumidos de acordo com a consolidação do sistema capitalista. Em seguida, são discutidas questões relativas ao desenvolvimento regional, endógeno, local e sustentável, assim como diferentes teorias que trataram deste tema, para assim chegarmos a arquitetar novas concepções de um desenvolvimento mais humano e dialogante com os ecossistemas, em detrimento de visões mais economicistas e destrutivas das relações socioambientais.

5.1 UNIVERSIDADE PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO

Notamos que, com o passar do tempo, à medida que as sociedades foram se tornando mais complexas, a noção de desenvolvimento passou a figurar sobre vários outros elementos da vida, tornando-se mais rica e interdisciplinar. A partir de então, novas perspectivas de desenvolvimento foram surgindo, cada vez mais, distanciadas dos preceitos econômicos, como fim último dessa noção, passando a adotá-lo como meio para o alcance da melhor qualidade de vida e o manuseio dos recursos naturais.

A questão do desenvolvimento necessita englobar, de acordo com Franco (1998), a melhoria da qualidade de vida das populações, propiciando o desenvolvimento humano e social, bem como das gerações futuras, configurando-se também na perspectiva sustentável. Dessa forma, pensar o desenvolvimento é uma tarefa que envolve, além do crescimento da economia, questões relativas à melhoria da qualidade de vida das sociedades por meio do desenvolvimento humano e da

sustentabilidade. Ainda assim, para que essas questões possam estar, de fato, presentes na sociedade, estas devem ser encorajadas por instituições fortes e que incentivem a cooperação e as ações coletivas entres os diferentes setores.

Nesse caso, Sen (2000) enfatiza que o crescimento econômico deve ser uma ferramenta para a melhoria de vida e de ampliação das liberdades. De fato, para a autora, quanto mais se investe em capital humano, maiores são as condições criadas para o desenvolvimento, de forma que investimentos em educação, saúde e saneamento são necessários. Assim, compreende-se melhor a relevância que as universidades públicas têm para a melhoria e criação de capital humano, essencial para o discernimento de um processo de desenvolvimento sustentável e inclusivo, criando raízes no que tange ao desenvolvimento humano relacionado a uma concepção coletiva de sociedade.

A noção da qual partilha a universidade pública com o desenvolvimento se aporta na perspectiva de que essas instituições de ensino, componentes do Estado, mesmo com considerável autonomia, induzem e incrementam comportamentos e pensamentos às decisões individuais, convergindo para concepções coletivas de integração da sociedade em vista a um bem ou objetivo em comum: o desenvolvimento humano sustentável.

Por meio da sua essência humanizadora, as universidades públicas podem se configurar como vetores iniciais para discussões sobre novas propostas de desenvolvimento. Logo, nas raízes desses apontamentos, podem existir elementos de coesão social que propiciem a interação dos agentes sociais individuais na busca de ações coletivas. Nesse sentido, Chiarello (2015) entende que as universidades, de modo geral, são determinantes para o desenvolvimento caso se estabeleçam relações entre elas e os demais agentes da sociedade, como empresas e sociedade civil.

Atuantes em espaços distintos, as universidades interferem de diferentes formas nesses lugares, assumindo posições estratégicas na dinâmica social de cada território, incentivando o capital social da região.

As relações sociais e as formas locais de integração são, para Chiarello (2015), preponderantes para o desenvolvimento, e, por isso, remetem ao próprio papel que as instituições de ensino têm para o processo de transformação socioeconômica de uma região. As universidades públicas, nesse sentido, estimulam

a integração e interação com e entre os demais segmentos da sociedade, constituindo-se, portanto, uma base institucional para o desenvolvimento do capital social.

A interação sadia entre os atores locais é de fato necessária para o desdobramento de uma concepção alternativa aos padrões de desenvolvimento atual que não versam pela melhoria da qualidade de vida das populações e pela sustentabilidade do seu processo em comunhão com o meio ambiente. Nessa noção, a educação, e, em especial, a educação superior, se constitui como um dos mais importantes meios para que isso aconteça.

Lopes (2003) adiciona que, de maneira geral, nenhuma nação desenvolvida alcançou níveis econômicos e sociais elevados sem antes realizar investimentos consideráveis em educação, desde a básica até o nível superior.

De acordo com Cavalcanti Ferreira (2000), países como os Estados Unidos ou Estados como São Paulo são mais desenvolvidos porque possuem gamas maiores de capital direcionadas à educação, em relação aos países periféricos ou Estados com menor desempenho socioeconômico. Além disso, segundo esse autor, todas as experiências de desenvolvimento bem-sucedidas nos países considerados “tigres asiáticos”, Coreia do Sul e Japão, tiveram como pilar desse processo a educação.

Tais autores corroboram a assertiva de que a educação, em particular a educação superior, é pré-requisito fundamental para todo projeto de desenvolvimento de base estrutural. Nesta perspectiva, Casarotto Filho (1998) teoriza que o desenvolvimento cultural é pressuposto para o desenvolvimento, e não consequência deste.

Portanto, percebemos que as universidades são de suma importância para os delineamentos de toda e qualquer noção que permeie o desenvolvimento. E. Silva (2003) afirma que as universidades são instituições sociais complexas e multifuncionais, de fundamental importância na mediação das relações entre mundo social e ciência, além de se configurarem como importantes elementos na dinâmica de criação de capital humano, inovação tecnológica, produção e disseminação da ciência e da cultura.

Ao mesmo tempo, apresentado o estado da arte que integra aportes teóricos sobre a importância da educação superior para o desenvolvimento, é importante

relativizarmos essa relevância, de forma a vislumbrar os limites a que essas ações, da educação e da educação superior, podem chegar.

Assim, valendo-nos da crítica de Frigotto (2006) sobre o pensamento comum acerca da educação como capital humano, podemos entender esta como não somente o único âmbito da sociedade responsável pelo desenvolvimento e pela amenização das desigualdades sociais. A educação é, de fato, uma ferramenta transformadora e valorosa no alcance destas questões, mas por si só não consegue resolver todos os problemas de ordem socioeconômica, haja vista que existem inúmeras outras questões de ordem micro e macroestruturais, que se relacionam sistemicamente, e embricam-se nas mais variadas esferas da sociedade.

Frigotto (2006) constrói seu enunciado por meio da crítica à teoria do Capital Humano. De acordo com o autor, as relações sociais de produção da sociedade burguesa são apologicamente transplantadas para a sua formação teórica. Nesse sentido, o método burguês de análise dessa linha teórica influi para as relações entre educação e desenvolvimento, educação e trabalho, capital e trabalho. Nas suas ponderações, Frigotto expõe um velamento da verdadeira natureza das relações sociais de produção capitalista para as concepções da conjunção entre educação e desenvolvimento.

O autor ainda critica a concepção da educação como capital humano, baseada nos desdobramentos singulares dos postulados da teoria econômica marginal, se sujeita a uma circularidade da realidade, a falseando. Por conseguinte, tanto no campo macroeconômico, quanto microeconômico, os resultados dos incrementos em qualificação e aprimoramento não podem ser especificamente medidos e rateados, assim como, de acordo com Frigotto, tal incrementação não será garantia de desenvolvimento econômico, ou de aumento da renda individual. Nesse sentido, o que sustenta o salário ou a renda como precificação do trabalho é a quantidade produzida, ou seja, quem mais produzir mais ganhará. Assim, conforme o autor, a teoria da educação como capital humano repousa na ideologia individualista burguesa, aspecto este que esconde a desigualdade estrutural do capitalismo.

Em que pesem os enunciados proferidos por Frigotto (2006) sobre a crítica feita à teoria da educação como capital humano, vislumbrasse que a educação, por si só não sustenta o aumento dos indicadores macro e microeconômicos de

desenvolvimento. Sentido esse, deve-se sempre relativizar a importância da educação para o desenvolvimento, haja vista que não é a única esfera social que influi nesta questão. Destarte, ponto essencial da análise do nexo entre educação e desenvolvimento, no caso desta pesquisa sobre a educação superior, é perceber a relação que se constrói entre os dois campos, de maneira a notar as demais questões de ordem política e econômica, mas também considerar as questões referentes à coletividade e à complexidade, cujas relações sociais são delineadas, distanciando-se, assim, da visão individualista burguesa do capital humano, na qual o indivíduo, e unicamente este, é responsável pelo seu próprio desenvolvimento e consequentemente, pelo desenvolvimento do país.

Cunha (1975) ao analisar a relação da educação com o desenvolvimento social no Brasil se presta à crítica dessa mesma questão, de forma que se opõe a uma perspectiva salvadora da educação. O autor remete-se também à incapacidade da educação em contemplar soluções para todos os problemas da sociedade, mesmo que admita a relação aí existente, e tece sua oposição ao pensamento da educação como salvadora do desenvolvimento do país, mesmo considerando esta como importante para assuntos nesse âmbito.

Valendo-se do pensamento de autores como Geraldo Bastos Silva (1952), Ernesto Luís de Oliveira Júnior (1959), Maria Thetis Nunes (1962) e Jayme de Abreu (1968), Cunha (1975) conflui para a questão de que a educação não consegue, somente por ela, fornecer suporte suficiente para o desenvolvimento, estando ela desvinculada da realidade objetiva da sociedade e de reformas político-administrativas do sistema de governança. Nesse sentido, a ampliação do sistema educacional em vista de acabar com as barreiras para o desenvolvimento, pouco se concretizaria sem a observância de aspectos culturais e econômicos alheios à educação.

O que se analisa em tal questão é o fato de a educação não ser a única via para a eliminação das barreiras para o desenvolvimento, mas sim, configurar-se com um dos principais meios para isso. Como parte da realidade objetiva, a educação não pode assumir toda a responsabilidade pela elevação dos padrões socioeconômicos e culturais de uma sociedade, de forma que existem outros elementos dessa realidade tão responsáveis também por tais questões, como as demais instituições políticas, econômicas e sociais.

Assim, assumimos neste estudo uma postura mais dialética da educação superior para com o desenvolvimento, bom base em Frigotto (2006) e Cunha (1975). Nesse sentido, não podemos assim nos afastar da importância que as demais políticas públicas, eventos macro e microeconômicos têm para a constituição dos arranjos sociais, pois estas também têm o seu campo de atuação, limites e resultados sobre o desenvolvimento. Ao mesmo tempo, nos distanciamos da visão da educação como capital humano, pois, conforme Frigotto (2006), o individualismo projetado pela ideologia capitalista na qualificação, como forma de elevar ganhos salariais e assim sanar os problemas sociais e econômicos de desenvolvimento, não se sustenta, haja vista que o sujeito somente não é capaz e nem culpado do seu subdesenvolvimento, muito menos, do subdesenvolvimento de seu país.

5.2 UNIVERSIDADE PÚBLICA E IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL

Para Jeremy Howells (1997), o local faz referência a uma unidade sub-regional, que tem como espaço físico uma área metropolitana ou um distrito. Nesse sentido, o autor trabalha com a perspectiva da economia local como segmento da ação política, ou seja, é uma área para a ação local, a partir de iniciativas de desenvolvimento local que repercutem no regional.

No contexto dessa sub-região, salienta-se que, no nível local, as políticas públicas, ou a inação pública, têm os seus resultados mais bem percebidos neste segmento, ocorrendo também no que se refere aos impactos da atividade universitária.

Para Rolim e Serra (2010), a educação superior configura-se como um dos maiores condicionantes para o desenvolvimento econômico, cultural e social das regiões. Ainda assim, agregam que, em um mundo cada vez mais globalizado e desejoso de uma economia do conhecimento, as universidades públicas são estratégicas como fatores de competição entre as regiões, na medida em que estas consigam se articular a outras instituições, cidades, regiões e atores sociais na transformação de conhecimento em produtos e serviços inovadores.

A partir disso, na medida em que se cria uma relação de intercâmbio entre uma universidade e região, pressupõe-se o entendimento de que a instituição tende a ocupar um papel relevante nessa simbiose. Midlej e Fialho (2005, p. 172)

complementam que as IES são capazes de atuar estrategicamente para o desenvolvimento socioeconômico de uma região, na medida em que executam processos de inovação tecnológica, produção e disseminação da ciência e cultura, tendo como resultado, a qualificação dos vários níveis de ensino do sistema educacional, desempenhando ainda uma variedade de atribuições atinentes à formação acadêmico-profissional.

Mathis (2001) adiciona que as universidades se caracterizam pela sua posição humanista e transformadora, bem como pela sua capacidade de promoção do processo de desenvolvimento regional e local, por meio da habilidade que estas têm em lidar com a complexidade e, ao mesmo tempo, manter relações intercambiadas com as várias dimensões do desenvolvimento. Nesse sentido, a universidade tende a ser um catalizador de esforços e objetivos em relação ao desenvolvimento endógeno de uma região. Valendo-se da sua autonomia constitucional, a universidade é atemporal, o que lhe permite o poder de autorreprodução e aprendizado perante suas falhas e sucessos, diferenciando-se, assim, do sistema político, cujo horizonte temporal é definido pelos períodos de eleição e pela sociedade civil.

De acordo com Zapata (1997, p. 81), as instituições públicas universitárias são capazes de beneficiar o nível local de duas principais formas. Num primeiro aspecto, uma universidade pública colabora para a formação de um novo contingente de capital humano e tem seu impacto sentido mais fortemente nos municípios em que tal IES está abrigada, de forma que os atores sociais se tornam mais capacitados. De outra maneira também, as economias locais recebem benefícios diretos dos gastos e investimentos necessários para o funcionamento das atividades da universidade na cidade, muito pela geração de empregos diretos, indiretos e renda.

Roberto Paulo Machado Lopes, ao analisar a universidade pública e o desenvolvimento regional a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), expressa que grande parte dos recursos financeiros das universidades públicas repercute como injeção de valor para os municípios, contribuindo para as economias locais. Em seu estudo, foi constatado que, no ano de 2000, a UESB movimentou R\$ 23.358.573,84 em recursos financeiros,

equivalendo a 28,8% das receitas totais do município, sendo ainda superior em 127,5% das suas receitas próprias e ainda 90,6% acima da quota-parte do ICMS.

Ainda nesse sentido, outro impacto percebido pela presença das universidades públicas nas economias locais se refere à geração de empregos diretos e indiretos. Os empregos diretos e indiretos são percebidos pela contratação de professores e técnicos-administrativos, relacionados à atividade fim da instituição. Respectivamente, os postos de trabalho gerados de maneira indireta se materializam nas atividades meio, como os serviços de segurança, limpeza e manutenção por empresas locais contratadas (LOPES, 2003).

Assim, uma forma de perceber o impacto positivo do funcionamento de uma universidade no seu local é, conforme se trabalha neste estudo, por meio das respostas socioeconômicas que o município demonstra quando se põem em paralelo as reverberações diretas e indiretas da instituição no local. Dessa forma, indicadores de desenvolvimento, porcentagem da população com nível superior e elevação de índices econômicos, podem ser respostas às atividades de uma IFES.

Weinstein (2000) acrescenta ainda que os resultados econômicos produzidos pelas universidades públicas são gerados de três maneiras. Em primeiro lugar, pela formação de capital humano e, conseqüentemente, pela sua qualificação; pela pesquisa científica, nos seus projetos de ensino, pesquisa e extensão com efeitos positivos às economias locais; e pela movimentação financeira da instituição.

A partir desses apontamentos, podemos definir que a proposta de desenvolvimento na qual nos apoiamos é uma ideia desvinculada dos modelos tradicionais de desenvolvimento e de crescimento econômico. Vemos, na educação superior, um importante vetor capaz de contribuir para amenizar as desigualdades próprias do capitalismo, sejam os problemas de ordem social, econômica e ambiental. Nessa perspectiva, partilhamos do pensamento de Fonseca (2006, p. 11), que propõe um desenvolvimento como um processo que:

[...] busca a melhoria da eficiência na alocação dos recursos públicos, o fomento à equidade da riqueza e do emprego e a satisfação das necessidades presentes e futuras da população, tendo sempre em conta um adequado uso dos recursos naturais e do meio ambiente.

Silva e Melo (2010) salientam o compromisso social que a universidade pública assume, entendendo-o como a responsabilidade que ela tem para com a sociedade. Entende-se, então, que a relação entre IES e o meio social vai muito

mais além da produção e difusão de conhecimento, de forma que essa simbiose também se manifesta pelo maior envolvimento destas instituições na amenização de problemas sociais.

Outrossim, Goergen (2006, p. 68) indaga que o compromisso social de uma universidade não deve ser atrelado aos interesses e às exigências do sistema socioeconômico, seja sob a forma de amenização das suas incompetências, seja na perspectiva da otimização dos processos do setor privado. Nesse aspecto, as universidades públicas devem se distanciar de uma noção utilitarista e mercadológica das suas atribuições, procurando desvincular suas ciências de uma mera otimização dos procedimentos do setor privado. Para esse autor, a noção do compromisso e responsabilidade social de universidade pública reside no fomento à crítica e à resistência, proposições discutidas nesses espaços, bem como a consideração do contexto social que envolve a instituição e o discernimento sobre uma sociedade mais justa e igualitária.

Acrescidos a esses enunciados, Souza *et al.* (2017b) entendem que a universidade pública, em todos os seus níveis, por meio do compromisso e responsabilidade assumidos, é fonte progressiva de concepções que colaboram para o desenvolvimento social e humano, num primeiro momento, para além da amenização das problemática do sistema econômico. Assim destacam que:

Talvez mais conceitual do que precisamente práticas diferentes, a responsabilidade e o compromisso, ambos façam da universidade pública, ou seja, o lócus onde as mudanças sociais sejam iniciadas por meio da produção do conhecimento e geração de massa crítica da sociedade.

Os autores ainda destacam que essas emanções da instituição universitária podem também ser mais bem manejadas por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Salientamos que as atividades desenvolvidas pelas universidades proporcionam a aproximação com a sociedade em geral. As atividades de ensino, pesquisa e extensão, os laboratórios, os seminários e as parcerias ajudam a conectar as ações e os interesses acadêmicos às demandas do meio social, figurando sobre as questões econômicas, sociais, culturais e ambientais. Essas ações podem se manifestar também na atração de investidores, como também na geração de emprego e renda. Além disso, as atividades universitárias, muitas vezes,

fazem-se presentes de outras formas, como em serviços hospitalares, teatros, centros culturais e recreativos que também colaboram para a geração de mais postos de trabalho, renda e serviços à sociedade (GOEBEL; MIURA, 2004; MORAES, 1999).

Dowbor (2007) considera que a educação superior se manifesta em possibilidades de transformação local por parte de seus atores, pois os processos de formação deverão abrir as mentes e despertar conhecimentos vitais para que os sujeitos transformem a realidade sem sair da região, ou local de origem. O autor vê na educação pública superior a abertura de novos caminhos para o desenvolvimento, considerando que o conhecimento gerado pelos ingressantes nos espaços universitários locais se manifestará em iniciativas locais transformadoras.

As universidades se constituem não somente como importante peça para o desenvolvimento regional, mas também contribuem para a justiça social, na medida em que atuam de forma mais humanizada e coletiva nos espaços que se fazem presentes. Tais aspectos podem ser vislumbrados nos projetos de ensino, pesquisa e extensão, que aproximam a coletividade ao mundo acadêmico, na medida também que propõem a discussão e a resolução de problemas sociais e ambientais locais e regionais, conforme destaca Carneiro (1985), para quem as universidades dispõem conhecimentos de assistência à sociedade, e recebem, em contrapartida, os resultados positivos como retroalimentação.

Nessa posição, Rolim e Kuresk (2010) partilham da visão de que as universidades públicas podem ser reconhecidas como universidades regionais, na medida em que contribuem para o desenvolvimento de um local, ou também de espaços circunvizinhos. Consideremos, aqui, desenvolvimento local como:

Um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. (BUARQUE, 2002, p. 25)

A partir dessa perspectiva, podemos perceber como elementos caracterizantes do desenvolvimento local a sua endogeneização e sustentabilidade. No entanto, para que o desenvolvimento possa ser local, ele deve ter princípios

endógenos na sua constituição, elementos estes que, conforme Santos (2013), surgem de iniciativas da base para o topo, por meio da capacidade que os atores locais têm em induzir os processos de desenvolvimento, entendendo ainda esses participantes como as empresas, sindicatos e universidades, conforme se estuda neste trabalho. Sobre o papel de uma universidade na região, Oliveira Jr. (2014, p. 10) vislumbra e afirma que:

As universidades exercem um papel fundamental na dinamização dos espaços regionais direcionando fluxos e proporcionando uma maior articulação em escala territorial. São as universidades, instituições portadoras de um elevado grau de organização e transformação dos espaços, pois mobilizam recursos humanos e financeiros, que dinamizam as economias locais e regionais

Buarque (1999) condiciona a consistência de um processo de desenvolvimento local à sustentabilidade proposta. Nessa perspectiva, é necessário que se elevem as oportunidades sociais e a competitividade da economia local, expandindo a renda dos desiguais e as formas de riqueza coletivas, mas também criando meios para que a integridade dos recursos naturais não seja comprometida.

Então, mediante as contribuições teóricas recorridas para a elucidação do tema universidade pública e desenvolvimento regional, define-se como ponto de ancoragem conceitual desta pesquisa um conjunto de autores quem se alinham para perspectivas mais sociais de desenvolvimento e, conseqüentemente, visões mais humanizadas do papel das universidades públicas para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Apoiando-se, por conseguinte, numa linha teórica mais social de desenvolvimento, nos fundamentamos nas ideias de autores da antropologia do desenvolvimento, como Viola (2000) e Escobar (2007), e, ainda assim, remetemos às proposições de Celso Furtado (1968) sobre um desenvolvimento voltado pela melhoria da qualidade de vida das populações, sendo este o objetivo final das políticas públicas.

Complementando a visão social desses autores sobre o desenvolvimento, nossa dissertação se locupleta também pelo usufruto de autores que discernem sobre uma posição mais humana e sustentável do papel das universidades públicas e de sua função para o desenvolvimento como um todo e também nas esferas regional e local. Nesse sentido, recorreremos, principalmente, às contribuições de Rolim e Kuresk (2010), Silva e Melo (2010), Midlej e Fialho (2005), Rolim e Serra (2010) e Mathis (2001).

Notamos, então, que o conjunto de referências supracitadas convergem para mesma ideia, o ideal de um desenvolvimento social, no qual o econômico volta-se para a satisfação das necessidades coletivas e do uso mais racional dos recursos naturais. Além disso, os autores que versam sobre a relação entre as IES e o desenvolvimento, compactuam com a questão a qual as universidades públicas são capazes de influenciar positivamente: as relações existentes nos níveis de interação social local e regional. Por isso, entendamos que tal simbiose, resultantes da atuação de uma instituição de ensino superior, podem produzir efeitos positivos percebidos sob várias amplitudes temporais, a curto, médio e longo prazo, como também podem ser definidos sob três aspectos referentes ao desenvolvimento local sustentável. Nesse sentido, recorreremos à separação das reverberações de uma IES sobre os três âmbitos: o econômico, o social e o ambiental.

5.3 UNIVERSIDADE PÚBLICA E IMPACTOS NA ECONOMIA REGIONAL

Rolim e Serra (2009) elegem dois tipos de impactos econômicos de uma universidade em uma região: o primeiro refere-se à perspectiva do desenvolvimento econômico, sendo considerado na sua análise como *efeito para frente*, ou para a oferta; o segundo tipo de reverberação atua de maneira mais restrita sobre o tempo e a amplitude, sendo considerado por eles como *efeito para trás*, destinado à demanda. Nessa perspectiva, consideram-se os efeitos positivos de uma instituição pública de ensino sobre as famílias locais, governo local e empresas locais, de forma que também essas emanações se incorporam ao capital humano, reserva de conhecimento e na qualidade de vida.

Economicamente, as universidades também são importantes como fontes de atração de investimentos para os municípios onde elas estão presentes. Schneider (2002) enfatiza o efeito multiplicador dessas instituições no local, considerando a gama de salários dos docentes e técnicos-administrativos, e o consumo destes e dos estudantes, manifesta-se em ganhos para a economia do município. Reitera-se que a concepção de desenvolvimento econômico é importante neste trabalho como um meio para o melhoramento da qualidade de vida da população e também para a melhor condução da preservação ambiental.

Do mesmo modo, para Oliveira Jr. (2014), o melhor desempenho das economias locais não poderia ser viabilizado caso o ensino superior fosse ausente.

Para o autor, tanto a curto quanto a médio ou a longo prazo, as universidades possibilitam o surgimento de certas atividades econômicas e o melhoramento destas por meio da qualificação de mão de obra e da oferta de serviços mais qualificados.

Para Lopes (2003, p. 110), embora as universidades públicas estejam mais vinculadas às reverberações sociais do conhecimento científico, elas também se manifestam como fonte de dinamismo para as economias dos municípios onde ela se localiza:

Esta dinamização decorre dos gastos financeiros relacionados ao funcionamento dessas instituições. Esses gastos, embora públicos e, conseqüentemente abertos a toda a sociedade, revelam-se mais intensos nas localidades onde as universidades estão instaladas. Os gastos relacionados ao funcionamento das universidades públicas ganham maior importância quando inseridos no contexto das economias locais, principalmente quando se trata de pequenos e médios municípios.

Ainda conforme Lopes (2003), os gastos financeiros derivados da atividade da universidade na região podem produzir impactos diretos e indiretos. Para o autor, os impactos diretos podem ser percebidos por meio das externalidades positivas geradas pela instituição, podendo ser na forma dos gastos relacionados à expansão e à manutenção desta, como também os valores referentes às despesas de custeio; a segunda externalidade se refere aos gastos na economia local, realizados por professores, técnicos-administrativos e bolsistas; e, como terceiro impacto, estão os gastos dos alunos oriundos de outros municípios.

Ainda nesse sentido, o autor enfatiza que as universidades públicas também podem impactar de maneira indireta no local. Tais impactos estão relacionados aos serviços que estas prestam à sociedade, ou seja, além dos resultados para a comunidade, representam menos gastos financeiros com serviços educacionais, culturais, assistenciais e de saúde. Além disso, os municípios que comportam uma universidade pública conseguem manter os recursos dos estudantes que iriam deslocar-se para outras cidades, se, na sua região, não houvesse tal instituição. Por último, empregos indiretos são gerados por essas instituições em vários setores da economia local, principalmente no que se refere à contratação de serviços de apoio, como limpeza, manutenção e segurança (LOPES, 2003, p. 121).

5.4 UNIVERSIDADE E BEM-ESTAR SOCIAL REGIONAL/LOCAL

As reverberações dispostas por uma instituição pública de ensino superior a uma região vão muito mais além de questões econômicas direta e indiretamente geradas. Nesse sentido, Chiarello (2015) afirma que a essência da existência de uma universidade pública se refere ao papel que ela desempenha na sociedade, constituindo-se para a formação e o desenvolvimento do espírito crítico e da formação de uma autonomia emancipadora, devendo este ser o principal serviço qual a instituição deva prestar à comunidade.

De acordo com Covian (1979), as universidades públicas são espaços onde são discutidas questões científicas, políticas, sociais e culturais, a fim de polemizar sobre os delineamentos que estruturam as sociedades. Enquanto locus da livre expressão crítica, esses centros de ensino, pesquisa e extensão devem se encarregar de formar sujeitos capazes de pensar criticamente e propor melhorias às questões centrais da sociedade e para o sistema de desenvolvimento imperante, bem como o regional e local. Nesse sentido, Icó e Fialho (2000, p. 114-116) pressupõem que:

A universidade, que em muito contribuiu para o avanço da ciência e da tecnologia – as quais servem, inclusive, de sustentação direta para o atual padrão de desenvolvimento – tem, diante de si, desafios ainda maiores como os de lidar com os efeitos que o próprio desenvolvimento vem imprimindo sobre a vida social, o meio ambiente e as pessoas.

A partir dessa citação, podemos perceber que existe um papel ainda maior no que se refere à essência do ensino público universitário de maneira geral, bem como na perspectiva regional e local, pois, as universidades, segundo Midlej e Fialho (2005) além de buscar novos caminhos para transformações positivas na qualidade de vida, devem articular conhecimento científico e realidade humana, nos seus mais variados níveis. Dessa forma, dada a sua complexidade e multiplicidade de funções, as universidades vêm cada vez mais se adequarem às dinâmicas sociais de cada região e local específicos.

As autoras ainda afirmam que, quando instituições universitárias são instaladas em determinada região, assumem os contornos socioespaciais dessa fração do território, incorporando, assim, o contexto local e os seus âmbitos de existência, seja econômico, político, cultural e histórico. Tais apontamentos permitem que uma universidade assuma relevância sobre a dinâmica específica dessas regiões no que tange ao desenvolvimento social.

Para Santos Júnior (2013), o tripé ensino, pesquisa e extensão universitária são, de maneira sublime, importantes elementos da universidade pública para a concretização da sua função social, na medida em que propicia a maior aproximação desta com a realidade local. Além disso, Santos Júnior (2013, p. 36), ao tratar da extensão universitária como elo entre universidade e sociedade, salienta que esta:

[...] é produtora de um conhecimento resultante das experiências nas quais os sujeitos se revezam nos papéis de autores e coautores de autonomia e interdependência e, quando são construídas numa relação dialógica, outros conhecimentos nascem a partir do entrelaçamento de visões de mundo semelhantes ou diferentes.

A Universidade Pública é uma entidade fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da região onde está inserida, de forma a ter a capacidade de se moldar às especificidades de cada local para que possa haver maior resultado positivo à região, influenciando e sendo influenciada por ela, de maneira que, conforme Priori (2007), as entidades federais de ensino superior conseguem alcançar tal objetivo por meio dos seus projetos de ensino, pesquisa e extensão, conduzidos mediante as reais necessidades da região em questão, propiciando o melhor aproveitamento dos recursos materiais e imateriais da comunidade na busca do desenvolvimento justo e democrático (VARGA, 2000).

Além disso, segundo J. Santos (2013), as universidades públicas são estratégicas para a sociedade, sua principal financiadora, haja vista os retornos provindos das atividades de ensino, pesquisa e extensão, propiciando a atração de investimentos e a formação de recurso humano qualificado. Nessa perspectiva, as IES se consolidam na geração de competências territoriais para o desenvolvimento regional e local, pois nesses espaços ocorre a participação social, cujo objetivo é a melhoria da qualidade de vida frente aos impactos do sistema de desenvolvimento atual, ou seja, essa articulação entre ensino, pesquisa e extensão tende a conectar de forma mais eficiente a universidade às demandas e aos anseios regionais.

Para Santos Júnior (2013), as universidades se comprometem com o exercício da sua função social, por meio de delegação ao ensino, pesquisa e extensão universitária. Além disso, ainda conforme o autor, tal atitude pode ser percebida também como a democratização, a difusão e a produção do conhecimento gerado no ambiente universitário.

Por outro lado, as universidades públicas se apresentam também como importantes fontes para a atenuação dos problemas sociais próprios do sistema de desenvolvimento atual, uma vez que, segundo Bardagi e Hutz (2009), os problemas financeiros e a situação econômica dos estudantes têm impacto direto na desistência ou na inacessibilidade de sujeitos de baixa renda, que não conseguem conciliar trabalho e estudo, nem podem cogitar em deixar seus trabalhos para se dedicarem integralmente à sua formação, com o risco de perder sua única fonte de renda, sem a qual teriam sua qualidade de vida consideravelmente diminuída:

[...] dificuldades de cunho econômico podem interferir na trajetória acadêmica de estudantes de baixa renda, seja através da falta de recursos necessários para o acesso a importantes bens e práticas culturais, seja pela necessidade de conciliar estudos e trabalho (VARGAS, 2008, p. 50).

Dados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES, realizada ANDIFES (2018, p.28), revelaram que 26,6% possuem renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo e 26,9 % vivem com renda *per capita* de meio até um salário mínimo. Dessa forma, apurou-se que 53,5% dos estudantes das IFES brasileiras vivem com até um salário mínimo *per capita*. Observou-se ainda que apenas 29,9% dos estudantes das IFES possuem ocupação, 40,6% estão desempregados e 29,5% não trabalham. Além disso, a pesquisa demonstrou que há diferenças significativas no perfil de renda dos estudantes das regiões mais pobres. Nesse sentido, a renda mensal familiar bruta de “até 3 salários mínimos” se faz presente em 67,4% dos alunos da região Norte e 62,2%, na região Nordeste. Tal fato evidencia ainda mais as desigualdades regionais, pois, sob o mesmo parâmetro de medida das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, esse percentual é de 39,9%, 42,1% e 42,9%, respectivamente.

De acordo com os enunciados anteriores sobre a esfera social do desenvolvimento, as universidades públicas também têm as suas reverberações no que tange à diminuição das desigualdades de renda da população, pois ela dá condições para que indivíduos de baixa renda adentrem o Ensino Superior e tenham condições de continuar seus estudos.

Dentre as variadas contribuições de uma universidade pública para uma região, de acordo com Lopes (2003), está a sua capacidade em gerar recursos

humanos especializados, que antes seriam destinados a serviços de baixo valor agregado.

Finatti *et al.* (2007), ainda nessa perspectiva, afirma que, para que um estudante conclua plenamente seu nível acadêmico, é necessário agregar à qualidade de ensino ofertado uma política universitária de assistência estudantil, que pode se materializar por meio de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura, lazer e auxílios-permanência.

Tais práticas de assistência estudantil têm impacto direto na formação dos estudantes e contribuem para diminuir as chances de abandono do curso (VASCONCELOS, 2010). Tratando-se ainda de municípios com índices altos de pobreza, baixa renda *per capita*, índice incipiente da população com nível superior e falta de políticas públicas de assistência social, estas ações universitárias repercutem ainda mais nas questões relativas ao desenvolvimento de local, considerando que, conforme Franco (1998), o desenvolvimento deve englobar as questões de cunho social, como o aumento da equidade e amenização das desigualdades.

Em pesquisa realizada pela ANDIFES (2018), revelou-se que 44% dos estudantes de graduação das IFES pertencem às classes C, D e E, e que 41% deles recebem até três salários mínimos. Amaral e Nascimento (2010, p. 3) entendem que os programas de assistência estudantil devem ser desenvolvidos e implementados como forma de acesso, permanência e conclusão dos sujeitos nas instituições públicas universitárias, para isso, partem do pressuposto de que a assistência estudantil se configura como uma política vital, quando se contextualiza com outras ferramentas de reverberação social de uma universidade pública, como ensino, pesquisa e extensão.

5.5 UNIVERSIDADE PÚBLICA E SUA REPERCUSSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO MEIO AMBIENTE

O objetivo das universidades deve ser, de acordo com F. R. Santos (2018), a sustentabilidade ambiental, por meio da conscientização e da sensibilização da comunidade acadêmica, envolvendo-a em atividades e disciplinas que encorajem tais práticas. Exemplificam-se como tais questões os projetos de ensino, pesquisa e

extensão; congressos, cursos e ações praticadas na própria estrutura física da instituição.

Salientamos que, conforme Raynaut (2014), as universidades, sendo instituições que prezem pela interdisciplinaridade e pela maior integração entre mundo acadêmico e sociedade, devem procurar constantes meios para a articulação com a comunidade. Logo, elas devem sair cada vez mais da sua “torre de marfim”. À vista disso, percebe-se que as ações de ensino, pesquisa e extensão, vinculadas à conjuntura socioambiental e sustentável, são práticas que permitem às universidades o despertar da sociedade e da comunidade acadêmica para os problemas reais do meio ambiente local, regional e global.

Projetos pedagógicos e projetos de ensino, pesquisa e extensão, voltados para as questões ambientais e desempenhados pelas universidades públicas, revelam-se ainda mais importantes quando inexistem ou pouco se fazem presentes políticas públicas locais e regionais de desenvolvimento sustentável ou de proteção ambiental. De acordo com Marcomin e Silva (2009), por meio do relatório “Mapeamento da Educação Ambiental em instituições brasileiras de Educação Superior”, em 2007, 22 universidades públicas e privadas, em 11 Estados brasileiros, mostraram que as iniciativas sobre o tema nesses espaços deviam-se mais aos grupos de docentes e pesquisadores do que às políticas públicas institucionais e demais órgão de gestão da administração pública.

Nessa perspectiva, Martins (2012) afirma que a tríade ensino-pesquisa-extensão, no que se refere às universidades públicas brasileiras, são percebidas como uma das maiores virtudes dessas instituições, no que se refere à expressão do seu compromisso social. Portanto, tais práticas, quando direcionadas às questões ambientais, repercutem no surgimento do homem-cidadão, enquanto ator político da mudança, pensante e construtor de propostas ecodesenvolvimentistas (ZITZKE, 2002).

Por meio dos seus trabalhos de pesquisa, as universidades públicas podem preparar as gerações futuras para conjunturas viáveis do ponto de vista ecológico, mas também podem, segundo Fouto (2002) e Kraemer (2004), propor medidas racionais para a solução, ou amenização dos problemas ambientais atuais, a curto, médio ou longo prazo.

Kraemer (2004) e Tauchen *et al.* (2005) enfatizam ainda que o desenvolvimento sustentável procura aportes nas instituições universitárias na busca de uma liderança para esse processo, pois elas, por serem fontes interdisciplinares de promoção do conhecimento, acabam assumindo uma função relevante na construção do projeto de sustentabilidade. Além do mais, o envolvimento da comunidade acadêmica com a sociedade em geral, por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão, possibilita, no futuro, a formação de tomadores de decisões conscientes da problemática ambiental.

6. REVISITANDO O DESENVOLVIMENTO POLISSÊMICO

A noção de desenvolvimento se apresenta, para Ribeiro (1991), como uma das concepções mais inclusivas presentes no senso comum e na literatura acadêmica. Dada a sua inclusão em todos os âmbitos das manifestações sociais, políticas e econômicas, alguns antropólogos passaram a considerar o termo como um preceito básico das culturas ocidentais europeias, e que não deveria ser passível de qualquer contrariedade quanto à sua existência como fim último para todas as sociedades. Nesse sentido, o autor define o termo como uma “categoria filiada a um tipo de universo ideacional de uma plasticidade tamanha que até hoje faz crer se estar diante de uma caixa preta ou de uma noção vazia” (RIBEIRO, 1991, p. 60).

O fato é que a própria concepção de desenvolvimento, ao longo da história, repousou sobre as mais diversas definições, de acordo com o âmbito da vida social onde o termo se manifestasse. É possível perceber, então, a abrangência dessa categoria, que passa pelas concepções dos direitos individuais e da cidadania e vai até às categorizações de classificação dos Estados-Nações e ao sistema mundial. Percebemos ainda que a palavra “desenvolvimento” também esteve relacionada a questões relativas às mudanças sociais, tradição, justiça social, bem-estar, alternativas de vida relacionadas à relação homem-natureza, assim como as clássicas noções de desenvolvimento ligadas à acumulação de poderes econômicos e políticos.

Por tais apontamentos, percebemos que o conceito de desenvolvimento se manifesta como multifacetado, ao passo que também se revela como uma ideia em constante construção e reconstrução. Epistemologicamente baseado em princípios iluministas do século XVIII e influenciado pelas mudanças estruturais na política, economia, sociedade e filosofia do século XIX com a Revolução Industrial, o tema foi ganhando novas delineações e, com isso, diferentes vertentes do pensamento o tematizaram em distintas perspectivas. De acordo com Ribeiro (1991, p. 61):

As variações das apropriações da ideia de desenvolvimento, assim como as tentativas de reforma-la, acabaram expressando-se em adjetivações que formam parte de sua história: desenvolvimento industrial, capitalista, socialista, para dentro, para fora, comunitário, desigual e combinado, dependente, e, no presente, autossustentado ou simplesmente sustentável. Em realidade, estas várias variações e tensões são representativas da lógica de um campo de poder político e econômico onde os atores coletivos procuram estabelecer suas

perspectivas sobre como se deve proceder com relação a desenvolvimento, como as mais corretas.

O desenvolvimento é percebido como um processo histórico vinculado ao próprio desdobramento do sistema capitalista, e considerado também como um discurso que reúne técnica e ciência e que se consolidou pela expansão colonial europeia e pela revolução copernicana, propondo uma secularização e racionalização do mundo, tratado este como uma dimensão objetivamente mensurável.

O desenvolvimento, para Viola (2000), é um processo histórico e teórico, que traz consigo grandes cargas de economicismo e eurocentrismo. Através dessa perspectiva, pensa-se a ideologia do desenvolvimento como um conjunto de dogmas que, ao estipular seu *modus operandi* em busca de um nível mais elevado na escala linear e histórica, subjuga os interesses e culturas que contradizem aos imperativos do grande capital. Ele acrescenta que, historicamente, a perspectiva do desenvolvimento criou um prisma conceitual baseado em duas distorções que construíram o imaginário contemporâneo mundial.

Destaca-se, então, o economicismo como aspecto principal das teorias econômicas desenvolvimentistas, que associaram o desenvolvimento humano ao desenvolvimento econômico dos países, referendado apenas pelo crescimento linear do PIB. Além desse fator, importância é dada ao eurocentrismo, como ferramenta ideológica que instituiu o modelo ocidental de vida como um ideal generalizador de progresso para as demais nações, agindo de forma reducionista sobre as demais culturas do globo.

Ainda por essa perspectiva, Ferguson (1990) argumenta que tal conceito ao longo da história recorre a duas diferentes conotações. Num primeiro ângulo, o desenvolvimento assume um posicionamento de transição para uma economia moderna, industrial e capitalista. Em outro ângulo, esse conceito se apresenta como um modelo eficientemente capaz de reduzir a pobreza e as desigualdades, e de melhorar a qualidade de vida de uma determinada população.

Seja qual for a ótica adotada, é fato que a ideia de desenvolvimento sempre se alocou nas economias mundiais como uma sequência de fatos, ações e políticas a serem adotadas de forma linear e gradual, por meio da complexidade alcançada pela divisão do trabalho, a fim de se chegar ao estágio final de superprodução

industrial e mercadológica que, como consequência, automaticamente melhoraria o padrão de vida da sociedade. De acordo com Furtado (1988, p. 55):

Imaginar esses tipos ideais são fases pelas quais passam necessariamente todas as sociedades em sua evolução é uma forma particular de interpretação da história fundada nas ideias de progresso que permeiam a filosofia europeia a partir do iluminismo.

Nesse sentido, as teorias e as linhas do pensamento, sob diversas formas, adotavam uma perspectiva fraseológica da acumulação de capital e do avanço industrial-tecnológico, características essas admitidas como fatores para o desenvolvimento econômico, percebido também como sentido amplo da palavra.

Ainda conforme Furtado (1977), Adam Smith já evidenciava em seus escritos que a economia humana se constitui de maneira sequencial, desde a caça, criação de animais, agricultura, comércio, até chegar à Era Industrial. List (1844) descrevera o progresso e a evolução das nações como uma transição da economia escravocrata ao pastoreio, agricultura, agricultura e manufatura e, por último, o alcance da atividade comercial. Para Marx, as sociedades evoluíam e comandavam os seus sistemas econômicos conforme o modo com que os fatores de produção eram apropriados, de forma que tal evolução era concebida pelo progresso das forças de produção, acumulação de capital e aperfeiçoamento técnico.

Colin Clark, por meio de uma abordagem estatística, determinava que a industrialização fosse pré-condição para o desenvolvimento e que, por sua vez, se traduziria em profundas modificações nas estruturas econômicas e sociais. No entanto, o resultado do processo de industrialização que se manifestou como melhoria da qualidade de vida chegou apenas para uma pequena parcela da sociedade.

W. W. Rostow (1971), por meio do seu modelo “take-off”, caracteriza o crescimento em cinco etapas, que se iniciam com o conceito de sociedade tradicional, cujas estruturas de produção encontravam-se limitadas. Em seguida, o autor caracteriza a segunda fase como uma transição, muitas vezes oriunda de força exógena, como a expansão e a concorrência dos mercados mundiais das nações mais desenvolvidas. A terceira etapa representaria um salto qualitativo nas estruturas econômicas, principalmente devido à elevação de investimentos produtivos, criação de setores da indústria com taxas elevadas de expansão e institucionalização de um aparelho político e social incentivador da indústria e da

importação. As duas últimas fases representariam, respectivamente, a maturidade do processo de acumulação de capital e o consumo em massa gerado pela riqueza acumulada.

Outro perfil de base histórica do desenvolvimento da economia moderna foi a relação “centro-periferia”, sugerida por Raúl Prebisch. Analisando o primeiro núcleo industrial da Grã-Bretanha, o autor aferiu que a propagação tecnológica moderna seria capaz de repartir os frutos do progresso graças à capacidade de irradiação. Nessa relação, é possível uma coexistência de um “centro”, que determina o processo de desenvolvimento, e uma periferia heterogênea. Salientamos que a base do fenômeno entre os dois extremos supracitados seria a concentração de renda em escala mundial, concebida pela degeneração dos termos multilaterais e bilaterais de intercâmbio tecnológico.

Adotando uma visão distanciada das origens de tais pensamentos, podemos perceber que essas abordagens faseológicas do desenvolvimento enquadram-se numa perspectiva industrial e linear. No entanto, vale ressaltar que o alcance dessas visões se limita à realidade que permeava a concretização dessas teorias. Nota-se também que essas teorias formuladas em países desenvolvidos e pioneiros na industrialização econômica propuseram-se a definir os critérios para se alcançar o desenvolvimento e o crescimento econômico e industrial, como fator único para esse tipo de desenvolvimento. Assim,

O enfoque faseológico do desenvolvimento constitui, desde o início, um esforço interpretativo da história moderna, com base em certos elementos da análise econômica. Dada a complexidade dos processos históricos, torna-se extremamente necessário elevar o nível de abstração, o que evidentemente reduz a eficácia explicativa aos modelos construídos. A despeito dessas limitações, esse tipo de análise tem produzido frutos valiosos: graças a ela temos hoje uma melhor compreensão do papel dos fatores não-econômicos que interferem nos processos de desenvolvimento e das categorias específicas das atuais economias subdesenvolvidas. Entretanto, em razão de sua extrema generalidade, o valor dessas análises, como base de antecipação de tendências a longo prazo, terá que ser reduzido ou nulo. (FURTADO, 1977, p. 143)

O fato é que as concepções de desenvolvimento, ao longo da história, se manifestaram de diferentes formas, sendo difícil a concepção de uma única perspectiva que englobe a totalidade de temáticas à qual esse plano foi submetido. Enquanto conceito ideológico, Escobar (2007) e Esteva (2000) percebem o discurso de Harry Truman, então presidente dos EUA, em 1949, como o marco deste âmbito

do desenvolvimento, principalmente, no que tange à caracterização de nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. A partir desse período, intensificou-se o pensamento de que a industrialização seria a única forma de se alcançar o desenvolvimento, fato esse que justificou a “ajuda” e a influência dos países desenvolvidos aos subdesenvolvidos para o alcance desse objetivo.

Dessa forma, seria vital que os países subdesenvolvidos adotassem políticas voltadas para o desenvolvimento econômico e para a industrialização. A partir desse marco histórico, para Latouche (2000), o desenvolvimento passou a ser medido pela industrialização, percebida, então, como crescimento econômico e progresso, e, assim, medida pelo PIB *per capita*.

Tal fato marcou e definiu os principais conceitos de um desenvolvimento que se almejava, baseado numa economia altamente industrializada, com suporte financeiro e econômico aos países devastados pela Segunda Guerra Mundial e pela intensificação das investidas estadunidenses nas economias de Terceiro Mundo, por influência política ou financeira.

Bellingieri (2017) afirma que, a partir da década de 1960, os estudos e as concepções de desenvolvimento ampliaram o seu campo de atuação para além das observações exclusivas do padrão de vida e do nível de consumo, expandindo as suas análises para abordagens que tratavam inclusive dos indicadores sociais e o bem-estar da sociedade. Nesse sentido, o tema “desenvolvimento” passou a dar atenção também para as questões sociais e para a pobreza. Com isso, nas décadas de 1960 e 1970, passou-se a considerar uma nova vertente: o *desenvolvimento social* (ou *socioeconômico*).

Isto posto, tornava-se necessário um conjunto de aportes teórico-ideológicos capazes de dar sustentação ao próprio discurso desenvolvimentista. Assim, as teorias do desenvolvimento regional e local foram grandes racionalizações teóricas que marcaram as ações de planejamento do desenvolvimento estatal, econômico e financeiros das economias mundiais.

Sachs (2000) e Viola (2000) explicam que diversos fatores colaboraram para o surgimento do espectro social nas análises de desenvolvimento. Após o entusiasmo atribuído ao elevado crescimento industrial econômico dos anos 1940 e 1950, o mundo viveu, a partir do final da década de 1960, a insurgência de crises

mundiais no setor petrolífero, algo que desencadeou elevados desequilíbrios nas produções industriais em todo o planeta.

Com o agravamento dos problemas sociais, a elevação da pobreza e a concentração de renda, os modelos clássicos de desenvolvimento, passaram a sofrer descrédito em todo o mundo. Sachs (2000) ainda afirma que a grande metamorfose do conceito de desenvolvimento emerge com a inclusão da pauta ambiental na década de 1970, propiciando que vertentes como o *ecodesenvolvimento* ganhassem espaço nas discussões sobre o tema. No entanto, conforme o autor, essa linha de pensamento pouco foi aceita, pois propunha uma paralização total e radical do crescimento econômico e das práticas industriais.

Nesse panorama, ganham força, a partir de 1987, as concepções de desenvolvimento sustentável que, a princípio, atribuíam ao crescimento econômico qualidades suficientes para reduzir a pobreza e também os problemas ambientais.

Com o objetivo de criar um indicador capaz de representar todos os âmbitos até então mensurados do desenvolvimento, conforme Bellingieri (2017), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do seu Primeiro Relatório sobre o Desenvolvimento Humano e com base nas contribuições de Sen (2000), que apregoava que o crescimento das riquezas econômicas seria um meio para a busca da melhor qualidade de vida, criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esse indicador passou a analisar o bem-estar das populações de maneira qualitativa e com base nas informações sobre renda, saúde e educação.

Esse indicador, que se tornou bastante aceito pela comunidade internacional, passou a delinear uma nova concepção de desenvolvimento e criou o paradigma do desenvolvimento humano. Ainda assim, Veenhoven (2000) afirma que tais indicadores, medidos na sua manifestação quantitativa, seriam insuficientes para vislumbrar o real bem-estar das sociedades, propondo, dessa forma, a existência de indicadores subjetivos para medi-lo. Tal fato incrementou uma nova concepção à ideia de desenvolvimento e assim emergiu o paradigma do desenvolvimento subjetivo.

Notamos, então, que, ao longo do tempo, diferentes noções se aplicaram à ideia de desenvolvimento, sendo imprescindível analisá-las sob o olhar de uma única linha do pensamento. Esse campo revela-se profundamente diversificado e

complexo, devido ao incremento histórico que o tema absorveu em diferentes períodos da humanidade. Segundo Brandão (2010, p. 9), nenhum campo disciplinar isolado dará conta minimamente da riqueza de determinações do complexo processo do desenvolvimento, logo “[...] a busca de uma teoria geral e com algum nível de abstração será ou inútil ou impossível”.

Nesse sentido, ressaltamos que a tarefa de aplicar ao campo do desenvolvimento uma única linha teórica é inconcebível, haja vista que esse tema se manifesta em diferentes dinâmicas e contextos. Por isso, procuramos nos distanciar de qualquer fundamentação teórica que buscasse o enquadramento de um conceito fixo e imutável de desenvolvimento para explicar as objetivações propostas nesse estudo, de forma que consideraremos importantes elementos já trabalhados na busca de uma discussão sobre desenvolvimento que sejam capazes de ter como peça fundamental de suas ações os atores locais e o aproveitamento das suas potencialidades e qualidades do seu ambiente na promoção da qualidade de vida, sustentabilidade e amenização das problemáticas sociais.

Avaliamos, então, que o processo de desenvolvimento deva interessar muito mais à coletividade do que aos agentes monopolizantes do grande capital, já que o crescimento econômico deve ser um meio para melhorar as condições de vida da sociedade, como afirma Furtado (1968, p. 19):

O desenvolvimento não é uma simples questão de aumento de oferta de bens ou de acumulação de capital, possui ele um sentido, é um conjunto de respostas a um projeto de autotransformação de uma coletividade humana; quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento.

Não negaremos também a relevância que os aportes teóricos sobre desenvolvimento e desenvolvimento regional e local têm para a história. Ressaltamos, portanto, que esses termos coexistem nos dias atuais e, dependendo do contexto político-social, tais paradigmas disputam espaço no cenário macroinstitucional e microinstitucional, em menor ou maior grau de prestígio dos atores sociais e políticos.

6.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Na análise deste trabalho, é importante termos a compreensão do surgimento das preocupações quanto ao desenvolvimento regional, assim como os

diferentes aportes teóricos que basearam as políticas de desenvolvimento no século passado.

A partir desse quadro expositivo, será possível compreender melhor as questões-chave para a transformação das concepções clássicas de desenvolvimento regional e para a percepção atual de um desenvolvimento regional e local endógeno. A título de organização, separaremos os termos “desenvolvimento regional” e “desenvolvimento local”, contudo, para a construção deste escrito, os dois conceitos foram relacionados, haja vista que os efeitos das políticas públicas locais emanam seus efeitos para o plano regional, o mesmo acontece da maneira inversa.

Nesse sentido, Bastos (2005) afirma que, em meados do século XX, com a crescente e hegemônica preocupação com a acumulação desenfreada de capital industrial, modelo até então imperante nas economias mundiais como forma de desenvolvimento, as percepções de desenvolvimento regional e local estavam imbricadas com a noção de desenvolvimento nacional. De acordo com esse paradigma, o desenvolvimento entre as regiões seria garantido pela movimentação dos fatores produtivos, haja vista que os desequilíbrios regionais seriam resultado de um descompasso na distribuição territorial dos fatores de produção.

Notamos que o referido período tinha como característica principal das políticas de desenvolvimento a presença de um Estado forte, caracterizado por sua maior amplitude na definição de planos de desenvolvimento, mais necessariamente o *welfare state*, que, de maneira centralizadora, definia as diretrizes nacionais por meio de um modelo *top-down* de gerenciamento. Nesse sentido, percebeu-se, ao longo da implantação dessas políticas, que existiam regiões com baixo desenvolvimento econômico em relação a outras, assim com espaços dentro de regiões desenvolvidas que eram atrasadas economicamente.

Nesse sentido, ainda conforme Bastos (2005), a partir da década de 1950, surgiram teorias do desenvolvimento regional para analisar e propor soluções para tais descompassos na dinâmica territorial. Bellingieri (2017) comenta que as teorias do desenvolvimento regional dessa época são de cunho keynesiano, enquadrando-se também numa abordagem macroeconômica, para a qual a existência de uma atividade econômica líder irradiaria suas manifestações e resultados aos demais âmbitos da economia, crescendo e gerando desenvolvimento. Ainda assim, tais

aportes teóricos partilham de outra ideia, a de que uma força exógena instalada numa determinada região daria origem ao processo de desenvolvimento.

Valendo-se dessas características e dessa conjuntura apresentada, Lima e Simões (2010) apontam para o surgimento das teorias clássicas do desenvolvimento regional, destacando quatro delas como principais responsáveis pelo delineamento das políticas de desenvolvimento tanto nos países centrais quanto periféricos; são elas: a teoria dos Polos de Crescimento, de F. Perroux e Jacques R. Boudeville; a teoria do Desenvolvimento Econômico e do Processo de Causação Circular Cumulativa: a lógica de Gunnar Myrdal; a teoria do Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento, sob a ótica de Albert O. Hirschman, e a teoria da Base de Exportação, de Douglass C. North.

Com base, então, nos apontamentos de Lima e Simões (2010), Bellingieri (2017) e J. Silva (2004), teceremos uma breve explicação das principais características dessas fundamentações teóricas.

Nesse sentido, François Perroux (1970) e Jacques R. Boudeville (1967) contextualizam o modelo de Polos de Crescimento, como o surgimento de uma força motriz (indústria), sendo esta uma só unidade ou um conjunto de empreendimentos industriais, presente numa região e que possui taxas de crescimento econômico maiores que a média da economia total. Em virtude de sua presença na região, tal força motriz é capaz, teoricamente, de elevar os padrões de vida da dinâmica local e atrair outras indústrias primárias e terciárias para o sustento da indústria motriz e a elevação da produção (BELLINGIERI, 2017).

Gunnar Myrdal (1972), por meio do seu modelo de Causação Circular Cumulativa, explica que a implantação de uma indústria em determinada região provocaria o aumento da renda e da demanda local, no mesmo sentido, haveria a elevação da renda total na região e da demanda nas outras atividades. Dessa forma, cria-se um círculo vicioso (ou virtuoso) como maneira de explicar que um fator negativo (ou positivo) poderá ser causa e efeito de outros fatores de mesma significação. Nessa linha teórica, também é dada a atenção às forças exógenas como sendo os fatores positivos ou negativos que ditam a dinâmica do sistema de causação circular, havendo, assim, a necessidade da intervenção pública em suavizar as assimetrias criadas.

Albert Hirschman (1958), por sua vez, desenvolveu a teoria do Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento. Em síntese, esse modelo prima pelas decisões de investimento por parte dos *politics makers*, que se encarregam de transmitir o desenvolvimento econômico às regiões. Nessa perspectiva, o desenvolvimento se concebe pela capacidade de investimento dos segmentos mais modernos da economia e dos empreendedores locais, ao passo que o nível de desenvolvimento do país é diretamente proporcional a essa capacidade de investimento (BELLINGIERI, 2017).

Douglass C. North (1977), por meio da teoria da Base de Exportação, explica que o grau de produção e emprego de uma região varia de acordo com a intensidade das suas exportações, sendo estas dependentes da demanda externa e das vantagens comparativas do lugar, configurando-se como aspectos exógenos. Ainda de acordo com esse modelo, as atividades de suporte da economia local devem adaptar-se à atividade base da exportação, que, por sua vez, estaria vinculada à demanda do mercado externo. Nesse sentido, são elementos principais dessa teorização o capital externo e os efeitos propagadores deste na região.

A partir dessas teorias do desenvolvimento regional, Lima e Simões (2010) concluem que os teóricos buscaram demonstrar que o capital externo criara interesses de locomoção para determinada região, na medida em que as condições de vantagens ou desvantagens competitivas numa economia regional eram percebidas. Dessa forma, tais modelos compartilham da noção de que a dinâmica regional seria influenciada pela movimentação migratória do capital, ou seja, um caráter exógeno desse fator de produção.

Notamos que esses modelos de desenvolvimento marcaram a dinâmica das relações econômicas em todo o mundo, inclusive no Brasil, da década de 1950 até o final dos anos 1970. Como marco conceitual de uma economia industrial fordista, essas teorias deram suporte às demais, principalmente àquelas que primavam pela dependência de capital externo para financiar a sua industrialização, como as teorias da modernização e da dependência, muito aplicadas nos países periféricos.

Em relação às mudanças globais sobre o paradigma do desenvolvimento, Bastos (2005) interpõe que elas culminaram com o surgimento do desenvolvimento endógeno, ressaltando o local como autor e peça-chave para o seu próprio desenvolvimento. Com a substituição do modelo industrial fordista de acumulação de

capital em escala, pelo modelo de acumulação flexível, marcado pela eletrônica, informática e pela horizontalização das cadeias produtivas, houve uma grande mudança no modo como a sociedade passou a se organizar econômica e socialmente.

Ainda conforme Bastos (2005), o regime de acumulação industrial fordista não via as esferas regionais e locais como prioridades, mas apenas como espaços onde os recursos e as atividades eram alocados como forma de suporte para o desenvolvimento da economia como um todo.

Ressalta-se também que fatores como a crise fiscal das economias mundiais, a elevação dos níveis de pobreza e a concentração de renda no *Terceiro Mundo*, a pouca preocupação com o bem-estar social, as crises do petróleo, a globalização e a insurgência do modelo neoliberal nos anos 1980 minaram as concepções clássicas de desenvolvimento, incluindo as de cunho regionais já supracitadas, o que Viola (2000) denomina “desenvolvimento em ruínas”.

Ainda assim, Brandão (2004) afirma que a resultante diminuição do papel do Estado na definição de políticas públicas redefiniu a percepção sobre a importância dos planos nacionais de desenvolvimento, bem como os planos regionais. Com a defasagem conjuntural do modelo *top-down* ou *centro-baixo* de gerenciamento estatal, o local passou a ser vislumbrado como fonte autônoma de gestão, conhecedor dos seus potenciais e problemas, e, dessa forma, responsável pelo seu próprio desenvolvimento, fazendo emergirem novos conceitos, como o de desenvolvimento local e endógeno, tal como a reconfiguração do paradigma do desenvolvimento regional. Por conseguinte, tais paradigmas considerariam o desenvolvimento condicionado pelas especificidades de cada local e território, como também pela sua capacidade de aproveitar as suas particularidades e ainda articular-se com a economia global.

Salientamos que essa nova perspectiva de desenvolvimento ganhou novos contornos no que se refere à questão do território. Haesbaert (2004) explica que a modernidade modificou as concepções clássicas de território, como também passou a questionar as regionalizações antes utilizadas para a implantação de políticas de desenvolvimento regional, de tal forma que esse autor afirma haver: “[...] um processo de compreensão do espaço-tempo, mergulhado nas múltiplas geometrias

de poder, não há uma territorialização, mas múltiplas formas de (re)territorialização” (HAESBAERT, 2004, p. 169).

Os novos fluxos de capital, pessoas, comunicação, transporte e informática ajudaram a incrementar outras novas características aos territórios e regiões, o que tornou ainda mais difícil a tarefa de definir os espaços físicos de acordo com os critérios antes utilizados. Nesse sentido, a dinâmica da “multiescalaridade” ganhou força, principalmente no que tange à concepção de políticas de desenvolvimento local e às especificidades desses espaços, mas também contribuiu para delineações de novas políticas de desenvolvimento regional.

Notamos que essa abordagem é ainda mais vital para se pensar o desenvolvimento regional e local. Os efeitos das políticas de desenvolvimento regional e local são difíceis de serem rateados, haja vista que as suas implicações refletem não só nos espaços esperados, mas também podem irradiar-se para outros locais e regiões, devido à nova configuração dos espaços físicos, resultado direto do maior trânsito de pessoas, intercâmbio social e meios de comunicação difusores de informação.

No Brasil, como exemplo, temos a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), de 2003, como um rearranjo das estratégias de desenvolvimento regional, teorizadas no século passado. Por meio dessa diretriz, observou-se, como propósito, reduzir as desigualdades regionais e instigar as potencialidades regionais, estabelecendo novas tipologias sub-regionais por microrregiões, financeira e institucionalmente articuladas com os demais entes da federação. Assim, a PNDR definiu uma nova metodologia de interação entre e nos espaços, onde esteve por muito tempo imbricada na simbiose das esalaridades nacional, regional e local; o que tornou relevante a sistematização das relações entre atores governamentais e não governamentais para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e referendadas de acordo com as questões específicas de cada espaço.

Perecemos, então, que, mesmo com o descrédito da ideologia do desenvolvimento e o enfraquecimento das estratégias *top-down* de gestão estatal, a perspectiva do desenvolvimento regional não foi esquecida, surgindo em diferentes roupagens mais inclusivas no que se refere à participação de outros atores sociais. Diniz (2006, p. 7) apresenta o caso da União Europeia como o maior exemplo contemporâneo de política regional: “[...] a política regional da União Europeia não é

uma política social, mas uma política de crescimento com coesão, baseada na solidariedade e na complementaridade entre governos, empresas e sociedade civil”.

Ainda conforme Diniz (2006), criou-se, em 1975, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e, em 1983, o Fundo de Coesão e diversas políticas setoriais que privilegiaram as regiões mais atrasadas, medindo os resultados por indicadores de renda *per capita*, desemprego, crescimento econômico e densidade demográfica. Ao aplicar 213 bilhões de euros, de 2000 a 2006, foram priorizados os setores de conhecimento e inovação, como fontes de geração de postos de trabalho, crescimento econômico, competitividade, coesão social e sustentabilidade.

Observamos, com isso, que as políticas de desenvolvimento regional ainda são importantíssimas para a melhoria da qualidade de vida de uma população. No século passado, essas diretrizes representavam a centralidade de um Estado que primava pela acumulação industrial de um capital fordista e que, por sua vez, atentava para as regiões como simples repositórios de recursos para uma estratégia nacional de acumulação.

Com o desgaste das concepções de desenvolvimento econômico, crise do Estado e advento do neoliberalismo, tal ideologia sofre descrédito, e isso fez emergir uma concepção autônoma e desterritorializada de desenvolvimento, na qual os Estados e os municípios passaram a arcar com a maior parte dos ônus desse processo. No entanto, compreendemos que o desamparo institucional e financeiro das instituições supranacionais aos locais se configura como um empecilho para a concretização de qualquer projeto de desenvolvimento regional e também local.

Tanto a PNDR quanto as políticas setoriais adotadas na União Europeia servem como base analítica para entendermos que o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida de uma região ou local só se manifesta por meio de ações conjuntas e articuladas entre as diferentes esferas do poder, contribuições estas, principalmente financeiras e institucionais. Nessa perspectiva, deve-se dispor de condições para que os atores locais do governo ou da sociedade civil desempenhem e participem da elaboração e operacionalização de determinada política pública de desenvolvimento para o seu espaço, haja vista que eles têm melhor capacidade de avaliar os seus problemas, propor soluções concretas e entender as suas potencialidade e peculiaridades do local.

Para Amin (2006), é preciso afastar os sistemas produtivos de perspectivas localistas, assim como das visões de uniformidade territorial das condições de produção. Nesse sentido, o autor ressalta para a necessidade de políticas nacionais articuladas com as múltiplas instâncias do poder, governo federal, estadual, municipal, metropolitano, e entre os demais atores sociais, empresas e sociedade civil.

Nesse sentido, quando recorremos à ideia de que uma unidade regional de uma universidade federal possa contribuir para o desenvolvimento econômico, social e ambiental de uma região, não estamos considerando que ela se manifeste como a pioneira desse fenômeno. Devemos compreender que essa instituição se comporta como um dos atores locais, cujo potencial de retorno nessas esferas é altíssimo, desde que haja incentivo das esferas do poder público, principalmente em uma região histórica, marcada pelo extrativismo e pelo comércio, mas que, no entanto, ainda apresentam indicadores socioeconômicos e ambientais de fraco desempenho.

Portanto, defendemos também ser importante empreender neste trabalho algumas ideias e concepções referentes ao desenvolvimento local, como forma de complementação referencial e discernimento sobre os temas desenvolvimento e desenvolvimento regional. Salientamos, com isso, que a discussão sobre desenvolvimento local também é necessária para entendermos a configuração dessa vertente no município de Cametá, espaço de atuação desta pesquisa e da UFPA.

6.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL

As primeiras concepções de desenvolvimento local surgem a partir do pós-Segunda Guerra Mundial como uma forma de contrapor os princípios únicos de produção industrial que ditavam os modelos de desenvolvimento econômico das potências mundiais daquela época. Salienta-se que o apregoado modelo de desenvolvimento econômico primava pela suplantação das economias locais aos imperativos das elites mundiais, principalmente dos Estados Unidos, que desconsiderava as particularidades históricas e sociais dos países do sul global, os quais eram alvo da investida imperialista estadunidense.

Nesse contexto, de acordo com Almeida Filho e Corrêa (2011), cria-se a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), por meio do Conselho

Econômico e Social da ONU, para que assim fossem discutidas as possibilidades e formadas as articulações necessárias para um desenvolvimento local sustentável, priorizando as potencialidades locais, limitações e particularidades dos países, vitais para o alcance de um desenvolvimento mais social e democrático.

Viola (2000) enfatiza que o surgimento de novas teorias do desenvolvimento, como o desenvolvimento local, passou a fazer parte dos debates que punham em contraponto a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e os modelos clássicos do desenvolvimento econômico. Ainda nessa conjuntura, a partir da década de 1970, emerge uma preocupação sobressalente sobre as questões sociais e as necessidades humanas, dado o fracasso das teorias clássicas de desenvolvimento econômico e industrial importadas pelos países do sul global, fato que agravou os problemas sociais, pobreza e aumentou a concentração de renda nesses países.

Desde o pós-guerra até a década de 1970, o desenvolvimento local era visto, para Lopes (2003), como componente das políticas de desenvolvimento regional, que eram pioneiras nesse período, e vinculado às abordagens neoclássica, keynesiana e institucional. Com isso, empregava-se a ele uma dinâmica “centro-baixo”, tendo como motor o estímulo externo, enquadrando-se como extensão das teorias de desenvolvimento econômico.

Essas abordagens tradicionais de desenvolvimento local remetiam tais governos locais à tarefa de adequação às políticas públicas nacionais que visavam ao desenvolvimento de maneira mais generalizada:

Para atingir esse objetivo, o governo central coordenava ações que visavam a correção ou atenuação dos desequilíbrios regionais por meio de políticas redistributivas e compensatórias. As ações se materializavam nos “pólos” de crescimento, e as políticas, nas transferências de capital e tecnologia bem como na promoção de mobilidade inter-regional de bens e fatores de produção [...] (LOPES, 2003, p. 43).

As esquematizações ortodoxas de desenvolvimento meramente econômico passaram a manifestar descrédito para todos os países. À medida que também foram identificadas as suas fragilidades quanto às sucessivas crises do petróleo, entre os anos 1970 e 1980, notou-se que aspectos ambientais e de equidade não eram relevantes para tais perspectivas (ULTRAMARI; F. DUARTE, 2012).

Com a crise fiscal do Estado, emergida a partir dos anos 1980, cujos resultados foram o desemprego estrutural e a inflação, a perspectiva do

desenvolvimento local de “centro-abaixo” começou a perder amplitude. As mudanças dos paradigmas globais refletidas na alteração e insurgência de novos modos de produção e a globalização forçaram os municípios a readequarem suas estratégias de desenvolvimento local. Dessa forma, surgem novas definições e esquematizações que prezavam pela competitividade, atração de investimentos externos do setor privado, modernização tecnológica e qualificação profissional, elementos estes que deveriam enfrentar de maneira proativa as demandas do mercado internacional, da nova era da informação e conhecimento, do desemprego e da exclusão social.

De acordo com Lopes (2003), as condições que proporcionaram o surgimento de novas concepções de desenvolvimento local foram diversas e, dentre elas, estão o declínio econômico das regiões tradicionalmente industriais e o fraco desempenho dessas ações na diminuição das desigualdades regionais. Nesse sentido, surgiram diferentes reações quanto à concepção de novas maneiras de desenvolvimento local com tendência à “descentralização” das administrações regionais em busca de maior liberdade gerencial e outra vertente passou a enxergar novos caminhos de desenvolvimento local pela maior integração supranacional.

À medida que as diferentes linhas de pensamento divergiam em muitos aspectos, essas concepções de desenvolvimento local partilhavam da ênfase da maior participação dos governos e atores locais como capazes transformar a sua realidade, por meio do conhecimento dos seus potenciais humanos, econômicos e naturais. Assim, entendemos que a questão endógena é necessária para toda e qualquer política de desenvolvimento local, contanto que também tenha a capacidade de articulação com outras instâncias e instituições supranacionais em busca de apoio financeiro e institucional, haja vista que as sociedades estão interligadas e interdependentes.

A partir desses enunciados, consideramos o desenvolvimento local um instrumento muito importante na criação de políticas públicas e para o aproveitamento dos potenciais locais. Conforme Lopes (2003), é difícil rastrear de forma clara os limites do desenvolvimento regional e local, assim como os seus efeitos, pois várias foram as correntes desse desenvolvimento foram surgindo a

partir da realidade comentada acima, dentre elas a “destruição criadora” de Schumpeter (1982), evolucionismo, historicismo, estruturalismo, elitismo, vertente social e desenvolvimento autossustentável, entre outras.

Bellingieri (2017) esclarece que o desenvolvimento local não deve ser entendido como desenvolvimento municipal, já que o primeiro faz referência ao paradigma do desenvolvimento endógeno, sem necessariamente remeter a um espaço geográfico específico, e o segundo é caracterizado pela especificidade dos limites administrativos de um município. Assim, o desenvolvimento local orienta-se para um espaço socialmente construído, podendo referenciar-se a uma cidade, a um conjunto destas, ou até mesmo a uma região.

Nessa ótica, Oliveira (2000) observa que a proposta de desenvolvimento local põe em discussão os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais em face do fracasso das teorias macroestruturais utilizadas no passado para possibilitar alterações positivas no quadro das problemáticas sociais. Ainda assim, conforme Oliveira (2000) e Bellingieri (2017), a concepção de desenvolvimento local repensa as relações de poder e os mecanismos da democracia, assim como, evoca a questão da folclorização da “indústria-cultural”, como forma de exotismo.

Ainda nessa conjuntura, Ultramari e F. Duarte (2012) acrescentam que a perspectiva do desenvolvimento local ganha ainda mais respaldo e força no Brasil devido às mudanças macroinstitucionais vividas pelo mundo. A desconfiança nos modelos clássicos de desenvolvimento econômico-industrial, desprestígio *do welfare states* e a força do modelo neoliberal provocaram alterações no papel do Estado e o seu enfraquecimento na condução de políticas públicas, havendo, então, a insurgência de novos atores e o fortalecimento da iniciativa privada, fatores esses que culminaram com a descentralização estatal e impactaram nas economias locais e regionais (BRANDÃO, 2004).

Não obstante, com a Constituição Federal de 1988, foi passada maior responsabilidade aos municípios acerca do seu posicionamento quanto agente principal do próprio desenvolvimento. Também se atribuiu às unidades federativas maior responsabilidade quanto à elaboração de estratégias próprias de desenvolvimento local e quanto à captação de recursos externos (ULTRAMARI; F. DUARTE, 2012).

Buarque (1999) relaciona o desenvolvimento local com a globalização e define ainda tal simbiose como complexa e contraditória. Com a abertura dos mercados mundiais e a adequação das economias em todos os níveis às exigências do mercado internacional, houve, em muitos aspectos, uma padronização das culturas e sociedades. No entanto, tal fato pouco se notou no que se refere às economias locais, percebendo-se a insurgência de novas iniciativas locais integradas ou não à dinâmica internacional, influenciando em graus variados o desenvolvimento nos espaços.

Mesmo nessa contradição, a integração globalizadora é capaz de ressaltar as peculiaridades locais face à uniformização cultural que propõe, é o que afirma Buarque (1999, p. 13, grifo do autor): “Além disso, a uniformização provoca a *valorização do local e do diverso* é a contraface da globalização e da uniformização e padronização mundial dos estilos de desenvolvimento”.

Por esse aspecto, a globalização é percebida como o remodelamento do desenvolvimento, passando a ser um novo paradigma presente nas sociedades atuais. Com a internacionalização do capital, há a alteração dos padrões globais de concorrência, principalmente por meio da redução das distâncias físicas, meios de comunicação e integração dos mercados de bens e serviços. Com a globalização, que também repercute na descentralização e no enfraquecimento do Estado, há uma revolução nos padrões de concorrência e competitividade, influenciando diretamente no padrão de acumulação de capital das economias locais.

Observa-se, portanto, que a maior autonomia das regiões e cidades quanto à formulação de planos e estratégias de desenvolvimento se configura como benéfica, haja vista que tais lugares poderiam avaliar, projetar e implementar medidas com base nas suas próprias características e potencialidades. No entanto, em um quadro econômico desfavorável que configurava a realidade da década de 1990 até os dias de hoje, tornar-se-á difícil a observância das regiões e cidades sobre o seu próprio desenvolvimento, ainda mais quando nos deparamos com o desamparo financeiro e institucional pelo Estado sobre as economias locais e regionais, impossibilitando-lhes recursos necessários para a concretização de tal responsabilidade (ULTRAMARI; F. DUARTE, 2012).

Além disso, um fato decorrente da falta de recursos para o desenvolvimento local é a venda do solo urbano por meio da atração de grandes entes do setor

financeiro e de infraestrutura, que subjagam os interesses coletivos dos municípios aos anseios expansionistas do capital. Tal aspecto se configura como uma prática de vantagem competitiva e tem como produto a própria perda de autonomia local quanto à objetivação e à destinação dos seus recursos em vista do seu desenvolvimento, além disso, tende a agravar os problemas de ordem social, urbana e ambiental (MARICATO, 2013).

Salienta-se, então, que o desenvolvimento local deixa de ser um paradigma teórico e passa a fazer parte do cotidiano dos Estados nacionais, graças à quebra das concepções clássicas de desenvolvimento e ao surgimento do neoliberalismo, como novo *mainstream* socioeconômico (BUARQUE, 1999).

Nesse sentido, percebemos que, mesmo vinculado a concepções de autorreprodução das sociedades, o desenvolvimento local se percebe ainda como estratégia do capitalismo para assegurar a sua legitimação. De acordo com Ultramari e F. Duarte (2012), a descentralização dos Estados nacionais e a consequente diminuição da presença do Estado nos assuntos sociais demandaram dos governos locais e de suas populações, por meio de conselhos, organizações não governamentais (ONGs) e movimentos organizados, a incumbência de resolver os seus problemas, ainda mais no que se refere à atração e à captação de recursos externos, dada a retração de investimentos e de políticas de austeridade do Estado neoliberal. Isto posto, uma característica relacionada ao desenvolvimento local é a competitividade entre municípios pela atração de recursos financeiros, parceiros econômicos e grandes empreendimentos privados.

Vale (2007) enfatizar que, com as novas perspectivas de desenvolvimento local, as cidades ganharam protagonismo, tornando-se lócus da globalização e, com as mudanças e a redução da função do Estado-Nação, elas tiveram o seu papel ampliado de acordo com as novas estruturas territoriais de poder, consolidando-se como motores da economia.

Ao exaltar os territórios presentes num Estado-Nação, a dinâmica do desenvolvimento local passou a significar o novo paradigma mundial de desenvolvimento, principalmente quando se refere ao desenvolvimento endógeno e territorial:

É um processo de mudança social de carácter endógeno [...] e que possa conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou uma região. Nas

estratégias competitivas da globalização, o desenvolvimento territorial é dinamizado por expectativas dos agentes econômicos nas vantagens locacionais, no qual o território é o ator principal do desenvolvimento econômico regional, e as políticas, as organizações, as instituições e a governança são recursos específicos, a um só tempo disponível ou a ser criados; quando disponível, tratar-se-ia de sua difusão no território; quando ausente, de sua criação (invenção e inovação). Desta forma, o desenvolvimento territorial é o resultado de uma ação coletiva intencional de caráter local, um modo de regulação territorial, portanto uma ação associada a uma cultura, a um plano e instituições locais, tendo em vista arranjos de regulação das práticas sociais (PIRES; MÜLLER; VERDI, 2006, p. 448).

Partindo de tal paradigma de desenvolvimento local, podemos melhor entender esse posicionamento se considerarmos o desenvolvimento socioeconômico e ambiental na Amazônia, onde as estratégias de desenvolvimento local primam pela indução de investimentos externos, cujos interesses são desvinculados dos anseios dos povos amazônicos e se assemelham ao do período desenvolvimentista e do período militar, quando o Estado brasileiro investiu pesadamente em grandes obras de infraestrutura que pouco visavam às populações nativas, mas sim aos imperativos do grande capital.

Nessa ótica, discutimos, neste trabalho, aspectos importantes do desenvolvimento local, apregoado pelos princípios de autonomia, aproveitamento das potencialidades locais e participação dos seus atores públicos e privados, na discussão e implementação de políticas públicas voltadas para a promoção do bem-estar comum, seja ele econômico, social ou ambiental.

6.3 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Seguindo o novo paradigma internacional da flexibilização produtiva do sistema capitalista, a perspectiva do desenvolvimento endógeno engloba as teorizações sobre desenvolvimento regional e local, que tem como primazia o desenvolvimento do território por meio de iniciativas dos atores públicos e privados locais e não mais por força exógena de um Estado centralizador. Entende-se, então, que, nessa nova perspectiva, a ação e a articulação entre os entes do território são vitais para o melhor aproveitamento das suas capacidades e potencialidades, fato este que torna os sujeitos autônomos e responsáveis pelo desenvolvimento endógeno, valorizando as especificidades locais.

Conforme observado nos enunciados anteriores sobre desenvolvimento regional e local, e de acordo com Benko (2001), com a internacionalização das

economias mundiais e a redefinição das funções do Estado, os territórios ganharam lugar de destaque. A modificação das escalas territoriais, antes vistas como apenas um aglomerado em função de um todo nacional e agora percebidas nas suas diferentes especificidades, tornaram as regiões um mosaico de diferentes vantagens competitivas e portadoras de atores locais necessários para o desenvolvimento desse nível específico.

Vásquez Barquero (2001) ressalta o papel que os sujeitos dos territórios têm para as iniciativas de desenvolvimento endógeno, pois “[...] o sistema produtivo dos países se expande e se transforma pela utilização do potencial de desenvolvimento existente no território (nas regiões e cidades), mediante os investimentos realizados por empresas e agentes públicos e sob o crescente controle da comunidade local” (BARQUERO, 2001, p. 38).

Nesse sentido, para Amaral Filho (2001), os territórios regionais e locais passam a ser vistos como autônomos para a definição de políticas ativas de desenvolvimento, na medida em que incentivem o progresso técnico de maneira endógena. Além disso, a presença de um alto grau de coletividade entre os atores locais permite que a região se organize da melhor forma para o desenvolvimento econômico e social.

Dessa forma, seguindo a conjuntura apresentada ao final da década de 1980, surgiram diferentes teorizações que buscavam compreender e propor novas alternativas de desenvolvimento que tinham como suporte a endogeneização regional e local. Dentre elas, Bellingieri (2017) destaca: a Nova Teoria do Crescimento, formulada por Paul Krugman; a evolução dos conceitos de Distrito Industrial, inicialmente tratadas por Marshall (1982) e endogeneizadas por Piore e Sabel (1984); o Milieu Innovateur (Ambiente Inovador), de inspiração schumpeteriana; os agrupamentos econômicos (clusters), de Michael Porter (1983); a abordagem do Capital Social, de North (1990), Durston (2000), Pierre Bourdieu e James Coleman; e o paradigma da Cidade Criativa, de Florida (2003) e Reis (2015).

Mais especificamente no Brasil, foram adotadas outras concepções de desenvolvimento endógeno, como os Arranjos Produtivos Locais (APL), a Indicação Geográfica, o Planejamento Estratégico de Cidades, ou o Planejamento Urbano e a questão da City Marketing.

6.4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Inicialmente, antes de tratarmos de forma específica sobre o desenvolvimento local sustentável, é necessário expor as raízes conceituais que fundamentam o tema. Nesse sentido, abordaremos alguns aspectos conceituais do desenvolvimento sustentável, explicitando ainda o paradigma pelo qual o tema surgiu no cenário mundial.

Gardner e Lewis (1996) explicam que, com o fracasso e ruína dos pensamentos clássicos de desenvolvimento econômico, principalmente a teoria da modernidade empregada nos países subdesenvolvidos, como também as conclamações dos movimentos sociais no terceiro mundo, houve um fenômeno de ruptura conceitual das conceptualizações que marcavam o debate internacional sobre o desenvolvimento e crises econômicas mundiais. Com o advento das transformações da modernidade sobre os países desenvolvidos e a insurgência de novos atores nas decisões políticas, surgem diferentes teorizações sobre o tema, passando este a figurar sobre novas nuances que, antes, não eram consideradas, como a cultura, a desigualdade social, a equidade e a sustentabilidade.

Buarque (1999) enfatiza que, no final do século XX, com a emergência dos debates políticos e técnico-científicos internacionais surgiram teorizações sobre alternativas de desenvolvimento capazes de articular melhor os desafios da modernidade, principalmente os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Nessa concepção, surge o conceito de desenvolvimento sustentável.

Nessa mesma conjuntura, surgem diferentes teorizações vinculadas à *decolonialidade* nos países subdesenvolvidos, que buscavam a desagregação dos ideais clássicos de desenvolvimento oriundos dos países desenvolvidos do norte global. Além disso, passaram a rejeitar novos aportes sobre o tema em busca de uma alternativa local para o desenvolvimento, empregando, assim, novos e próprios conceitos relacionados ao desenvolvimento sociocultural e à preservação do meio ambiente.

Por conseguinte, Gudynas (2011) remete à ideia do “Buen vivir”, como um conjunto de princípios e ideias alternativas às ponderações clássicas do desenvolvimento e ligadas às práticas dos povos indígenas e movimentos sociais no Equador e na Bolívia, estando tais preceitos estabelecidos institucionalmente nas suas devidas Constituições.

Já para Sousa (1994), o desenvolvimento sustentável se enquadra como uma alternativa humanizada e consciente de desenvolvimento, que volta as suas atenções para a manutenção da vida e da segurança de existência às gerações futuras. Assim, esse autor enfatiza que o desenvolvimento sustentável trabalha sobre duas solidariedades, a sincrônica, que remete ao bem-estar socioeconômico e ambiental das sociedades atuais, e a diacrônica, relacionada às próximas gerações.

Nessa mesma linha de pensamento, Sachs (1990) enfatiza a necessidade de maiores atenções voltadas para um futuro sustentável, sem o comprometimento do bem-estar atual. Ainda assim, salienta que o modo atual de vida das populações não deva ser fundamentado em oportunidades desiguais que fazem com que uma parcela da geração atual sucumba em meio à pobreza e à desigualdade, tendo suas atenções direcionadas para uma improvável e incerta melhoria futura para seus descendentes. O que Sachs (1990) propõe, então, é o direcionamento para um futuro sustentável, através de iniciativas presentes de desenvolvimento, que, desde já, promovam o bem-estar dos sujeitos mais vulneráveis.

No entanto, é necessário analisar de maneira crítica as novas alternativas de desenvolvimento, principalmente a própria questão da sustentabilidade, tema que foi fortemente apregoado por instituições multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, entidades sediadas principalmente nos países desenvolvidos, que muitas vezes financiavam ações no Terceiro Mundo. Ferguson (1990) chama esse fenômeno de “indústria de ajuda” e critica o suporte financeiro bilateral ou multilateral aos países subdesenvolvidos, pois os considera uma forma de as nações do norte global manterem a dependência e a influência sobre as nações do sul, na definição das suas políticas e estratégias de desenvolvimento próprias, configurando-se como uma aparente nova roupagem da expansão colonial ou da investida modernizante industrial do século XX.

Ressaltamos que as concepções de desenvolvimento endógeno devem ser levadas em consideração na formulação de quaisquer políticas de desenvolvimento regional e local. Aliado a tais questões, reiteramos que o desenvolvimento sustentável também deve ser medida de avaliação no desenhar dessas políticas, levando sempre em consideração a melhoria da qualidade de vida da coletividade por meio da elevação dos níveis econômicos, sociais e ambientais desse lugar.

Emerge aí outra questão relevante: o desenvolvimento local sustentável, que Buarque (1999, p. 32, grifos do autor) define como o

[...] processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o *crescimento e a eficiência econômicos*, a *conservação ambiental*, a *qualidade de vida e a equidade social*, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações.

Percebamos que as consequências decorrentes do processo capitalista de acumulação são sentidas, inicialmente e principalmente, nas regiões que apresentam menores níveis de desenvolvimento, sendo o elo mais vulnerável do capitalismo moderno, cidades e regiões “atrasadas”, segundo a lógica tecnológica e informacional são passíveis de uma maior deterioração dos padrões de vida de suas populações, como o desemprego, a diminuição da renda e a pobreza. Do mesmo modo, a existência de setores produtivos que, na operacionalização de suas ações necessitam de matéria-prima, pressupõe a busca predatória por estas em regiões frágeis, cujos agentes políticos colaboram com as persuasões do grande capital. Nesse sentido, Buarque (1998) enfatiza que a ideia de desenvolvimento local sustentável comporta três conjuntos interligados que desempenham funções diferentes dentro do processo de desenvolvimento, sendo elas:

- a) a elevação da qualidade de vida e a equidade social constituem *objetivos* centrais do modelo de desenvolvimento, orientação e propósito final de todo esforço de desenvolvimento no curto, médio e longo prazos.
- b) a eficiência e o crescimento econômicos constituem *pré-requisitos* fundamentais, sem os quais não é possível elevar a qualidade de vida com equidade – de forma sustentável e continuada –, representando uma condição necessária, embora não suficiente, do desenvolvimento sustentável.
- c) a conservação ambiental é um *condicionante* decisivo da sustentabilidade do desenvolvimento e da manutenção no longo prazo, sem a qual não é possível assegurar qualidade de vida para as gerações futuras e equidade social de forma sustentável e contínua no tempo e no espaço. (BUARQUE, 1998, p. 31, grifos do autor)

Ainda conforme o autor, o desenvolvimento local sustentável é um processo que agrega três dimensões, a princípio conflituosas, sob a égide das antigas abordagens clássicas de desenvolvimento, mas que, sistematizadas de maneira conjunta, podem manifestar conquistas continuadas na elevação da qualidade de vida com base numa economia eficiente e a serviço da conservação dos recursos ambientais.

Buarque (1994; 1998) afirma ainda que as dimensões do desenvolvimento sustentável devem ser manejadas conjuntamente, haja vista que elas atuam sobre âmbitos que, muitas vezes, são conflituosos e nem sempre convergentes, como o econômico, o social, o ambiental, o tecnológico e o institucional. O autor ainda acrescenta que as relações entre as dimensões funcionam com base em tensões e conflitos (*trade-offs*), ou seja, de acordo com as condições estruturais da estratégia de desenvolvimento adotada, os ganhos de um setor podem corresponder a perdas em outro, a exemplo das imbricações entre economia e meio ambiente.

O autor identifica também os avanços tecnológicos e científicos como importante via mediadora desses *trade-offs* entre as dimensões supracitadas. Por meio das propostas e soluções geradas pelos contextos informacional e científico, pode ser possível a redefinição das relações entre economia, sociedade e meio ambiente, fato este que possibilita a alteração do modelo de desenvolvimento. Assim, manifesta-se a importância das universidades públicas que, por meio das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, abrem possibilidade para discussões mais aprofundadas sobre o modelo de produção regional e local, assim como agir diretamente sobre as esferas que compõem o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a tarefa proposta ao desenvolvimento local sustentável requer tempo e articulação necessários entre os entes presentes em seus três diferentes âmbitos. As diferentes esferas do poder público, sociedade civil, instituições e setor empresarial devem propor medidas que atuem diretamente na alteração do padrão de consumo da sociedade, da base tecnológica e informacional no processo produtivo e na estrutura de distribuição de renda do local, de maneira intercambiada e autônoma (BUARQUE, 1998).

Portanto, o desenvolvimento sustentável, segundo Buarque e Bezerra (1994), seria como uma mudança para uma nova organização do modo como a sociedade encara e medeia as relações entre economia, esfera social e meio ambiente, com metas de equidade social e conservação ambiental. Por isso, é vital que, para a transição de um paradigma insustentável para um modelo sustentável de produção material e histórica da sociedade, é necessário que haja, além de modificações regionais e locais, uma metamorfose das estruturas das bases

institucionais, já que elas podem incentivar as transformações na organização da economia, da sociedade e das suas relações com os ecossistemas.

6.5 DEFININDO A RELAÇÃO ENTRE O CUNTINS/CAMETÁ, A SOCIEDADE E A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

A partir dos conceitos que englobam os temas universidade e desenvolvimento apresentados anteriormente, é necessário definirmos o ponto de ancoragem em que se fundamentam as duas noções definidas na dissertação.

Inicialmente, denotamos que, para que a relação entre universidade e sociedade possa se manifestar da melhor forma, é necessário que essas instituições consigam manter elos harmoniosos e que possibilitem a problematização dos problemas sociais nas suas mais variadas esferas, dentre elas a econômica, social e ambiental.

Delimitando, então, a confluência das universidades públicas para com a sociedade, delineamos que isso se faça através da perspectiva socioeconômica e ambiental, que abrange a melhoria da qualidade de vida das sociedades sem que haja desequilíbrio nas relações de poder e a destruição dos ecossistemas, as incorporando nesse processo. A escolha desse posicionamento se justifica pela própria configuração histórica das universidades públicas frente às assimetrias econômicas e problemáticas socioambientais, como apresentado por Chauí (2003). Além disso, como assinala Coelho (2008), os objetivos humanizadores visados na criação e no desenvolvimento da UFPA e, respectivamente, do CUNTINS/Cametá, são questões basilares que nos ajudam a definir o aspecto sustentável da relação entre universidade e sociedade.

Seguindo a escolha do conceito adotado, também é necessário definirmos o âmbito do desenvolvimento que visualizamos onde está inserida a relação do Campus da UFPA de Cametá com o desenvolvimento sustentável.

Nesse viés, consolidamos as nossas análises dentro do espectro regional da territorialidade, contudo, essa escolha não descarta ou desconsidera a amplitude local, apenas admite que ela está contida numa dinâmica maior. Justificamos nossa preferência em vista do que foi explicitado por Haesbaert (2004) sobre o advento da globalização, as relações entre os membros da sociedade se tornaram

multiescalares, ou seja, transpassam as barreiras locais, potencializando a integração regional e multirregional.

Para além dessa questão, conforme já enfatizado por Lopes (2003), os impactos gerados pelas universidades públicas no desenvolvimento são sentidos também na região e não somente no local onde estão localizadas. Nesse mesmo sentido, Rolim e Kuresk (2010) salientam que as universidades passam a ser definidas como universidades da região a partir dos primeiros momentos em que contribuem para o desenvolvimento local. Oliveira Júnior (2014) compreende também que as universidades públicas devem ser pensadas como instituições regionais, que se manifestam para além da amplitude localista, pois considera-as como espaços educacionais distanciados de barreiras físicas e conceituais.

Tal questão manifesta-se ainda mais quando se analisa o Campus Cametá, que se faz por meio de seu núcleo e seus polos em diferentes cidades da região do baixo Tocantins, fazendo pensar essa instituição por meio das suas relações e produções regionais.

Como já afirmado por Rodrigues e Silva (2017), o CUNTINS/Cametá desempenha suas atividades de ensino, pesquisa e extensão não só na cidade, mas também em outros municípios da região e nos seus distritos, vilas e ilhas que compõem a dinâmica regional, aspectos estes que podem influenciar nas percepções dos atores locais sobre os seus impactos socioeconômicos e ambientais de desenvolvimento. Além disso, para Lopes (2003), as universidades públicas comportam e formam sujeitos oriundos de outros lugares, o que faz se pensar que a questão do impacto socioeconômico e ambiental não seja meramente localista, mas regional e multiescalar. Para tanto, necessita-se de uma abordagem ampliada do desenvolvimento que permita captar a singularidade do espaço geográfico que essa unidade regional atua e, dessa forma, o desenvolvimento regional ganha foco nesta dissertação.

Portanto, a par dos conceitos e justificativas já apresentados, tem-se como definição da relação entre o Campus da UFPA em Cametá e a sociedade, os seus impactos socioeconômicos e ambientais das suas ações para o desenvolvimento regional de Cametá.

7. A PREFERÊNCIA INSTITUCIONAL DA UFPA – CAMETÁ E SUA ORIENTAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Entender o alcance das ações de uma determinada universidade pública e de seus impactos para o desenvolvimento regional, com base nas percepções dos atores sociais se mostra um objetivo delicado e que requer um entendimento de duas noções básicas dessa questão: a de impacto e a de percepção. Tais conceitos não se relacionam explicitamente quando se pensa o fato de que as ações de um *campus* universitário podem gerar reflexos para o desenvolvimento e que tais mudanças podem ser sentidas pelos indivíduos que mantêm relações mais aproximadas com essa instituição universitária.

Derivada, etimologicamente, do latim tardio *impactus*, o significado de impacto faz referência à colisão de um objeto contra algo. Logicamente, o impacto de algo é pressuposto de uma ação que tem como consequência uma repercussão que pode ser sentida ou não pelos sujeitos a que ela tem relação.

Nesse sentido, Chauí (1999) definiu a percepção como uma relação do sujeito com o mundo exterior, relação esta que dá sentido tanto ao percebido quanto ao percebedor. Ainda nesse sentido, para a autora o mundo percebido é qualitativo, pois o sujeito percebedor dá sentido e valor às coisas percebidas, isto porque tais questões fazem parte da sua vida.

A partir do sentido dado por essas duas categorias e do contexto deste trabalho, é necessário frisar que nem sempre a ideia do impacto é seguida de uma percepção, assim como também há a possibilidade da inexistência de impacto, contudo, a existência de uma percepção. Dito isto, para que este estudo não recaísse sobre esse dilema, articulamos a análise dos três objetivos específicos de forma que o principal campo norteador das ações do Campus Cametá para o desenvolvimento, identificado na análise dos projetos e das parcerias, fosse horizonte para a averiguação das percepções dos atores locais.

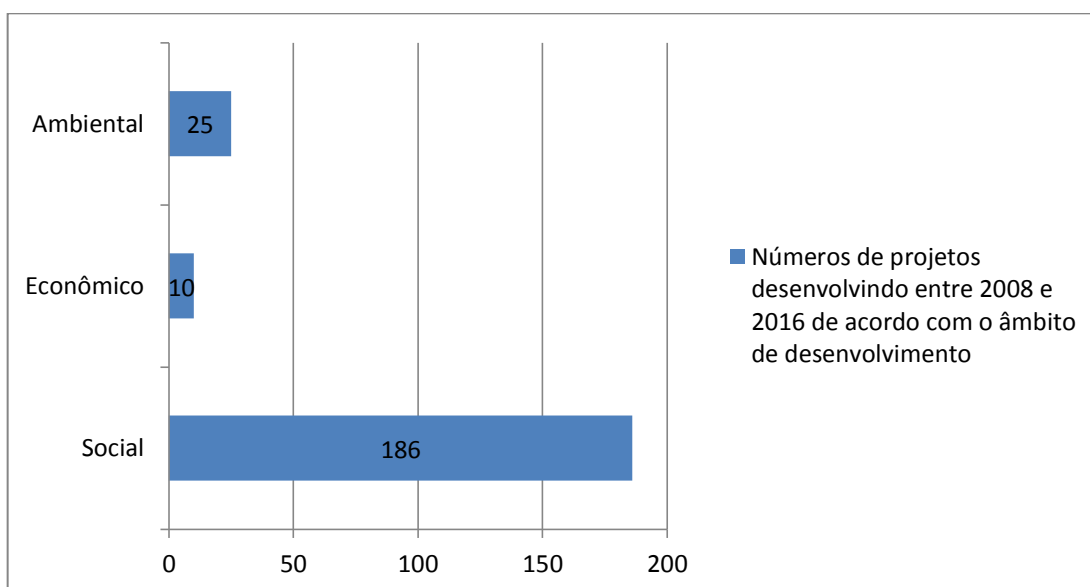
Ainda assim, com a necessidade de reforçar a análise da relação do campo de atuação da instituição e as percepções sobre ela, tivemos de recorrer a indicadores de desenvolvimento local que pudessem servir como teste para a hipótese de que o a UFPA – Cametá teria gerado impactos positivos para o desenvolvimento regional e que tais efeitos teriam sido notados pelos atores sociais.

Nas discussões iniciais deste trabalho, fazemos referência ao primeiro objetivo específico de nossa pesquisa, que é o de caracterizar a vertente dos projetos de pesquisa, ensino e extensão, assim como as parcerias, convênios e termos de cooperação realizados e promovidos a partir da adesão ao programa Reuni, em 2008, de acordo com as dimensões social, econômica e ambiental de desenvolvimento, até o ano de 2016.

O que se buscou nesse direcionamento foi a identificação da preferência institucional constituída sobre determinado âmbito do desenvolvimento econômico, social e ambiental da região, pois sustentamos que esses elementos são fortes indicadores do direcionamento institucional mais vislumbrados pelo Campus Cametá e, por isso, eles foram válidos para nosso estudo.

Nesse sentido, a pesquisa documental localizou um total de 221 projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pelo Campus Cametá – UFPA, referentes aos oito anos propostos como recorte temporal. Desses projetos, constatamos que 186 orientaram-se mais pelo eixo social do desenvolvimento, enquanto 10 apoiaram-se na perspectiva econômica e 25 delinearam-se por meio de uma orientação mais pautada nas causas ambientais, questão que melhor pode ser exemplificada no gráfico abaixo.

Gráfico 7 – Números de projetos desenvolvidos entre 2008 e 2016, de acordo com o âmbito de desenvolvimento



Fonte: Elaborado pelo autor do trabalho.

O que esses projetos revelam? Qual é a orientação maior da UFPA para o desenvolvimento?

Reiteramos que, na perspectiva de desenvolvimento adotada em nosso trabalho, o desenvolvimento real pouco se completa quando não satisfeitas as demandas dos aspectos sociais e ambientais. O que queremos mostrar com essa definição é que, mesmo que os projetos de ensino, pesquisa e extensão tendenciem a certo campo específico do desenvolvimento, eles também conseguem dialogar com os demais, haja vista que as condições objetivas de vida se comportam de maneira interdisciplinar, e que a relação entre o conhecimento científico e a sociedade se dá também por meio dessa simbiose, como enuncia Raynaut (2014).

Assim, essas ações desempenhadas pelo Campus Cametá nos ajudam a compreender o principal eixo temático no qual os seus trabalhos mais foram fundamentados. É possível considerar, então, que esse fato é um forte indício de que essa unidade regional, por meio de suas ações, entende o desenvolvimento como baseado sobre questões sociais, principalmente no que tange ao suprimento das desigualdades e iniquidades inerentes do sistema de produção capitalista. Podemos pensar, portanto, que o Campus, nesse período, entendeu como necessária a sua intervenção, enquanto instituição, para moldar as assimetrias de poder, próprias do capitalismo, de maneira que o comportamento dos sujeitos que desempenharam essas atividades e o dos sujeitos que foram abarcados por ela fossem direcionados para as amenizações dos problemas sociais da região e da localidade.

Isto posto, a preferência social do Campus pode ser notada como proveniente da preferência herdada pela Universidade de maneira geral. Em seu Estatuto Geral, de 2006, mais especificamente nos três incisos do Art. 3.º (UFPA, 2006, p. 4), a instituição é enfática ao definir os seus parâmetros de ações e objetivos pautados sobre a ótica social e de sustentabilidade do território ao qual faz parte.

Ao definir a preferência por uma formação humanística, vislumbrada sob a ótica do amazônida, o Campus Cametá, por meio de seus 186 projetos de ensino, pesquisa e extensão, manifesta sua posição institucional. Essa preferência tanto se constitui como anseio histórico dos sujeitos que contribuíram para a execução desses projetos, quanto também se pode considerar que tal questão também se

manifesta como imperativo institucional, entendendo a matriz da UFPA com incidente de instituições e parâmetros de comportamento ao Campus Cametá, tendo, assim, efeitos sobre os seus projetos desempenhados e o campo social do desenvolvimento no qual mais se delimitaram.

Tem-se, portanto, nesse ponto de análise, a existência de questões neoinstitucionalistas históricas. A análise neoinstitucionalista, com base em Peres (2008), parte da premissa de que as instituições são fomentadoras de comportamentos individuais, visando adequá-los conforme as pretensões coletivas da sociedade. A partir dessa questão, é viável entender a UFPA – Cametá como uma instituição do Estado, instituição tanto no sentido organizacional, quanto normativo, que produz, por meio das suas ações, as incitações ao comportamento individual dos membros da sociedade, principalmente os que mais têm aproximação com o Campus.

Por conseguinte, num escopo mais abrangente de análise, permitimo-nos pôr em paralelo o comportamento dos atores do Campus e o próprio Campus em si, com as induções advindas do programa Reuni, aderido pela instituição em 2008. Essa mesma política pública, no seu papel institucional, segundo Hall e Taylor (1996), teve a capacidade de produzir um comportamento ao Campus que se direcionasse ao sentido coletivo, ou seja, o aumento das atenções voltadas para as questões sociais.

O programa Reuni, por sua vez, pode ser compreendido como um fator atenuante no que se refere ao direcionamento dos projetos de ensino, pesquisa e extensão durante os anos de 2008 a 2016. Mesmo sendo orientado mais diretamente a questões infraestruturais das IFES, a UFPA continha elementos institucionais que visaram ao aumento da qualidade do ensino e do vínculo entre universidades e sociedade. Destarte, Martins (2012) enfatiza que esse plano de reestruturação foi aderido pelo Campus Cametá no ano de 2008, tendo o seu fim no ano de 2012, e, por isso, é possível que esses elementos também possam ter influenciado da formação da preferência da entidade pelas causas sociais.

Dessa forma, pode-se perceber no inciso II, do Art. 2.º, e no Art. 4.º, do Decreto n.º 6.096/2007 (BRASIL, 2007), respectivamente, a questão da melhoria da qualidade do ensino por meio do maior aproveitamento dos projetos, e a proposição da autonomia universitária na formulação dos planos, aspecto este que permitiu às

IFES agregarem suas preferências na construção dos seus projetos de reestruturação.

Notamos que nesses pontos normativos há a presença de imperativos que possivelmente contribuíram para a formação e para o encorajamento de uma preferência de atuação vislumbrada pelo plano social. Mesmo direcionado à expansão e melhor aproveitamento dos recursos físicos e humanos das IFES, o decreto não deixou de instigar o melhoramento das matrizes curriculares, questão que pode ser percebida no primeiro trecho do decreto apresentado acima. Adicionado a isso, a autonomia dada pela política pública quanto à incorporação da vocação das instituições na elaboração dos seus planos, foi uma condição atenuante quando se pensa numa instituição que, no transcorrer da sua história, se materializou por causas mais ligadas aos movimentos sociais.

Essa preferência do Campus Cametá pelas discussões sociais, induzida institucionalmente, também se agrega por uma composição autônoma de preferências historicamente constituídas. Sob a égide neoinstitucionalista histórica, conforme destaca Immergut (1998), a carga pessoal e crítica de vida dos sujeitos também colaboram para a análise acerca dos imperativos das instituições que direcionam os comportamentos sociais. Nesse sentido, compreende-se que a existência de um número maior de cursos de licenciatura, durante os anos de 2008 a 2016, no Campus, seja um fator autônomo que ajudou a instigar a existência de mais projetos eivados de causas sociais, sobretudo as educacionais. Consta-se que, conforme UFPA (2017) nesses anos havia mais cursos de licenciatura, como Letras Língua Portuguesa, Pedagogia, História, Matemática, Geografia, Educação do Campo e Ciências Naturais, graduações estas que podem ter refletido nos seus projetos a principal essência de suas formações, o caráter social e humanista.

Contudo, ainda nessa questão, esclarecemos que os cursos de uma IFES não versam sobre um único âmbito do desenvolvimento, seja ele o social, o econômico ou o ambiental. Raynaut (2014) enfatiza que as universidades têm como um de seus objetivos o diálogo interdisciplinar entre as diferentes áreas do conhecimento, de forma que as ciências possam se constituir como fluidas e capazes de contemplar mais âmbitos da complexidade da realidade e não apenas as que são propostas em seus trabalhos. Nesse sentido, o que se procurou nessa afirmação é enfatizar que, embora tais cursos tenham se constituído mais pela

perspectiva social, é um equívoco afirmar que eles não tenham se atentado em seus projetos para os demais ângulos do desenvolvimento, haja vista que, mesmo de forma indireta, eles se relacionam.

Constituindo uma “via de mão dupla”, a relação entre universidade pública e sociedade, e, conseqüentemente, a relação da universidade pública com o desenvolvimento social, embora haja uma preferência histórica definida por meio dos seus projetos de ensino, pesquisa e extensão, não deixa de se dar de maneira conflituosa.

Chauí (2003) enfatiza que esse vínculo turbulento entre sociedade e universidade pública é o que dá a essa instituição a sua legitimidade como instituição social, questão que lhe permite maior autonomia, se comparada a outras. Essa autonomia, refletida em seus princípios educacionais e pelo próprio direcionamento do conhecimento, de acordo com as necessidades de intervenção, descoberta e transmissão, instituiu nas universidades posições republicanas e indistanciáveis de questões como democracia, democratização do conhecimento e revolução.

Isto posto, tais características, conforme Chauí (2003), foram capazes de instituir informalmente e formalmente no pensamento universitário o dever cultural de engajamento e comprometimento das universidades públicas com a solução, ou amenização de problemas sociais. Nesse sentido, Chauí (2003 *apud* SILVA, E., 2011) agrega que o cumprimento pela universidade da função do Estado e da sociedade se trata mais de uma imposição da sua própria historicidade do que de um posicionamento ideológico e voluntário. Nesse sentido, podemos notar a constituição social das universidades públicas pautada tanto em aspectos formais e informais institucionais, quanto através de uma posição crítica e histórica dos sujeitos que ajudaram e ainda fazem parte da construção da preferência social destas.

Contudo, devemos esclarecer que nem todas as IFES concentram o foco de suas atenções diretamente aos aspectos sociais. Mesmo não se tratando de uma regra, a preferência social identificada no Campus também tem relação com o processo histórico de surgimento da unidade. Nesse sentido, Coelho (2008) enfatiza que os movimentos sociais tiveram muita importância no surgimento e desenvolvimento da unidade, ao longo do tempo, fato este que contribui ainda mais

para a canalização das ações desempenhadas em vista ao melhoramento das condições de vida dos sujeitos e da equidade.

Destarte, as parcerias, os convênios e os termos de cooperação localizada também são indicadores dessa preferência da UFPA – Cametá pelo desenvolvimento social, e conseguimos identificar 41 ações para a melhoria e a expansão da infraestrutura da unidade, questão esta que pode evidenciar a indução institucional do programa Reuni para o melhoramento dos espaços físicos da instituição. Outra questão que pudemos perceber nessas ações foram os aspectos mais ligados ao objetivo do trabalho: articulações relativas ao melhoramento do ensino e que, possivelmente, levaram a impactos no desenvolvimento social da região.

No quadro localizado no Apêndice A, apresentamos o direcionamento das articulações tratadas. A definição da preferência dessas ações remonta ao objetivo em que estas foram criadas, contudo, a preferência de um âmbito tratado, seja o social, o econômico ou o ambiental, não significa que não tenha ocorrido o diálogo entre eles, isto pois são questões que se relacionam.

A partir dos documentos analisados, pudemos perceber que, assim como os projetos de ensino, pesquisa e extensão, as ações ilustradas convergiram para a preponderância do Campus por questões que envolveram o fortalecimento da educação ofertada. Isso se deu tanto por articulações que primaram pelo melhoramento da infraestrutura da unidade regional, quanto por cooperações que buscaram a expansão das práticas de ensino, pesquisa e extensão; além do mais, conforme Rodrigues (2019), a intensificação da interiorização seria um fator a mais na percepção dos atores locais sobre o impacto da UFPA – Cametá no desenvolvimento regional.

A preponderância dos objetivos socioeducacionais nas ações exemplificadas anteriormente não deve gerar estranheza, pois, sendo as Universidades Federais instituições sem fins lucrativos e também instituições sociais, elas primam e objetivam todas as suas ações para o fortalecimento das práticas de ensino, pesquisa e extensão, bem como para melhorar o relacionamento com a comunidade por meio dessas ações.

Nesse sentido, a LDB n.º 9.394/1996, nos incisos do seu 43.º artigo, é enfática sobre a real finalidade das ações desempenhadas pelas universidades federais.

I - Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

Essas finalidades instituídas pela LDB nos permitem refletir sobre essa importância dada pelo Campus da UFPA – Cametá a projetos de ensino, pesquisa, extensão, parcerias, convênios e termos de cooperação, que se construíram sobre fortes fundamentos humanistas, de atenções voltadas para algumas demandas sociais e também para o fortalecimento pedagógico da unidade. Essas questões tendem a gerar impactos mais bem percebidos nos próprios âmbitos sociais e, conseqüentemente, por demais atores da sociedade que enfrentam e tratam dessas questões de maneira mais direta.

Reforçando a questão neoinstitucionalista histórica, as finalidades expostas acima, instituídas pela Lei n.º 9.394/1996, tendem a induzir o Campus Cametá a um comportamento individual focalizado na harmonia com a coletividade através da aproximação dos seus objetivos sociais com as demais entidades, órgão e entes da sociedade local, inerentes à sua existência. Não obstante, a própria constituição histórica dos sujeitos responsáveis pelo funcionamento do Campus, naquele

período, e a preferência social constituída pela unidade regional, com base na história da sua formação, relatada por Coelho (2008), reforça ainda mais a observância do Campus pelas questões socioeducativas e socioambientais do desenvolvimento regional de Cametá, âmbitos do desenvolvimento que, talvez, possam ser mais notados pelos atores locais.

Ressaltamos, no entanto, que, não desistimos de tratar também dos aspectos econômicos a que a atividade do Campus pode impactar. Lopes (2003) enfatiza que as instituições de nível superior refletem também sua importância no quadro profissional capacitado, geração de empregos diretos e indiretos e também no ambiente a sua volta, podendo até propiciar o surgimento de empreendimentos relacionados às demandas universitárias.

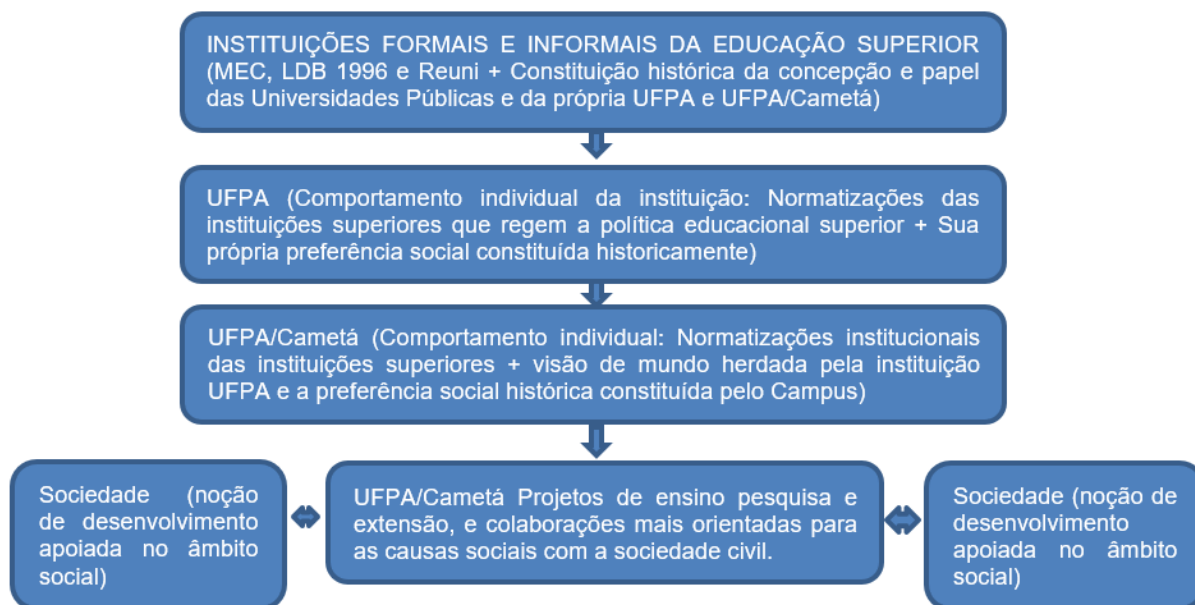
Nesse sentido, identificamos 10 projetos de ensino, pesquisa e extensão que tratavam mais diretamente de temas do âmbito econômico, e que, sem dúvida, geraram impactos. Além disso, como notado nas parcerias, convênios e termos de cooperação, houve articulações que, de maneira direta ou indireta, envolveram questões de cunho econômico. Eventos e situações como estas não devem ser descartados quando também analisamos tais impactos gerados pela UFPA – Cametá no desenvolvimento regional.

Nesse sentido, também podemos estabelecer uma relação da referida unidade com impactos econômicos para o desenvolvimento da região, por isso, reforçado pelo exposto teórico de Lopes (2003), permitimo-nos agregar que, durante os anos de 2008 a 2016, tenham existido, em decorrência do Campus, melhoramentos econômicos. Além disso, os 10 projetos vislumbrados, juntamente com as articulações de parcerias, evidenciam que houve aproximações nesse sentido.

Portanto, diante das questões expostas, esta parte de nosso estudo revelou a maior observância por questões sociais pela UFPA – Cametá, como uma preferência institucional histórica, o que pode indicar impactos mais ligados às questões sociais do desenvolvimento, principalmente no que tange ao aspecto educacional da região. Isso nos leva também a pressupor a abrangência para a formação de um pensamento crítico e coletivo mais ligado à amenização das mazelas sociais, mas também a questões ambientais, já que se trata de um fator presente na realidade amazônica e, assim, não se distancia da educação.

Portanto, propomos um modelo ilustrativo de como se apresenta o fluxo das relações institucionais e históricas determinam essa possível preferência pelo âmbito social do desenvolvimento por parte do Campus de Cametá da UFPA.

Gráfico 8 – Representação do processo de formação da preferência institucional da UFPA – Campus Cametá



Fonte: Elaborado pelo autor do trabalho.

É importante dizer sobre esse modelo ilustrativo que ele objetiva ilustrar, de maneira prática, a criação de uma orientação comportamental social de uma instituição do Estado, através da perspectiva neoinstitucionalista histórica. Esse direcionamento institucional é produzido tanto pelas instituições formais e informais da educação, quanto pela perspectiva crítica de atuação e pelas determinações formais instituídas. Esses apontamentos podem significar o principal âmbito do desenvolvimento ao qual o CUNTINS/Cametá fundamenta o seu posicionamento institucional e, conseqüentemente, direcionar as suas ações acadêmicas e administrativas para com a sociedade civil.

Por meio desses projetos de ensino, pesquisa, extensão, parcerias, convênios e termos de cooperação, e do modelo neoinstitucionalista histórico, foi possível analisar o principal aspecto mensurado do desenvolvimento local e regional pelo Campus Cametá. Adiante, com base nos dados alcançados pelos outros objetivos específicos, investigamos se esse posicionamento se consolidou, de fato, na relação e nas ações realizadas pela sociedade civil, a pensar, principalmente, as organizações e as entidades que firmaram relação direta com unidade regional tratada, questão analisada nas entrevistas semiestruturadas e nos indicadores socioeconômicos de desenvolvimento.

8. OS IMPACTOS DO CAMPUS DA UFPA – CAMETÁ NO DESENVOLVIMENTO, NA VISÃO DAS LIDERANÇAS LOCAIS

A partir da identificação do segmento institucional da UFPA – Cametá e, conseqüentemente, do seu posicionamento perante o desenvolvimento regional, apresentamos, neste capítulo as principais percepções dos atores locais quanto aos impactos socioeconômicos e ambientais da instituição. Buscamos também analisar tais contribuições tomando como base o posicionamento institucional do Campus Cametá e, por conseguinte, relacionamos essa análise aos dados de desenvolvimento local, tendo em vista a confirmação dessas percepções.

Assim, dividido em três partes, este capítulo versa, respectivamente, sobre os impactos sociais, os impactos econômicos e os impactos ambientais da unidade regional, tendo em vista as interlocuções dos sujeitos da pesquisa.

8.1 OS DESDOBRAMENTOS SOCIAIS DA UFPA – CAMETÁ NA PERSPECTIVA DAS LIDERANÇAS

Neste segmento da pesquisa, relacionamos as contribuições orais das lideranças da sociedade civil entrevistadas com os dados de desenvolvimento local, buscando localizar aproximações entre o impacto da atividade do Campus Cametá e alguns indicadores de desenvolvimento. Ressaltamos ainda que essa problematização se realizou tendo como fundamento os aportes teóricos presentes neste trabalho e o método neoinstitucionalista histórico como linha de pensamento.

Nesse sentido, Midlej e Fialho (2005) compelem nossa pesquisa com sua teoria ao atribuírem às IES a qualidade estratégica para o desenvolvimento socioeconômico dos locais e das regiões onde atuam. Por meio de processos de inovação tecnológica, produção e difusão de conhecimentos, saberes e cultura, assim como pela função que essas instituições exercem quanto à formação e qualificação acadêmica e profissional, as Universidades têm condições reais de contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Aprofundando ainda mais a relação entre universidades públicas e desenvolvimento sustentável, Mathis (2001) interpõe que, em meio a esse processo, a característica humanista dessas instituições públicas se faz presente; fator esse que traz contornos sociais e transformadores na promoção do desenvolvimento. Nesse sentido, como será mostrado posteriormente nas falas dos atores, o Campus

Cametá instigou mudanças positivas na sociedade local, principalmente nas questões atinentes à educação, à formação, à qualificação profissional e ao meio ambiente.

É através dessa habilidade que as universidades públicas têm condições de tratar da complexidade, mantendo, assim, vínculos com as variadas dimensões do desenvolvimento, o que permite a validação das percepções das lideranças da sociedade civil quanto aos impactos do Campus Cametá para o desenvolvimento sustentável.

Antes de confrontarmos os dizeres das lideranças locais com os dados de desenvolvimento de Cametá, necessitamos compreender o ambiente político-econômico que constituiu o momento desta pesquisa, pois o macroambiente econômico das políticas públicas também é condição para o alcance dos impactos das instituições universitárias no desenvolvimento regional, bem como das demais instituições, entes da administração pública, entidades e organizações.

Em relação a esse macroambiente político-econômico, o Brasil passou a vivenciar, a partir dos anos 2000, um ambiente favorável para o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, para as políticas públicas de fomento à educação. De acordo com Cruz (2012), o país viveu, entre 2000 e 2011, um período de sucesso na sua economia, sendo impulsionado pelo *boom* das *commodities* e por outros fatores externos e internos de políticas públicas, que proporcionaram ao país alcançar indicadores satisfatórios na sua economia. Dessa forma, descreve a autora que:

A economia brasileira alcançou crescimento médio anual próximo a 4% a.a. entre 2000 e 2011, valor superior ao observado nas duas décadas anteriores, que foi cerca de 2% anuais. Entre 2004 e 2011, quando a economia apresentou melhor performance, a inflação também se manteve sob controle, com taxa anual média de 5,4%” (CRUZ, 2012. p. 15).

Com o fortalecimento do mercado doméstico brasileiro, foi possível a consolidação da economia do país e, com isso, o aumento das políticas públicas de incentivo à educação pública superior. Foi nesse contexto que, conforme M. Sousa (2011), foram criados o programa Expandir (2003-2006) e o Reuni (2007), ambas políticas que impulsionaram o crescimento das IFES e, conseqüentemente, do CUNTINS/Cametá.

Ainda nesse cenário, a partir de 2013, o país começou a entrar em um estado de estagnação, dada a crise política e econômica que começava a se instalar. Como consequência, as políticas públicas de todos os segmentos passaram a sofrer contingenciamento de recursos, sendo as universidades federais bastante prejudicadas nesse processo (ANDIFES, 2017).

Dessa forma, desde o ano de 2014, o Brasil já manifestava no seu quadro econômico um decréscimo nos seus índices de desenvolvimento econômico. Destaca-se ainda que o país já vinha apresentando sinais de retração econômica desde o ano anterior, fato este que contribuiu para o deterioramento progressivo do PIB, a partir de 2014, que registrou um pequeno crescimento de 0,1%, o que configurou um quadro de estagnação econômica, segundo o IBGE (2015).

Esse aspecto muito importa quando analisamos qualquer relação entre uma determinada instituição e a sua influência para o desenvolvimento nacional, regional ou local.

A partir desse período, mais necessariamente de 2015, o país passou a apresentar uma taxa de inflação de 10,5%, sendo mais que o dobro do ano anterior, que beirava 3,7% (IBGE, 2016). Nesse período, o país também passou a apresentar o aumento da sua taxa de desemprego, saltando de 6,5%, em 2014, para 9%, no ano seguinte (IBGE, 2016).

Todos esses indicadores nos ajudam a entender o cenário macroeconômico que, à época, estava se desenhando. Todo esse panorama analítico tende a refletir, principalmente, nas cidades e regiões menos desenvolvidas do país, como na região do Baixo Tocantins paraense e, especificamente, na cidade de Cametá.

Entre 2008 e 2016, havia duas universidades públicas em Cametá além da UFPA, sendo elas a Universidade do Estado do Pará (UEPA) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Em se tratando de universidades privadas, poucas ou já estavam instaladas na região ou estavam em processo de implementação.

Diante desse cenário, o Campus de Cametá da UFPA se mostrou ainda mais relevante no panorama educacional superior do município e da região do Baixo Tocantins, mais precisamente no espaço que abrange os municípios de Baião, Limoeiro do Ajuru e Mocajuba. Sendo a UFPA de Cametá a IES mais antiga e de maior dinâmica entre os anos de 2008 e 2016, presume-se que essa instituição

tenha os seus reflexos no desenvolvimento regional mais bem sentidos pelos atores locais.

Compreender a conjuntura é necessário para entendermos o impacto que a UFPA – Cametá dispõe ao desenvolvimento regional e local. Isto porque, mesmo apresentando grande dinâmica na região, essa instituição não é capaz, e nem é a sua principal finalidade, construir ações individuais voltadas para essas questões, conforme pensa Frigotto (2006). Além disso, um ambiente político-econômico desfavorável inibe ou dificulta quaisquer políticas públicas de fomento ao desenvolvimento em todas as suas dimensões, como também propicia o contingenciamento das verbas públicas destinadas à educação, bem como fez a Emenda Constitucional 95/2016.

Quando tratamos do desenvolvimento de uma cidade e de sua região, um dos principais indicadores é o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). De acordo com o Firjan (2018), os dados gerados nesse indicador correspondem ao nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros. O índice Firjan é composto de estatísticas públicas oficiais que agregam as informações de Emprego e renda, Educação e Saúde.

Isto posto, localizamos, no site do FIRJAN, os índices de desenvolvimento municipal dos anos de 2008 a 2016, período da pesquisa, para que assim pudéssemos contrapor esses dados às informações dadas pelos atores sociais, que apresentamos no quadro a seguir:

Quadro 3 – IFDM de Cametá-PA dos anos de 2008-2016

2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
0.4741	0.4738	0.4859	0.5058	0.5290	0.5469	0.5785	0.5580	0.5342

Fonte: Elaborado pelo autor do trabalho, conforme (FIRJAN, 2020).

Reiterando a composição do índice Firjan, é importante nos atermos à exclusão do fator saúde na nossa análise, isto porque não se trata de uma preferência institucional do Campus Cametá, apesar de poder haver em seus trabalhos acadêmicos pesquisas que tratem sobre o tema. As temáticas emprego, renda e educação são pertinentes para a nossa análise, pois, como já enunciou Lopes (2003), as universidades públicas se caracterizam pelos seus reflexos na

economia local, possibilitando o incremento de renda através dos empregos diretos e indiretos que geram, além, é claro, das contribuições para a melhoria da qualidade da educação em todos os seus níveis.

De acordo com os dados apresentados acima, o município de Cametá vivenciou um crescimento progressivo na taxa de desenvolvimento municipal até 2014 e, a partir daí, até 2016 houve decréscimo. Possivelmente, a recessão desse dado deve ter sido em decorrência da crise econômica e política instaurada na época.

Nesse indicador, é importante nos atermos ao papel que a UFPA – Campus Cametá teve nesse processo. Assim, sendo uma das principais fontes de formação profissional e, em maior peso, nas áreas de licenciatura, a formação de docentes para o Ensino Fundamental e Médio foi muito forte. Com base nisto, relacionamos as questões de emprego, renda e educação, âmbitos do índice Firjan às contribuições dos atores locais que versaram sobre esses assuntos.

A teoria mostra, segundo Lopes (2003) e Rocha (2018), que as universidades públicas contribuem para o desenvolvimento de um espaço, principalmente, pela formação de profissionais qualificados e pela capacidade de geração de postos de trabalho nas suas dependências e fora delas. Nesse processo, é necessário analisar a capacidade da economia local em absorver os contingentes de egressos das instituições universitárias, e isso depende em grande parte de um ambiente econômico favorável, onde haja condições aproximadas de pleno emprego.

Desse modo, pudemos perceber, nas contribuições orais, que o Campus Cametá da UFPA impactou, nesse período, para a formação de trabalhadores, a capacitação e a empregabilidade. Contribui com esse enunciado a fala do ex-secretário do meio ambiente, João Cardoso, que afirma ter havido dois profissionais oriundos do Campus naquela época, ambos biólogos. Ele ainda adicionou que, com a realização de concurso público para a prefeitura de Cametá, no ano de 2013, também houve o ingresso de graduados pela unidade da UFPA, contudo, não especificou se tais profissionais eram egressos do período de 2008 a 2016.

Sobre esse mesmo ponto abordado por João Cardoso, o ex-prefeito, Domingos Balieiro, endossou que esse processo seletivo foi de grande importância,

no qual ingressaram formandos do Campus. Dito isso, o ator local contribuiu dizendo:

Sim, porque nós fizemos o concurso público, né? Nós fizemos o concurso público e muitas pessoas que tinham concluído os seus cursos, uns que já haviam concluído há algum tempo, né? Tiveram a oportunidade de participar graças a universidade, né? Se não tivesse a universidade aqui, com os cursos de pedagogia, história, Matemática, língua estrangeira, talvez menos pessoas do município de Cametá tivessem passado no concurso. Então, o fato de ter esses cursos aqui, teve muitas pessoas, eu acho que 70%, 80%, eu não tenho bem esse cálculo, mas um percentual bem grande de pessoas que passaram foram de Cametá e da região (BALIEIRO, Cametá, 09/02/2022).

Além dessa proposição, o interlocutor enfatizou ainda mais o contingente de profissionais formados pelo Campus, mencionando a possibilidade do exercício da profissão em diferentes cidades. Desse modo, ele discutiu que a formação em nível superior do Campus foi de suma relevância nesse ponto, e enfatizou que:

[...] foi importante sim. Porque a cada ano sai várias turmas formadas. Esses que são formados têm uns que ficam no município prestando serviços, tem outros que tem a oportunidade de ter em outros municípios, então eu acho importante, sim” (BALIEIRO, Cametá, 09/02/2022).

Ainda no sentido da formação de profissionais, Joaquim Silva, ex-presidente da Colônia de Pescadores Z-16, não descreveu sobre a existência de egressos que ocuparam funções fixas no quadro de profissionais, no entanto, apontou para a participação de profissionais do Campus em atividades de assessoria durante o período, bem como no período atual. Nesse caso, destacou: “Temos sim. Temos professores que atuam na assessoria pedagógica aqui. Nós temos professores do campo pedagógico que sempre nos orientam aqui, então teve sempre lideranças que nos ajudaram nesse processo aqui” (SILVA, Cametá, 07/02/2022).

Na mesma perspectiva, Manoel Lopes, ex-secretário de educação, foi enfático ao dizer sobre a gama de profissionais da prefeitura que eram egressos do CUNTINS, que compuseram a maior parte do efetivo, principalmente, do setor de educação. Tal fato nos permite reforçar a ideia de que o Campus Cametá da UFPA teve maiores impactos diretos nas questões referentes à sua preferência institucional constituída, ou seja, relacionou-se diretamente com as questões socioeducacionais, tendo influências positivas sobre elas, como demonstraram os dizeres anteriores e como contribui esta liderança.

muitos dos nossos profissionais da educação vieram da Universidade Federal do Pará, inclusive, nosso corpo técnico, ele era constituído, a SEMED, basicamente, ele era constituído, por pessoas que estavam vindo da universidade, de uma graduação, de uma especialização, muitos até do mestrado e que comporam a secretaria de educação. Eu confesso que eu fiquei um ano na secretaria de 2016, mas assim, desde 2013 como eu passei pelo setor de planejamento e pelo gabinete, o nosso corpo técnico-administrativo em torno de 70% eram pessoas profissionais que estavam vindo da Universidade Federal do Pará (LOPES, Cametá, 12/02/2022).

Por outro lado, o ex-presidente do STTR, o senhor Jeremias Cruz, acrescentou que não houve egressos do Campus Cametá, no período de 2008 a 2016, que viriam a se tornar profissionais do Sindicato, apenas houve a existência do movimento inverso. Nesse sentido, o ator local informou que alguns funcionários, inclusive membros da direção, ingressaram em cursos de graduação no CUNTINS durante e após esse período. Nesse plano, o ex-secretário de cultura Raimundo Souza enfatizou que, durante a época de 2008 a 2012, período em que esteve à frente da entidade, alguns profissionais da secretaria estavam em processo formativo no CUNTINS, em cursos de graduação e pós-graduação, no entanto, não informou se houve egressos do Campus que entraram na secretaria para o exercício profissional.

Ao questionarmos Raimundo Souza se essas formações haviam contribuído para a qualidade de intervenção profissional e política destes sujeitos nas suas funções na secretaria de Cultura, ele fez um breve comentário quanto ao melhoramento de salário ocorrido em virtude dessas qualificações:

[...] com certeza. Esse povo foram os que tomaram as dores da cultura comigo, foi o pessoal que se sensibilizou. Eles ficavam doentes quando alguém chegava lá e tentava menosprezar um samba de *cacete*¹, um *banguê* ou um grupo do *carneval das águas*, ou um pessoal do *tirador de reios*, do *boi bumbá*. Eles ficavam revoltados, porque eles percebiam que a luta que o secretário tava fazendo não era uma luta ideológica deles, era uma necessidade, eles perceberam isso, e os trabalho de conclusão que eles fizeram eram quase todos voltados para essa área, mesmo os que estavam nas áreas de exatas eles buscaram de alguma forma atingir a parte da cultura. Então, contribuiu sim, claro que contribuiu, sempre contribui. A qualificação profissional ajuda no trabalho profissional em sim, dá outra forma de pensar, você consegue evoluir, então é uma consequência positiva do trabalho... Eles melhoraram o salário (SOUZA, Cametá, 16/02/2022).

¹ Todas as expressões destacadas em itálico nesta citação, referem-se a manifestações culturais típicas da região de Cametá (PA).

O que podemos notar, na afirmação desse ator local, é que o CUNTINS, por meio da formação ofertada, contribuiu para o melhoramento da atividade profissional dos funcionários da secretaria no campo de atuação cultural. Ainda assim, não podemos negar que a preferência institucional da própria secretaria por esses assuntos tenha tido reflexo nesse fato, no entanto, como o próprio ex-secretário enfatizou, o Campus Cametá da UFPA teve uma importante responsabilidade nesse processo.

Um dos requisitos que incidem na formação do indicador de desenvolvimento municipal é a questão da empregabilidade e, nesse sentido, o Campus Cametá, como constatado nas contribuições acima, foi preponderante para a agregação de profissionais de nível superior no quadro profissional da cidade, no período de 2008 a 2016. No quadro abaixo, apresentamos o número de vínculos empregatícios formais com nível superior completo, pelo total registrado nesse período.

Cabe ressaltar que a informação relativa ao ano de 2008 não pôde ser localizada na fonte onde pesquisamos: o site da FAPESPA. No entanto, essa lacuna pouco influencia na análise da pesquisa, pois não tratamos de números exatos da contribuição da formação profissional do Campus Cametá nesse indicador, mas sim buscamos apresentar o cenário dos vínculos empregatícios formais de nível superior na cidade, dentro do período proposto, e a representação do impacto formativo dessa instituição federal em tal conjuntura, conforme as falas das lideranças.

Quadro 4 – Vínculos empregatícios por escolaridade do trabalhador formal – Superior completo/total (FAPESPA) de Cametá (PA) de 2008-2016

2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
-	394/ 4.621	666/ 5.198	662/ 5.265	679/ 5.208	2.383/ 6.664	2.786/ 6.888	2.458/ 6.582	2.230/ 6.183

Fonte: Elaborado pelo autor do trabalho, conforme (FAPESPA, 2020).

Reiteramos a participação que o CUNTINS teve nesse processo de expansão do número de profissionais graduados. Nesse sentido, é possível perceber o diálogo existente sobre os indicadores que demonstram a contribuição do Campus na geração de trabalhadores formais com as falas dos sujeitos, que demonstraram evidências reais das implicações da UFPA – Cametá na formação de

emprego e renda para a cidade, questão importante na determinação do Indicador de desenvolvimento municipal.

Verificando a atuação do Campus e os seus dados, conforme o gráfico 1, que versa sobre a Evolução do Quantitativo de Técnicos do Campus de 1987 a 2020, verificou-se um salto de 2 para 19 técnicos-administrativos próprios da instituição, dentre os anos de 2008 a 2016, ou seja, a criação de postos de trabalho.

Além desse aspecto, o gráfico 2, que trata da evolução no quantitativo de docentes do Campus Cametá – UFPA (1997 a 2020), identificou avanços significativos na criação de vagas de emprego nessa área. Nesse gráfico, não é apresentado o número de docentes relativo a 2008, por isso, tomamos como base o ano seguinte, 2009, quando o quadro docente era de 20 sujeitos, e que passou a ser, em 2016, de 74.

Continuando ainda na perspectiva da geração de emprego e renda, como consta no gráfico 4, havia 4.312 discentes formados nesse período. A pesquisa tem ciência de que o espaço temporal desse gráfico não equivale à totalidade da análise nosso trabalho, os anos de 2008 a 2016, contudo, abarca 3 anos de nosso estudo, de 2013 a 2016, o que nos permite uma pequena representação do quantitativo de egressos que se somaram ao número de empregos formais com ensino superior no município. Nesse sentido, no quadro abaixo, apresentamos o número de docentes ministrando aulas na educação básica durante os anos do recorte temporal de nosso trabalho.

Quadro 5 – Docentes no ensino básico (Infantil, Fundamental e Médio) de Cametá-PA de 2008 a 2016

2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1.638	1.576	1.619	1.657	1.755	1.912	1.854	1.930	1.945

Fonte: Elaborado pelo autor do trabalho, conforme IBGE (2020).

Com base nesse quadro, a análise desses indicativos também deve ser posta em paralelo ao aumento gradual de trabalhadores com ensino superior. Além disso, quando questionado acerca da importância do CUNTINS/Cametá para o desenvolvimento regional, o ex-prefeito corroborou a questão da participação da UFPA – Cametá na formação de docentes:

Foi importante sim, porque a cada ano sai várias turmas formadas. Esses que são formados têm uns que ficam no município prestando serviços, tem outros que tem a oportunidade de ter em outros municípios, então eu acho importante, sim (BALIEIRO, Cametá, 09/02/2022).

À medida que salientamos o impacto do CUNTINS/Cametá, gerado para o incremento de capital humano no quadro profissional do Município, não extinguímos a participação que as demais instituições públicas e privadas de ensino superior tiveram nesse mesmo processo. Nesse sentido, a relativização da contribuição da instituição UFPA – Cametá se faz necessária, haja vista que as demais IES também puderam ter gerado efetivos profissionais e egressos nos anos de 2008 a 2016.

Existem também, aproximadas dessa questão, as outras fontes de criação de postos de trabalho em nível superior na cidade durante esse período, como as empresas, os entes do poder público, as autarquias públicas e as entidades do terceiro setor e, além disso, conforme enfatizaram o ex-prefeito e o ex-secretário de educação, realizou-se, em 2013, concurso público municipal, fator que também pode ter sido adicional no efetivo de sujeitos com nível superior no mesmo ano. Esses segmentos, presumidamente, também podem ter sido essenciais quando tratamos da criação de empregos formais de nível superior.

Devemos nos ater ainda às macrocondições sociais, políticas e econômicas que também se fizeram geradoras de complexidade. Assim, a quebra do fluxo de crescimento, em 2015, dos indicadores do IFDM e do indicador de Vínculos empregatícios por escolaridade do trabalhador formal – Superior completo/total (FAPESPA), pode ter sido resultado do cenário de recessão econômica do Brasil. Tal condição se mostra com uma entre as demais que incidem sobre o desenvolvimento local e, em suma, sobre a criação de novos postos de trabalho de nível superior.

Contudo, o que podemos mensurar a partir desta pesquisa é que o Campus Cametá da UFPA teve grande impacto no desenvolvimento regional do município em um de seus mais relevantes aspectos: o aumento das vagas de emprego para as pessoas que detinham graduação ou pós-graduação. Essa questão se evidencia nos dizeres dos entrevistados que, de forma incisiva, apontaram que o CUNTINS incorporou trabalhadores qualificados nas gestões de suas entidades e organizações durante os anos de 2008 a 2016. Nesse sentido, percebemos aí um efeito positivo da instituição sobre o desenvolvimento ou, mais especificamente,

sobre o mercado de trabalho, e, nesse caso, estudar o grau da participação Campus em tal aspecto não é objetivo deste trabalho, que se limita a verificar se houve contribuição e de que forma ela se manifestou.

Dessa objetivação abordada acima, outra questão preponderante no trato dos impactos do CUNTINS para o desenvolvimento local são os aspectos de educação do Município e a contribuição da instituição neles. Assim, as ações de melhoria da educação, enquanto fatores que incidem sobre o desenvolvimento da região, também foram mencionadas pelos entrevistados ao atribuírem a participação da instituição nesse processo.

Essas cooperações sobre a importância da formação em nível superior realizada pela UFPA – Cametá e as suas repercussões no quadro de funcionários presentes nas instituições não nos revelam um valor real da parcela de egressos que compuseram o número de profissionais com ensino superior na cidade. Contudo, os dizeres até agora tradados correspondem às representações práticas de um movimento que efetivamente aconteceu, sendo as entidades e as organizações estudadas as principais fontes de empregabilidade na cidade, por se enquadrarem, principalmente, na esfera da administração pública, no caso das secretarias e da própria prefeitura.

No caso da Colônia de Pescadores Z-16, da Diocese e do Sindicato de Trabalhadores Rurais, a análise se faz de maneira otimista, pois, tipicamente nesses espaços o corpo profissional das instituições de classe e dos movimentos sociais do terceiro setor é formado pelos próprios membros, nesse sentido, a presença de mão de obra egressa de uma IFES é um dos reflexos exitosos dessa universidade.

O que se faz ainda mais interessante na construção de nossa análise é que os impactos sociais do Campus Cametá nas questões que envolveram a educação tiveram relação paralela com aumento do IDEB – Séries iniciais e finais da escola pública, conforme o passar dos anos.

O IDEB, de acordo com Chirinéia (2015, p. 463), é um

[...] indicador do Ministério da Educação (MEC), elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (INEP), que reúne os dados do SAEB e da Prova Brasil, e as taxas de aprovação, reprovação e evasão, obtidas por meio dos dados sistematizados do Censo da Educação Básica.

Nesse sentido, presumimos que fatores que reforçam o aprendizado escolar, como o aumento do efetivo de docentes com nível superior e outros aspectos qualitativos que desdobram na qualidade do ensino, como a formação continuada dos profissionais da educação, se constituem também como condições para uma possível melhoria nesses números.

Com isso, o quadro abaixo nos apresenta o histórico dos dados relativos a esse indicador, mostrando ainda a sua evolução dentro dos anos de 2008 a 2016.

Quadro 6 – IDEB – Séries iniciais e finais da escola pública de Cametá 2008-2016

2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
2,6 e 2,9 (ano de medida 2007)	2,7 e 3,2	-	3,4 e 3,3	-	3,7 e 3,3	-	3,9 e 3,3	3,8 e 3,2 (ano de medida 2017)

Fonte: Elaborado pelo autor do trabalho, com base em MEC (2020).

Vislumbramos o aumento do quadro de docentes como uma das condições para a elevação desse indicador, haja vista que tal aspecto também infere na qualidade do ensino. Além disso, a formação contínua desses profissionais tende igualmente a incidir de maneira positiva no aprendizado dos discentes da educação básica. Com isso, a nossa pesquisa apontou para um impacto significativo do CUNTINS/Cametá no que se refere à formação e ao aprimoramento dos profissionais da educação básica no município durante o período proposto na pesquisa.

Esses dados apresentam um crescimento progressivo do indicador de qualidade da educação básica das séries iniciais e finais, o IDEB. Nesse sentido, por meio das falas das lideranças, pudemos constatar a importância que o CUNTINS teve para a melhoria dos profissionais desse segmento, bem como para a participação das discussões acerca dos rumos da educação no município, principalmente durante os anos de 2012 a 2016.

O Campus, conforme Domingos Balieiro, se fez presente nos diálogos sobre os rumos da educação no município, de maneira que participou ativamente na construção do Plano Decenal de Educação e do Plano Plurianual de Governo. Dessa forma, o entrevistado destacou que:

[...] no próprio Plano Decenal da Educação houve uma participação dos técnicos da universidade, juntamente com os professores da rede

municipal, que embora fossem do município ajudaram na construção e fora, todos, no Plano Plurianual do Governo a universidade era convidada para participar da discussão (BALIEIRO, Cametá, 09/02/2022).

Sob a ótica neoinstitucionalista histórica, a participação da instituição na definição do plano educacional do município revela a influência da preferência institucional do Campus, enquanto instituição do âmbito educacional, e que tem propriedade quando se trata desses assuntos. Mesmo sendo a prefeitura de Cametá a principal fonte das ações diretas que culminaram com a elevação do indicador IDEB, não é possível negar o impacto das contribuições da UFPA nesse processo, de forma que os próprios sujeitos que estavam na gerência dessas ações admitiram que, sumariamente, o Campus Cametá foi importante na elevação dos índices de desenvolvimento, sendo os que estão diretamente ligados à educação os mais influenciados.

Ainda nesse sentido, e reforçando o exposto sobre o impacto das atividades do CUNTINS no desenvolvimento da educação na região de Cametá, o ex-prefeito ainda contribui ao afirmar sobre a importância que a instituição teve quanto à supressão do *déficit* de docentes formados com nível superior, questão esta que vigorava, conforme Coelho (2008), no início das atividades do Campus Cametá na região.

A partir do momento que foi implantado o *campus* aqui e, principalmente, a partir dos anos 2000 pra cá, houve um desenvolvimento no conhecimento muito grande. Eu acho que hoje, a rede municipal de ensino do município tem quadros atualizados, a maioria dos quadros atualizados, antes eram pessoas que ainda não tinham esses cursos, ainda era magistério, cursos de complementação e a partir de então as coisas foram melhorando, tanto é que, se você vê no ENEM, uma grande parte dos alunos do ensino público médio daqui da região acaba passando, pela qualidade que o ensino vai tendo (BALIEIRO, Cametá, 09/02/2022).

Ainda em relação ao reflexo do CUNTINS no melhoramento do IDEB, Balieiro também percebe essa contribuição da UFPA – Cametá e de outras instituições, por meio da agregação de profissionais e egressos do Campus em funções dentro do governo. Esclarece-se que o seu mandato se realizou de 2012 a 2016 e, nesse sentido, mesmo tendo apresentado valores diferentes dos reais apresentados no quadro 7, o líder local acrescentou que houve melhora no IDEB

municipal, muito em virtude desses sujeitos advindos da instituição que, na sua percepção, ajudaram a melhorar tal indicador:

Nós tivemos, por exemplo, quando nós entramos na prefeitura o IDEB tava em torno de três pontos, nós saímos em quase quatro, quatro e meio, não tenho bem a lembrança. Isso graças ao esforço de todo mundo que se esforçou aí, que trabalhou. Tem quadros aqui na cidade de Cametá que se formou lá atrás, que tinham uma vasta experiência e que vieram pro governo, assim como teve jovens que acabaram de se formar nessa época e que vieram e fizeram a diferenças, então é tudo muito significativo pro governo (BALIEIRO, Cametá, 09/02/2022).

Ainda nessa questão, outra fala de Balieiro contribui para que se relacione o melhoramento desse indicador educacional à atuação da UFPA – Cametá. Com a presença de sujeitos oriundos do CUNTINS para o exercício de cargos, principalmente na educação, Balieiro destaca esse fator como um elemento agregador, pois até o próprio secretário de educação, que atuou entre 2012 a 2015, era professor da instituição onde outros profissionais haviam adquirido sua formação.

De fato, mesmo que os índices do IDEB municipal referidos pelo ex-prefeito não condigam com o quadro 5, houve a real elevação nesses indicadores, questão que coaduna com a percepção de melhora de Domingos Balieiro:

Tinham secretários, o secretário de educação veio do *campus*, não se formou, mas era professor, era coordenador e foi pra lá. Agora, eu tive vários diretores de escola que se formaram pela universidade, chefes de diversos departamentos da educação que se formaram na universidade federal e professores, então houve sim uma participação significativa dessas pessoas que estavam lá (BALIEIRO, Cametá, 09/02/2022)

Dentro dessa questão ainda há de se destacar a fala do ex-secretário de educação, Manoel Lopes, que já havia afirmado que grande parte do corpo técnico do governo municipal (2012 a 2016) era constituído por sujeitos formados em anos anteriores no CUNTINS, muitos recém-saídos de suas formações e outros ainda formandos da instituição. Com base na denotação do ex-secretário e corroborando a fala do ex-prefeito, os profissionais egressos da UFPA foram vitais para os projetos de educação do município e, conseqüentemente, importantes para a melhora dos indicadores de desenvolvimento educacional. Nesse aspecto, Lopes assim se posicionou quanto a tal fato.

Juntamente com, na época o secretário Gilmar e conosco também, conseguimos consolidar o processo educacional no município de Cametá. Sem sombra de dúvidas, muitos profissionais, muitos

professores, técnicos, vieram da universidade. Não me recordo o nome de todos, mas muitos outros professores, muitos professores vieram da universidade. Eu lembro aqui do professor “Luis” (nome fictício) que coordenava na época o processo educacional na SEMED, era pessoa que tavam vindo da universidade, nós tínhamos dentro do setor pedagógico, nós tínhamos nossa coordenadora pedagógicas, ela era, inclusive no período do governo ela passou no mestrado, então ela tava vindo da universidade, ela compôs aí o corpo técnico, e outros setores importantes, tanto financeiros, quanto também a parte de compras, professores que estavam vindo da universidade, dessa graduação, que fizeram parte do corpo técnico (LOPES, Cametá, 12/02/2022).

É perceptível em todas essas contribuições que o Campus Cametá se fez relevante nos processos educacionais coletivos, os quais apontaram para a elevação dos índices de educação no município. Suas ações se manifestaram pela formação docente e acadêmica de profissionais e, além disso, pela agregação de saberes e *expertises* às demais instituições que também tinham o desenvolvimento, principalmente social como foco de suas ações.

Nesse sentido, considerando a presença de tais conhecimentos e saberes nas ações educacionais de desenvolvimento uma materialização do capital social do CUNTINS e de seus sujeitos, é possível concluir que, na perspectiva neoinstitucionalista histórica, a preferência institucional do Campus Cametá influenciou sobre as demais instituições tratadas nesta pesquisa. Tanto no âmbito social do desenvolvimento, quanto no âmbito socioeducacional e socioambiental, a instituição manifestou o seu olhar para as causas sociais nas ações desempenhadas de forma coletiva com essas entidades. Essa questão se comprova nas interlocuções dos atores locais, ao passo que afirmam que a presença e as ações da UFPA – Cametá conseguiram impactar positivamente nas instituições e nas organizações que representaram, provocando também reverberações na sociedade local, questão esta constatada pelo aumento dos índices de desenvolvimento acima tratados.

O ex-secretário de educação também relatou o reflexo que as contribuições do Campus Cametá tiveram para com as delineações das políticas públicas educacionais do Município. A mesma ênfase foi dada sobre o diálogo com a instituição e seu resultado na construção dos projetos de educação, sendo este entrevistado ainda mais preciso ao referir as formações ofertadas em parceria com o CUNTINS para os profissionais de educação, principalmente os docentes, bem como no suporte do aperfeiçoamento da grade curricular da educação básica municipal:

Na época se criou a escola de formação, o governo criou a escola de formação e a maioria das capacitações vinham via Universidade Federal do Pará, então contribuiu bastante na formação, no aperfeiçoamento da grade curricular, na própria manutenção do processo educacional, então, teve um papel muito importante a universidade federal do Pará, porque ela conseguiu se aproximar muito do poder público e essa parceria foi acontecendo em vários âmbitos, principalmente na formação dos nossos educadores. A gente fazia capacitação, muitos professores aí que ainda não eram especialistas eram convidados, a universidade estava apresentando, tava dando oportunidade e a gente convidava (LOPES, Cametá, 12/02/2022)

O IDEB, que é calculado por meio de dois fatores, a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo INEP (BRASIL, 2018), mesmo envolvendo medições quantitativas, necessita de proposições qualitativas de políticas públicas que tendam a melhorar o ensino escolar. Dentre essas condições, a formação continuada dos docentes mostra-se decisiva para o melhoramento dos indicadores de educação, no entanto, é importante frisar que existem outras condições que versam nesta proposição, desde fatores materiais, quanto imateriais da educação que influenciam a tomada desse indicador.

Dentre esses fatores, demos, neste trabalho, mais ênfase para a formação e o aprimoramento docente, pois foram esses fatores que mais se apresentaram nas manifestações das lideranças locais e que condizem com a atuação do CUNTINS. Nessa perspectiva, Azzi (2009) considera a formação de professores para a escola básica um fator essencial, quando se busca o aumento dos indicadores de educação, porém, não o único, tal como expõe a seguir:

[...] a formação de professores para a escola básica constitui, pois, fator relevante na melhoria da qualidade da escola pública, mas não considerada de forma isolada, e sim no bojo de decisões políticas mais amplas que apontem a melhoria das condições de trabalho docente (AZZI, 2009, p. 57).

Portanto, na forma desses enunciados, entendemos as reais contribuições e os limites da UFPA – Cametá para o melhoramento da educação municipal. Nesse sentido, de acordo com Frigotto (2006), o profissional, por si, não tem a capacidade de tomar a frente do desenvolvimento de qualquer que seja o segmento onde atuam, pois, existem condições que vão muito além dos seus esforços individuais e, dessa forma, pensando o Campus da UFPA de Cametá como um dos agentes que propiciam o desenvolvimento dos espaços onde atua, devemos também agregar aos

nossos pensamentos que essa instituição tem o seu campo de atuação bem definido e que as suas ações não podem ser imaginadas como a única circunstância para o melhoramento dos índices de desenvolvimento regional ou local.

As elucidações desses entrevistados mostraram que as ações de formação do CUNTINS para o melhoramento dos docentes da educação básica foram relevantes para o melhor quadro de ensino na região, tendo reflexos nos indicadores da educação, como o IDEB nas séries iniciais e finais da educação básica. Enquanto instituição do Estado, que induz comportamentos individuais em face da sua preferência historicamente constituída, a UFPA – Cametá, por meio das suas participações e contribuições nos diálogos sobre o horizonte da educação no município de Cametá foi, portanto, preponderante na ampliação do foco educacional dos segmentos da administração pública municipal, que versaram sobre a educação local e regional, haja vista que a sua preferência socioeducacional apresentada pela essência dos seus projetos e de suas parcerias, foi incorporada pelas demais instituições e organizações que, com ela, se relacionaram.

Mediante as informações apresentadas, podemos perceber outra questão que surgiu do debate acima: os efeitos que o Campus da UFPA de Cametá teve no melhoramento das atividades e no fortalecimento dessas organizações, entidades e instituições tratadas, revelando-se aí outra importante condição para o desenvolvimento regional.

Discutiremos, no subtópico a seguir, as implicações que o CUNTINS proporcionou para esse aperfeiçoamento das entidades que foram dirigidas por esses atores locais.

8.2 OS DESDOBRAMENTOS ECONÔMICOS DA UFPA – CAMETÁ NA PERSPECTIVA DAS LIDERANÇAS

No decorrer de nossa investigação, pudemos notar, nas interlocuções dos atores sociais, que os reflexos da UFPA sobre o desenvolvimento regional, no período de 2008 a 2016, ocorreram de diferentes maneiras, variando conforme o campo de atuação desses sujeitos. Tanto do ponto de vista individual quanto coletivo, essa unidade regional provocou e instigou mudanças positivas com base nas suas ações e contribuições eivadas de sua preferência institucional,

posicionamento este que fundamentou sua atuação por meio de arranjos mais ligados ao âmbito social como principal foco.

Por isso, notamos, ao longo das contribuições, que os maiores impactos no desenvolvimento foram sentidos nessa esfera. Além disso, conforme observou Raynalt (2014), que trata da interdisciplinaridade e complexidade do mundo concreto, e Furtado (1988), que enfatiza a formação do desenvolvimento pela imbricação do setor econômico e social, tornou-se necessário também extrair das emissões dos atores locais as questões que se referem mais especificamente ao segmento econômico.

Com base nisso, ainda é necessário tecermos um breve comentário acerca dos limites que a atividade universitária, e, especificamente, a atividade da UFPA de Cametá, consegue dispor à economia do município. Conforme abordado, identificou-se o setor social como o principal campo de atuação da instituição, o que propicia a ela produzir efeitos maiores na economia. Lopes (2003) e Rocha (2018) chegaram a observar que as IFES geram ganhos econômicos substanciais aos seus locais de atuação, por meio do volume de recursos movimentados e da geração de empregos diretos e indiretos, sem, contudo, excluir a participação na economia local das demais instituições do poder público, das organizações privadas e do terceiro setor.

Nessa perspectiva, notamos que o estudo dos impactos das IFES no desenvolvimento e nas economias locais requer maiores investigações, bem como no caso de nossa pesquisa. No entanto, das interlocuções dos atores locais entrevistados podemos extrair alguns pontos que se relacionam com os dados da economia local ilustrado abaixo.

Quadro 7 – Indicadores econômicos do município de Cametá dos anos de 2008 a 2016

2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<i>Produto Interno Bruto (PIB) per capita</i>								
2.544,00	2.812,00	3.129,00	3.364,00	3.679,00	5.799,00	6.570,00	7.549,00	8.591,00
<i>Receita Orçamentária em R\$</i>								

83.794.593,00	93.085.761,00	.	.	.	163.127.249,00	177.927.632,00	200.831.380,00	216.627.233,00
(Vínculos Empregatícios por Escolaridade do Trabalhador Formal) – superior completo								
.	394	666	662	679	2.383	2786	2.458	2.230

Fonte: Elaborado pelo autor do trabalho, com base em Fapespa (2020) e IBGE (2020).

Inicialmente, acerca do PIB *per capita* do município, que representa a totalidade do valor das riquezas produzidas se fosse dividido igualmente pelo número de habitantes, notamos um aumento progressivo desse indicador durante o período de nossa pesquisa. Nota-se, então, que, dentre todas as questões que interferem na geração desse valor, o que é produzido pelos empregos existentes também é levado em consideração.

Lembramos que, anteriormente, as entrevistas dos atores locais denotaram para a geração de mão de obra qualificada pela UFPA – Cametá, principalmente no que tange à formação do efetivo de docentes e demais profissionais de bacharelado. Logicamente, não é válido supor que toda essa gama de sujeito foi absorvida pelo mercado de trabalho, no entanto, admitimos, através das constatações emitidas pelos atores locais, que muitos desses novos profissionais foram incorporados ao corpo técnico das entidades citadas neste trabalho.

Nesse sentido, não é preciso o rateio dessa participação do Campus no indicador de renda *per capita* do PIB, contudo, os dizeres das lideranças nos comprovaram que a instituição teve participação nesse processo, principalmente no que tange às contribuições do ex-secretário de educação e do ex-prefeito, que enfatizaram a presença dos formados pela UFPA que ingressaram no mercado de trabalho.

No que se refere à receita orçamentária, que é composta de todas as fontes de geração de recursos que ingressam ao erário público, indo desde os tributos e taxas e até às demais contribuições tributárias (IBGE, 2020), percebemos que também houve crescimento durante os anos de 2008 a 2016. Isto posto,

destacamos como fatores a geração de empregos pelo Campus Cametá e a própria formação de profissionais habilitados por ela.

Com base nesse posicionamento, entendemos que profissionais devidamente empregados no mercado de trabalho dispõem de recursos financeiros para adquirir produtos e serviços que, por sua vez, induzem um efeito progressivo sobre os demais produtos e serviços. Com mais sujeitos possuidores de poder de compra, a economia local tende a se movimentar e, com isso, há também o aumento do recolhimento de impostos no município.

O mesmo movimento econômico se faz presente sobre os profissionais formados pela UFPA e que foram absorvidos pelas instituições, conforme os entrevistados. A mão de obra que, como afirmado pelas lideranças, investiu em funções dentro das entidades e das organizações, também tendeu a contribuir para o aumento das receitas orçamentárias de Cametá, e, possivelmente, passou a se utilizar dos produtos e serviços na cidade.

Além disso, a qualificação ofertada pelo CUNTINS, durante os anos de 2008 a 2016, tendeu a produzir maiores impactos na renda desses sujeitos, algo que se constatou na contribuição do ex-secretário de cultura, ao enfatizar que os profissionais que adquiriram formação junto à instituição tiveram seus salários elevados.

Ainda nessa linha, ao dissertar sobre a mesma temática, o ex-prefeito tratou acerca do ganho salarial dos profissionais que adquiriram formação acadêmica e complementar no CUNTINS. Ao tecer considerações sobre uma possível contribuição da UFPA de Cametá para a dinâmica socioeconômica da região, Balieiro enfatizou sobre a existência de um Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações, que privilegiava a progressão por mérito e formação. Domingos Balieiro problematizou que a UFPA de Cametá significou numa importante ferramenta para o desenvolvimento socioeconômico, na medida em que era possibilitadora de capacitação e formação superior e, por conseguinte, proporcionava o aprimoramento dos sujeitos da organização que chefiava, contribuindo para as condições socioeconômicas dos envolvidos.

Socioeconômicas, sim. Porque, muitas pessoas, você sabe que quem é funcionário tem um plano, principalmente na área da educação, um plano de cargos, carreiras e remunerações, né. Mas também ele tem

outras coisas que melhora, a tecnologia vai melhorando a economia (BALIEIRO, Cametá, 09/02/2022).

Domingos Balieiro ainda destacou que os impactos gerados pelos formados, enquanto trabalhadores mais bem qualificados, não se restringiram ao município de Cametá, mas contemplaram também outras cidades, nas quais esses sujeitos passaram a residir e a prestar seus serviços, revelando-se, aí, efeitos mais além do que locais, mas sim, transfronteiriços. Dessa forma, definiu-se que a universidade em questão foi importante para o desenvolvimento para além dos limites municipais, “Porque a cada ano sai várias turmas formadas. Esses que são formados têm uns que ficam no município prestando serviços, tem outros que tem a oportunidade de ter em outros municípios, então eu acho importante, sim” (BALIEIRO, Cametá, 09/02/2022).

Outra questão que pode ser considerada no aumento da receita orçamentária foi a questão da indução sobre a diversificação e a incrementação da produção dos trabalhadores ruais associados ao STTR, questão esta demonstrada pelo ex-presidente desse sindicato. Desse modo, é possível que, com o melhoramento da produção e sua diversificação, o mercado nesse segmento tenha aumentado a sua dinâmica, revelando-se aí um impacto indireto da atividade do CUNTINS.

Ainda do ponto de vista econômico, o que mais se constatou nas falas dos sujeitos foi a capacidade de formação de trabalhadores qualificados que o Campus teve no período de 2008 a 2016. Além disso, os gráficos 1 e 2, que apresentam a evolução no quantitativo de técnicos e docentes, respectivamente, apontam para esse incremento de postos de trabalho ao contingente do município, onde a instituição passou de 2 técnicos administrativos, em 2008, para 19, em 2016, e de 20 docentes, em 2009, para 74.

Além desses pontos apresentados, outros aspectos nas interlocuções das lideranças locais se relacionam aos indicadores econômicos e, em primazia, à receita orçamentária. Domingos Balieiro, ex-prefeito, falou que havia um fluxo intenso de discentes que se deslocavam e passavam a residir no município por conta do período de aulas, e, assim, acrescentou que “Os alunos, muitos vinham de outros municípios para ficar em Cametá, muitas vezes em casa alugada” (BALIEIRO, Cametá, 09/02/2022).

Nessa proposição, Lopes (2003) menciona que os alunos oriundos de outros municípios realizam gastos referentes a moradia, manutenção da residência, alimentação, transporte, materiais didáticos, lazer, etc., que tendem a refletir em acréscimos à economia do local. Portanto, inferimos que, com base nas exposições dos líderes locais, a UFPA de Cametá propiciou esse movimento, que significou em incorporação e movimentação na economia do município.

Finalmente, a par das delineações apontadas acima, podemos compreender um pouco mais do movimento de reflexo econômico da UFPA – Cametá sobre a região, durante os anos de 2008 a 2016. Notamos ainda que o estudo dessa problemática se posiciona de maneira complexa, haja vista que contribuições de uma IFES para o desenvolvimento de uma região vão muito mais além das captadas nas perspectivas dos atores locais.

Contudo, conseguimos, em nosso trabalho, ter êxito na tarefa de encontrar, nas interlocuções, os pontos que tratassem dos impactos do CUNTINS no âmbito econômico. As contribuições de alguns atores locais nos revelaram que houve tal movimento e que ele foi percebido por esses agentes sociais. Entre 2008 a 2016, perceberam as lideranças locais que a UFPA de Cametá proporcionou ganhos econômicos tanto indiretos quanto diretos, os quais se manifestaram nas atividades agrícolas, por meio de capacitações, que visaram à diversificação da produção local. Ainda de maneira indireta, o movimento migratório de discentes para Cametá, em virtude das suas aulas no Campus, também se comportou como um fator a mais na movimentação da economia da região.

Diretamente, percebemos que a instituição produziu reflexos na formação de trabalhadores, que acabaram sendo empregados por algumas organizações e entidades, presentes em nosso estudo. Além disso, como delineado por um de nossos entrevistados, a mão de obra advinda da unidade regional da UFPA de Cametá contemplou também outros municípios, questão que nos faz refletir ainda mais sobre a não existência de limites geográficos para as contribuições de uma IFES para o desenvolvimento socioeconômico.

8.3 A UFPA – CAMETÁ E OS SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS NA PERCEPÇÃO DOS ATORES LOCAIS

Os impactos das ações das universidades públicas para com o desenvolvimento regional também se fazem presentes nas questões ambientais. De maneira direta, através de projetos de ensino, pesquisa e extensão, ou, de modo indireto, por meio das parcerias e contribuições dessas instituições na sociedade civil, as IFES tendem a proporcionar ganhos significativos às questões relativas aos impactos ambientais, bem como para a solução destes.

Conforme já abordado por F. R. Santos (2018), as universidades tem como um dos seus objetivos a busca pela sustentabilidade ambiental, e essa sustentabilidade dar-se-á a partir de um trabalho de conscientização e sensibilização da comunidade acadêmica que, dentro de seus trabalhos, propõe práticas que ponham em evidência essa perspectiva. Nesse sentido, sendo as universidades públicas instituições que compartilham de interesses socioambientais em comum com outros setores da sociedade, elas devem cooperar com as demais instituições e organizações da sociedade civil para o melhor trato das questões que propiciem o desenvolvimento sustentável.

Assim, conforme interpõe Zitzke (2002), o conjunto de práticas ambientais coadunadas entre universidades e sociedade civil tendem a gerar impactos sociais quanto o desenvolvimento de uma mentalidade sustentável. Além disso, estimula a criação de um homem-cidadão que, dotado de novas expertises, torna-se construtor de ações e proposições ecodesenvolvimentistas.

Sobre os resultados da UFPA – Cametá na matéria ambiental do desenvolvimento, a pesquisa identificou ações diretas e indiretas da instituição que culminaram em reverberações para o meio ambiente. Essas realizações diretas se manifestaram através dos projetos de ensino, pesquisa e extensão da UFPA – Cametá que, como apresentado no primeiro objetivo específico, totalizaram em 25 trabalhos. Nesse sentido, a existência dessas ações se comporta de maneira íntima com a sociedade, isto porque, como menciona Raynaut (2014), as universidades se caracterizam pela perspectiva interdisciplinar que contribui na aproximação com a sociedade e seus reais problemas. Assim, é possível afirmar que essas atividades próprias da instituição puderam ser percebidas pelos atores locais, tanto quanto as participações coletivas em prol do meio ambiente. Logo, agregamos que tanto as ações advindas do Campus, quanto a contribuição deste com as demais instituições

que versaram sobre o tema ambiental dispuseram interessantes efeitos para o desenvolvimento ambiental sustentável da região de Cametá e do baixo Tocantins.

Assim, por meio das entrevistas, conseguimos absorver a proposição de que a UFPA – Cametá se fez presente durante o ano de 2008 a 2016 em projetos, discussões e ações desenvolvidas em conjunto com a sociedade civil para discernimento e resolução de problemas socioambientais locais e regionais.

Esta conclusão foi alcançada graças às falas dos atores locais que mais estavam imersos nesse tema. Nesse aspecto, destacaram-se as contribuições do ex-secretário de meio ambiente, ex-presidente da Colônia de pescadores, ex-secretário de educação, ex-presidente do STTR e ex-prefeito.

Com base nessas questões sobre a contribuição da UFPA – Cametá na promoção de melhorias ambientais, João Cardoso, ex-secretário de meio ambiente, enfatizou a relevância que essa instituição teve no processo de construção dos acordos de pesca, onde, por meio de seus profissionais, contribuiu para a criação e implementação desses instrumentos:

Assim, na minha época eu lembro de algo muito forte que tava acontecendo, principalmente no campo da pesquisa, a UFPA tava sendo o carro chefe nos trabalhos de acordos de pesca nas ilhas. Nós estávamos acompanhando o professor da UFPA, que eu não me lembro agora, mas ele foi assim, a pesquisa de estava sendo bastante interessante em relação aos acordos de pesca. Esse profissional da UFPA nos ajudou nesse sentido, começou a trabalhar com a gente, técnicos da SEMMA acompanhavam a ida dele ao campo, acompanhar a pesquisa dele (CARDOSO, Cametá, 05/02/2022).

Sobre a pesquisa do CUNTINS acerca dos acordos de pesca, João Cardoso ainda revelou uma questão atinente quando pensamos o reflexo dessa ação para a região. Ele disse que os estudos da instituição sobre esses acordos culminaram com a criação de um importante mecanismo de regulamentação da pesca na região de Cametá, mais necessariamente sobre a extração do Mapará, espécie de peixe típica da região. Além disso, ele ainda destacou a realização dos estudos da instituição acerca de outra espécie animal presente no baixo Tocantins, o boto.

Nessa mesma linha, esse interlocutor salientou a importância do Campus em outra matéria ambiental, a questão da produção de essências florestais:

Um outro projeto que a UFPA foi parceira foi na produção de mudas de essências florestais. O curso de agronomia trabalhava muito com os sistemas florestais, uma parte teórica, nós tivemos essa parceria

produção de essências florestais para complementar alguns experimentos na área de SAFS (CARDOSO, Cametá, 05/02/2022).

Além dessas questões apontadas, João Cardoso ainda sinalizou para outra contribuição da UFPA – Cametá para o desenvolvimento ambiental local e regional, a sua participação na construção do plano de resíduos sólidos do município de Cametá. Como agrega o interlocutor, o CUNTINS colaborou com a disposição de seus profissionais para o acompanhamento do processo de elaboração dessa diretriz, ou seja, aí se manifestou uma coadunação indireta das ações da unidade regional nessa atividade.

Uma das questões que devemos reiterar é o marco temporal a que se referem os entrevistados e, nesse caso, o ex-secretário de meio ambiente, cujas atividades foram desempenhadas durante os anos de 2012 a 2016, tendo exercido também funções táticas dentro da entidade antes que viesse a se tornar o seu gestor. Contudo, esse líder local revelou ainda que desempenhou funções dentro da Colônia de Pescadores Z-16 antes de trabalhar na secretaria mencionada, tendo, desde aquela época, percebido as contribuições do CUNTINS para os assuntos atinentes ao meio ambiente regional, fato este que se comporta no seguinte trecho de sua fala:

Eu lembro que na minha época que eu trabalhei na colônia, lá sim a gente tinha uma colaboração técnica com a UFPA, assinado e tudo com o presidente da colônia, lá sim a gente recebia profissionais do Campus que nos ajudavam na gestão compartilhadas dos recursos pesqueiros, pesca, cooperativismo, associativismo, então, dentro dessa linha e desse eixo colocado na pesquisa, eu acredito que a UFPA teve uma participação significativa e ainda tem (CARDOSO, Cametá, 05/02/2022).

Ao destacar o processo de construção das ações ambientais coletivas, o líder local tratou ainda sobre o reflexo dessas ações, em contribuição com o CUNTINS, no discernimento de uma mentalidade socioambiental, tanto na zona urbana, quanto nas zonas ribeirinhas, sendo o primeiro caso referente ao desenvolvimento de instrumentos para a regulação da poluição sonora, já o segundo, relativo ao uso racional dos recursos pesqueiros.

Partilhando da mesma noção apresentada acima, o ex-presidente da Colônia de Pescadores Z-16, Joaquim Silva, também enfatizou a importância da participação do Campus no desenvolvimento dos acordos de pesca e no estudo

desses movimentos, fato que, posteriormente, veio a produzir alguns documentos informativos acerca desses acordos, conforme atribuiu:

A gente sempre teve uma relação muito próxima com a UFPA, em todos os assuntos a gente sempre fez parcerias em diferentes áreas, principalmente, por exemplo, nessa questão do meio ambiente, dos acordos de pesca, sempre tivemos uma relação bem próxima e isso sempre contribuiu muito com o aprendizado. Eu me lembro que com esse processo todo nós tivemos o projeto chamado 'projeto demonstrativo para a Amazônia' em que nós, especificamente, estudamos os acordos de pesca e daí surgiu uma cartilha que foi inclusive publicada pelo PELUD naquela época e que isso foi um instrumento via parceria que nós tivemos com os alunos da universidade, com os professores naquela época (SILVA, Cametá, 07/02/2022).

Nesse ponto, o que as falas têm revelado até aqui é que, além da contribuição efetiva do CUNTINS na constituição de projetos socioambientais, a instituição também focou em fornecer condições materiais e imateriais para o desenvolvimento de um pensamento comum da sociedade quanto aos temas que envolveram o meio ambiente.

Nesse sentido, diferentemente das ações da instituição UFPA – Cametá e de suas colaborações com a sociedade civil, formar e desenvolver a mentalidade social não tendem a gerar impactos a curto e médio prazo, e, além disso, tais esforços não significam, necessariamente, que possa haver essa mudança em qualquer horizonte de tempo, haja vista a existência de todo um ambiente social complexo que influi diretamente sobre a vida dos sujeitos para além do Campus Cametá.

Contudo, deve haver, de acordo com Korten (2018), uma mudança de consciência para que haja as reais possibilidades de melhora quando tratamos do desenvolvimento das sociedades. O autor, então, atribui a deterioração socioambiental que se faz presente nas sociedades, desde séculos atrás, aos modelos de desenvolvimento e crescimento econômico validados pelas nações do planeta. O autor ainda acrescenta que a alteração desse quadro deve se dar pela transformação e evolução das consciências coletivas, de forma que, nessa mentalidade, haja o pleno entendimento da interrelação dos sujeitos com o ambiente natural que habita e as consequências de suas ações.

Para que os sujeitos tendam a adquirir essas faculdades, pelo menos condições devem ser ofertadas e, nesse sentido, o Campus Cametá, conforme

revelado pelos entrevistados, possibilitou tais oportunidades, sendo estas percebidas pelos espaços, pesquisas e diálogos em que a instituição se fez presente. Além disso, a própria contribuição do CUNTINS nesses movimentos coletivos em prol dos temas ambientais também se mostrou vital nesse processo, tal como mencionou o ex-secretário de educação Manoel Lopes, quando indagado sobre o fato de a UFPA-Cametá ter contribuído para a existência de melhorias ambientais. Desse modo, afirmou que a participação da instituição foi

[...] importante. Uma coisa que a universidade ela nesse período de 2013 a 2016 que eu considere e considero até hoje muito importante a contribuição da universidade, foi a presença da Universidade Federal do Pará-Campus Cametá nos debates do PPDJUS esse conselho que falava trabalhava, discutia sobre desenvolvimento da nossa região, então, a presença da universidade era constante, porque o conselho ele era formado por várias instituições e a Universidade Federal estava sempre presente nessas discussões, principalmente, tendo em vista, impactos ambientais que foram causados pela hidrelétrica de Tucuruí, então se discutia os impactos e ao mesmo tempo se buscava solução para amenizar pelo menos uma mínima parte dos impactos que causou a construção da hidrelétrica de Tucuruí, então sem sombra de dúvidas a universidade, a presença da universidade nessa discussão, nesses debates sempre foram muitos constantes (LOPES, Cametá, 12/02/2022).

Corroborando as falas anteriores e indo mais além na sua indagação, o senhor Jeremias Cruz, ex-presidente do STTR também enfatiza sobre a importância do CUNTINS na abordagem da sustentabilidade junto às atividades da classe lavradora da região de Cametá. Além disso, o interlocutor revelou reflexos ainda mais positivos dessa relação ao mencionar o importante papel da instituição nas discussões sobre formas alternativas de produção agrícola que pudessem vislumbrar tanto o âmbito dos seus impactos ambientais, quanto o melhoramento das condições de existência material desses indivíduos.

Olha, como eu tô te falando, nessa questão ambiental, nós vamos ter muita orientação nesse campo da preservação das matas auxiliares, de nossos igarapés, para que eles permaneçam como está, muita campanha nesse sentido de não fecharem os igarapés. Aqui a nossa região tem muitos igarapés pequenos, que o pessoal faz a ponte e desce a área pra lá e vai começando a fechar, e o nosso pessoal roça muito na beira disso, Então houve muito movimento nesse sentido, aí a universidade entra nesse sentido de dizer que à medida que aquela mata saí do berço desse rio e a terra amolecer e daí pra frente, então tivemos muito dessa questão. E se você for pegar nesse sentido, é porque aqui a universidade, hoje, ela ainda não tem o campo experimental, nessa questão da prática, mas na teoria houve várias palestras no sentido de contribuir com o desenvolvimento (CRUZ, Cametá, 19/02/2022).

Nas palavras do entrevistado não apenas fica evidente o trabalho de conscientização da UFPA – Cametá, mas também os impactos que foram gerados por esses diálogos com esse segmento da classe trabalhadora. Essa afirmação se fundamenta na contribuição do emissor ao ser questionado sobre a relevância do Campus em um possível processo de melhoria ambiental. Dessa forma, ele se posicionou afirmando que

[...] hoje com essa questão de diversificar a produção nós acabamos também, através dessa política discutida, desses cursos orientados pela universidade, muitos agricultores passaram a levar em consideração a importância da preservação no local em que ele mora, passaram a entender a importância de preservar onde ele está. Então, gerar alimentos, mas não destruir grande parte da natureza, só apenas gerar alimentos na parte necessária pra gerar alimentos, sabe da importância de ter uma árvore em pé. Então, pra mim ela ajudou, ela tem ajudado muito nessa questão dessa orientação, de tá orientando os agricultores da importância de produzir sem devastar, sem agredir a natureza. Então, isso são fatores que contribuem para o desenvolvimento sustentável, não só para o desenvolvimento econômico, mas sustentável da nossa região, então neste campo eu acredito que avançou, economicamente não é tarefa da universidade, porque isso depende de um conjunto de políticas, principalmente do governo, para avançar nessa questão econômica, mas eu acho que a universidade tem contribuído nesse sentido de orientar com o desenvolvimento sustentável e econômico e ambiental, e isso ajuda com que os agricultores possam com que o meio ambiente tenha menos impactos, isso tanto que hoje tem área de preservação que se chama hoje Acordo de Pesca, hoje tanto isso a gente já vê na prática que a maioria dos agricultores tu não vê mais hoje andando pelo mato, caçando, com quantidade de cachorro andando, tá entendendo? Indo nos igarapés, jogando detritos, fazendo aquelas pescas predatórias, elas são consequências, são resultados dessas orientações praticadas em parceria com a universidade, então pra mim ela ajuda a fortalecer essa questão do desenvolvimento sustentável (CRUZ, Cametá, 19/02/2022).

Portanto, pelos fatos abordados na conversa com este entrevistado, a UFPA – Cametá foi capaz de produzir impactos positivos na demanda socioambiental e socioeconômica no município e na região, sendo tais reflexos perceptíveis pelo líder local no seu segmento de atuação.

Por último, ao analisarmos a resposta do ex-prefeito sobre essa mesma questão, a relação entre CUNTINS e desenvolvimento socioambiental, destaca-se que houve, sim, avanços nessa área em virtude das ações da instituição. No entanto, ele alegou que faltou maior participação do Campus nesse tema, e afirmou ainda que as atividades de pesquisa e produção acadêmica da unidade regional poderiam ser mais utilizadas.

Revela-se aí certa contradição em relação às demais contribuições apresentadas, no entanto, sua percepção não significou a inexistência de melhorias ambientais ou socioambientais, pois elas existiram, contudo, poderiam ser maiores com trabalhos mais incisivos nessa área, conforme seu ponto de vista. Dito isso, se manifestou do seguinte modo

[...] eu acho que a UFPA precisa fazer mais, eu acho que o ambiental ainda tá muito aquém. A gente não conseguiu, por exemplo, fizemos um estudo sobre a questão dos resíduos sólidos e não conseguimos captar recursos para executar esse projeto que era um projeto muito caro, mas eu acho que se fazer um trabalho de tecnologia, a universidade tem condições de puxar isso junto com o governo, é claro, pro aproveitamento de resíduos e também, aqui em Cametá, é muito difícil uma área pra se fazer um aterro sanitário, a nossa área é muito baixa, se fosse uma área longe de igarapé, longe de rio. A nossa área, mesmo em terra firme é muito cheia de igarapés e essa dificuldade a gente também tem. Outra questão é nessa parte da agricultura, a gente ainda é daquele tempo do “derruba e taca fogo” e é preciso ser implantada outra maneira de se fazer agricultura aqui, outra modalidade que se tem; eu não boto a culpa na universidade não, a culpa é do governo, do próprio agricultor e também das instituições de ensino e pesquisa da região (BALIEIRO, Cametá, 09/02/2022).

Notamos, então, que, na fala desse ator local, as questões levantadas anteriormente pelos outros entrevistados se locupletam, principalmente no que se referiu ao reflexo positivo da colaboração do Campus na criação do plano de resíduos sólidos do município. Entretanto, o líder local em apreço apontou para possíveis ações que o CUNTINS poderia ter adotado nessa e em outras questões ambientais, como a própria implementação do plano. Ainda nesse sentido, o próprio entrevistado enfatizou que a falta de avanços nessas tratativas não foi por culpa da unidade regional e, ainda assim, elenca vários motivos para a estagnação de um processo de desenvolvimento ambiental, desde as questões morfoclimáticas da região, falta de recursos públicos e apoio de demais instituições envolvidas nos temas sobre o meio ambiente. Essa contradição em relação às falas dos demais atores locais revela a complexidade que compõe o tema debatido, sendo assim necessárias mais pesquisas sobre ele.

Destarte, essa perspectiva do ex-prefeito reforça ainda mais o fato de as instituições públicas universitárias não propiciarem somente o desenvolvimento sustentável da sociedade, pois, além dela, há o envolvimento de uma gama de contingências que também tendem a propiciar condições para tal, bem como se operem a elas e, mais precisamente, às novas concepções de desenvolvimento

menos agressivas ao meio ambiente. Essa proposição nos leva a retomar os pensamentos de Frigotto (2006) e Cunha (1975), que, sem desconsiderar o grande papel que a educação tem na transformação da vida dos sujeitos, admitem que apenas ela não consegue dar conta das mudanças necessárias que levam ao desenvolvimento das sociedades, podendo cair no risco de se tornar um mero discurso meritocrático que vela as disfunções sistemáticas da contingência.

O que notamos nas falas das lideranças presentes neste estudo é que o Campus da UFPA de Cametá se fez um importante meio para o desenvolvimento ambiental na sua esfera mais ampla, a socioambiental, durante os anos de 2008 a 2016. As contribuições desses atores revelaram ainda que a instituição, por meio de seus recursos humanos e não humanos coadunou junto às demais instituições, entidades e organizações locais para que as ações coletivas atravessadas pelo tema socioambiental fossem melhor discutidas e postas em prática. Nesse sentido, a par das dificuldades e limites deste estudo, conseguimos perceber o desenvolvimento, em qualquer uma das suas esferas, constituído a partir de concatenações discutidas de maneira organizada e coletiva pelas classes de representação social. Logo, pensar o desenvolvimento regional de Cametá, a partir dos impactos do CUNTINS, é considerar que as suas contribuições dialéticas e de pesquisa são necessárias no discernimento e na execução de tais ações.

Observamos ainda que, conforme percebido nas interlocuções de ambos os entrevistados, a contribuição direta e indireta do Campus Cametá, juntamente com as demais entidades envolvidas, possibilitou também a operacionalização de ações coletivas em prol o desenvolvimento sustentável e amenização dos impactos ambientais das atividades sociais. Um outro ponto interessante percebido nessas falas é o impacto que o CUNTINS ajudou a proporcionar quanto à construção de uma mentalidade coletiva da sociedade, cada vez mais ligada aos assuntos de cunho ambiental, por meio do envolvimento dos atores locais nas discussões sobre os temas de sustentabilidade ambiental.

Portanto, o que concluímos neste tópico é que os impactos das ações da UFPA – Cametá, em conjunto com as demais instituições locais, sobre o panorama ambiental local se fizeram presentes de maneira coletiva na sociedade civil e que foram desenvolvidos, no apoio direto e indireto, instrumentos que versaram acerca das demandas ambientais. O que se busca com essa percepção é dizer que, mesmo

que o âmbito ambiental não se constitua com a preferência institucional da UFPA – Cametá, sendo ela a socioeducacional, as suas colaborações também têm impactos sobre o desenvolvimento ambiental, principalmente, como percebido nas falas acima, na criação de uma mentalidade sustentável do uso comum dos recursos naturais da região, o que poderá gerar impactos positivos nesse âmbito.

9. PARA ALÉM DOS IMPACTOS CONVENCIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Além das implicações socioeconômicas e ambientais, as universidades públicas estimulam transformações mais profundas na sociedade. Essas instituições podem, conforme afirma Chauí (2003), estimular, por meio da sua autonomia, o desenvolvimento de novas idealizações pautadas em questões como a democracia, a democratização do conhecimento e a revolução.

Neste capítulo, mediante as atribuições dos atores locais, se fazem presentes as implicações das atividades do Campus Cametá da UFPA nas próprias perspectivas desses sujeitos quanto a um possível melhoramento das suas funções, a partir dos momentos de interação com essa unidade regional.

Por último, também apresentamos neste capítulo, em um segundo tópico, as possíveis transformações para uma consciência coletiva socioeconômico e ambiental da sociedade cametaense e arredores, a partir da atuação da UFPA – Cametá, com base nas contribuições dos interlocutores.

9.1 OS EFEITOS SOBRE A ATIVIDADE POLÍTICA NA PERCEPÇÃO DOS ATORES LOCAIS

As entrevistas realizadas apresentam importantes pontos de convergência que nos ajudam na compreensão das questões do trabalho e, principalmente, na averiguação da hipótese. Também notamos nas falas dos sujeitos pontos que servem para nos mostrar a complexidade do tema e a necessidade de estudos mais específicos sobre o impacto das ações da UFPA – Cametá nos campos do desenvolvimento social, econômico e ambiental. Nesse sentido, as interlocuções presentes neste estudo revelaram outros desdobramentos que não estão necessariamente ligados aos efeitos sociais, econômicos e ambientais do CUNTINS para o desenvolvimento, mas convergem para discussões mais profundas sobre o assunto.

Com base nisso, todos os atores sociais entrevistados atribuíram ao Campus Cametá – UFPA qualidades impactantes sobre o desenvolvimento não só local, mas também regional. Tal percepção variou conforme a atividade profissional e o âmbito social no qual determinado ator social estava inserido, no entanto, foi

mantida a essência das percepções dos atores sobre a existência dos efeitos do Campus sobre o desenvolvimento da região.

Cabe ressaltar que as universidades públicas são, por si sós, fontes essenciais para o desenvolvimento dos espaços relacionados a elas, pois dispõem suas implicações por meio das suas interações com a sociedade e dos seus efeitos enquanto instituições que se valem da movimentação de recursos e influência, conforme enuncia Lopes (2003). Então, torna-se ainda mais relevante o posicionamento dos atores sociais sobre as reais contribuições que uma universidade pública pode prover ao desenvolvimento sustentável das comunidades. Sendo esses sujeitos representantes de organizações, entidades e outras instituições que abarcam as necessidades de um conjunto variado de indivíduos, é válida a captura das suas visões sobre o Campus Cameté da UFPA e sua relação com o desenvolvimento.

Dito isto, abordando inicialmente a questão da relação do Campus Cameté com as organizações e entidades do município, mais necessariamente o estabelecimento de parcerias, todos os sujeitos entrevistados alegaram a efetivação de articulações, algumas formalizadas sob a forma de projeto, convênios e termos de parcerias, contudo, a maior parte dessas relações se manteve de maneira informal, sem o uso de mecanismos formalizados.

No sentido dessa relação entre o Campus e as demais entidades, destacam-se questões importantes das falas das lideranças, partindo, inicialmente, da liderança religiosa entrevistada:

Parcerias não foram feitas, eu tive muito contato na época que morei aí, com a universidade, estava nos eventos que a universidade promovia. Nesse mesmo ponto, também se destaca a passagem. Agente procurava ser presente de alguma forma, participar da vida e do trabalho da universidade, mas assim, diretamente, um convênio, uma parceria, não. A diocese sempre fez parceria com a universidade, na questão de eventos seminários (RIBEIRO, Cameté, 04/02/2022)

Com base nos trechos apresentados, é evidenciada a aproximação institucional feita pelo Campus como um fato relevante para a discussão de temas em comum com a Diocese de Cameté. Essa aproximação sadia com os demais setores da sociedade é um pressuposto importante, conforme Lopes (2003), na relação entre universidade e desenvolvimento, questão que também notamos nos dizeres dos demais entrevistados.

Quando feito o questionamento ao ex-secretário de meio ambiente do município, João Cardoso, acerca da relação entre a unidade regional da UFPA e a secretaria, ele alegou que as ações entre as instituições existiam de maneira dinâmica e exitosa, mesmo não havendo instrumentos legais formalizados para essa parceria, conforme menciona no trecho a seguir:

A gente teve algumas atividades que tiveram a participação da SEMMA junto com a UFPA; ciclo de palestras, as semanas do meio ambiente em que quatro profissionais, na época, eram da UFPA, e nos ajudaram nesse ciclo de palestras nas comunidades ribeirinhas, era mais ou menos assim a nossa relação. Às vezes eles entravam em contato com a gente para participar de atividades com turmas de agronomia, a gente já chegou a ir duas vezes com o curso de agronomia para participar. Havia essa participação. Troca de experiência, a gente até tentou mais uma aproximação no sentido de convênio mesmo, na verdade a gente não concretizou o convênio, mas aconteceu (CARDOSO, Cametá, 05/02/2022)

Da mesma forma, ao ser questionado sobre a existência de parcerias entre a UFPA e a Colônia de Pescadores Z-16, Joaquim Silva citou duas ações que comprovaram a existência de uma relação amistosa, do ponto de vista institucional, fato que também nos permite apontar para uma característica neoinstitucionalista da UFPA – Cametá, enquanto instituição do Estado que consegue posicionar a sua preferência nos setores com que se relaciona, no caso, a instigação de atenções dos diversos setores sociais, principalmente, ligados às questões sociais e particularidades da região do baixo Tocantins.

A fala do participante foi enfática ao mencionar a existência de parcerias ligadas ao tema mencionado no parágrafo acima:

[...] o mais específico foi o projeto que nós desenvolvemos aqui, foi com parceria com o Campus da UFPA, que foi o projeto “Rede de Conhecimentos” e um projeto de cursinho pra vestibular. Mais específicos foram esses, fora os seminários em que nós estivemos juntos, na área dos acordos de pesca também, mais ou menos assim. Fora as contribuições que sempre teve com a universidade (SILVA, Cametá, 07/02/2022).

Ainda sobre a temática de relação entre a universidade e as entidades, o ex-prefeito corroborou os dizeres dos outros entrevistados, também atribuindo a ligação institucional como importante para a abordagem das temáticas sociais do município:

Olha, foi uma relação próxima, né? Onde a gente fazia uma ligação entre governo e universidade, inclusive em busca de outros benefícios para a educação de Cametá, como, por exemplo, o IFPA, que foi uma luta conjunta, a própria UAB, a questão também de algumas lutas em

prol de outros cursos pra universidade, como o de medicina que nós lutamos e não conseguimos, mas fizemos a luta, enfermagem e outros que ainda não tem e que precisam ter em Cametá. Então, a gente trabalhou junto com a UFPA, juntamente com a secretaria de educação (BALIEIRO, Cametá, 09/02/2022).

O senhor Manoel Lopes, ex-secretário de educação, também partilhou desse pensamento:

[...] nós tínhamos uma parceria muito afinada com a UFPA, na época nós chegamos a desenvolver vários projetos no âmbito da educação, principalmente, no âmbito de assessoria da UFPA com a prefeitura municipal de Cametá, exclusivamente, no caso, a SEMED. Então essa parceria, não só na parte estrutural, que a prefeitura. É o feedback entre a própria prefeitura e a universidade. Às vezes encontros, às vezes seminários que a universidade realizava, a prefeitura sempre dava esse apoio. Da mesma forma também, a UFPA disponibilizava profissionais dentro da área da educação para suprir a necessidade educacional da SEMED, formação de professores, atualização de conteúdos. Então a gente tinha sempre essa relação constante com a Universidade Federal do Pará. Muitas ações no âmbito da educação aconteceram principalmente na formação de professores, a orientação de professores e também projetos que foram realizados dentro da secretaria de educação. Apesar de que muitos projetos eram do Governo Federal, mas a Universidade Federal ajudou bastante... formação de jovens e adultos, tanto urbano, quanto rural, essa formação teve muito apoio da Universidade Federal do Pará. Foi um projeto desenvolvido no governo de 2013 até 2016 e a universidade contribuiu muito na realização desse projeto que se chamava 'Projovem urbano' e o 'Projovem rural' (LOPES, Cametá, 12/02/2022).

Sobre essa mesma questão, Jeremias Cruz apontou para a existência de parcerias e outras ações que foram estabelecidas entre o STTR e o CUNTINS. Ele apontou para uma relação baseada no diálogo entre as duas instituições, uma coadunação para a união de forças em função de objetivos socioeconômicos e também ambientais para a classe dos trabalhadores rurais de Cametá.

Como constatado nos projetos e parcerias, as questões sociais prevaleceram na determinação das atividades do CUNTINS. No entanto, como estabelece Furtado (1988), o desenvolvimento é composto de intrínsecas relações entre as suas vertentes, de modo que nele as questões econômicas devem ser pensadas juntamente com as sociais.

Isto posto, sobre a essência dessas ações conjuntas, o entrevistado, em um primeiro momento, informou que a criação do curso de Educação do Campo, no ano de 2013, se concretizou a partir dos debates feitos com a UFPA – Cametá. Ainda de acordo com o emissor, esse curso se fez de suma importância para os trabalhadores

rurais, pois, além de propiciar ensino voltado para as demandas desse grupo social, o curso dispôs condições dialéticas para a sua formação política. Desse modo, constata-se aí uma importante questão, para a qual a universidade contribuiu, quando se busca a emancipação dos sujeitos frente à realidade em que vivem. Nesse caso, na percepção do entrevistado, o CUNTINS se fez essencial nesse processo por meio da formação técnica e política ofertada. Destarte, o entrevistado assim se posicionou:

[...] nós passamos a ter acesso à universidade a partir que assumiram na universidade pessoas que estavam próximas ao movimento sindical, inclusive a nossa atuação na Universidade foi a partir de quando o Gilmar² chegou aqui e ele abriu a porta da universidade para o movimento e nós discutimos projeto de formação política e técnica para os agricultores, tanto que a faculdade do campo é um resultado dessa luta que é, hoje, o pró-campo que a gente discutia na época que era uma educação específica pro campo que levasse a tradição, que levasse em consideração a realidade do campo, essa história de que a educação só forma pessoas pra outra atividade, sem levar em consideração o campo a gente prévia que no futuro não teria agricultor de nenhum modelo, nem qualificado, nem aqueles que não serão qualificados, que com o avanço tecnológico é preciso que a cada dia o agricultor seja qualificado para ir acompanhando o ritmo do desenvolvimento, melhorando a produção, saber melhor gestar a propriedade, nessa questão a gestão para que ele esteja preparado para a exigência do mercado dentro do campo e a universidade ela é capaz de fazer isso, por isso que nós buscamos a universidade para fazer um curso que tivesse essa realidade (CRUZ, Cametá, 19/02/2022).

Além dos aspectos elencados anteriormente, outro fator exemplificado na fala do ator local nos leva a compreender um pouco mais os impactos da UFPA – Cametá para o desenvolvimento sustentável: as ações universitárias voltadas para as características da região de Cametá. Midlej e Fialho (2005) reforçam essa afirmativa ao enfatizar que as universidades, além de almejar as transformações positivas na vida dos indivíduos, devem congrega o conhecimento científico com a realidade humana, de maneira que os saberes produzidos consigam reverberar diretamente na dinâmica social do espaço em que atuam. O entrevistado destacou também a articulação feita com a UFPA – Cametá para a criação do curso de Agronomia, em 2012 (UFPA, 2017), que se fez necessário para o estudo e o trabalho no setor agrícola e agroextrativista local:

Nós apresentamos pra universidade, discutir com universidade, o Campus de Cametá através do campo o curso de agronomia, porque

² Professor da UFPA, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Doutor em Educação pela UFRN, ex-Coordenador do Campus Universitário do Tocantins/Cametá (2004-2012).

fica muito difícil tu está numa região que é totalmente agrícola e um Campus não tendo um curso que esteja dentro da realidade, até porque, quando a gente fala que a universidade é o principal eixo, é um dos principais parceiros que contribui para o desenvolvimento através dos conhecimentos adquiridos na universidade (CRUZ, Cametá, 19/02/2022).

Ainda nessa acepção, Jeremias Cruz também destacou o apoio dado ao STTR nos processos de concepção e implementação dos projetos agrícolas de manejo de açaí, bem como a contribuição do CUNTINS para a execução de projetos de formação política junto a outras instituições que versam sobre o segmento dos trabalhadores rurais. Por conseguinte, pudemos compreender melhor o entendimento de Chiarello (2015), que afirmam serem as universidades ainda mais determinantes para o desenvolvimento quando elas estabelecem relações com a sociedade civil e seus atores sociais.

Nós, desse debate também, a gente discutiu com a Universidade, um curso de orientação, buscamos a parceria da Universidade pra um projeto de desenvolvimento rural-sustentável de Cametá, inclusive em parceria com a APAAC que foi quem executou o projeto. Esses projetos de manejo, que hoje é o manejo de açaí, ele é resultado desse projeto. Discutimos com a universidade também aqui, inclusive, esse já foi uma formação não só de Cametá, mas uma formação do Pará, essa formação mais política, formação técnica e política, já foi através do projeto RAÍZES³, que quem coordenou aqui era a CUT-Pará, mas eles distribuíam para que os sindicatos e aí a gente discutia aqui, na época, com o Gilmar e Doriedson⁴, que foi quem na verdade, foi quem abriu. Então, por mim tem esses dois cursos, mas, nos “outro” curso, elencado pelo Oscar⁵, o debate dessa questão da formação de agentes ambientais, que é também nesse processo de qualificar os próprios agricultores a saber da importância do meio ambiente. Então, são alguns cursos que lembro, fora os outros que sempre nos apoiaram, sempre ajudaram, através de projetos de pesquisa (CRUZ, Cametá, 19/02/2022).

Nessa fala e também no decorrer de nossas discussões já feitas, as ações desenvolvidas pelo CUNTINS foram de extrema importância para os aspectos ligados principalmente ao desenvolvimento social e ambiental. Além disso, as contribuições nos têm levado a pensar até aqui que a instituição se mostrou também útil nas colaborações feitas com a sociedade, e, mesmo não sendo o campo de atuação específico da UFPA – Cametá, ou a sua alçada profissional, dispôs meios

³ Conforme o ex-presidente do STTR, o projeto *Raízes* foi um programa de formação técnica e política coordenado pelo CUT-PARÁ em parceria com a APAAC e a UFPA – Cametá.

⁴ Professor da UFPA, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Doutor em Educação pela UFPA e ex-Coordenador do Campus Universitário do Tocantins/Cametá (2012–2020).

⁵ Professor da UFPA, Doutor em Educação pela UFPA e professor da Faculdade de Educação do Campo (FECAMPO), no Campus Universitário do Tocantins/Cametá.

materiais e imateriais para o auxílio das demais instituições da sociedade nas tratativas sobre novas concepções de desenvolvimento e os impactos do atual modelo de desenvolvimento à realidade socioeconômica e ambiental.

Além disso, percebemos tal condição nos dizeres do ex-secretário de Cultura, Raimundo Souza, que enfatizou ter sido convidado a participar com frequência de eventos e discussões no CUNTINS, definindo como amistosa, do ponto de vista institucional, a relação com o Campus. Envolvido nas questões sobre a cultura e história do Município, ele ainda destacou que houve a presença institucional do Campus nos assuntos desses âmbitos, o que faz sentido quando retomamos ao posicionamento institucional da unidade regional. No entanto, também teceu observações quanto ao maior potencial que a UFPA – Cametá tinha de maiores realizações para esse segmento à época:

Era uma relação amigável, razoável, mas deixou a desejar em um único aspecto que eu sempre cobre da Universidade em todas as vezes que me convidaram para palestrar alguma coisa, a falta de utilização do acervo do museu histórico de Cametá, pela área de história de Cametá... Eu não vejo o resultado das pesquisas serem devolvidos para o povo. É a única queixa que eu tenho do Campus, ele se fecha sem si e não devolve (SOUZA, Cametá, 16/02/2022).

Assim, mesmo com tal ressalva, a instituição, por meio de suas atividades, se fez presente nesse âmbito, tendo ainda reverberado positivamente na sociedade local, que usufruiu dessas ações. Para exemplificar esse aspecto, o ex-secretário falou sobre a existência e repercussão de uma ação específica:

Sim, nós fizemos algumas coisas em parcerias como o movimento pelo dia da consciência negra, uns trabalhos em conjunto. Foram feitas algumas parcerias com relação aos jovens quilombolas, também. Foram feitas umas três ou quatro parcerias interessantes. Aquela programação, *Multicampiartes*⁶. A *Multicampiartes* teve todo o apoio do governo do município de Cametá e foi sucesso absoluto de público e crítica, porque foi um trabalho muito bem feito, foi bem legal. Essa foi a parceria mais duradoura, a gente fornecia os espaços, a gente dava a estrutura e a universidade pagava os monitores (SOUZA, Cametá, 16/02/2022).

O que a pesquisa tem nos revelado até aqui é que esses enunciados acerca da relação estabelecida entre o Campus e as instituições e organizações da sociedade civil da região ajudam a compreender a importância dessa unidade

⁶ Conforme UFPA (2018), o projeto Multicampiartes “[...] é um projeto de formação extensionista que promove a valorização dos atores locais e o empoderamento da sua cultura, por meio de ações que visem contribuir com a qualidade do conhecimento produzido na Academia, integrando os saberes e o desenvolvimento dessas comunidades num conjunto de atividades artísticas e culturais”.

regional, enquanto indutora de comportamentos que direcionam os agentes individuais a ações coletivas e fins coletivos. A preferência institucional do Campus Cametá pelo âmbito social do desenvolvimento propiciou-lhe criar articulações que tratassem desse segmento de maneira mais evidente; do mesmo modo, houve também uma preferência institucional das organizações e entidades parceiras, incluídas neste estudo, pelas questões ligadas às causas sociais.

Mais especificamente, em se tratando de uma célula da Igreja Católica, uma secretaria de meio ambiente, uma secretaria de educação, uma secretaria de cultura, uma colônia de pescadores, uma prefeitura municipal e um sindicato de trabalhadores rurais, questões sobre vulnerabilidade social, equidade, divisão de renda, meio ambiente, acesso à educação e demais serviços básicos também podem ser demandas e preferências dessas instituições, tanto quanto é da UFPA – Cametá, por meio dos seus aspectos formais e informais que a constituíram nesse período. Portanto, com as contribuições desses sujeitos, a pesquisa pôde demonstrar que o Campus trouxe contribuições, de fato, com sua aproximação e com suas próprias intervenções, para a abordagem de proposições atinentes a esses problemas e a realização de ações concretas, que visaram refletir e buscar soluções para os temas mencionados.

O que também se faz importante atribuir é que o compromisso com essas questões sociais, manuseadas de forma subjetiva, tendem a não provocar alterações quantitativas nos indicadores de desenvolvimento, a princípio, em um curto prazo de tempo. Contudo, os trabalhos, encontros, parcerias e demais ações realizadas pela unidade regional com as instituições e com a sociedade provocaram nesses sujeitos o delinear mais amplo das questões a que eles, nas suas atividades políticas e profissionais, exercem, conforme afirmam Lopes (2013) e Midlej e Fialho (2005).

Tal fato é apoiado por Mathis (2001) ao discutir que universidades públicas têm função essencial na sensibilização da sociedade e na indução de perspectivas progressistas. Isso tem validade na própria característica humanista pelas quais essas instituições fundamentam as suas práticas.

Com o avanço da pesquisa sobre as contribuições orais, pudemos identificar um olhar mais atento da instituição UFPA – Cametá para a criação e a constituição de uma perspectiva mais sustentável do desenvolvimento, principalmente nos

aspectos ligados à sua preferência historicamente instituída, questões mais ligadas ao acesso à educação de qualidade de maneira equânime, à dimensão ambiental e aos impactos que as noções tradicionais de desenvolvimento impuseram sobre a região cametaense e arredores. Essa afirmação é correspondida pelas próprias contribuições dos entrevistados quando perguntados se houve melhoramento nas suas próprias atividades políticas, a partir do contato com a instituição. Nessa direção, o pároco da Diocese de Cametá, durante os anos estudados, respondeu:

Eu penso que a presença da própria universidade, o debate com as pessoas ligadas à universidade, a minha participação dentro desses debates me foi abrindo esse horizonte de que o meu sacerdócio no ministério precisava ir muito além da sacristia, precisava tocar de maneira mais concreta as feridas das pessoas. Eu penso que essas discussões, essa presença, esse contato de fato me ajudou a olhar para esse outro viés e pra colocar em prática um pedido que é da igreja, a própria doutrina social (RIBEIRO, Cametá, 04/02/2022).

Essa mesma mudança positiva foi manifestada pelo ex-secretário de meio ambiente entrevistado. Contudo, ele não explicitou esse melhoramento na sua resposta, apesar de considerar que a sua relação pessoal e a relação da secretaria com o Campus tenham sido benéficas. Ele ponderou que, mesmo não se realizando formalmente as parcerias e os convênios, pôde participar de atividades políticas e acadêmicas junto à instituição. Segundo o entrevistado,

[...] é interessante, a gente não tinha um convênio assinado, mas era muito forte a nossa relação com a UFPA, desde a coordenação até o corpo técnico da universidade. Deste modo, o melhoramento na sua atividade política pode ser pressuposto na seguinte resposta acerca da sua participação em ações junto ao Campus. A gente tinha uma relação de ciclo de palestras, de participação em debates dentro desse eixo de meio ambiente. Em relação à sustentabilidade, a gente tinha atividades voltadas aos sistemas agroflorestais com o curso de agronomia, que era muito forte, isso acaba sendo uma atividade política da SEMMA junto com a UFPA (CARDOSO, Cametá, 05/02/2022).

Essa mudança positiva na atividade política da liderança da Colônia de Pescadores Z-16 também pôde ser notada na fala de Joaquim Silva, que participou de atividades acadêmicas, como a especialização em Educação e Desenvolvimento Regional, e de atividades políticas, aspectos esses exemplificados a seguir:

Seminários, encontros, palestras, o próprio cursinho 'rede de conhecimentos' nesse período, nós fizemos primeiro aqui na colônia e depois na própria Universidade, lá para os alunos sentir a estrutura, tudo. Então foi uma atividade muito importante (SILVA, Cametá, 07/02/2022).

Joaquim afirmou também que a UFPA – Cametá foi muito importante no que tange à sua própria atividade de gestão do movimento, e que essas imersões foram:

[...] extremamente positivas. Eu acho que, a partir do momento que você adquire conhecimento, você consegue fazer as atividades melhores. A prova disso é aqui, a gestão, ela muda e a gente consegue fazer uma gestão mais qualificada, digamos assim (SILVA, Cametá, 07/02/2022).

Nesse caso, comprova-se o benefício efetivo da participação acadêmica e política, e não apenas a adição de novas considerações políticas, na percepção dessa liderança sobre a realidade que enfrenta, mas também sobre a sua capacidade de gestão dentro da sua entidade. Essa mesma aceção é compartilhada pelo ex-secretário de educação, Manoel Lopes, que participou de várias atividades políticas no Campus, desde eventos, seminários e mesas redondas:

Eu posso afirmar que a maioria das ações da universidade, dos debates, voltados principalmente para questões políticas, eu lembro aqui que teve um grande debate em relação a educação do campo, a prefeitura de Cametá, a SEMED, ela tava muito ligada em relação à educação do campo e politicamente nós tivemos várias reuniões. A gente discutiu várias situações referentes, principalmente, a questões na formação, a valorização dos profissionais da educação. Em 2013, informalmente, nós participamos de muitas discussões (LOPES, Cametá, 12/02/2022).

A partir dessa sua presença política no CUNTINS e das relações criadas também pelas parcerias que foram efetivadas entre a Secretaria de Educação e a UFPA – Cametá, questionamos em relação às mudanças positivas ou negativas na sua atividade política. Essa liderança, então, afirmou que houve, sim, mudanças positivas na sua atividade política. De maneira indireta, na sua fala, percebemos a comprovação desse elemento e, além disso, ele enfatizou que houve também essa mesma mudança na atividade política da entidade que gerenciava. Assim, essa liderança disse que:

[...] em relação a esse contato com a universidade, eu considero muito importante, foi importante, bastante importante mesmo, de forma positiva, porque a gente dialogou sobre vários assuntos, mesmo que às vezes de forma informal, mas a gente dialogou e a gente também tinha essa parceria estrutural, porque a gente sabe que na época nós estávamos vivendo na contenção de recursos, tanto a universidade quanto a prefeitura necessitavam dessas parcerias. Enquanto a universidade realizava alguns trabalhos, estruturalmente, a parte de

logística a prefeitura sempre estava à disposição para que acontecesse realmente os eventos, os debates, os seminários (LOPES, Cametá, 12/02/2022).

Por conseguinte, notamos, no dizer acima, outra questão que se refere ao impacto do Campus da UFPA – Cametá para o desenvolvimento da região, que é apoio institucional da unidade regional ao prosseguimento das realizações da própria Secretaria de Educação. Assim, como afirmado pelo próprio ator local, o CUNTINS se mostrou relevante no apoio às atividades educacionais da secretaria, a qual se encontrava em um momento de contenção de recursos, cenário este já decorrente do desfavorável quadro macropolítico e econômico nacional, a partir de 2014. Nesse sentido, nota-se que, indiretamente, a unidade regional se mostrou participativa no cenário educacional do município, portanto, essas articulações se requisitaram ainda mais para a manutenção de um projeto educacional dado o cenário adverso.

Essa mesma perspectiva pode ser percebida no posicionamento do ex-prefeito da Cidade, que, por sua vez, contribui afirma ter tido participações em atividades acadêmicas e políticas no Campus, dando destaque a um cursinho popular. Feito em parceria com a Colônia de Pescadores, esse cursinho tinha aulas que eram ministradas por discentes da UFPA – Cametá a pessoas de baixa renda. Essa ação, que foi acadêmica e política, ao mesmo tempo, se constituiu em um importante elemento agregador na própria atividade política desse sujeito, assim como se assimilou nas falas anteriores.

Isto posto, ao questionamos o referido interlocutor sobre o fato dessas participações junto ao Campus terem refletido positivamente ou não na sua própria atividade política, assim ele respondeu:

[...] sim. Nós, por exemplo, nessa questão da melhoria da qualidade do ensino, porque a gente sabe que segundo Paulo Freire, em qualquer lugar se pode fazer educação, mas se tiver um ambiente de qualidade pra proporcionar para os alunos e para os profissionais da educação, uma qualidade do ambiente, é mais produtivo. Tanto esse incentivo, esse conhecimento, também do governo federal, ampliando a questão das universidades, das escolas tecnológicas, institutos federais, nós tivemos a missão aqui de melhorar não só a qualidade do ensino, mas também o ambiente; nós construímos 26 escolas nesse período, reformamos mais de 40 escolas, tivemos a oportunidade também de trabalhar a educação em saúde e construção de unidades de saúde, foram muitas. Então esses debates foram feitos assim, amplo com a universidade, com o governo, com outras organizações também, com a comunidade e isso trouxe um benefício grande para o município. Eu

acho que a universidade federal é não só uma instituição, mas ela também é um incentivo para a pessoa se espelhar e aproveitar o conhecimento que se tem lá para se colocar a serviço do povo (BALIEIRO, Cametá, 09/02/2022).

O que se pode notar nessa fala é que, mesmo não explicitando de forma direta a influência positiva do Campus Cametá da UFPA na sua atividade política, o entrevistado, por meio da explanação de fatos ocorridos, destacou que a instituição foi relevante ao contribuir com elucidações sobre o projeto educacional que estava sendo construído no âmbito municipal, principalmente no que tange à ampliação da estrutura pedagógica do governo. Sendo tais ações resultantes de um processo de planejamento que envolveu discussões e debates entre os sujeitos e entidades, e, nesse caso, o Campus e o ex-prefeito, presumimos que essa unidade regional da UFPA contribuiu para a atividade política desse ator social, o que foi corroborado pela sua fala.

Nesse mesmo aspecto, o ex-presidente do STTR de Cametá também se manifestou quanto à sua presença, enquanto líder de classe, em atividades políticas e acadêmicas no CUNTINS, durante os anos de 2008 a 2016.

Além das parcerias já mencionadas anteriormente, esse ator local atribuiu, nos seus comentários, que ele, em representação do STTR, participou de cursos de capacitação técnica e de formação política, ofertados pela UFPA – Cametá, em colaboração com outra organização da região, a Casa Familiar Rural. Salienda ainda que, nessas formações, a classe trabalhadora rural do movimento participou de cursos que envolveram questões da pedagogia da alternância⁷ e de orientações sobre o melhor uso do solo.

A outra atividade acadêmica a gente tem aqui em Cametá além da universidade, a gente tem um centro de formação que se chama Casa da Família Rural, a gente tentou, inclusive com parceira com a universidade, implantar, a gente já fez, discutir com a universidade para que tivesse alunos, pra tivesse aquelas aulas intervalares de curso que estuda que a gente pode chamar de Pedagogia da Alternância, nesse período a gente desenvolveu através da casa, várias turmas, inclusive com parceria com a universidade, no projeto, rapaz, eu sei que quem era a coordenadora era a Cassol⁸, tinha o nome do projeto que tem lá, a Cassol foi quem era a coordenadora desse projeto, tá entendendo? Que são alunos filhos de agricultores que estudavam essa questão através da Pedagogia da Alternância, dessa questão do debate do campo e

⁷ Para Queiroz (2002, p. 16), a pedagogia da alternância é uma educação que reúne teorias e práticas ligadas aos estilos de vida dos habitantes das zonas rurais ou camponesas.

⁸ Professora da UFPA, com estágio pós-doutoral na UFRGS, na área de Nanocompósitos Poliméricos, com ênfase em compostos de grafeno condutivos. Professora da FECAMPO, UFPA – Cametá.

nesse período a gente avançou nessa questão, a gente também desenvolveu, tentou trabalhar aí os cursos de produção de pescado, produção de peixe, com tanques desses cavados na área de terra firme, com orientação, eles orientando algumas coisas, passando para os agricultores através de mutirão. E as nossas atividades elas vieram se fortalecendo já através da faculdade do campo, a nossa relação ela tem estado mais pautado com a faculdade no campo na universidade (CRUZ, Cametá, 19/02/2022).

Considerando, então, a participação desse sujeito e de seus representados nos processo de formação acadêmica e política através das ações vislumbradas, a percepção dele sobre a influência dessas práticas foi positiva, tendo ainda dado destaque para os reflexos na atividade política dos militantes do movimento, principalmente no trato das discussões políticas, de forma que, usando o exemplo do tema das comunidades quilombolas, atribuiu que o CUNTINS se posicionou como um fator a mais para o enriquecimento teórico e de apoio institucional. Essa afirmação encontra-se no seguinte trecho de sua entrevista:

O debate que a gente tem feito com universidade dentro da limitação e da possibilidade a gente tem se colocado à disposição de tudo aquilo que a gente pensa no sentido de contribuir com a qualificação técnica dos nossos agricultores e dos militantes do movimento, eles têm sempre estado à disposição. Então acho que são pontos positivos nessas parcerias que a gente tem feito com eles, eles tem inclusive apoiado a formação técnica, estou te dando um exemplo dessa questão da Casa Família Rural é só um exemplo, se for pegar em termos de associação eles também sempre tiveram presentes principalmente dentro desse debate do território quilombola, sempre tiveram, inclusive colocando alguém a disposição pra tratar nessa questão de ajudar na qualificação, até pra constituir instituição ligado a eles na área quilombola (CRUZ, Cametá, 19/02/2022).

Destarte, dando relevância ainda nessa discussão, se o entrevistado alegou que também percebeu e vêm percebendo mudanças positivas na sociedade local, em virtude da contribuição política e técnica ofertada pelo CUNTINS aos trabalhadores rurais do município vinculados ao STTR. O impacto das contribuições da instituição na sociedade local, conforme afirmou o emissor, vem provocando mudanças quanto ao firmamento da identidade política da classe que atua e no melhoramento dos processos de cultivo e produção agrícola.

Olha, há sim mudanças, há mudanças importantes, porque várias políticas, inclusive do Campo, elas foram orientadas inclusive pela universidade, se você for pegar na área da produção, como eu tô te adiantando, a universidade fez várias parcerias com várias instituições nossas daqui e as suas contribuições elas somaram para inclusive ampliar essa questão da área produtiva, elas somaram e fora que pegar em termos de movimento, como o Campus fica em Cametá tu vai ver

também egressos vindos de várias regiões pro município, tá entendendo? Para o município também, isso se for perceber em função de ter um Campus da universidade em Cametá (CRUZ, Cametá, 19/02/2022).

O ex-secretário de cultura compartilha da mesma percepção de que o Campus Cametá foi importante para a existência de mudanças na sua atividade profissional e política. Conforme abordado, esse ator local já havia desempenhado algumas atividades políticas e acadêmicas junto ao CUNTINS, nos anos de 2008 a 2016, e, na sua análise, acredita ter contribuído para mudanças positivas nas suas percepções enquanto ator local. Ressalta-se que, pelo fato de ser egresso da instituição, o ex-secretário agregou que a sua participação nessas ações em coletivo com a instituição colaborou ainda mais para esse processo que já havia começado no período em que estava em formação na unidade.

Ele afirmou que a sua participação nas atividades políticas e acadêmicas orientaram mudanças positivas na sua atividade profissional e política. Por isso, para destacar a capacidade de fomento que o CUNTINS teve na sua atividade profissional e política, ele diz:

[...] sim. Porque os alunos que estão lá ouvindo a gente estão fazendo trabalhos, fazendo pesquisas e começam a vir procurar, às vezes por curiosidade, às vezes pra fazer um trabalho científico, e isso é muito bom, porque eu tenho muitas informações. Eu tenho 42 anos de pesquisa sobre a história de Cametá. Melhorou a minha visão, o meu pensamento, sim. A procura encima do meu trabalho, sim, com certeza (SOUZA, Cametá, 16/02/2022).

Como se constata a partir das informações dos parágrafos anteriores, os desdobramentos da atuação universitária são intrinsecamente complexos e vastos, indo além de questões mais quantitativas, pois os reflexos das ações do Campus da UFPA de Cametá, no período de 2008 a 2016, influíram para âmbitos mais profundos das concepções dos entrevistados sobre os rumos e os discernimentos das suas proposições políticas e profissionais.

Nesse sentido, percebemos que o pressuposto para esse melhoramento surgiu de uma aproximação, de contatos que deram oportunidades para que os líderes locais pudessem enriquecer suas perspectivas e conhecimento, e que, possivelmente, reverberaram nas suas proposições dentro dos movimentos em que atuavam.

Com base nesse posicionamento, identificamos, nas contribuições orais desses atores locais entrevistados, que o CUNTINS, por meio da promoção da participação deles em atividades políticas e pedagógicas, proporcionou o enriquecimento político e técnico dessas lideranças. Esses sujeitos perceberam que a instituição emanou resultados positivos nas suas ações enquanto agentes de representação de classe e gestores públicos, o que pode revelar ainda mais resultados na sociedade, questão esta que será mais bem discutida no tópico a seguir.

9.2 AS IMPLICAÇÕES NA SOCIEDADE REGIONAL A PARTIR DO CAMPUS DA UFPA EM CAMETÁ

Após percebermos os impactos do Campus nas atividades políticas e profissionais dos entrevistados, é relevante também vislumbrarmos as percepções sobre este através de um campo mais geral, os reflexos dessa unidade regional na sociedade local. Para isso, indagamos aos atores locais se eles conseguiram perceber um melhoramento na sociedade local em decorrência do Campus Cametá na época de 2008 a 2016.

Ressaltamos que esse questionamento é relevante após as explicações feitas acerca da existência de participação desses sujeitos em atividades acadêmicas e políticas no Campus. Essa ideia se tornou ainda mais necessária após termos o conhecimento da existência de mudanças positivas nas atividades política e profissional dessas lideranças, fruto dessa presença junto às ações na instituição.

Ainda nesse sentido, assumimos como importante entender essa mudança na sociedade local a partir do ponto de vista das lideranças, porque nem sempre o impacto de alguma instituição para o desenvolvimento pode ser refletido, inicialmente, nos indicadores de desenvolvimento local (MIDDLEJ; FIALHO, 2005). Estando estes sujeitos mais próximos dos problemas sociais que as comunidades e os representados de sua instituição enfrentam, é possível que, assim como os problemas, as mudanças possam ser sentidas mais rapidamente por eles e, além disso, essas noções individuais podem ser expandidas a níveis regionais de percepção.

Dito isso, entender a percepção desses atores sociais sobre as mudanças na sociedade em decorrência do Campus, nesse período, é de suma importância

para o aprofundamento de nosso trabalho. Assim sendo, para o líder da comunidade católica local, a universidade provocou na comunidade um pensar a educação por meio da autocrítica:

[...] é inegável a contribuição para essa transformação. A universidade abre horizontes novos e abre perspectivas e eu penso o grande número de jovem e pessoas e de idade que a gente apoiou para que pudesse adentrar a universidade é muito grande e isso ajuda a moldar a própria mentalidade da sociedade (RIBEIRO, Cametá, 04/02/2022).

Pedro Ribeiro ainda reiterou sobre as mudanças significativas de reflexão críticas percebidas nos diálogos feitos com a juventude do movimento católico que adentrava os espaços educacionais da instituição UFPA.

Se a gente for fazer um balanço, nós tivemos avanços significativos e esses avanços, posteriormente, foram se multiplicando e se você for ver hoje nós temos uma explosão de pessoas de jovens conscientes, de jovens com uma reflexão politicamente na linha da transformação, mudança do ambiente. Então o conhecimento amadurece a gente. Então o espaço da universidade abre esse horizonte, abre esse leque, da troca de experiência, do compartilhamento do debate e isso eu penso quem enriquece bastante o ambiente social. Então, olhar Cametá antes desse período de 2006 e olhar Cametá a partir de 2006 é outra coisa, as mentalidades mudam e graças a Deus, mudam para melhor e é claro, algumas pessoas vão ficar no mínimo, mas há pessoas que vão conseguir avançar (RIBEIRO, Cametá, 04/02/2022).

A noção percebida no dizer dessa liderança nos ajuda a entender outra dimensão do reflexo das atividades e da própria presença da instituição na região: a capacidade dessa instituição de contribuir para o desenvolvimento da mentalidade crítica acerca das problemáticas que envolvem a vida em sociedade. A partir dessa contribuição, notamos, dentro da abordagem neoinstitucionalista histórica, a capacidade que a instituição Campus Cametá teve de engendrar nas suas atividades políticas a sua preferência pelas questões sociais do desenvolvimento.

Desse modo, de acordo com PERES (2008), na perspectiva neoinstitucionalista, uma característica própria das instituições é poder moldar o comportamento individual rumo a um comportamento coletivo, permeado pela preferência da própria instituição.

Seguindo a análise das entrevistas, o ex-secretário de meio ambiente, quando perguntado se havia conseguido observar mudanças na sociedade local em decorrência da UFPA – Cametá, ressaltou a importância da instituição enquanto produtora de conhecimento para a região. Já em um segundo momento, o

interlocutor tratou sobre a importância que a instituição teve, juntamente com demais entidades, para o delineamento dos acordos de pesca na região e para a criação de regulações relacionadas a outras questões ambientais, que iam desde a fiscalização de poluição sonora até a adequação de sedes de eventos. Dessa forma, o ator local proferiu:

A gente acompanhou o período defeso, que a gente tinha toda uma preocupação de ir nas comunidades, montar um planejamento com eles, claro que no meio disso tem grupos ali que não se enquadravam nesse trabalho de preservação, continuavam falando da pesca. A SEMMA tem um papel muito grande no município, fiscalização e sensibilização ambiental. Na minha época eu percebi que a gente teve ganho, uma sensibilidade da comunidade, principalmente nas comunidades tradicionais. Aqui dentro da cidade a gente teve um avanço nos empreendimentos que trabalhavam com eventos aqui em Cametá, essas sedes na nossa época eram todas irregulares (CARDOSO, Cametá, 05/02/2022).

Ao que parece, nos dizeres dessa liderança, o Campus Cametá teve um papel indireto nesse processo, haja vista que não é tarefa última dessa instituição tratar da gestão ambiental do Município, mesmo sendo uma questão-chave da sua preferência institucional constituída. Essa relativização é reforçada pelo posicionamento de Frigotto (2006) ao tratar da perspectiva salvadora da educação, de que apenas a educação não é a única condição para a geração de desenvolvimento, a solução para todas as consequências próprias dos desarranjos da vida em sociedade.

Assim, devemos analisar essa questão pelo prisma da participação e cooperação da UFPA – Cametá nos processos coletivos de governança municipal que ajudaram a desenvolver na sociedade uma mudança positiva em questões relacionadas à sustentabilidade. Aqui nos permitimos acrescentar que, de modo mais sutil, o Campus foi importante para essa mudança social através das contribuições dessa instituição, vinculadas à preferência pelas proposições sociais e que também são ambientais. Assumindo tal enquadramento, o ex-secretário acrescentou que:

[...] várias reuniões nós tivemos dentro do Campus, até antes de eu ser secretário, porque quando eu entrei na SEMMA, eu entrei como técnico ambiental, mas nós tivemos, logo no início, a UFPA junto com o corpo de bombeiros, MP (CARDOSO, Cametá, 05/02/2022).

Ainda na questão da mudança da sociedade local em decorrência da presença do Campus, nos anos de 2008 a 2016, o ex-presidente da Colônia de Pescadores Z-16, à época, centrou a sua análise em dois pontos cruciais para o desenvolvimento sustentável: a mudança no quadro educacional do município e a mudança do paradigma pesqueiro ribeirinho da região, nesta última o Campus teve participação de maneira indireta. Nessa perspectiva, o sujeito da pesquisa destacou a formação de profissionais pela UFPA – Cametá, nesse período, como um importante fator de mudança social, pois teria contribuído para a formação de indivíduos que não tinham condições de exercer cursos em outras cidades:

[...] com certeza, se você for pegar antes do *campus* daqui de Cametá pra esses anos, mudou extremamente, porque os cursos vieram dar subsídios, fora que muitos alunos que não tinham condições de ir para outros locais já vieram estudar, e com isso houve uma mudança drástica na questão da formação dos sujeitos, entendeu? Então, eu acho positivo isso e isso teve uma relação direta com a nossa entidade (SILVA, Cametá, 07/02/2022).

Em outra questão, o entrevistado destacou uma mudança na sociedade no que se refere aos acordos de pesca. Assim como no caso do entrevistado anterior, nessa situação o Campus Cametá teve a sua parcela de contribuição, o que nos permite compreender que essa alteração logrou-se também pela preferência socioambiental da instituição:

Eu me lembro que com esse processo todo nós tivemos o projeto chamado 'projeto demonstrativo para a Amazônia' em que nós, especificamente, estudamos os acordos de pesca e daí surgiu uma cartilha que foi inclusive publicada pelo PELUD naquela época e que isso foi um instrumento via parceria que nós tivemos com os alunos da universidade, com os professores naquela época (SILVA, Cametá, 07/02/2022).

Continuando a análise, também é dada importância à mudança social de forma positiva na percepção do ex-prefeito do Município. Para ele, o quadro educacional foi o que mais obteve avanços significativos na região: “Como eu já disse, a partir do momento da existência do Campus de Cametá é claro, claro que melhorou muito. Melhorou, tanto para que são da área de professor” (BALIEIRO, Cametá, 09/02/2022).

O entrevistado, que avançou ainda mais na explicitação de seu posicionamento, afirmou que houve melhoramentos significativos na zona rural ribeirinha, mais especificamente no acesso ao ensino superior da instituição por

parte dos indivíduos pertencentes a essas localidades: “Eu moro no interior hoje, eu moro na ilha e não só a cidade, como muitos alunos, muitos filhos e filhas de pescadores, de trabalhador tem a oportunidade hoje de cursar a universidade federal e isso nos ajuda muito” (BALIEIRO, Cametá, 09/02/2022).

Por sua vez, o ex-secretário de educação foi enfático ao mencionar a contribuição direta que a UFPA – Cametá teve para a expansão da rede pública de ensino municipal. Mesmo não sendo a principal instituição na gestão desse tipo de ações, o Campus teve sua parcela de contribuição nesse processo, o que nos permite presumir que essa mudança social também é fundamentada pela participação do CUNTINS:

De 2013 a 2016 a gente conseguiu avançar, a gente conseguiu ter 112 espaços educacionais dentro do município de Cametá e a gente percebeu que a gente conseguiu avançar muito em parceria com a universidade, a gente conseguiu visitar muitas escolas, a gente conseguiu estar presente nesses estabelecimentos escolares e a gente percebeu que com as parcerias com várias instituições a gente conseguiu, principalmente com a universidade (LOPES, Cametá, 12/02/2022).

Além disso, o líder entrevistado apregoou o aumento do número de alunos, no período 2013 a 2016, em toda a rede municipal, contudo como não é matéria desta dissertação discutir o alcance das ações do governo municipal, cabe-nos apenas intuir que a UFPA – Cametá ajudou a possibilitar este fato, isto é, conforme explicou o entrevistado no trecho do parágrafo anterior.

Seguindo essa mesma visão, o ex-presidente do STTR percebeu um horizonte de tempo futuro com impactos positivos do Campus na sociedade local. Na sua contribuição, para além do questionamento acerca da existência de mudanças positivas na sua atividade política, a partir do CUNTINS, discutiu sobre as atividades técnicas, atividades políticas e a própria existência do Campus na região e seus reflexos, a curto e longo prazo, na sociedade local. Esse ator local acrescentou que tais mudanças tenderam a ser mais bem notadas a partir de um período futuro, no qual os sujeitos que participaram dessas ações junto à instituição possam empregar os conhecimentos que foram constituídos:

Olha, elas não vão aparecer imediato o resultado das formações técnicas que nós temos no município, imediato, nós não vamos ter esse resultado urgente, até porque as pessoas que já foram formadas no município, como nem todas elas não tem estrutura, muitos às vezes se mudam até pra outro município em busca de trabalho até pela formação

que teve, mas eu acredito que ao passar do tempo, como tem muitos filhos de agricultores, e filhas de agricultores, pescadores que estão hoje na universidade, ao sair daí a gente acredita muito que eles voltarão para sua origem e que lá, com certeza, vão desenvolver conhecimentos aprendidos no Campus e que isso vai nos ajudar a somar na linha de desenvolvimento que a gente imagina, na qualidade que a gente imagina, acho que o resultado ainda tá cedo, até porque é novo o curso que nós temos, eles são novos, ele não vai tá o resultado imediato, acho que isso vem no futuro, a gente sim espera com uma ansiedade imensa esse processo de dar certo, se eu ver a universidade do campo hoje, nós temos um conjunto de trabalhadores rurais que estão voltando pra sua área e afundando ali sua comunidade que é o objetivo, então como são coisas novo, também na comunidade, na sua localidade, é claro que vai, a gente espera que isso apareça daqui a um tempo (CRUZ, Cametá, 19/02/2022).

Notamos, então, que, nessa questão, o entrevistado deu maior ênfase aos impactos que poderão ser mais bem sentidos, no futuro, sobre um espaço mais amplo, que é a sociedade local. Quando afirmou que os cursos de formação técnica e política do CUNTINS reverberaram no melhoramento da luta social e da qualidade de produção agrícola do movimento, pressupomos que ele tenha centrado sua análise no próprio Sindicato onde atuou e nos seus participantes. A análise que podemos fazer desta sua fala é a de que os sujeitos que participaram dessas atividades, a partir do Campus – Cametá, irão, em um intervalo de médio a longo prazo, proporcionar à sociedade local o bônus das suas contribuições políticas e laborais que, presumidamente, deram-se por meio dos diálogos com a UFPA de Cametá.

Os reflexos positivos da UFPA – Cametá na sociedade local também foram percebidos pelo ex-secretário de cultura do município. Sua noção foi a de que o Campus teve e tem grande importância no desenvolvimento das concepções e ideias na sociedade local. Além disso, ele refletiu acerca dos melhoramentos socioeconômicos a partir de algumas inovações propostas pela instituição. Desse modo, ele disse que:

Sim, sim. A gente teve uma evolução social e econômica muito boa, hoje o nível de pensamento, de reflexão, o nível da qualidade do que se pensa, do que se fala e do que se produz em Cametá, você vê a quantidade de empresas que te temos aqui, de empreendedores cametaenses, de inovações que aconteceram, eu acho isso tudo devido

a responsabilidade de uma conjuntura que passa pela universidade federal do Pará a partir da sua instalação. A sua contribuição é visível (SOUZA, Cametá, 16/02/2022).

Destarte, é necessário levantar a questão de que nossa pesquisa não é capaz de expor o movimento da relação entre o Campus Cametá da UFPA com um possível aumento dos empreendimentos e da qualidade destes, porque, mesmo sendo essa questão um aspecto pertinente no estudo dos impactos socioeconômicos e ambientais do CUNTINS, na perspectiva dos atores locais, ela não comporta todos os demais alicerces de nosso texto. Esse debate carece de discussões mais estritas na sua essência, no entanto, sendo as percepções dos atores locais o foco de nosso trabalho, a afirmação do entrevistado sobre o impacto do Campus Cametá no plano dos empreendimentos se torna válido e necessário para a construção do debate nesta dissertação.

Portanto, além dessas questões elencadas, mesmo o ex-entrevistado não sendo um ator diretamente ligado à esfera econômica e empresarial, presume-se que haja condições de versar sobre o assunto, já que desempenhou, durante os anos de 2008 a 2012, uma função de direção na administração municipal, fato que lhe propiciava articulações indiretas com esses segmentos e coadunações com os demais setores administrativos que tratavam sobre o terreno da economia.

Dessa forma, é possível identificar que, neste âmbito, houve uma incidência para além da noção de desenvolvimento socioeconômico e ambiental, fato que, por meio das falas, se identificou o impacto que o Campus Cametá teve também nas percepções e na capacidade de reflexão desses sujeitos, diante das problemáticas sociais, não apenas do município, mas também da região tocantina.

Medir os impactos dessa qualidade da universidade pública talvez careça de metodologias mais específicas para esse tipo de reverberação, contudo, o que podemos concatenar aqui é que as implicações positivas na atividade política dessas lideranças sociais, tendo a UFPA de Cametá a sua contribuição nisso, pode suscitar, no futuro, a médio e longo prazo, a disseminação e a aplicação dos saberes voltados às questões de cunho social e ambiental nos labores políticos e profissionais dos sujeitos envolvidos nos trabalhos dessas lideranças que mantiveram tais relações com a unidade regional.

Além disso, encontramos, como ponto em comum, as interlocuções analisadas de que a UFPA – Cametá, durante 2008 a 2016, foi importante

viabilizadora de mudanças na sociedade local. As falas dos entrevistados corroboram a questão central desta pesquisa, a de que essa instituição é capaz de moldar os comportamentos de acordo com a preferência institucional que assume e, nesse caso, uma preferência voltada para o desenvolvimento dos aspectos educacionais e ambientais da região, peças fundamentais quando pensamos um desenvolvimento aproximado das questões socioeconômicas e ambientais e dos impactos negativos gerados pelo atual modelo de acumulação de riquezas.

Constatamos ainda nas contribuições que o impacto gerado pelo Campus na sociedade local se refletiu de duas formas: diretamente, por meio de atividades socioeducacionais e de formação próprias das instituições universitárias; e indiretamente, por meio das articulações feitas entre a universidade, poder público, entidades e organizações trabalhadas nessa pesquisa. Essa relação permitiu ao Campus Cametá, de acordo com a perspectiva neoinstitucionalista histórica, contribuir com as ações coletivas por meio da sua preferência social presente no desempenho de suas contribuições.

10. CONCLUSÃO

Retomando os aspectos essenciais de nossa dissertação, baseamos nossos esforços no entendimento do fenômeno dos impactos socioeconômicos e ambientais do Campus Cametá da UFPA para o desenvolvimento da região mensurada, dentro do período de 2008 a 2016. Para isso, nos valem da prerrogativa de as IFES serem relevantes para o desenvolvimento da sociedade, como vetores significativos para tal.

Nessa circunstância, formulou-se a hipótese geral de que a UFPA – Cametá, por meio da sua capacidade indutiva institucional, tenha sido um agente do desenvolvimento socioeconômico ambiental regional de Cametá, questão essa observada pelos atores sociais.

Por essa razão, entendeu-se que, como primeiro pressuposto específico, o CUNTINS/Cametá colaborou para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental regional por meio dos seus projetos de ensino, pesquisa, extensão e dos termos de cooperação, parcerias e convênios, entre os anos de 2008 e 2016.

Dessa forma, agregamos que a hipótese foi testada e comprovada, pois, no período de 2008 a 2016, o *campus* em questão produziu diversas atividades de ensino, pesquisa, extensão e colaborações que versaram sobre as três áreas trabalhadas do desenvolvimento regional. Essas ações mostraram que o âmbito social foi o mais visado pela UFPA – Cametá, seguido pelo ambiental e pelo econômico. Tal fato foi confirmado pelas entrevistas e pelos índices de desenvolvimento local, os quais evidenciaram maiores progressões nos dados sobre educação e, por último, os dados econômicos. No que tange aos projetos e parcerias de cunho ambiental, as entrevistas realizadas pelos atores locais ratificaram o pressuposto de que as ações dessa unidade regional contribuíram para o desenvolvimento nessa esfera.

Esses projetos e cooperações foram percebidos pelos atores locais como peças importantes para o desenvolvimento da região, bem como para o auxílio no planejamento e execução de políticas públicas e ações coletivas direcionadas às questões como a educação e meio ambiente. Identificamos que essas ações manifestaram influência direta e indiretamente nos rumos do desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região, o que, sob a ótica neoinstitucionalista histórica, evidencia a capacidade indutiva da UFPA – Cametá.

Ao tratarmos do segundo pressuposto específico desta dissertação, a de que, no período trabalhado, os líderes das principais entidades locais perceberam a atuação do CUNTINS como importante para o desenvolvimento regional da região, nos âmbitos econômico, social e ambiental, constatamos que a afirmação foi validada pela entrevista semiestruturada. Notamos nas contribuições dos líderes locais que a UFPA – Campus Cametá gerou resultâncias significativas, diretas e indiretas, nos âmbitos social, econômico e ambiental. Nessa proposição, reiteramos que as contribuições dos entrevistados revelaram que esses efeitos existiram e que foram percebidos pelos sujeitos que mais estavam ligados a esses temas.

As falas das autoridades evidenciaram que, inicialmente, houve relações institucionais fundamentadas na existência de atividades acadêmicas e políticas coletivas, para as quais esses sujeitos eram convidados. Nessa perspectiva, a partir da existência dessas relações, constatou-se que houve benefício não só para a atividade individual dos líderes, mas também para o melhoramento das entidades que se relacionavam com o Campus. Esses melhoramentos decorriam dos egressos que passaram a trabalhar nesses lugares, dos discentes da instituição que eram profissionais dessas entidades e das próprias aproximações feitas com o CUNTINS, seja pela existência de formações seja pelas discussões de temas de interesse coletivo.

Além desses aspectos, os líderes locais entrevistados agregaram que o Campus Cametá da UFPA também se mostrou relevante para o desenvolvimento sociedade, por meio da sua presença na discussão de questões sociais, econômicas e também ambientais. Nessa perspectiva, revelou-se aí um potencial da instituição para a construção de uma consciência social sustentável, proposição esta que necessita de maiores averiguações, abrindo espaços para pesquisas que tratem do Campus Cametá e o seu trabalho de criação e desenvolvimento de consciências coletivas direcionadas ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

A partir da identificação do seu principal pressuposto de ação, passamos a confrontar as informações adquiridas nos demais objetivos específicos com a capacidade da UFPA/Cametá de indução de comportamentos coletivos à mercê da sua preferência histórica constituída. Compreendemos, com isso, que as principais interlocuções dos entrevistados sobre os impactos do Campus para o desenvolvimento, repousaram em reflexos mais ligados a temas socioeducacionais.

Do ponto de vista social, os entrevistados entenderam que a instituição se mostrou relevante dentro dos processos de formação profissional, cultural e política na cidade de Cametá e regiões adjacentes. Logo, o CUNTINS, tanto por meio de ações diretas e indiretas, quanto pelas parcerias formais e informais, colaborou com o desenvolvimento da região. Essa colaboração produziu efeitos no desenvolvimento de algumas políticas públicas socioeducacionais, na discussão de temas coletivos dentro da sociedade e na geração de profissionais mais bem capacitados.

A partir dessas discussões, foi possível compreender as implicações econômicas que a instituição propiciou à região cametaense, no período estudado. Dessa maneira, a principal questão tida nas perspectivas desses líderes locais foi a de que o CUNTINS gerou ganhos econômicos por meio da formação de profissionais habilitados para o ingresso no mercado de trabalho. Além disso, como afirmado por alguns atores sociais, esses profissionais tiveram as suas remunerações elevadas graças a esse aprimoramento. Outro fato que se destacou foi o reflexo do Campus na diversificação da produção de alguns sujeitos ligados ao setor agrícola local. Cabe salientar que essa proposição foi corroborada pela fala do ex-presidente da maior instituição ligada ao movimento, e, portanto, entende-se que o seu ponto de vista é válido.

A segunda hipótese específica também foi comprovada quando tratamos do desenvolvimento ambiental. Os atores locais conceberam a UFPA Cametá como produtora de implicações no segmento ambiental, através de seus projetos de pesquisa, ensino e extensão, juntamente com as parcerias em prol das discussões e da implementação de políticas públicas e de ações coletivas, que culminaram com mudanças no quadro ambiental da região. O que se revelou aí foi tanto um impacto direto, quanto indireto da instituição para o desenvolvimento ambiental.

Nossa dissertação também alcançou êxito ao conseguir comprovar a terceira hipótese, a de que o município de Cametá, a partir do Campus Universitário do Tocantins/Cametá-UFPA, melhorou os seus indicadores de desenvolvimento nos períodos de 2008 a 2016, anos em que a unidade regional em questão teve maior ampliação de suas atividades.

Nessa linha, observamos aumentos nos índices socioeducacionais de desenvolvimento, fato que é corroborado pelas ações do CUNTINS/Cametá e pelas

percepções dos atores locais, que apontaram a instituição como um agente do desenvolvimento nessa área, principalmente nas questões relacionadas à educação. Além disso, identificamos nos dados um pequeno aumento nos índices econômicos, não tão significativos quanto os educacionais, no entanto, ainda podemos relacionar essa variação ao impacto da atividade da UFPA – Cametá, evidenciado pelas suas produções e pelos atores locais.

De maneira geral, a dissertação representou um avanço nos estudos sobre os impactos de uma universidade pública para o desenvolvimento regional. Ao definir a relação existente entre as duas esferas, a partir das implicações socioeconômicas e ambientais, comprovou que uma IFES, mais necessariamente uma unidade regional, é capaz de promover situações de desenvolvimento regional de maneira direta e indireta, de modo que os atores locais tenham tal fato concreto nas suas perspectivas.

Mesmo assim, existem limites dentro de uma pesquisa e, nesta dissertação, se interpôs a questão da dificuldade em estabelecer uma ligação direta entre os eventos de desenvolvimento socioeconômico-ambiental e as ações específicas do Campus Cametá da UFPA. Em todas as três matérias do desenvolvimento trabalhadas, definir a parcela exata de participação da instituição no desenvolvimento é uma tarefa que necessita de maiores averiguações e de outras metodologias para que se defina com maior precisão tal simbiose.

A partir disso, identifica-se um limite da metodologia aplicada, uma vez que ela não permite a identificação de uma relação mais objetiva, quantitativamente, do alcance do Campus Cametá da UFPA para o desenvolvimento regional socioeconômico e ambiental. Contudo, como o nosso objetivo se fez no entendimento dos impactos socioeconômicos e ambientais da instituição no desenvolvimento, de acordo com as percepções dos líderes da sociedade civil, identificamos a confirmação da validade da pesquisa.

Portanto, metodologicamente, a dissertação comprovou a validade de sua utilização, isto porque, para a descrição e a análise de perspectivas subjetivas, questão central da dissertação, precisava-se de uma abordagem qualitativa, presente na aplicação dos questionários semiestruturados e na identificação dos projetos e ações de parceria da UFPA – Cametá. Na sua parte quantitativa com a busca pelos dados socioeconômicos de desenvolvimento, também foram notados

avanços, já que somente por meio quantitativo poder-se-ia adquirir e tratar dessas informações.

Do ponto de vista de nosso modelo teórico, a partir do neoinstitucionalismo histórico, foi possível mensurar a preferência social historicamente constituída da UFPA – Cametá, e que essa preferência histórica institucional manifestou incitações ao comportamento dos atores locais, principalmente no trato das proposições socioeducacionais, tendo reflexo também nos seus processos de incrementação de perspectiva política e profissional.

Identificamos, além disso, que esses sujeitos perceberam o enriquecimento das suas proposições políticas e profissionais, e enfatizaram que a instituição refletiu positivamente nas atividades profissionais dos demais indivíduos que nela adquiriram formação e que, posteriormente, ingressaram ou já estavam nessas entidades. Surgiu aí outra questão relevante para estudo: a capacidade das universidades públicas de fortalecerem as entidades e as organizações com que mantêm relações. Assim, com base nesses sujeitos da pesquisa, notamos que o CUNTINS propiciou reflexos mais profundos no desenvolvimento, e induziu o progresso das concepções desses indivíduos.

Nesse caso, a perspectiva neoinstitucionalista histórica permitiu compreender o papel da instituição no desenvolvimento socioeconômico e ambiental regional através da universidade na região. Isto se provou ao perceber a universidade como uma instituição que importa, na medida em que faz a diferença nas ações da sociedade e no desenvolvimento regional.

Por intermédio do neoinstitucionalismo histórico, foi possível vislumbrar, juntamente com as informações obtidas nos projetos e colaborações, o principal âmbito no qual a instituição UFPA – Cametá se consolidou, o social-educacional, e também possibilitou teorizar acerca do processo institucional que levou ao desenvolvimento dessa preferência. Esse modelo teórico se mostrou eficaz, pois proporcionou o entendimento do processo institucional histórico em que essa preferência foi fundida às preferências individuais, questão notada nas contribuições orais que se referiram à importância social do CUNTINS/Cametá e à sua capacidade de direcionamento das mentalidades rumo a fins coletivos.

Por último, outra questão que se fez presente nos dizeres desses líderes locais foi a capacidade da instituição em suscitar elucidações na sociedade civil

quanto a novas delineações de desenvolvimento, de forma que, nas suas colaborações e trabalhos, buscaram o desenvolvimento de uma mentalidade coletiva que pudesse provocar novas concepções mais sustentáveis de desenvolvimento para a região. Nesse ponto, surge, neste trabalho, o toque pessoal da universidade e as contribuições subjetivas que ela pode proporcionar ao desenvolvimento local, regional ou nacional.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jaime. **Educação, Sociedade e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, MEC/INEP, 1968.

ALMEIDA, G. V. A. **Impacto das Instituições de Ensino Superior no desenvolvimento regional do município de Cachoeiro de Itapemirim**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação), Departamento de Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/25772/Dissertacao_Gabi_FINAL.pdf?sequence=1. Acesso em: 13 maio 2021.

ALMEIDA, Leyde Dayane Lopes. **A Democratização do Ensino Superior: Um estudo sobre a interiorização do *campus* de Cametá diante da ampliação das vagas em curso de graduação no município de Mocajuba**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Universidade Federal do Pará, Mocajuba, 2019.

ALMEIDA FILHO, Niemeyer; CORREA, Vanessa Petrelli. A CEPAL ainda é uma escola do pensamento? **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 92-111, abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482011000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 maio 2021. <https://doi.org/10.1590/S1415-98482011000100004>.

ALMEIDA, Rogério. Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. **Estud. av.** [online], v. 24, n. 68, p. 291-298, 2010. ISSN 0103-4014.

AMARAL FILHO, Jair. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, n. 23, p. 261-286, jun. 2001.

AMARAL, Regiane da Silva; NASCIMENTO, Sara Diniz. Diagnóstico situacional da política de assistência estudantil no âmbito do Instituto Federal do Maranhão: estudo de caso nos Campi Buriticupu e Centro Histórico. *In*: CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE NORDESTE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, 2010, Maceió. **Anais...** Maceió: IFAL, 2010. p. 1-7.

ANDIFES. **Universidades Federais: Patrimônio da Sociedade Brasileira**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/universidades-federais-patrimonio-da-sociedade-brasileira>. Acesso em: 9 set. 2019.

_____. PESQUISA NACIONAL DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS, 5., 2018, Brasília, DF.

ARAUJO, R. M. L. Universidade e trabalho: a função social da educação frente ao mundo do trabalho. **Revista Margens**, n. 7, p. 161-178, 2013.

BARDAGI, Marucia Patta; HUTZ, Cláudio Simon. “Não havia outra saída”: percepções de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior. **Psico-USF** (Impr.), Itatiba, v. 14, n. 1, abr. 2009. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712009000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 fevereiro. 2021.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BASTOS, Suzana Quinet de Andrade. Disritmia Espaço-Tempo: análise das estratégias de desenvolvimento adotadas em Juiz de Fora (MG), pós anos 70. *In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DA ZONA DA MATA MINEIRA*, 1., 2005, Juiz de Fora, MG. **Anais...** Juiz de Fora, MG, 2005. 1 CD-ROM.

BELLINGIERI, Júlio César. TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano XIX, v. 2, n. 37, p. 6-34, ago. 2017.

BENKO, Georges. A recomposição dos espaços. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 7-12, mar. 2001.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, Carlos A. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.107, p. 55-74, Curitiba, jul./dez. 2004.

BRANDÃO, Carlos. Prefácio. Os enigmas do processo de desenvolvimento de uma região. *In: DALLABRIDA, Valdir Roque. Desenvolvimento regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

BRASIL. **Lei n.º 4024/1961, de 20 de dezembro de 1961** – Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 15 dez. 2013.

_____. **Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968** – Lei da Reforma Universitária de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF, 1968.

_____. **I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972 a 1974)**, Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Brasília, 1971.

_____. **II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975 a 79)**, Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Brasília, 1974.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 5 out. 1988.

_____. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN). Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Educação Superior: Conceitos, definições e classificações**. Brasília, DF: MEC, 2000.

_____. Ministério da Educação. **Reuni reestruturação e expansão das universidades federais: diretrizes gerais**. Brasília, DF: MEC, 2007a.

_____. Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre o Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais. Brasília, DF, 2007b.

_____. **Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: MEC, 2007c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 13 abril 2021.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **REUNI**. Brasília, DF: MEC, 2007c. Disponível em <http://reuni.mec.gov>. Acesso em: 04 março 2021.

_____. Ministério da Educação. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. **Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano**. Brasília, DF: MEC, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Sistema de Informações Territoriais**. Brasília, DF, 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. **A democratização e expansão da educação superior no país: 2003-2014**. (Balanço Social 2003-2014). Brasília, DF, 2014b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-socialsesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 17 maio 2021.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Regional. **Perfil Territorial do Baixo Tocantins – PA**. Brasília, DF: CGMA, 2015.

_____. Ministério da Educação. INEP. **Censo da Educação Superior**. Brasília, DF, 2019.

BRUYNE, P. de *et al.* **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

_____. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUARQUE, Sérgio C.; BEZERRA, Lucila. Projeto de desenvolvimento municipal sustentável- bases referenciais. Projeto Áridas (mimeo.), dez. 1994.

CABRAL NETO, A. Mudanças contextuais e as novas regulações: repercussões no campo da política educacional. **Revista Educação Em Questão**, v. 42, n. 28, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4051>. Acesso em: 27 fev. 2021.

CAMARGO, A. M. M. de; ARAÚJO, I. M. Expansão e interiorização das universidades federais no período de 2003 a 2014: perspectivas governamentais em debate. **Acta Scientiarum. Education**, v. 40, n. 1, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v40i1.37659>. Acesso em: 31 jan. 2021.

CAMARGO, Arlete Maria Monte de. **A Universidade na região amazônica: um estudo sobre a interiorização da UFPA**. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

_____. **Tendências e dilemas nas políticas públicas de formação de professores para as séries iniciais** – o caso do Pará. 2004. 314f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985.

CASAROTTO FILHO, N. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. São Paulo: Atlas, 1998.

CAVALCANTI FERREIRA, P. Qual política de desenvolvimento? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 28., 2000, Campinas. Mimeo.

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 4, n. 3, 1999.

_____. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, p. 5-15, 2003.

CHIARELLO, I. S. A universidade e seu papel no desenvolvimento regional: contribuições do PROESDE. **Extensão em Foco**, v. 1, n. 2, p. 240-257, 2015. ISSN: 2317-9791. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/extensao/article/view/795>. Acesso em: 11 maio 2021.

CHIRINÉA, Andréia Melanda; BRANDÃO, Carlos da Fonseca. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 23, p. 461-484, 2015.

CHRISTIAN, C. G. Ethics and Politics in Qualitative Research. *In*: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (eds.). **The Sage Handbook of Qualitative Research**. 3.ed. London, Thousand Oaks, CA, and New Delhi: Sage, 2005. p. 139-164.

COELHO, Maria do Socorro da Costa. **Interiorização do Ensino Superior no Pará e o Banco Mundial: um olhar sobre as aproximações destas propostas**, 1998,

Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, 1999.

_____. **Nas águas do diploma:** o olhar dos egressos sobre a política de interiorização da UFPA em Cametá-PA. 2008. 332f. Tese (Doutorado em Educação e currículo) – Programa Educação e Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

COSTA, Francisco de Assis. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia.** 2. ed. Belém: NAEA, 2013.

COSTA, Maria Raimunda Santos da. **As Repercussões da interiorização da UFPA no trabalho dos docentes da rede estadual de ensino nas décadas de 1980 e 1990.** 2014. 339f. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

_____. Contextualizando expansão e interiorização no campo da educação brasileira. **Revista Exitus**, v. 7, n. 1, p. 250-276, 2017.

COVIAN, Miguel Rolando. **A essência da universidade.** São Paulo: Cia e Cult, 1979.

CUNHA, L. A. O público e o privado na educação superior brasileira: fronteira em movimento. *In:* TRINDADE, H. (org.). **Universidade em ruínas:** na república dos professores. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 39-56.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. *In:* LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Greive Cynthia (org.). **500 anos de educação no Brasil.** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DINIZ, Clélio Campolina. A busca de um projeto de nação: o papel do território e das políticas regional e urbana. **Economia**, ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], v. 7, n. 4, p. 1-18, 2006.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Expansão e interiorização do ensino superior em Goiás nos anos 80:** a política de privatização do público. 1997. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

DOWBOR, Ladislau. Educação e Desenvolvimento Local. **Revista de Administração Municipal – IBAM**, ano 52, n. 261, jan./mar., 2007. Disponível em: http://lam.ibam.org.br/predownload.asp?area=4&arq=04_educac261.pdf. Acesso em: 12 abr. 2017.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo:** Construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2007.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. *In:* SACHS, Wolfgang (ed.). **Dicionário do desenvolvimento.** Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 59-83.

FERGUSON, J. **The anti-politics machine**: “development,” depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho. New York: Cambridge University Press, 1990.

FIALHO, Nadia Hage. Universidades Estaduais da Bahia. **Caderno de Pesquisa Esse in Curso**, Salvador, v. 2, p. 21-38, 2004.

_____. **Universidade Multicampi**. Brasília, DF: Plano, 2005.

FINATTI, Betty Elmer; ALVES, Jolinda de Moraes; SILVEIRA, Ricardo de Jesus. Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina-UEL — indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 6-7, n. 1-2, p. 246-264, jan./dez./2006, jan./dez./2007. Disponível em: http://www.ufjf.br/revistalibertas/files/2011/02/artigo_12_7.pdf. Acesso em: 18 maio 2021.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONSECA, Á. C. N. de O. **Aspectos do desenvolvimento regional no Recôncavo Sul baiano**: o caso do município de Cachoeira, Bahia-Brasil. 2006. 343 f. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Barcelona, Barcelona, 2006.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. A invenção da Universidade Federal do Pará. *In*: **UFPA 50 anos**: histórias e memórias. Belém: EDUFPA, 2007. p. 15-67.

FOUTO, A. R. F. **O papel das universidades rumo ao desenvolvimento sustentável**: das relações internacionais às práticas locais. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais Relações Internacionais do Ambiente), Universidade Nova de Lisboa, 2002. Disponível em: http://campus.fct.unl.pt/campusverde/W_RIA_ARFF.doc Acesso em: 22 maio 2021.

FRANCO, Augusto de. Desenvolvimento local, integrado e sustentável: dez consensos. **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 78, p. 6-19, set./nov. 1998.

FREITAS, Marlene Rodrigues Medeiros. **Universidade Multicampi**: conhecimento e tecnologia em favor do desenvolvimento do Pará – 2001-2005. Belém: EDUFPA, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutivo**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FROELICH, J. M. O local na atribuição de sentido de desenvolvimento. **Textos CPDA**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 1-17, maio 1999.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

_____. Desenvolvimento. *In*: CAIDEN. Gerald E.; CARAVANTES. Geraldo R. (org.). **Reconsideração do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1988. p. 45-71.

_____. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico estrutural. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GARDNER, K.; LEWIS, D. The anthropology of development. *In*: EDELMAN, M.; HAUGERUD, A. (ed.). **Anthropology, development, and the post-modern challenge**. London: Pluto Press, 1996. p. 50-76.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOEBEL, Márcio Alberto; MIURA. Márcio Nakayama. A Universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo-PR. **Expectativa**, Toledo, v. 3, p. 35-47, 2004.

GOERGEN, Pedro. Universidade e compromisso social *In*: RISTOFF, Dilvo; SAVEGNANI, Palmira. **Universidade e compromisso social**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

GODOY, A. S. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995b.

GUDYNAS, E.; ACOSTA. A. La renovación y la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. *Revista CEPAL y Praxis Latinoamericana*. Venezuela, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad del Zulia, ano 16, n. 53, p. 71-83, abr./jun. 2011.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói, RJ: Eduff, 1997.

_____. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HALL, P.; TAYLOR R. Political science and the three new institutionalisms. **Discussion Paper**, v. 96, n. 6, p. 936-957, 1996.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

HOWELLS, J. The Globalisation of Research and Technological Innovation: a new agenda? *In*: HOWELLS, J.; MICHIE, J. (eds). **Tecnology, Innovation and Competitiveness**. Cheltenham, Aldershot: Edward Elgar, 1997.

IBGE. **Censo 2010 – Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. **Censo – Projeções para 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

_____. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

IBGE. TRIMESTRAIS, IBGE Contas Nacionais. indicadores de Volume e Valores Correntes. **Indicadores IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 4º trim. Brasília, 2015.**

IBGE. TRIMESTRAIS, IBGE Contas Nacionais. indicadores de Volume e Valores Correntes. **Indicadores IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 4º trim. Brasília, 2016.**

ICÓ, J. A.; FIALHO, N. H. Universidades estaduais, emprego e desenvolvimento. **Revista Baiana de Tecnologia TECBAHIA**, Salvador, v. 14, n. 3, p. 112-117, 2000.

IMMERGUT, E. The normative roots of the new institutionalism: historical-institutionalism and comparative policy studies. *In*: BENZ, A.; SEIBEL, W. (org.), **Beiträge zur Theorieentwicklung in der Politik und Verwaltungswissenschaft**. Baden-Baden: Nomos Verlag, 1996.

IMMERGUT, Ellen. The theoretical core of the new institutionalism. **Politics and Society**, v. 26, n. 1, p. 5-30, 1998.

IMPACTO dos cortes de investimentos nas universidades federais. PROIFES, Brasília, DF, 23 abr. 2021. Disponível em: <https://www.proifes.org.br/noticias-proifes/infografico-interativo-impacto-dos-cortes-de-investimentos-nas-universidades-federais>. Acesso em: 28 maio 2021.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília. Pesquisa sobre a Renda Domiciliar Per Capita Nominal Mensal em 2020. Brasília, DF: Ipea, 2020.

_____. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. pesquisa sobre o rendimento real médio do trabalho principal, efetivamente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, com rendimento de trabalho e ocupadas até janeiro de 2021. Brasília, DF: Ipea, 2021.

KORTEN, David C. **Mude suas convicções para mudar o futuro: uma economia viva para um planeta vivo**. São Paulo: Cultrix, 2018.

KRAEMER, MARIA E. P. **Gestão Ambiental: Um Enfoque no Desenvolvimento Sustentável**, 2004. Disponível em <http://www.gestaoambiental.com.br/kraemer.php>.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LATOUCHE, S. Padrão de vida. *In*: SACHS, W. (org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 12, n. 21, p. 5-19, jul. 2010.

LOPES, Roberto Paulo Machado. Universidade Pública e Desenvolvimento Local: Uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2001. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

_____. **Universidade pública e desenvolvimento local**: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista: UESB, 2003.

MANCEBO, Deise; MAUÉS, Olgaíses; CHAVES, Vera Jacob. Crise e reforma do Estado e da Universidade brasileira: implicações para o trabalho docente. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 37-56, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a04n28.pdf>. Acesso em: 11 set. 2010.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26-27, p. 149-158, 1990/1991.

MARCOMIN, Fátima Elizabeti; SILVA, Alberto Vieira Dias da. A sustentabilidade no ensino superior brasileiro: alguns elementos a partir da prática de educação ambiental na universidade. **Contrapontos**, Itajaí v. 9, n. 2, p. 104-117, maio/ago. 2009.

MARICATO, E. “É a questão urbana, estúpido!” *In*: VAINER, C. *et al.* **Cidades rebeldes**. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo, Bontempo, 2013.

MARINHO, A. Avaliação organizacional de uma universidade pública: uma abordagem não-paramétrica da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ. 1996. Tese (Doutorado em Economia), FGV/EPGE, Rio de Janeiro, 1996.

MARTINS, Eliecília. Extensão como componente curricular: oportunidade de formação integral e de solidariedade. **Ciências & Cognição**, v. 13, n. 2, p. 201-209, 2008.

MATHIS, A. Instrumentos para o desenvolvimento sustentável regional. **Adcontar**, v. 2, n. 2, p. 19-30, 2001. Disponível em: <http://www.gpa21.org/br/pdf/8Instrumentos.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

MCCOWAN, T.; SCHENDEL, R. A mudança do papel da universidade e seu impacto na sociedade em países de baixa renda. *In*: SILVA JUNIOR, J. R. *et al.* **Internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputa**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 19-48.

MIDDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani; FIALHO, Nadia Hage. Universidade e Região. **Práxis Educacional**. Revista do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, n. 1, p. 171-189, nov. 2005. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/406/436>. Acesso em: 10 jul. 2017.

MIRANDA, Roberto de Sousa. Uma revisão de literatura sobre o neoinstitucionalismo e a avaliação do desempenho de instituições sociais. **Estação Científica** (UNIFAP), Macapá, v. 7, n. 2, p. 59-75, maio/ago. 2017.

MORAES, F. F. de. Universidade, inovação e impacto socioeconômico. Mundial. **Ver a educação**, Belém, v. 5, n. 1-2, p. 79-97, jan./dez., 1999.

_____. Universidade, inovação e impacto socioeconômico. **Perspectivas**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 8-11, jul./set. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/4FY7bXQX6nthzbyfXTJX7Cd/?lang=pt>. Acesso em: 11 maio 2021.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

NASCIMENTO, E. P.; VEGA, A. P. **As novas dimensões da universidade: interdisciplinaridade, sustentabilidade e inserção social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. ISBN 978-85--7617-250-5.

NORTH, Douglass. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J. **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/ CETREDE-MINTER, 1977.

NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

NORTH, Douglass; THOMAS, Robert Paul. **The rise of the western world: a new economic history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

NUNES, Maria Thetis. **Ensino secundário e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro, MEC/ISEB, 1962.

OCDE. **Transitions to learning economies and societies**. Paris, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. **Proposta para discussão sobre o desenvolvimento local: limites e possibilidades**. São Paulo: Instituto Pólis, 2000.

OLIVEIRA JUNIOR, Antonio. A universidade como polo de desenvolvimento local/regional. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE GEOGRAFIA, 1., 2014. **Anais...** Belo Horizonte: Alfenas, 2014. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/download/7581/6586>. Acesso em: 10 abr. 2021.

OLIVEIRA JUNIOR, Ernesto. **Ensino Técnico e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, MEC/ISEB, 1959.

PAULA, Juarez de. Uma agenda para o Brasil. In: PNUD – Programa Regional de Estratégias de Desenvolvimento Local Sustentável – Projeto PNUD-BRA/98/017.

Agenda de Desenvolvimento humano e sustentável para o Brasil do século XXI. Relatório final. Brasília, DF: Athalaia, 2000. p. 283-293.

PERES, Paulo Sérgio. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online], v. 23, n. 68, p. 53-71, 2008. ISSN 1806-9053. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000300005>.

PERROUX, F. **A Economia do século XX.** Porto: Herder, 1967.

PETERS, B. G. **El nuevo institucionalismo:** teoria institucional en ciencia política. Barcelona: Gedisa, 2003.

PIERSON, Paul. The new politics of the welfare State. **World Politics**, v. 48, n. 2, p. 143-179, 1996.

PIRES, Élon Luciano Silva; MÜLLER, Geraldo; VERDI, Adriana Renata. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia**, Rio Claro, v. 31, n. 3, p. 437-454, set./dez. 2006.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil. *In:* ATLAS do Desenvolvimento Humano. Rio de Janeiro: Atlas, 2000. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>. Acesso em: 3 maio 2021.

PRIORI, Ângelo. Universidade e desenvolvimento regional. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 77, out. 2007. ISSN 1519-6186. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso em: 20 set. 2019.

RAYNAUT, Claude. Os desafios contemporâneos da produção do conhecimento: o apelo para interdisciplinaridade. **INTERthesis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 1-22, jan./jun. 2014.

REIS, A. A. **Desenvolvimento sustentável e uso dos recursos naturais em áreas de várzea do território do Baixo Tocantins da Amazônia paraense:** limites, desafios e possibilidades. Belém: Universidade Federal do Pará; Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2015.

RENEKER, Maxine H. A qualitative study of information seeking among members of an academic community: methodological issues and problems. **Library Quarterly**, v. 63, n. 4, p. 487-507, out. 1993.

RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado, nova ideologia/utopia do desenvolvimento. **Revista de Antropologia**, v. 34, p. 59-101, 1991. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.1991.111253. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111253>. Acesso em: 12 maio 2021.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROCHA, Fernando de Carvalho. **O Potencial dos campi das universidades públicas da microrregião bragantina paraense para o desenvolvimento local.**

2018. 134 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10871>. Acesso em: 22 de maio. 2020.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. **O Campus Universitário do Tocantins/Cametá-UFPA e seus Polos Universitários** – por uma universidade sempre pública, gratuita e com qualidade social/uma exigência de luta! Cametá, PA: Campus Universitário do Tocantins/Cametá, 2019. Disponível em: <http://www.campuscameta.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias/364-o-campus-universitario-do-tocantins-cameta-ufpa-e-seus-polos-universitarios-por-uma-universidade-sempre-publica-gratuita-e-com-qualidade-social-uma-exigencia-de-luta>. Acesso em: 20 ago. 2020.

RODRIGUES, D. S.; SILVA, G. P. Universidade *Multicampi*: A interiorização e o PARFOR. In: SILVA, João Batista do Carmo; LOPES, Jorge Domingues (org.). **PARFOR: Práxis Amazônicas na Formação dos Professores da Educação Básica**. Cametá, PA: Campus Universitário do Tocantins/Cametá-UFPA, 2017.

ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. A. **Impacto econômico das universidades estaduais do Paraná**. Paraná, 2005. Projeto de Pesquisa. Disponível em: http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/textos_discussao/texto_para_discussao_ano_2005_texto_25.pdf. Acesso em: 07 mar. 2021.

ROLIM, C.; KURESK, R. **Impacto econômico de curto prazo das universidades federais na economia brasileira**. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 13., 2010, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/anpeccsul2010/artigos/48.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

ROLIM, C.; SERRA, M. Instituições de ensino superior e desenvolvimento regional: o caso da Região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, ano 33, v. 35, n. 3, p. 87-102, set./dez. 2009.

ROLIM, C.; SERRA, M. Universidade e Região: ser da região X estar na região. In: CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS, 7., 2010, Lisboa.

ROLIM, C.; SERRA, M.; BASTOS, A. P. **Universidades e desenvolvimento regional**: as bases para a inovação competitiva. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018.

ROSTOW, W. W. **Politics and the Stages of Growth**. Cambridge: The University Press, 1971.

_____. **Etapas do desenvolvimento econômico**: um manifesto não comunista. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RUBIN, H.J.; RUBIN, I.S. **Qualitative Interviewing**: The Art of Hearing Data. 2. ed. London: Sage, 1995.

SACHS, Ignacy. Recursos, emprego e financiamento do desenvolvimento: produzir sem destruir, o caso do Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 10, n. 1, jan./mar. 1990.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, W. Meio Ambiente. *In*: SACHS, W. (ed.). **Dicionário do desenvolvimento:** guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 117-131.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A Universidade no Século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **A universidade no século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Questões de Nossa Época; 11)

SANTOS, Fábio Rocha dos. As universidades e a sustentabilidade ambiental. **Revista Gestão Universitária**, v. 10, p. 01-17, 2018.

SANTOS, J. R. R. **Universidade pública e desenvolvimento local:** a presença da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) no bairro do Salobrinho em Ilhéus, Bahia, no período de 1991 a 2008. Ilhéus, BA: Editus, 2013.

SANTOS JÚNIOR, Alcides Leão. **Universidade e sociedade:** uma relação possível pelas vias da extensão universitária. Sinopse da Pesquisa de Doutorado em Educação defendida em 28 fev. 2013, no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal da Bahia, 2013.

SCHNEIDER, L. **Educação e desenvolvimento:** um estudo do impacto econômico da universidade federal no município de Santa Maria (RS). Santa Maria, RS: UNIFRA, 2002. Disponível em: <http://www.economia.unifra.br/pesquisa4.htm>. Acesso em: 17 dez. 2020.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **The theory of economic development:** an inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle. Tradução: Redvers Opie. Cambridge: Harvard University Press, 1961.

SEMESP. **Pesquisa sobre a média geral das mensalidades no ensino privado.** São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/pesquisas>. Acesso em: 9 mar. 2021.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo, Cortez, 2007.

_____. Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades. **Avaliação**, Campinas; SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009.

SILVA, Ênio Waldir da. **Extensão Universitária** – concepções e práticas nas universidades gaúchas. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2003.

SILVA, F. M. da; MELO, P.A. de. Universidade e compromisso social: a prática da Universidade Federal de Santa Catarina. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITÁRIA EM AMÉRICA DEL SUR*, 10., 8-10 de diciembre de 2010, Mar del Plata.

SILVA, Geraldo Bastos. **Educação e Desenvolvimento Nacional**. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1957.

SILVA, Gilmar Pereira. Desafios para a construção da Universidade na Amazônia. **Jornal Beira do Rio**, Belém, n. 108, Opinião, p. 2, 1 out. 2012. Disponível em: <https://issuu.com/beiradorio/docs/beira108>. Acesso em: 15 mar. 2021.

SILVA, Jorge Antonio Santos. **Turismo, crescimento e desenvolvimento**: uma análise urbano-regional baseada em cluster. 2004. 480f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, O. R. **Universidade e Desenvolvimento Local**: a UFRB e o desenvolvimento em Cachoeira/BA segundo a percepção dos agentes locais. 2017. 157f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, BA, 2017. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/mpgestaoppss/dissertacoes/category/14-2017?download=125:ozana-reboucas-silva>. Acesso em: 27 out. 2020.

SOUSA, Ester Maria Aguiar de. **Desenvolvimento Sustentável**, um marco conceitual para o ÁRIDAS. Recife, 1994. mimeo.

SOUSA, Maria Páscoa Sarmiento. **Expansão da Educação Superior no Pará**: Programas Expandir e Reuni e a composição dos quadros docente dos Campi da UFPA – 2001-2010. 2011 188f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. *In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007a.

SOUZA, Ana Cleide Santos de; JÚNIOR, Antônio de Macêdo Mota; DAMÁSIO, Ariane Brasil; OLIVEIRA, Cristiane Neves de. Compromisso Social e Desenvolvimento Local: Desafios no Financiamento da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA*, 17., 22 a 24 de novembro, 2017, Mar Del Plata – Argentina (2017b).

STEINMO, Sven; THELEN, Kathleen; LONGSTRETH, Frank. **Structuring politics**: historical institutionalism in comparative analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

TAUCHEN *et al.* Gestão ambiental: um modelo da Faculdade Horizontina. *In: SIMPEP*, 12., Bauru, SP, 2005. Disponível em: <http://simpep.feb.unesp.br>. Acesso em: 2 dez. 2005.

THELEN, K.; STEINMO, S. Historical institutionalism in comparative analysis. *In*: STEINMO, S.; THELEN, K.; LONGSTRETH, F. **Structuring politics**. Historical Institutionalism in comparative analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro; ROCHA, Gilberto Miranda. Cidade e empresa na Amazônia: uma apresentação do tema. *In*: TRINDADE JR., S. C.; ROCHA, G. M. (org.). **Cidade e empresa na Amazônia**: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 13-23.

TRINDADE, H. Universidade, Ciência e Estado. *In*: _____ (org.). **Universidade em Ruínas**: na república dos professores. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 9-26.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UFPA. **I Projeto Norte de Interiorização**: Documento das Instituições de Ensino Superior da Amazônia, 1986-1989. Belém: UFPA, 1985. mimeo.

_____. **II Projeto Norte de Interiorização**: Documento das Instituições de Ensino Superior da Amazônia, 1994-1997. Santarém, PA, 1993. mimeo.

_____. **III Projeto Norte de Interiorização**: Documento das Instituições de Ensino Superior da Amazônia, 1998- 2001. Belém, 1997. mimeo.

_____. **Resolução n.º 1.355** de 03 de fevereiro de 1986 que dispõe sobre a aprovação do Programa de Interiorização da Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA, 1986.

_____. **Plano de Gestão 2001- 2005**. Universidade *Multicampi*. Belém: UFPA, 2002.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA**: 2001-2010. Belém, 2003d.

_____. **AVALIA**: Programa de Autoavaliação da UFPA. Belém, 2006.

_____. **Plano de Gestão da Universidade Federal do Pará**: 2005-2009. Belém, 2006.

_____. **Plano de desenvolvimento da unidade. Campus Universitário do Tocantins/Cametá**. Belém: UFPA, 2017. Disponível em: http://www.ufpa.br/sege/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/2010/683%20RI%20Cameta.pdf. Acesso em: 4 abr. 2021.

_____. **Regimento do Campus Universitário do Tocantins/Cametá**. Belém: UFPA, 2020. Disponível em: http://www.ufpa.br/sege/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/2010/683%20RI%20Cameta.pdf. Acesso em: 5 abr. 2021.

_____. **UFPA em números 2020**, ano base 2019. Belém: UFPA, 2020.

_____. Campus do Tocantins/Cametá. **Histórico do Campus**. Cametá, PA: CUNTINS, 2017. Disponível em: <http://www.campuscameta.ufpa.br/index.php/historico>. Acesso em: 10 abr. 2020

ULTRAMARI, Clovis; DUARTE, Fábio. **Desenvolvimento local e regional**. Curitiba: InterSaber, 2012. (Série Gestão Pública)

VALE, Mario. **Globalização e competitividade das cidades**: uma crítica teórica na perspectiva da política urbana. Geophilia: uma Geografia dos Sentidos. Lisboa, 2007. p. 465-474.

VARGA, Attila. Universities and Regional Economic Development: Does Agglomeration Matter? *In*: JOHANSSON, B; KARLSSON, C.; STOUGH, R. R. **Theories of Endogenous Regional Growth**. New York: Springer, 2000. p. 345-367.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho**: um estudo com egressos da UFMG. 2008. 203f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

VASCONCELOS, Natália. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: <http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica/artigosv2n3/29-Pos-Graduacao.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2021.

VEENHOVEN, Ruut. The four qualities of life. **Journal of Happiness Studies**, v. 1, p. 1-39, 2000.

VIOLA, Andreu. La crisis del desarrollismo y el surgimento de la antropología del desarrollo. *In*: _____. (org.). **Antropología del desarrollo**. Teorías y estudios etnográficos en América Latina. Barcelona: Paidós, 2000. p. 9-64.

WEINSTEIN, B. L. Regional Growth Theories and Local Economic Development: Some Case Studies. *In*: JOHANSSON, B.; KARLSSON, C.; STOUGH, R. R. **Theories of Endogenous Regional Growth**. New York: Springer, 2000. p. 330-342.

ZAPATA, T. Descentralização e desenvolvimento local. *In*: FÓRUM BANCO DO NORDESTE DE DESENVOLVIMENTO, 1., 1997, Fortaleza. **Anais...**Fortaleza: BNB, 1997. p. 79-83.

ZITZKE, V. A. Educação Ambiental e Ecodesenvolvimento. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 9, 2002. Disponível em: <http://www.fisica.furg.br/mea/remea/vol9/a13art16.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

APÊNDICE – ROTEIROS DE ENTREVISTA

APÊNDICE A – CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÕES E PARCERIAS FIRMADOS ENTRE A UFPA – CAMETÁ E ALGUMAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL DE ACORDO COM OS ÂMBITOS DO DESENVOLVIMENTO (2008-2016)

2008	
Objetivo social, meios econômicos.	<p>1. Convênio entre a UFPA/Cametá e a prefeitura de Baião. - Convênio com a UFPA. A prefeitura de Baião vem pelo presente comprometer-se arcar com os custos de R\$ 96.000,00 durante os quatro anos do referido curso, sendo R\$ 24.000,00 por ano, para despesas do curso de Letras (CONVÊNIO)</p> <p>2. Convênio entre a UFPA/Cametá e a prefeitura de Baião. -Convênio com a UFPA. A prefeitura de Baião vem pelo presente comprometer-se arcar com os custos de R\$ 96.000,00 durante os quatro anos do referido curso, sendo R\$ 24.000,00 por ano, para despesas do curso de Pedagogia (CONVÊNIO)</p>
Objetivo socioeducacional	3. Parceria entre a UFPA/Cametá e a Sociedade Educacional Novo Acadêmico - A Sociedade Educacional Novo Acadêmico solicitou parceria para o desenvolvimento do projeto cursinho popular para os alunos carentes do município de Cametá, parceria para a solicitação de uma sala para a execução das aulas. (PARCERIA)
Objetivo socioambiental	4. Parceria com o Núcleo de Meio Ambiente da UFPA - Parceria com o Núcleo de Meio Ambiente da UFPA para a oferta de curso de especialização em educação ambiental (PARCERIA)
Objetivo socioeducacional	5. Solicitação de parceria entre a SEMED e a UFPA - A Secretaria Municipal de Educação de Cametá vem por meio deste solicitar junto a V. S.a curso de formação de professores, em caráter de Graduação voltado exclusivamente para os professores que se encontram em pleno exercício da função na zona rural deste município. (PARCERIA)
Objetivo socioambiental	6. Minuta de convênio de cooperação técnico - educacional entre a Secretaria Executiva de Educação por meio da Escola Estadual de Educação Tecnológica e a UFPA/Cametá - termo de cooperação técnica entre a Escola de Educação Tecnológica de Cametá e esta instituição/entidade, objetivando com isso, viabilizar campo de estágio para os referidos alunos" - O termo será vinculado à área da pesquisa, assistência técnica, extensão rural e capacitação técnica, onde há atuação e interesse de trabalho conjunto com evidência nos setores de atividade agrícola, de pecuária e da agroindústria. (TERMO DE COOPERAÇÃO)
2011	
Objetivo socioeducacional	7. Criação de curso de história para o município de Tomé – Açú (PARCERIA)
Objetivo socioeducacional	8. Convênio entre a faculdade de história e a secretaria municipal de cultura de Cametá para a implementação de projetos, promoções de eventos científico e culturais, intercâmbio de informações e publicações acadêmicas, bem como, para a implementação do centro de memória de Cametá. (CONVÊNIO)
Objetivo socioeducacional	9. Curso de história flexibilizado para o município de Xinguara. (PARCERIA)
Objetivo	10.Convênio de cooperação mútua que entre si celebram o Campus Universitário do Tocantins/Cametá - Universidade Federal do Pará e a

socioeducacional	Fundação Padre Henrique para fornecimento de suporte pedagógico e técnico na edição de programas educativos da rádio em frequência modulada pelo CUNTINS/Cametá – UFPA (CONVÊNIO)
2012	
Objetivo socioeducacional	11.Parceria com a prefeitura de Cametá para seção de espaço de escolas (PARCERIA/TERMO DE COMPROMISSO)
Objetivo socioeducacional	12.Parceria com o Campus UFPA -Bragança para o funcionamento do curso de especialização em Práticas Pedagógicas na Diversidade Amazônica da Educação de Jovens e Adultos (PARCERIA)
2013	
Objetivo socioeducacional/meios econômicos	13.O município de Mocajuba fará, em seção solene na câmara municipal, a doação à UFPA da escola 'Irmã Sá' que deverá os cursos da que já existem, bem como outros que virão a ser ofertados mediante contratos firmados. Dessa forma, deverá ser possível a aplicação da emenda parlamentar no valor de R\$ 300.000,00 conseguida pelo deputado federal Miriquinho Batista (PARCERIA)
Objetivo socioeducacional	14.“Parceria com o município de Cametá para a viabilização do laboratório de história junto ao museu municipal, o que deverá ser efetivado até o final do primeiro semestre de 2013” (PARCERIA)
Objetivo socioeducacional	15.doação de 5 hectares de terras por parte da iniciativa privada ao Campus de Cametá, onde deverão ser construídas obras que atenderão às demandas apresentadas em função do crescimento da oferta de cursos. (PARCERIA)
Objetivo socioeducacional	16.Requerimento de criação do laboratório de práticas pedagógicas inclusivas - parceria com o ICED e a PROEX (PARCERIA)
Objetivo socioeducacional/meios econômicos	17.Emendas parlamentares para a construção de um prédio de 03 andares, espaço de convivência cultural e social, alojamento para os estudantes, ginásio poliesportivo, dentre outras demandas (TERMO DE COMPROMISSO)
Objetivo socioeducacional	18.Parceria entre o Campus e a Casa Familiar Rural, onde espaço físico servirá como laboratório de estudos para os cursos de Geografia e Agronomia (PARCERIA)
2014	
Objetivo socioeducacional/meios econômicos	19.Aquisição de emenda parlamentar do deputado federal José Geraldo no valor de R\$ 500.000,00 para construção de moradia estudantil (TERMO DE COOPERAÇÃO)
Objetivo socioeducacional	20.Termo de cooperação técnica entre a UFPA e o polo UAB Cametá, para a definição de utilização dos espaços físicos, entre outros acordos (TERMO DE COOPERAÇÃO)
Objetivo socioeducacional	21.Termo de cooperação com as prefeituras (TERMOS DE COOPERAÇÃO)
Objetivo socioeducacional	22.Doação de 04 hectares de terra pelo senhor André Faleiros e outras ações em termo de terra via prefeitura e patrimônio da união (PARCERIA)
Objetivo socioeducacional	23.Parceria entre a Casa Familiar Rural e a UFPA “A Casa Familiar Rural de Cametá entrou em contato com a coordenação do <i>campus</i> , para formalizar uma parceria entre a Universidade e a Casa Familiar Rural, no sentido de 10 alunos de agronomia e 28 alunos das licenciaturas do <i>campus</i> , sendo 02 para cada disciplina do núcleo comum da Educação Básica, participarem de projeto de formação a partir da casa familiar, prestando assistência técnica na formação de estágio supervisionado, havendo a possibilidade de ajuda de custo para os alunos que forem participar do estágio. (PARCERIA)
Objetivo	24.Parceria com a TV Cultura para expor o documentário “Cametá:

socioeducacional	histórias para ouvir e contar” contando com o apoio da PROAD e PROEX (PARCERIA)
Objetivo socioeducacional	25.Aquisição de 500 livros na área da educação infantil, por meio de parceria/doação (PARCERIA)
2015	
Objetivo socioeducacional	26.Parceria com a Eletronorte com inúmeros projetos para o <i>campus</i> II (PARCERIA)
Objetivo socioeducacional	27.Informou que o prefeito de Baião irá doar o espaço físico onde funciona hoje o núcleo para patrimônio da UFPA/Campus de Cametá... (PARCERIA)
Objetivo socioeducacional	28.Parceria com as prefeituras para garantir escolas para etapa intervalar nos núcleos e garantia de hospedagem e alimentação para os docentes que irão ministrar aulas nos núcleos. (PARCERIA)
Objetivo socioeducacional	29.Termo de cooperação técnica com o CENCAPI - Centro de convivência da pessoa idosa “foram acordados estágios para discentes do <i>campus</i> - estágio não remunerado” (TERMO DE COOPERAÇÃO)
Objetivo socioeducacional	30.Termo de cooperação técnica com a Casa Familiar Rural, no qual se garante espaço para estágio para discentes do <i>campus</i> - “...A professora Cláudia Cassol explanou sobre o projeto aprovado para atuar junto a Casa Familiar Rural, possuindo 05 vagas para estágio e que este projeto foi aprovado com o valor de 91 mil reais, possibilitando que os cursos do <i>campus</i> possam desenvolver suas atividades de estágio e monitoria na Casa Familiar Rural...” (TERMO DE COOPERAÇÃO)
Objetivo socioeducacional	31.Termo de cooperação técnica com o DMUT - Cametá, em que foram acordados estágios não remunerados para discentes do Campus (TERMO DE COOPERAÇÃO)
Objetivo socioeducacional	32.Convênio com a Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí - UNIVAS, para colaboração acadêmica (CONVÊNIO)
Objetivo socioeducacional	33.O <i>campus</i> de Ananindeua solicita parceria para realização de mestrado profissional entre os <i>campi</i> de Cametá, Ananindeua e Bragança...” - a criação do curso foi aprovada com liberação de até 10 horas semanais (PARCERIA)
Objetivo socioeducacional	34.Liberação do professor Gerson dos Santos Estumano para realizar cooperação técnica junto ao IFCE - 1 ano e 3 meses a contar de 01/10/2015 (TERMO DE COOPERAÇÃO)
2016	
Objetivo socioeducacional/meios econômicos	35.Projeto aprovado junto a Eletronorte (Projeto de construção do Campus 2, caracterizado por um conjunto de laboratórios multidisciplinares, cuja obra está orçada em mais de 4 milhões) PARCERIA/COOPERAÇÃO TÉCNICA
Objetivo socioeducacional	36.Parceria para aprovação de projeto de cursos junto ao INCRA/PRONERA (“...Em seguida, informou que foi aprovado pelo INCRA/PRONERA 03 cursos, sendo 01 de ensino médio, com oferta de 03 turmas que funcionarão em Cametá, Mocajuba e Baião. 1 curso de pedagogia, que ofertará 03 turmas que funcionarão em Curuçambaba, Juaba e Oeiras do Pará e 1 turma de agronomia, que funcionará em Mocajuba...” PARCERIA/COOPERAÇÃO TÉCNICA
Objetivo socioeducacional/meios econômicos	37.Contratação da FADESP para a execução financeira de um projeto entre o Campus de Cametá e o IPHAN (PARCERIA/COOPERAÇÃO TÉCNICA)
Objetivo socioeducacional	38.Termo de cooperação técnica celebrado entre o Campus Universitário do Tocantins/Cametá com a Fundação Padre Henrique, onde este acordo permitiu o uso de espaços de comunicação em rádio de

	frequência modulada, no sentido de se veicular programas educativos do Campus (TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA)
Objetivo socioeducacional	39.Termo de cooperação técnica celebrado entre o Campus com a prefeitura de Igarapé-Miri para a oferta de turmas de educação do campo (TERMO DE COOPERAÇÃO)
Objetivo socioeducacional	40.Termo de cessão de espaço com o Centro Educacional de Cametá. Esse termo realizou o acordo de cessão do auditório para atividades acadêmicas (PARCERIA)
Objetivo socioeducacional	41.Parceria entre a Faculdade de Matemática FAMAT do Campus Universitário de Cametá e a Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia - FACET do Campus Universitário de Abaetetuba para o projeto do curso de especialização em matemática para o ensino médio (PARCERIA)

Fonte: Elaborado pelo autor do trabalho.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO ÀS LIDERANÇAS DA SOCIEDADE CIVIL (STTR, COLÔNIA DE PESCADORES Z-16 E LIDERANÇA RELIGIOSA)

Tema:

“Universidade e desenvolvimento regional:
os impactos socioeconômicos e ambientais da Universidade Federal do Pará/
Campus-Cametá na perspectiva dos atores locais”

Este roteiro de entrevista faz parte da pesquisa de mestrado do discente Lucas Batista Rodrigues, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

PERFIL DO INTREVISTADO

Sexo:

Masculino Feminino

Idade:

Menos de 25 anos ; 25 a 35 anos ; 36 a 45 anos ; 46 a 55 anos ; Mais de 55 anos

Formação acadêmica:

Fundamental incompleto ; Fundamental completo ; Médio incompleto ; Médio completo ;

Graduação ; Especialização ; Mestrado ; Doutorado ; Pós-Doutorado .

Caso seja graduado, a formação se deu pelo Campus Universitário do Tocantins/Cametá?

Sim Não

Caso seja graduado, a sua formação corresponde à sua atuação profissional?

Sim

Não

A PERCEPÇÃO DAS LIDERANÇAS DE MOVIMENTO SOCIAL COM RELAÇÃO AOS IMPACTOS SOCIAMBIENTAIS DO CAMPUS NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ NO PERÍODO DE 2008 A 2016.

1 – Você alguma vez teve contato ou fez parceria/s com a coordenação do Campus de Cametá no período de 2008 a 2016? Se sim, qual ou quais?

2 – Você acha que o Campus contribuiu ou não, de alguma forma, para o fortalecimento da sua entidade e do movimento que você atua? Se sim, qual ou quais? Se não, justifique sua resposta.

3 – Você considera positivo ou negativo a formação em nível superior no município para o (STTR/ Colônia de pescadores Z – 16/ Igreja que representa)? Por quê?

4 – Você percebeu ou não mudanças na sociedade local em decorrência da presença do Campus no município de Cametá no período de 2008 a 2016? Por quê?

5 – Você desenvolveu alguma atividade acadêmica ou política no período de 2008 a 2016 no Campus? Qual ou quais?

6 – Você considera que houve mudança positiva ou negativa na sua atividade política após a chegada do Campus período de 2008 a 2016? Qual ou quais?

7 – Há lideranças no (STTR/Colônia de pescadores Z-16/Igreja que representa) de que você participa egresso do Campus no período de 2008 a 2016?

8 – Se sim, você acha que essa participação melhorou ou não a qualificação da intervenção do movimento social de que você participa no período de 2008 a 2016?

9 – Você considera que a UFPA/Campus-Cametá foi importante para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do município de Cametá durante os anos de 2008 a 2016? Se sim, por que?

10 – Durante os anos de 2008 a 2016, você acha que a UFPA/Campus-Cametá contribuiu ou não para promover melhorias ambientais?

11 – Deseja atribuir mais algum comentário sobre o tema?

APÊNDICE C – ROTEIRO APLICADO AO EX-PREFEITO E EX-SECRETÁRIOS

Tema: “Universidade e desenvolvimento regional:
os impactos socioeconômicos e ambientais da Universidade Federal do Pará/
Campus-Cametá na perspectiva dos atores locais”

Este roteiro de entrevista faz parte da pesquisa de mestrado do discente Lucas Batista Rodrigues, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

PERFIL DO INTREVISTADO

Sexo:

Masculino Feminino

Idade:

Menos de 25 anos ; 25 a 35 anos ; 36 a 45 anos ; 46 a 55 anos ; Mais de 55 anos

Formação acadêmica:

Fundamental incompleto ; Fundamental completo ; Médio incompleto ; Médio completo ;

Graduação ; Especialização ; Mestrado ; Doutorado ; Pós-Doutorado .

Caso seja graduado, a formação se deu pelo Campus Universitário do Tocantins/Cametá?

Sim Não

Caso seja graduado, a sua formação corresponde à sua atuação profissional?

Sim Não

A PERCEPÇÃO DAS LIDERANÇAS DE MOVIMENTO SOCIAL COM RELAÇÃO AOS IMPACTOS SOCIAMBIENTAIS DO CAMPUS NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ NO PERÍODO DE 2008 A 2016.

1 – Como se dava a relação entre o Campus e a prefeitura/secretaria durante os anos de 2008 a 2016?

2 – Você alguma vez teve contato ou fez parcerias com a coordenação do Campus de Cametá no período de 2008 a 2016? Se sim, qual ou quais?

3 – Você acha que o Campus contribuiu ou não, de alguma forma, para o fortalecimento da prefeitura/secretaria? Se sim, qual ou quais? Se não, justifique sua resposta.

4 – Em sua opinião, qual é a importância que o Campus teve para o desenvolvimento do município e da região durante os anos de 2008 a 2016?

- 5 – Você considera positivo ou negativo a formação em nível superior no município para a prefeitura e seus demais setores? Por quê?
- 6 – Você percebeu ou não mudanças na sociedade local em decorrência da presença do Campus no município de Cametá no período de 2008 a 2016? Por quê?
- 7 – Você desenvolveu alguma atividade política no período de 2008 a 2016 no Campus? Qual ou quais?
- 8 – Você considera que houve mudança positiva ou negativa na sua atividade política após a chegada do Campus período de 2008 a 2016? Qual ou quais?
- 9 – Houve lideranças/ outros dirigentes e funcionários no governo de que você participou, egresso do Campus no período de 2008 a 2016?
- 10 – Se sim, você acha que essa participação melhorou ou não a qualificação da intervenção da gestão de que participou no período de 2008 a 2016?
- 11 – Você considera que a UFPA/Campus-Cametá foi importante para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do município de Cametá durante os anos de 2008 a 2016? Se sim, por que?
- 12 – Durante os anos de 2008 a 2016, você acha que a UFPA/Campus-Cametá contribuiu ou não para promover melhorias ambientais?
- 13 – Deseja atribuir mais algum comentário sobre o tema?